

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MIGUEL ANTONIO ORLANDI

**OBRAS SOCIAIS MARISTAS
&
FORMAÇÃO DO *HABITUS* RELIGIOSO**

PORTO ALEGRE,

2007

MIGUEL ANTONIO ORLANDI

**OBRAS SOCIAIS MARISTAS
&
FORMAÇÃO DO *HABITUS* RELIGIOSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Julieta Beatriz Ramos Desaulniers

**PORTO ALEGRE,
2007**

MIGUEL ANTONIO ORLANDI

**OBRAS SOCIAIS MARISTAS
&
FORMAÇÃO DO *HABITUS* RELIGIOSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em de de 2007 pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Julieta Beatriz Ramos Desaulniers

Dr. Ricardo Mariano

Dr. Honor Almeida Neto

DEDICATÓRIA

Essa dissertação é dedicada a todos educadores e educandos das Obras Sociais Maristas do RS, bem como aos Irmãos Maristas que iniciaram a tarefa de formar crianças e adolescentes vulneráveis da sociedade do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e amigas que apoiaram minha iniciativa e das mais variadas maneiras me auxiliaram para que obtivesse êxito na tarefa.

Aos entrevistados, pela forma acessível e, ao mesmo tempo, comprometida de se disponibilizarem perante minhas solicitações de “respostas”.

Aos meus familiares, por terem se privado de minha presença ao longo desse período e, mesmo assim, me apoiado das mais diversas formas.

Aos cidadãos vulneráveis de nossa Porto Alegre, que com suas vidas me ensinaram a sabedoria da rua, da pobreza, da drogadição e da certeza de um futuro melhor.

Aos Irmãos Maristas, minha segunda família, pela oportunidade de aprimoramento e pelo apoio recebido durante esse processo pessoal de estudo.

Aos Professores do Pós Graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

À Professora Julieta, pela paciência, coerência, rigor e especialmente pela confiança, partilha e amizade estabelecida durante esse período de orientação.

EPÍGRAFE

“A semente lançada no seio da terra parece perdida por longo tempo; porém nem a intempérie, nem o próprio inverno conseguem destruí-la; a seu tempo germina, cresce e produz frutos. Da mesma forma, a semente que vocês plantam, muitas vezes com grande canseira, dorme no coração dos educandos, mas terminará por despontar e dar fruto a seu tempo; e serão as palavras de vocês, seus exemplos que hão de estimular a germinação.” (Marcelino Champagnat)

RESUMO

A pesquisa realizada nesta dissertação investiga as relações estabelecidas no interior do subcampo marista do RS com o intuito de, através da história, recompor como vem constituindo-se a formação do *habitus* religioso marista nos educandos e educadores das obras sociais. Na década de 90, enquanto o mundo se adequava às mudanças impostas pela globalização, os maristas do RS decidiram, impulsionados pela Lei da Filantropia e pelas conclusões do XIX Capítulo Geral, que as províncias deveriam voltar suas atividades para os cidadãos mais vulneráveis do espaço social. E, no ano de 1994, respondendo a estes apelos, o Subcampo Marista do RS decide favoravelmente à fundação, em Porto Alegre, de uma obra social de grande porte, inaugurada em 1996 e denominada de CESMAR. A experiência dos maristas na formação de crianças e adolescentes se restringia a colégios particulares. A nova experiência com obras sociais gera “instabilidades” quanto à aplicação dos métodos e recursos educacionais, o que provoca descontinuidade pedagógica e disputas no interior do subcampo, no que se refere à expansão das obras sociais e a manutenção de bolsas de estudo. Tal problemática se estabeleceu como objeto de pesquisa desta dissertação e através de hipóteses foi feito o tensionamento com a Teoria dos Campos de Bourdieu, utilizando-se para isso diferentes instrumentos de coleta de dados, era necessário testar as evidências. Investigar gênese da formação do *habitus religioso* marista e as relações do subcampo marista com o Campo do Poder e com o próprio Campo Religioso, possibilitou um resgate histórico e uma possível projeção de futuro, “sonhada” pelos principais articuladores do subcampo marista do RS. O papel que as obras sociais desempenham no subcampo marista é fundamental na sua capitalização, pois ampliam a possibilidade de formação dos cidadãos, através da educação, principal “moeda de troca” dos maristas. Optar pela manutenção e ampliação do subcampo religioso marista implica em optar pela formação do *habitus* religioso das crianças e adolescentes e conseqüentemente pela continuidade das obras sociais.

Palavras-chave: Formação – *Habitus* – Obras Sociais

ABSTRACT

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CESMAR - Centro Social Marista de Porto Alegre

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

COAS - Comissão de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FAG - Frente Agrária Gaúcha

GTs - Grupos de Trabalho

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

PMRS - Província Marista do Rio Grande do Sul

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PPP - Plano Político Pedagógico

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RS - Estado do Rio Grande do Sul

SOME - Sociedade Meridional de Educação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UBEA - União Brasileira de Educação e Assistência

UCG - Universidade Católica de Goiás

UMBRASIL - União Marista do Brasil

URGS - Universidade do Rio Grande do Sul

USBEE - União Sulbrasileira de Educação e Ensino

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

I PARTE – PROJETO DE PESQUISA

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	17
1.1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA	17
1.2 CATEGORIA CENTRAL DE ANÁLISE: FORMAÇÃO	20
1.3 SISTEMA DE HIPÓTESES	22
1.4 OBJETIVOS.....	28
CAPÍTULO 2 - IMPORTÂNCIA DA PESQUISA	30
CAPÍTULO 3 - REVISÃO DE LITERATURA	33
3.1 REVISÃO TEÓRICA	33
3.1.1 Teoria dos Campos	33
3.1.2 Campo Religioso	37
3.1.3 <i>Habitus</i>	38
3.1.4 Espaço Social	40
3.1.5 Campo do Poder.....	40
3.2 REVISÃO TEMÁTICA.....	44
3.3 SOBRE A UNIDADE DE PESQUISA	48
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA.....	51
4.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS.....	51
4.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	54
4.2.1 Diagrama da Problemática da Pesquisa.....	55
4.2.2 Quadro de Operacionalização	56
4.2.3 Quadro de Operacionalização	65
4.3 SELEÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA	68
4.4 PROCEDIMENTOS.....	69
4.4.1 Técnicas	69
4.4.2 Recursos.....	70

II PARTE – FORMAÇÃO DO *HABITUS* RELIGIOSO & OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS

CAPÍTULO 1 - FILANTROPIA: DISPUTA ENTRE CAMPO DO PODER E CAMPO RELIGIOSO	71
1.1 OBRAS SOCIAIS MARISTAS E A LEI DA FILANTROPIA	71
1.1.1 Vulnerabilidade Social e Atuação Marista no RS	74
1.1.2 Província Marista do RS: Uma Entidade Filantrópica.	78
1.1.3 Filantropia, Sinônimo de Compromisso Social e Político	80
1.1.4 Reestruturação da Província Marista e o Papel da Comissão de Assistência Social (COAS)	83
1.2 POSIÇÕES E TOMADAS DE POSIÇÃO NAS OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS	85
1.2.1 Relações de Disputa na Fundação das Obras Sociais Maristas	86
1.2.2 Relações, Posições e Tomadas de Posição no Campo Religioso Marista do RS	90
1.2.3 “Opção pelos Pobres”: Relações e Tomadas de Posição no Subcampo Marista	93
1.2.4 Gratuidade das Obras Sociais e Bolsas de Estudo dos Colégios: Possíveis Rupturas na Formação Marista	99
CAPÍTULO 2 - TOMADA DE POSIÇÃO NO SUBCAMPO RELIGIOSO MARISTA: OPÇÃO PELOS CIDADÃOS VULNERÁVEIS	102
2.1 ORIENTAÇÕES DOS DOCUMENTOS MARISTAS E DO XIX CAPÍTULO GERAL: IR PARA JUNTO DOS POBRES	104
2.2 TOMADA DE POSIÇÃO NA PROVÍNCIA DO RS: FUNDAR OBRAS SOCIAIS ..	107
2.3 CAMPO RELIGIOSO X CAMPO PODER = OBRAS SOCIAIS	111
2.3.1 CESMAR e Primeiras Obras Sociais: Marco no Subcampo Marista do RS ..	112
2.4 OBRA SOCIAL MARISTA: CONQUISTA DA COMUNIDADE	115
2.4.1 Novas Obras Sociais no RS: Conquista das Relações de Disputa no Subcampo Marista	117
2.5 INTERESSES CONVERGENTES: INVESTIR RECURSOS NO SOCIAL	120
2.6 CESMAR: UMA OBRA SOCIAL MARISTA DE REFERÊNCIA	122
CAPÍTULO 3 - CONSTRUINDO UMA NOVA AÇÃO PEDAGÓGICA: OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS	125
3.1 PEDAGOGIA DE CHAMPAGNAT E INSERÇÃO MARISTA NO RS: BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA	125
3.2 GESTÃO DE PROCESSO PEDAGÓGICO: ADEQUAÇÃO NO SUBCAMPO MARISTA	128
3.2.1 Adaptação da Província Marista do RS em Função das Obras Sociais	128
3.2.2 Definindo a Identidade das Obras Sociais: Irmãos Responsáveis, Coordenadores Pedagógicos e Funcionários	129
3.2.3 Projeto Político Pedagógico (PPP) e um Novo Modelo de Gestão: O Caso CESMAR	133
3.3 RELAÇÃO COLÉGIOS X OBRAS SOCIAIS: DESCONTINUIDADES NAS AÇÕES PEDAGÓGICAS	137

3.3.1	Pedagogia Marista: Orientação para Colégios e Obras Sociais	137
3.3.2	Espaço Físico das Obras Sociais como Local de Construção Pedagógica	139
3.3.3	Projeto Político Pedagógico das Obras Sociais: Busca por uma Identidade Própria	141
3.4	FORMAÇÃO DO <i>HABITUS</i> RELIGIOSO: UM PROCESSO PEDAGÓGICO	145
3.4.1	Obras Sociais Maristas do RS: Resgatando a Pedagogia de Champagnat	145
3.4.2	Propósito da Pedagogia Marista: Fortalecer o <i>Habitus</i> Religioso	149
3.4.3	Incorporar o <i>Habitus</i> Religioso pelos Cidadãos = Aumentar o Poder Simbólico da Instituição	152
CAPÍTULO 4 - OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS: POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO DE CAPITAL RELIGIOSO		155
4.1	TRAJETÓRIA DAS OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS: 1996 – 2006	155
4.2	OBRAS SOCIAIS MARISTAS E RELAÇÕES COM O CAMPO DO PODER	159
4.3	RELAÇÕES DE DISPUTA: SUBCAMPO DIMENSIONA SEU PODER SIMBÓLICO	162
4.4	FORMAÇÃO DO <i>HABITUS</i> E AÇÕES COMUNITÁRIAS	165
4.5	REALIZANDO O SONHO DE CHAMPAGNAT: EDUCAR E ACOLHER A TODOS	168
4.6	OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS E SEUS IMPACTOS: O CASO CESMAR	170
4.7	PERFIL DO JOVEM FORMADO EM OBRA SOCIAL MARISTA	173
4.8	TENDÊNCIAS NO SUBCAMPO MARISTA DO RS	175
4.8.1	Tendências Legislativas	175
4.8.2	Tendências Religiosas	176
4.8.3	Tendências Pedagógicas	177
4.8.4	Tendência na Relação com o Campo do Poder	178
4.8.5	Tendência do Subcampo Marista e suas Relações Internas	179
4.8.6	Obras Sociais Maristas do RS e Perspectivas de Futuro	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS		182
REFERÊNCIAS		188
APÊNDICE A – QUADRO DE SELEÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA		193
APÊNDICE B – QUADRO DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS		195
APÊNDICE C – QUADRO DE SELEÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA		201
APÊNDICE D – ROTEIRO GERAL PARA ENTREVISTAS		203
APÊNDICE E – QUADRO DA HISTÓRIA DA FILANTROPIA		207
ANEXO A – PPP DO CESMAR, P. 4 A 14		211
ANEXO B – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2006 – CESMAR – PARTE 1		221

ANEXO C – LEI DA FILANTROPIA	236
ANEXO D – MARISTAS NA MÍDIA.....	241
ANEXO E – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO SUBCAMPO MARISTA	250
ANEXO F – CRONOGRAMA DA FORMAÇÃO RELIGIOSA 2006 – CESMAR	259
ANEXO G – ATA DO ENCONTRO DE COORDENADORES DAS OBRAS SOCIAIS – SETEMBRO, 2006	266
ANEXO H – ORGANOGAMA DA PROVÍCIA MARISTA DO RS	271

INTRODUÇÃO

A dissertação aqui apresentada traduz uma busca pessoal do mestrando que integra o subcampo religioso marista há pelo menos quinze anos. A construção de seu “*habitus* científico” vem se instaurando a partir da posição que ocupa no referido subcampo. Nesse contexto de relações de disputas – entre os agentes de cada subcampo (religioso e intelectual) e entre pesquisador e, ao mesmo tempo, agente de cada um dos subcampos – desenvolve-se tal pesquisa, com o intuito de compreender melhor o que vem “acontecendo” com as obras sociais e o papel da Congregação dos Maristas.

Após certificar-se que o caminho mais adequado para tal pesquisa seria o da Sociologia, optou-se pela Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, da qual o pesquisador se apropriou, dedicando-se à elaboração do Projeto de Pesquisa, para posterior organização e análise dos dados levantados. Com os resultados conquistados, espera-se, quem sabe, auxiliar no avanço do subcampo marista.

A escolha de “Obras Sociais Maristas” como tema para a pesquisa foi motivada pelo fato destas serem recentes e representarem a principal disputa estabelecida nos últimos dez anos no interior do subcampo marista. A formação das crianças e adolescentes se constituiu no núcleo central da dissertação, pois existe uma maneira própria de formar nas obras sociais maristas, que procura levar os cidadãos a aderir o *habitus* já incorporado pelos Irmãos Maristas. *Habitus* que até então era “reproduzido” principalmente nos colégios, como forma de garantir e mesmo aumentar o “capital” utilizado nas “trocas simbólicas” feitas no espaço social.

As obras sociais maristas, potenciais produtoras de *habitus* religioso, foram fundadas no intuito de adaptar a Entidade Filantrópica dos maristas à nova política de Assistência Social definida pelo Governo Federal. Tais obras surgem dando novo ânimo aos Maristas, aproximando-os dos mais “empobrecidos”, meta inicial do Instituto Religioso fundado por Marcelino Champagnat, em 1817, na França.

Partindo de hipóteses, busca-se demonstrar a complexidade de relações e jogos que envolvem o cotidiano de uma obra social, o que constitui sua razão de ser como organização voltada à formação de cidadãos menos favorecidos socialmente. Os depoimentos colhidos durante a elaboração do projeto de pesquisa, possibilitaram realizar a seleção da obra social que reunia características necessárias para ser investigada como caso exemplar: CESMAR.

A 1ª parte da dissertação (Projeto de Pesquisa) apresenta a construção do projeto de pesquisa, estabelecendo a Teoria de Campos do sociólogo Bourdieu, na qual destaca a relevância do campo religioso no espaço social, orientando a coleta de dados e expondo a análise dos mesmos. Associado a esse conjunto de procedimentos soma-se a condição de militante de vivência empírica no subcampo marista do pesquisador que deu andamento ao projeto com rigor das ações.

Na IIª PARTE são desenvolvidos quatro capítulos que analisam o resultado da pesquisa à luz da Teoria dos Campos seguindo a lógica das quatro hipóteses, tensionadas com o campo do poder e o campo religioso. Apresenta os diálogos transcritos das entrevistas como referência “viva” dos temas pesquisados, ao mesmo tempo em que as demais fontes de pesquisa eram sistematicamente consultadas, conforme proposta do Projeto de Pesquisa.

No primeiro capítulo é desenvolvido o tema referente à Lei da Filantropia, mostrando que o Poder Legislativo criou novas regras para a aplicação dos recursos, com políticas públicas mais exigentes e voltadas aos vulneráveis da sociedade, inclusive definindo quais cidadãos poderiam ser beneficiados por tais recursos. Os Maristas, adaptando-se às novas regras e numa tentativa de antecipação ao futuro, iniciaram mudanças na aplicação desses recursos, até então destinados quase que exclusivamente para bolsas de estudo.

O segundo capítulo investiga as tomadas de posição do subcampo marista, frente às decisões do XIX Capítulo Geral dos maristas, que pressionou para que cada Província fundasse pelo menos uma obra social de vulto. A PMRS no Plano Trienal de 1994 decide fundar o CESMAR como resposta aos apelos do Capítulo. As relações de disputa estabelecidas a partir desta decisão foram verificadas neste segundo capítulo.

O terceiro capítulo analisa a proposta pedagógica das obras sociais, uma vez que, devido à aplicação da mesma metodologia utilizada nos colégios, houve descontinuidade pedagógica e a Pedagogia de Champagnat precisou ser retomada. O CESMAR, devido a sua originalidade, já havia criado um Projeto Político Pedagógico, o qual acabou servindo de parâmetro ao subcampo e motivando a qualificação das obras sociais, propondo uma gestão adequada às realidades em que estavam inseridas. O capítulo é finalizado lembrando que a Pedagogia Marista é a ferramenta utilizada no subcampo para levar os cidadãos a incorporarem o *habitus* religioso.

No quarto capítulo a pesquisa se volta para as relações estabelecidas pelo subcampo marista no espaço social, bem como suas possibilidades de expansão e aumento de capital religioso, pois os maristas fundam novas obras sociais, e o que era apenas uma obra, com a aquisição de novos espaços físicos, ou mesmo com parcerias, aos poucos se torna algo de destaque no espaço social. No final do capítulo são apresentadas possíveis tendências do subcampo marista para um futuro próximo, buscando estabelecer vínculo entre a pesquisa e as contribuições desta, para o subcampo marista.

A dissertação é concluída, porém não quer ser finalizada sobrepondo-se às possíveis transformações do futuro. Busca numa análise séria e rigorosa apontar possíveis caminhos para a formação do *habitus* religioso marista e a ampliação do capital religioso do subcampo, sob o foco da Teoria dos Campos de Bourdieu.

CAPÍTULO 1 - PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

Situados no campo religioso e concentrando seus esforços, seu potencial, na educação, os Irmãos Maristas iniciaram suas atividades na França, como Instituto Religioso, sob a coordenação do Padre Marcelino Champagnat. Fizeram do Brasil campo de sua missão no ano de 1897 (AZZI, 1999, p.47). E, seguindo os passos desses primeiros missionários, em 1900 outros maristas chegam ao Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Bom Princípio, para expandir a obra iniciada na França (RODRIGUES, 1997, p.139).

Os maristas se tornaram entidade filantrópica logo após a normatização da Lei da Assistência Social, ficando submetidos juridicamente a ela, o que significa adaptar-se continuamente às mudanças e regras do jogo entre Estado & Entidades. Na década de 90 a Lei da Filantropia tornou-se mais inflexível e “regras” mais severas foram impostas para a aplicação dos recursos vindos da filantropia, impedindo que o benefício fosse destinado a quem não se encontrava em situação de vulnerabilidade social¹.

O comentário da circular emitida pelo gabinete do deputado federal João Fassarella ilustra como essa mudança legislativa foi capitalizada pelos políticos:

Lei nº 9.732 fixa novos critérios para concessão do Certificado de Filantropia, condição necessária para a isenção da contribuição patronal para a seguridade social, nos termos do art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal e também lembra como ficou a redação do artigo 55 da Lei 8212/91, no inciso III – promova gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência².

¹ Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, denominada Lei da Filantropia.

² Trecho extraído de circular “Lei do Terceiro Setor” – Filantropia. Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 283 – Brasília – DF, arquivada junto à documentação da Comissão de Assistência Social dos maristas em Porto Alegre.

Nesse contexto de transformações sociais e de mudanças na Lei da Filantropia, ocorridas na década de 90, o Governo Collor é eleito e implanta um processo econômico de “congelamento” bancário e estipula novas regras para o recebimento de benefícios da Lei da Filantropia. Diversas leis influenciaram nas mudanças de rumo das instituições filantrópicas, entre elas podemos citar como principais: Lei 8212/91, Lei 8213/91, Lei 8429/92 e Lei 4690/98.

Os maristas também são impulsionados a reorientar suas aplicações financeiras e atender os vulneráveis socialmente, inclusive fora dos colégios. Esse processo motivado pelo Estado, leva os maristas a concretizarem o “discurso” de opção pelos empobrecidos, de vivência da pobreza evangélica, ou seja, ter obras para os vulneráveis torna-se obrigatoriedade via Lei da Filantropia.

Dentro dessa obrigatoriedade, desse impulso, surge a rede de obras sociais maristas, que no espaço social prestam atendimento numa área em que os maristas têm conhecimento e domínio, a educação. As obras sociais nascem num momento bem propício, quando as crianças e adolescentes são destaque no país, ou seja, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é aprovado e divulgado profundamente na sociedade, assegurando assim direitos fundamentais:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária³,

especialmente para os mais desprovidos socialmente, o que se identifica profundamente com o desejo de Champagnat: “Educar as crianças e jovens mais carentes”. Apelo enfatizado pelo Superior-Geral dos Irmãos Maristas, no Capítulo Geral de 1993, quando propõe a construção de, pelo menos, uma obra social em cada província marista do mundo.

Em Porto Alegre a resposta ao apelo é dada em 1994, no Plano Trienal: “Encaminhamos ao Conselho Provincial propostas e alternativas de criação de obras

³ Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. art. 4º.

sociais próprias, uma, pelo menos, em nível de Província, durante o triênio (preferência para o atendimento e a educação de meninos de rua)”⁴. Essa decisão é tomada dentro de um contexto histórico-social, em que existe “pressão” para que as empresas exerçam sua “responsabilidade social” e para que o “cidadão” se torne voluntário, junto aos vulneráveis da sociedade.

Com as mudanças administrativas, também se estabelecem divergências no subcampo marista, pois a maioria dos Irmãos não consegue visualizar sua atuação como religiosos fora dos colégios. As obras sociais acabam representando ameaça, incerteza quanto ao futuro, para a maioria dos Irmãos. Em contrapartida, foi necessário buscar afirmação neste “novo ramo”, e para tanto nada é mais seguro que reproduzir a forma, o jeito marista nas obras sociais e manter uma estrutura educacional já conhecida, já existente nos colégios, que foi sinônimo de segurança para quem estava iniciando obras sociais e também tranqüilizou os críticos. Existe um nome, uma trajetória a zelar e, conseqüentemente, na tentativa de conciliação de discursos (linguagem) e pontos de vista, cita-se que

[...] o trabalho religioso é realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais (BOURDIEU, 1974, p.33).

A falta de conhecimento e experiência com obras sociais não diminuiu a capacidade de negociação e o capital do subcampo religioso marista. Ao contrário, mesmo com certas divergências é possível perceber que o capital simbólico aumenta e

inculca um sistema de práticas e de representações consagradas, cuja estrutura (estruturada) reproduz sob uma forma transfigurada e, portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social e que só consegue produzir a objetividade que produz (enquanto estrutura estruturada e estruturante) ao produzir o desconhecimento dos limites do conhecimento que torna possível, e ao contribuir para o reforço simbólico de suas sanções aos limites e às barreiras lógicas e gnosiológicas impostas por um tipo determinado de condições materiais

⁴ Plano Trienal da Província Marista de Porto Alegre, 1994. p. 93. Doc. de circulação interna.

de existência (efeito de conhecimento-desconhecimento) (BOURDIEU, 1974, p.46).

O fato de os irmãos maristas distinguirem-se socialmente pela forma de se organizarem e pela proposta educacional oferecida à sociedade, lhes confere um status de confiança histórica e previamente construída e que pode ser medido através da (expressiva) adesão mesmo àquelas ações em fase inicial. Bourdieu define que

[...] o domínio erudito de um *corpus* de normas e conhecimentos explícitos, explícita, e, deliberadamente sistematizados por especialistas pertencentes a uma instituição socialmente incumbida de reproduzir o capital religioso, através de ações pedagógicas próprias do subcampo (BOURDIEU, 1974, p.40).

Isso tem garantido aos Irmãos a possibilidade de aumentarem seu capital simbólico, considerando que tais relações de trocas são integradoras e, portanto, frutuosas. Nesse contexto, pretendemos investigar **como se vem constituindo a formação de crianças e adolescentes em obras sociais maristas, desde 1996, no Rio Grande do Sul?**

1.2 CATEGORIA CENTRAL DE ANÁLISE: FORMAÇÃO

Quando nos referimos ao termo formação ou formando deparamo-nos com diversos conceitos existentes e difundidos na linguagem educacional. Na pré-escola o aluno se forma. Ao finalizar o curso superior, também faz formatura.

A conceituação de formação aqui pretendida é aquela que realmente se faz de forma integral e integradora, em que o formando possa adquirir, com o processo formativo, condições suficientes para continuar esse processo mesmo ao sair da instituição, ou seja, é perceber que a formação, através do poder institucional aplica uma forma sobre o formando/educando, que deve adquirir, então, um molde.

Os termos formação, formar, formado(a) derivam-se do termo forma que, em latim, significa 'molde ou meio pelo qual se dá a uma certa matéria, a forma que se deseja'. Formação é a ação pela qual algo se forma, é produzido; é a ação de formar, de organizar, de instituir, de instruir, de educar e seu resultado. E formado(a) é aquele(a) que

recebeu uma certa forma; que foi habituado conforme tal forma ou tal feitio (DESAULNIERS, 1993, p.26).

O termo formação adquire, dentro do campo religioso, conotação obrigatória de vivência de valores, onde estará formado aquele que realmente adquiriu determinadas características do *habitus* deste campo e que as sustentará no espaço social. As orientações educacionais maristas estimulam o educador a despertar nas crianças e jovens o interesse pelos valores próprios do subcampo:

Orientamos os jovens a adotarem a simplicidade como um valor para as suas próprias vidas, encorajando-os a serem autênticos em todas as situações, abertos e verdadeiros, e firmes na suas convicções. Em um mundo impregnado de superficialidade, nós ajudamos a valorizar a si mesmos e aos demais pelo que são, não se deixando seduzir pelo ter e pela fama. Contribuímos também para que valorizem uma vida integrada, equilibrada e baseada no amor, construída sobre a rocha do amor de Deus⁵.

No subcampo religioso marista, falar em formação é também reportar-se ao sistema específico da formação de novos Irmãos, é falar das casas de formação (Juvenatos) onde moram os que estudam e são formados no modelo específico marista de “SER”. Assim, falar em formação dentro dos colégios e obras sociais é, ao mesmo tempo, falar de um “modelo” extraído dos valores evangélicos, em que nada é concretizado ou formado sem a religião, sem o sobrenatural; é criar um *habitus* e fortalecê-lo com novas experiências e formas, o que pressupõe ter uma prática que induza os demais cidadãos à vivência desses valores; “é vestir a camiseta”, assumir-se como tal, mesmo que esse comportamento possa “parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro, e vulgar para um terceiro” (BOURDIEU, 1996, p.22).

Muitas vezes o resultado da formação pode não satisfazer plenamente quem o coordenou, pois as crianças e adolescentes ao ingressarem na obra marista já têm um *habitus* formado e, mesmo com o emprego de toda a força para mudá-lo, isso não acontece, causando uma sensação de frustração nos educadores, que acabam se sentindo incapazes perante tal situação, em que o cidadão permanece apático em

⁵ Cf. Missão Educativa Marista, 2000, p.49.

relação ao que lhe é orientado. A incorporação de valores religiosos é um processo longo e que estrutura o *habitus*, ou seja,

preenche uma função que, em outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção deste mundo como a ação nesse mundo (BOURDIEU, 1996, p.144).

Existe uma maneira própria de formar nas obras sociais maristas, que procura reproduzir o *habitus* incorporado pelos Irmãos Maristas. *Habitus* que até então era “reproduzido” principalmente nos colégios, como forma de garantir e mesmo aumentar o “capital” utilizado nas “trocas simbólicas” feitas no espaço social. A mudança do *habitus* dos cidadãos depende da qualidade da formação e dos resultados capitalizados na relação com os diversos campos sociais, assim como a “subsistência” e o poder dos maristas no campo religioso estruturado e estruturante, demonstra que

[...] a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, 1974, p.34).

1.3 SISTEMA DE HIPÓTESES

1.3.1 A aceitação da mudança na aplicação dos recursos da filantropia foi assimilada com mais naturalidade no subcampo marista quando os Irmãos perceberam que as obras sociais produziram um grande capital simbólico, pois respondiam a uma exigência legal e ao mesmo tempo aos apelos dos Superiores Maristas. Logo foram percebidas como espaço de coerência, pois capitalizam o “voto de pobreza” e as virtudes características dos bons cristãos, adquirindo “status” de obras de “salvação”, aprovadas pelo campo religioso e pelo campo do poder.

De um lado este capital religioso depende do estado, em um outro momento do tempo e da estrutura das relações objetivas entre a demanda religiosa (ou seja, os interesses religiosos dos diferentes

grupos ou classes de leigos) e a oferta religiosa (ou seja, os serviços de tendência ortodoxa ou herética), [...] este capital religioso determina tanto a natureza, a forma e a força das estratégias que estas instâncias podem colocar a serviço da satisfação de seus interesses religiosos, como as funções que tais instâncias cumprem na divisão do trabalho religioso, e em consequência, na divisão do trabalho político (BOURDIEU, 1974, p.57).

O Estado sempre se relacionou de forma compensatória com as instituições sociais, exercendo seu papel às vezes de moderador, outras de intercessor e mesmo de dominador, pois seu modo de regular as atividades é intervindo, seja na Lei da Filantropia, ou em outras ações do campo religioso, demonstrando que

[...] tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras (como, no campo econômico, os auxílios públicos a investimentos ou, no campo cultural, os apoios a tal ou qual forma de ensino), seja através de intervenções jurídicas (BOURDIEU, 1996, p.51).

1.3.1.1 Na última década do século XX, com a intensificação do processo de globalização, o governo brasileiro inicia uma fiscalização mais severa nas entidades filantrópicas, na sua maioria organizações religiosas. A partir desse momento, as entidades maristas vêm-se obrigadas a instaurar atividades de assistência social, aplicando em filantropia 20% dos recursos brutos, que devem ser utilizados para o atendimento de cidadãos socialmente excluídos. Disso decorre um processo de ruptura, já que aprofunda e diversifica as ações maristas voltadas à formação desses cidadãos, ao substituir as bolsas de estudos dos colégios por práticas correspondentes às exigências da Lei da Filantropia, que orienta para a criação de obras sociais.

1.3.2 O subcampo religioso marista tem vinculado a si um rótulo com valores enaltecidos pela sociedade, como a bondade, a solidariedade, o desapego, a humildade, entre outros, e sem questionar o mérito dos valores, pode-se dizer que estes são fundamentais para o aumento do capital religioso, para a manutenção de seu *status*, pois na medida em que

[...] os interesses religiosos (pelo menos no que têm de pertinente para a sociologia) têm por princípio justificar a existência numa dada posição social, a mensagem religiosa capaz de satisfazer a demanda religiosa

de um grupo e, portanto, de exercer sobre ele sua ação propriamente simbólica de mobilização, é aquela que lhes fornece um (quase) sistema de justificativas de existir, enquanto ocupante de uma posição social determinada (BOURDIEU, 1974, p.86).

A preocupação em tornar realidade a opção pelos excluídos aparece também no documento final da VII Conferência Latino-Americana de Provinciais Maristas, no ano de 1991, na qual encontramos o seguinte apelo:

A preocupação pelos pobres leva-nos a descobrir as causas de sua miséria e a libertar-nos de qualquer preconceito ou indiferença para com eles. Torna-nos mais responsáveis no uso dos bens que devemos compartilhar com os mais necessitados. Evitamos escandalizá-los com um teor de vida demasiado confortável. Nossa missão de educadores junto aos jovens compromete-nos a trabalhar pela promoção da justiça.

A vida marista busca, sistematicamente, fortalecer seu capital religioso e construir de forma coerente um “*habitus*” que corresponda aos valores do campo religioso, procurando legitimar-se também entre as classes populares (mais pobres), estando ao mesmo tempo com estes e com os mais abastados, nos colégios particulares. Tudo corresponde, segundo Bourdieu, a dois grandes tipos de organização em que

as demandas religiosas tendem a organizar-se em torno de dois grandes tipos de situações sociais, ou seja, as *demandas de legitimação* da ordem estabelecida próprias das classes privilegiadas, e as *demandas de compensação* próprias das classes desfavorecidas (religiões de salvação) (BOURDIEU, 1974, p.87).

A tentativa de aproximação dos menos favorecidos é constantemente elaborada no subcampo religioso marista, buscando coerência entre linguagem e práxis. O Conselho Geral dos Maristas manifestou-se a respeito no ano de 1998 com um documento intitulado “Na óptica dos pobres”, em que, na página 5, faz a seguinte declaração:

Ver o mundo a partir da perspectiva dos pobres representa para nós, Irmãos Maristas, uma dificuldade: em geral, nossa história pessoal, a formação recebida, nossos recursos, nossas capacidades e a segurança institucional nos impedem situar-nos na intempérie.

Assim, o que era um problema imposto pelo Governo Brasileiro com a Lei da Filantropia, agora também é um apelo do Instituto Marista para todos os Irmãos, ou seja, a pobreza deve ser o critério das decisões, legitimando e aumentando o poder simbólico das obras sociais dentro do próprio subcampo, pois

o trabalho religioso implica um gasto considerável de energia destinada a converter a atividade da dimensão econômica em tarefa sagrada; é preciso aceitar a perda de tempo, o esforço, até o sofrimento, para crer (e fazer crer) que se faz uma coisa diferente daquela que se faz. Há desperdício, mas a lei da conservação de energia permanece válida, porque o que se perde é recuperado em outro lugar (BOURDIEU, 1996, p.197).

1.3.2.1 Na década de 90, o XIX Capítulo Geral define novos rumos à estrutura interna da instituição marista, apontando como prioridade a destinação de mais recursos das Províncias aos vulneráveis e a intensificação da presença dos Irmãos entre eles, sendo que cada Província deveria criar pelo menos uma obra social de bom alcance. A partir dessa orientação, os maristas do Rio Grande do Sul instalaram, em 1996, a sua primeira obra social em Porto Alegre, o CESMAR, que atualmente é a maior da Província do RS. O processo de implantação de tal empreendimento envolve contínuas relações de disputa no interior do subcampo religioso marista e deste com os demais campos do espaço social.

1.3.3 As obras sociais maristas, do ponto de vista ideal do Instituto Marista e das suas orientações religiosas e pedagógicas, buscam evangelizar as crianças e jovens menos favorecidos socialmente, porém não existem orientações e documentos específicos para as obras sociais. Os planos e projetos pedagógicos das obras sociais seguem o padrão já existente nos colégios que atendem a população mais abastada.

Algumas obras sociais funcionam no mesmo espaço físico dos colégios, o que além de impedir a existência de características próprias, gera desgaste pedagógico e alguns conflitos, pois o *habitus* das crianças dos colégios pagos é bem diferente do *habitus* das crianças atendidas nas obras sociais, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

As opções pedagógicas, bem como a forma de gestão adotada, condicionam as obras sociais a determinado resultado, que além de beneficiar e formar o *habitus* do atendido, também contribui para aumentar o poder simbólico (capital) das obras, e assim fortalecer o subcampo religioso marista, mesmo que aparentemente o discurso adotado seja inverso ao dos colégios. Na compreensão popular, as ações religiosas em setores ambíguos geralmente são postas sob suspeita, pois

[...] não se pode ao mesmo tempo, e sem contradições, atribuir à religiosidade popular uma função mistificadora de deslocamento dos conflitos políticos e considerar certos tipos de movimentos religiosos, como as heresias medievais, como uma forma disfarçada da luta de classes [...] (BOURDIEU, 1974, p.47).

O processo de formação implantado nas obras sociais maristas inicialmente entra em crise, pois a metodologia educacional aplicada foi a mesma dos colégios maristas que atendem cidadãos em situação socioeconômica e cultural quase que oposta à dos atendidos nas obras sociais. Tal forma de formar nos colégios, aplicada nas obras sociais, acaba gerando um cenário de ambigüidades, onde a formação do *habitus* não reproduz os valores do subcampo marista.

1.3.3.1 Os fundamentos da pedagogia de Champagnat constituem o ideal da formação de crianças e jovens. O processo de formação que se instaura nas obras sociais maristas é descontínuo. No início seguia o padrão aplicado nos colégios (voltado a segmentos sociais mais abastados); com as exigências da realidade socioeducacional dessas obras, adaptações metodológicas emergem para responder a tais demandas. E recentemente iniciou-se a construção de uma proposta pedagógica que procura fortalecer o *habitus* social e a formação do *habitus* religioso das crianças e adolescentes que participam das obras. Assim, tendem a configurar-se os principais interesses do campo religioso quanto à manutenção e, se possível, à expansão do capital religioso marista junto aos demais campos do espaço social.

1.3.4 Muitos Irmãos aderiram ao convite para trabalhar nas obras sociais e iniciaram diálogos e reflexões sobre temas relacionados à formação de crianças e adolescentes vulneráveis. A falta de experiência dos maristas na área de assistência social contribuiu

para que erros fossem cometidos, motivando críticas e desconfortos entre os próprios Irmãos, pois foi criada uma espécie de divisão ideológica: Irmãos dos colégios e Irmãos das obras sociais, no entanto a busca pelo aumento do capital simbólico era o objetivo comum, demonstrando, assim, que

a unidade aparente destes sistemas profundamente diferentes pode ser facilmente preservada, pois os mesmos conceitos e as mesmas práticas tendem a assumir sentidos opostos quando são usados a fim de expressar experiências sociais radicalmente opostas (BOURDIEU, 1974, p.54).

Apesar das dificuldades, este foi um momento histórico, no qual a Instituição Marista criou nova relação com a sociedade gaúcha.

A incompreensão dos Irmãos, e mesmo de alguns segmentos sociais, em relação à opção pelas obras sociais, pelos “pobres”, gerou um clima de desconcerto e desconforto, pois o que vinha sendo feito há anos da mesma forma (educação nos colégios), agora deveria ser feito diferente, o que poderia passar uma mensagem ideológica oposta para a sociedade, ameaçando, assim, o número de alunos dos colégios, uma vez que os pais, ao optarem por um determinado modelo de educação, implicitamente optaram por uma formação religiosa, por uma forma de formar, buscam “a reprodução da estrutura de distribuição do capital, que se dá na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar” (BOURDIEU, 1996, p.35).

[...] por meio do sistema de preferências que ela produz, encoraja-os a se orientar, em suas escolhas escolares e sociais, em direção a um ou outro pólo do campo do poder, o pólo intelectual ou o pólo dos negócios e adotar as práticas e as opiniões correspondentes (BOURDIEU, 1996, p.43).

1.3.4.1 O fortalecimento e ampliação das ações sociais da entidade marista na condição de filantrópica ocorre no início da década de 90 devido à regulamentação da Lei da Filantropia e às conclusões do XIX Capítulo Geral do Instituto Marista. Nesta perspectiva, a expansão das Obras Sociais Maristas está diretamente associada a pressões internas e externas sofridas pela Congregação Marista, assim como ao jogo

de poder decorrente das relações de disputa advindas das posições e tomadas de posição entre seus dirigentes, os educadores e os vários agentes sociais que atuam nas obras sociais maristas, e destes com os demais agentes, em especial, do campo do poder que interage com tal empreendimento.

1.4 OBJETIVOS

- Demonstrar as mudanças que a regulamentação da Lei da Filantropia ocasionou nas Entidades Filantrópicas, em especial na Província Marista do RS.
- Apontar as ações da Província Marista do RS para responder à Lei da Filantropia na aplicação dos 20%.
- Evidenciar as relações de disputa entre o campo do poder e o campo religioso, bem como as repercussões na fundação das primeiras obras sociais maristas voltadas à formação do cidadão.
- Analisar as principais orientações do XIX Capítulo Geral, que definiram novos rumos à estrutura interna das Províncias Maristas na ampliação das obras sociais.
- Averiguar conquistas e desafios a enfrentar nas relações que se estabelecem entre os maristas e comunidades mais vulneráveis da sociedade, a partir da criação das obras sociais maristas.
- Analisar os conflitos detectados no subcampo religioso marista, provindos das obras sociais, já que não significam consenso entre os irmãos.
- Demonstrar a descontinuidade das ações pedagógicas das obras sociais maristas e suas ambigüidades, motivadas em parte por utilizarem a metodologia dos colégios e em alguns casos utilizarem também suas dependências.
- Evidenciar que a formação do *habitus* nas obras sociais maristas instaura-se através de processos formais e informais, significando esperança e transformação social - o sonho de Champagnat.
- Analisar o impacto da formação do *habitus* religioso, instaurada junto às obras sociais maristas, na vida dos atendidos e de seus familiares.

- Demonstrar, através de iniciativas e ações de Irmãos e Leigos que coordenaram e coordenam as obras sociais, o tipo de modelo de gestão e de planejamento, que pode ocasionar insegurança e até constrangimento nos momentos de troca de coordenação.
- Caracterizar o *habitus* religioso que os maristas buscam instaurar no conjunto das obras sociais do RS, analisando a linguagem utilizada nos depoimentos que relatam o processo de formação religiosa desenvolvido nelas.
- Comentar a expansão das obras sociais maristas e a sua relação direta com as pressões do campo do poder.

CAPÍTULO 2 - IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

As obras sociais maristas se estruturam dentro do campo religioso, com características próprias, e crescem sistematicamente a cada ano, ocupando assim maior espaço dentro da sociedade civil organizada no terceiro setor. Atendem os cidadãos mais vulneráveis da sociedade e são reconhecidas pelos demais campos. Investigar o processo formativo que acontece nessas obras, além de demonstrar o impacto de transformação sobre a sociedade em que elas estão localizadas, estará contribuindo com a educação - a formação - do *habitus* de crianças e adolescentes vulneráveis socialmente.

A temática é pertinente uma vez que também é atual e, no caso das obras sociais maristas, nova, pois estas iniciaram na década de 90 e estão em pleno desenvolvimento, inclusive surgindo novas obras, com características bem variadas. Assim, a investigação pode ser bem profunda, uma vez que as crises e o próprio processo organizativo apenas estão adquirindo consistência. As obras sociais e conseqüentemente a formação nelas desenvolvida é um tema propício e inovador, uma vez que a “forma de formar” o *habitus* das crianças e adolescentes deve ser atualizada constantemente.

Pesquisar a formação nas obras sociais pode colaborar muito na percepção do real impacto que a “formação marista tem na vida das crianças e jovens, bem como auxiliar os responsáveis por esta formação, numa avaliação mais profunda, empirista e científica de seu trabalho, revelando aspectos fundamentais da forma organizativa e de gestão desenvolvidos nas obras sociais maristas, nem sempre perceptíveis, conhecidos.

Por ser uma pesquisa pioneira, levando em conta que as obras sociais maristas do Rio Grande do Sul ainda não foram objeto de pesquisa sociológica, esta pesquisa adquire relevância e destaca-se, conquistando valor de inédita, ao entrar na vida, nas relações e problemáticas existentes nas obras sociais maristas. Somam uma trajetória recente desde a fundação da primeira deste modelo no RS, que é o CESMAR. Esta investigação busca responder a necessidades atuais e desafiadoras dentro das

obras sociais, uma vez que buscam seguir um novo modelo de assistência social instituído pelo Governo Federal no início da década de 90 e que está sendo construído numa perspectiva de atendimento ideal das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, o que demonstra ser uma temática atual, pertinente e de importância fundamental para o subcampo religioso marista, que vem se constituindo há mais de cem anos no RS.

Entre as principais contribuições desta pesquisa, podemos citar a identificação da metodologia utilizada na gestão e organização das obras sociais maristas, sua importância na construção do *habitus* das crianças e adolescentes atendidos e o próprio impacto social que tais obras provocam onde estão inseridas.

A pesquisa quer contribuir demonstrando como se instituiu o processo de formação nas obras sociais através dos valores religiosos propostos pela Instituição. Demonstrar que a formação das crianças e adolescentes é produzida a partir do campo religioso, criando um mecanismo de estrutura (estruturante) que vai continuamente influenciar na construção do *habitus* das crianças e adolescentes.

A pesquisa contribui com a reflexão sobre a formação do *habitus* no subcampo religioso marista, ou seja, nas obras sociais maristas, aprofundando assim um trabalho educacional que prevê a transformação social, especialmente das comunidades mais vulneráveis da sociedade gaúcha. Também se constituirá num meio de ajuda para os que trabalham em obras sociais, ou que fazem suas gestões, uma vez que a pesquisa poderá servir de parâmetro, de matriz comparativa.

Estabelece como embasamento científico a Teoria de Bourdieu, um sociólogo atual e que construiu sua teoria destacando a relevância do campo religioso no espaço social. Por ser atual e também as obras sociais maristas o serem, a pesquisa poderá contribuir especialmente com a aplicação da Teoria dos Campos de Bourdieu nas obras sociais, demonstrando a perspicácia de Bourdieu ao construir sua teoria de maneira tão empírica e ao mesmo tempo militante.

Sem dúvidas, a pesquisa poderá contribuir muito no estudo da formação do *habitus* das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, mesmo que de forma indireta, esclarecendo aos educadores e gestores a

conseqüência de seus trabalhos e das opções “formativas”. As obras sociais poderão adquirir novas formas de se estruturarem, possibilitando uma formação mais adequada e menos escolarizada.

CAPÍTULO 3 - REVISÃO DE LITERATURA

3.1 REVISÃO TEÓRICA

3.1.1 Teoria dos Campos

Esta pesquisa fundamenta-se na Teoria dos Campos, do sociólogo Pierre Bourdieu, com o objetivo de analisar o processo de formação do *habitus* nas obras sociais maristas do RS. Bourdieu é um pesquisador que dedicou boa parte de sua vida na elaboração da Teoria dos Campos e também utilizou seu método de pesquisa para demonstrar a constituição do processo de tomada de posição do cidadão nos grupos sociais. O tema desenvolvido por Bourdieu vai ao encontro da problemática de pesquisa deste trabalho, encontrada nas obras sociais maristas, que por sua vez estão inseridas no campo religioso e tem, em sua missão, o dever de fortificar o *habitus* religioso nos educandos e educadores. A identificação com a teoria do autor permite uma análise mais profunda da realidade a ser pesquisada, pois vai fazer um caminho já percorrido por ele em outras pesquisas, nas quais nos lembra que “[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada [...]” (BOURDIEU, 1996, p.15).

A Teoria dos Campos de Bourdieu, a relação existente entre os diversos campos do espaço social, é construída a partir de estruturas que se organizam por características, ou seja, por identificação, no caso, religiosa ou mesmo econômica. A teoria dos campos nos remete a um entendimento das relações sociais entre os “diferentes”, em que acontece o aumento do capital religioso, que então passa a ser o capital de troca nas relações políticas, econômicas, sociais, religiosas ..., enfim dos diversos campos.

Entre os campos é que acontecem as relações capazes de modificar o espaço social e conseqüentemente atribuir maior ou menor capital aos campos. O interior dos campos é dividido em subcampos que estabelecem trocas, mas também dependem de

capital para sobreviver, ou seja, se o campo religioso perde seu capital, os subcampos religiosos ficam prejudicados e se descapitalizam.

Bourdieu diz que o espaço social é o local ideal para as trocas acontecerem e possibilitarem aos agentes tomadas de posição, envolvendo-os no espaço social, e nos lembra que

todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser, construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, de acordo com os lugares e os momentos (BOURDIEU, 1996, p.50).

A construção teórica proposta por Bourdieu, motivada pela relação entre os campos e o exercício do poder, conduz a pesquisa por linhas que passam impreterivelmente pelo “empírico”, pela estruturação do espaço social e pela descoberta dos mecanismos de economia simbólica. A organização marista no RS, através de suas obras sociais dedicadas à formação de crianças e adolescentes, tem o intuito de estruturar a realidade social, que envolve as obras a partir dos cidadãos, pois a aplicação da Teoria dos Campos possibilita visualizar

a proximidade no espaço social, predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço social serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, seus gostos) e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de mobilizar (BOURDIEU, 1996, p.25),

na execução dos objetivos firmados nos campos.

As obras sociais maristas, situadas no campo religioso, exercem as trocas no próprio campo e com os demais campos, buscando aumentar o capital religioso. Estas obras dialogam de maneira especial com a Teoria de Bourdieu, que desenvolve o tema da formação do *habitus* religioso nos textos escritos por ele, sempre lembrando que

[...] o trabalho específico de socialização tende a favorecer a transformação da libido originária, isto é, dos afetos socializados constituídos no campo doméstico, nesta ou naquela forma específica de

libido, graças, sobretudo, à transferência desta libido em favor de agentes ou instituições pertencentes ao campo (por exemplo, no caso do campo religioso, grandes figuras simbólicas como o Cristo ou a Virgem, sob suas diferentes figuras históricas) (BOURDIEU, 2001, p.199).

Bourdieu, nos seus conceitos, procura dar respostas satisfatórias às problemáticas do espaço social, ampliando os objetos de análise sociológica em relação às demais teorias sociais, dando ao poder, ao religioso, ao ensino, ao econômico, ao simbólico ... atenção especial, como objetos preferenciais de análise. Bourdieu tem uma lógica em sua tipologia, produzindo uma definição objetiva quando retrata o espaço social e suas estruturas.

Todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser, construindo o princípio gerador que funda diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, de acordo com os lugares e os momentos (BOURDIEU, 1996, p.50).

A formação do *habitus* ganha destaque em sua teoria por representar o caminho a ser percorrido na transformação dos cidadãos e conseqüentemente do espaço social, ou seja, o agente é resultado das experiências incorporadas durante sua vida, afinal o *habitus* religioso representa uma fonte de valores e tradições típicas que tem por função

dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. [...] O *habitus* é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas (BOURDIEU, 1996, p.22).

O conceito de *habitus* não quer significar “pré-destinação”, ou a imutabilidade, não tem por objetivo tornar o agente ou o espaço social algo fechado, mas quer demonstrar a dificuldade em modificar uma estrutura, algo já solidificado, rígido ..., que é o *habitus*, assim definido:

[...] o *habitus* é uma estrutura interna sempre em via de reestruturação – não se pode jamais considerar que as estruturas do *habitus* são fixadas uma vez para sempre. Mas, todo *habitus* possui uma forte inércia (ACCARDO, 1983, p.148).

A definição de *habitus* é essencial na formulação da Teoria dos Campos, pois Bourdieu procura tornar visíveis os jogos de relações que acontecem “nos” e entre os diferentes campos, nunca esquecendo as experiências e manifestações dos agentes nos mais diferentes grupos, local onde o *habitus* é posto à prova, onde ele se torna uma prática, uma manifestação social do que lhe foi passado como formação, como educação e que também o limitou, pois

receber uma educação é receber em regra geral uma educação ligada a uma posição de classe. A posição do agente na estrutura de classes conduz à constituição de um *habitus* de classe (ou de fração de classe). O *habitus* de classe é o denominador comum das diferentes práticas de um mesmo agente (ACCARDO, 1983, p.153).

O campo religioso interage constantemente com o campo do poder, onde as relações de troca se solidificam e levam os demais campos a buscarem soluções e se relacionarem entre si, fazendo as trocas simbólicas em busca do aumento do capital.

O campo do poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a ‘taxa de câmbio’ entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder (no caso francês, o campo das grandes escolas), são ameaçados (BOURDIEU, 1996, p.52).

A Teoria dos Campos busca dar conta de questões surgidas nas relações entre os diversos campos, estabelecendo uma matriz de análise mais audaciosa, empírica e atual, que compreenda os emaranhados do jogo social, em que a meta buscada é o aumento do capital simbólico e da barganha nas relações de troca entre os campos e subcampos.

3.1.2 Campo Religioso

O campo religioso é visto por Bourdieu como um local onde as relações se estabelecem de forma a congregar forças de outros campos, através das trocas. O capital do campo religioso é “transcendência e valores evangélicos”, que o colocam num patamar divinizado, criando a imagem de que o campo religioso é

[...] um campo relativamente autônomo, que se faz acompanhar por um processo de sistematização e de moralização das práticas e das representações religiosas que vai do mito como (quase) sistema objetivamente sistemático à ideologia religiosa como (quase) sistema expressamente sistematizado [...] (BOURDIEU, 1974, p.37),

No campo religioso podemos aplicar recortes e chegarmos aos diversos subcampos, que constantemente necessitam fazer trocas para aumentar seu capital religioso, buscando uma certa posição social, uma autonomia na ação, mesmo que subordinados, simbolicamente, às orientações do campo religioso, isto porque

[...] a transformação da mensagem no sentido da moralização e da racionalização pode resultar, ao menos em parte, do fato de que o peso relativo das funções que se pode considerar internas cresce na medida em que o campo amplia sua autonomia (BOURDIEU, 1974, p.43).

Segundo Bourdieu, as diversas organizações religiosas encontradas no campo religioso se estruturam em subcampos e exercem sua missão buscando ser coerentes com os valores religiosos do campo, que são repassados aos agentes e grupos sociais dentro da estrutura organizativa, seja ela educacional, social, religiosa..., no intuito de aumentar a abrangência e adesão à proposta. No Brasil, cabe um destaque especial:

as crenças e práticas comumente designadas cristãs (sendo este nome a única coisa que têm em comum) devem sua sobrevivência no curso do tempo à sua capacidade de transformação à medida que se modificam as funções que cumprem em favor dos grupos sucessivos que as adotam (BOURDIEU, 1974, p.52).

3.1.3 *Habitus*

Na busca de um entendimento mais completo das construções sociais e das relações do cidadão, Bourdieu empenhou-se em demonstrar e provar que a pessoa desenvolve e incorpora experiências vividas ou sofridas durante a vida, especialmente durante os primeiros anos, formando assim o *habitus*, que vai influenciar nas decisões e tomadas de posição deste cidadão.

O *habitus* não é algo mágico ou inexplicável, ou um conceito que vai resolver toda a problemática da pessoa e da sociedade em suas relações, porém compreendendo-o no contexto da teoria de Bourdieu, é possível evidenciar as trocas e capitalizações que acontecem entre os agentes, nas relações entre os campos, uma vez que as experiências de grupo também retratam e fortalecem.

Falar na construção do *habitus* e conseqüentemente na sua duração não é ser dogmático ou afirmar que o *habitus* foi construído deste jeito, é assim e permanecerá sempre assim. É, sim, dizer que da mesma forma como ele foi construído através de experiências, também poderá se modificar com novas experiências, porém a sua transformação será mais difícil, mais demorada, pois o conjunto de disposições e compreensões de fatos assimilados deverá ser transformado, reconstruído, re-compreendido. O *habitus* “[...] não é destino [...] ele é durável, mas não imutável, [...] o *habitus* se temporaliza no próprio ato através do qual ele se realiza” (BOURDIEU, 1992, p.113).

Bourdieu nos recorda que o conhecimento adquirido pelo agente pode ser utilizado como capital nas relações de troca existentes no espaço social. O *habitus* vai possibilitar que o agente se relacione com o campo social, colocando em prática todas as suas experiências, de forma nova, empreendedora e capaz de gerar capital. Por isso a importância de experiências “fortes” e ao mesmo tempo positivas na vida do agente, independente do grupo social do qual faz parte, até porque a possibilidade de estruturação na vida do agente vai depender das novas experiências, sintonizadas ou opostas às passadas, pois

[...] o *habitus* é toda experiência passada incorporada ao nosso ser, toda nossa história inscrita no mais profundo de nós mesmos sob a forma de predisposições a fazer, dizer, sentir, pensar isso ou aquilo, como é isto ou como é aquilo – é uma verdadeira bússola interna que permite nos orientar no espaço social (ACCARDO, 1983, p.145).

O *habitus* é manifestado nas ações, a partir das predisposições, nas decisões que são tomadas, ou seja, ele não é algo distante ou não perceptível. É o parâmetro utilizado nas respostas e nas decisões, é o conjunto de noções incorporadas que muitos chamam de valores, capaz de condicionar as estratégias utilizadas nas diversas situações.

O comportamento do agente no espaço social vai depender de seu *habitus*, ou seja, sua participação no jogo vai estar condicionada a seu *habitus*, que representa suas forças, inclusive as físicas, pois o *habitus* não é só intelecto, mas é pessoa, é corpo, afetividade, sexualidade, disciplina e motivação que leva o agente a entrar no jogo.

O *habitus* como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. Nada é simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom jogador. [...] O *habitus* como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas (BOURDIEU, 1990, p.82).

A noção de *habitus*, segundo Bourdieu, demonstra que o agente vai jogar conforme predisposições e experiências construídas anteriormente, e que fizeram dele alguém que sempre estará ligado a sua história, a experiências vividas anteriormente e que o definem como tal, com suas características e modo de jogar no espaço social.

A formação do *habitus* religioso das crianças e adolescentes é um tema que se constitui como fundamental e conflituoso no espaço social, pois é na formação destes que se definirá o adulto e conseqüentemente as relações estabelecidas no espaço social. Bourdieu em sua teoria busca responder a estas inquietações pesquisando o agente social, suas ações e reações. Busca compreender as tomadas de posição que identificam o agente com o grupo social, procurando compreender onde o capital simbólico é disputado, qual a força (*illusio*) que o motiva.

Bourdieu descreve a importância da formação do *habitus* para que valores sejam incorporados e contribuam para o aumento de capital simbólico da Instituição que os difunde no espaço social. A construção do *habitus* garante que determinado grupo social tome posições favoráveis à Instituição geradora de valores, ou então contrárias, definindo assim o aumento ou não do poder simbólico da Instituição.

3.1.4 Espaço Social

Na Teoria dos Campos, Bourdieu apresenta suas propostas com um entendimento estruturalista, porém quer sugerir uma nova visão sobre as teorias classistas que encontram nesta divisão as explicações para os problemas sociais.

O espaço social é o local onde as relações dependem mais do poder simbólico que propriamente do econômico, pois a troca entre os campos existe mesmo sem dinheiro, com o uso do capital simbólico. No espaço social acontecem as relações de poder e de troca, onde o capital simbólico (religioso) é capitalizado ou mesmo desvalorizado. O espaço social é o local onde a “matéria” não significa necessariamente capital ou poder, pois o mundo social, mesmo sendo complexo, deve ser pensado de maneira não substancialista, materializada. Bourdieu (re)conceitua sociedade, apresentando uma nova forma de interpretação dos fenômenos sociais. Chama de “Espaço Social” o local onde acontecem todas as relações, trocas e ações.

3.1.5 Campo do Poder

Bourdieu, em sua teoria, não reduziu o poder a ações isoladas de pessoas, mas procurou defini-lo na essência como força de ação nos elementos dos campos, particularmente do campo social, econômico e político, que com suas ações desencadeiam no espaço social o poder, que pode existir como forma de organização, ou então como mecanismo de dominação. Então, diferentemente de outros teóricos, Bourdieu não se contenta em reduzir o poder ao que chamamos de “autoritarismo”, ou dominação, mas amplia a percepção buscando nas entrelinhas dos três campos (político, social, econômico) a sofisticação do surgimento do poder, que nem sempre é

personalizado ou materializado, mas também é expressado de forma simbólica, fazendo “do poder simbólico, poder subordinado, uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 15).

Bourdieu fundamenta o poder no espaço social, o que obrigatoriamente levamos a buscar explicações sobre o poder na Teoria dos Campos, nas relações que se estabelecem dentro do espaço social, possibilitando ao poder adequar-se ao *habitus* existente nos campos, o que ao mesmo tempo dá uma identidade própria no exercício do poder a cada organização. Dificilmente encontraremos a mesma forma de exercer o poder em uma instituição religiosa e um partido político. O que pode acontecer é encontrarmos metodologias semelhantes, porém aplicadas de forma diferente.

Bourdieu, quando fala de poder simbólico, lembra que as pessoas vivem e convivem com o poder, e mesmo quem diz não ter poder, poderá utilizar-se desta tomada de posição para exercer o poder, que aparecerá na forma simbólica, na capacidade de gerar trocas, o que não significa que o poder é irreal ou que não exista.

3.1.5.1 Campo Social

No campo social as relações e as tomadas de posição são mais caracterizadas, pois aí é que os agentes se encontram e estabelecem grupos que na maioria das vezes independem das regras dos demais campos, pois no campo social encontramos desconstrução de formas de poder que existem nas diversas organizações do espaço social. Para Bourdieu o campo social é onde os agentes são reconhecidos como representantes dos diversos campos, mas ao mesmo tempo utilizam o campo social para neutralizar o poder simbólico adquirido no exercício de determinadas funções e cargos.

O campo social também concentra em si o capital social, que para Bourdieu é simbólico e colabora com as tomadas de posição. Ele descreve

o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema

multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão segundo a composição do seu capital – quer dizer segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (BOURDIEU, 2002, p. 135).

Então, estar no campo social é garantir sua posição e mais ainda, tornar seguro que poderá exercer sua representatividade, ser reconhecido como tal, ou seja, identificado como agente que tem determinadas características e é “possuidor” de um capital simbólico que lhe garante em determinada posição, que mudará conforme a movimentação dos demais agentes do campo.

3.1.5.2 Campo Econômico

Se buscarmos em Bourdieu argumentos para justificar o poder econômico como algo meramente financeiro, ou monetário, não encontraremos, pois ele, ao invés de reduzir, amplia a compreensão do campo econômico, colocando-o em contato com os demais campos e grupos sociais, através das trocas. O espaço social se mantém em contato permanente com o campo econômico, seja através do poder de troca real ou virtual, através do poder financeiro, ou mesmo simbólico, permitindo assim que no campo econômico as trocas e o aumento de capital aconteçam permanentemente, não significando necessariamente compra ou venda, mas segundo Bourdieu,

podemos utilizar a economia das trocas simbólicas como analisador da economia da troca econômica, também podemos, inversamente, pedir à economia da troca econômica que sirva de analisador das trocas simbólicas (BOURDIEU, 1996, p.168).

A Teoria dos Campos busca compreender e responder às grandes questões presentes no mundo. Preocupa-se de maneira especial com a economia e as exclusões sociais que esta provoca, causando danos irreparáveis aos agentes e aos diversos campos.

As trocas simbólicas necessitam de uma “moeda” simbólica, que Bourdieu chama de capital simbólico, capaz de “movimentar” a economia, sem ao menos utilizar os bancos para isso. Lembra ainda que, numa perspectiva de futuro, podemos

supor que a teoria econômica [...], em vez de ser modelo fundador, deve antes ser pensada como um caso particular da teoria dos campos que se constrói pouco a pouco, de generalização em generalização e que, ao mesmo tempo permite compreender a fecundidade e os limites de validade de transferências (BOURDIEU, 2002, p.69).

3.1.5.3 Campo Político

Na Teoria dos Campos, Bourdieu integra o campo político ao campo econômico e ao campo social, formando assim o campo do poder. O campo político não pode ser confundido com a estrutura política de determinado partido político. O que Bourdieu propõe não é o isolamento deste campo em relação aos demais, ou seja, a auto-existência deste campo.

O campo político mantém uma forte influência na organização do espaço social, seja através dos agentes que o representam, seja através de sua organização, em especial o Estado (governos) que muitas vezes especializa-se na “utilização” do poder, pois

o Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores (BOURDIEU, 1996, p.99).

O campo político influencia diretamente todos os campos do espaço social, e conseqüentemente é influenciado pelos campos mais organizados, pois seus agentes são representantes dos mais variados campos e subcampos do espaço social, o que gera uma participação que pode ser apenas aparente, ou mesmo estruturada para manter a dominação e exclusão, capaz de desconstruir os diferentes *habitus*, ou mesmo de transformá-los em capital que represente unidade.

3.2 REVISÃO TEMÁTICA

A descontinuidade verificada na gênese e estruturação das obras sociais maristas, como também a respectiva formação proposta a crianças e adolescentes dos segmentos populares, está associada à dinâmica estrutural do campo religioso e a sua articulação, ao mesmo tempo interativa e conflitiva, com a dinâmica estrutural dos campos social, econômico e político, no decorrer do tempo⁶.

Esta perspectiva teórica que fundamenta a presente pesquisa perpassa igualmente toda a revisão temática no decorrer da análise de diversas teses e dissertações, visando captar os elementos passíveis de complementar e mesmo tensionar o objeto privilegiado nesta pesquisa. A triagem feita até o momento tem demonstrado que o tema *obras sociais* vem sendo abordado por diferentes áreas do conhecimento, dentre elas: Educação, História, Administração, Ciências da Religião, Serviço Social.

As considerações a seguir procuram destacar o grau de relação das tais produções, em especial, os elementos que se associam com a ‘lente’ utilizada por Pierre Bourdieu ao analisar fenômenos que se situam no âmbito da literatura revisada.

Observa-se, através das diversas dissertações localizadas, que apesar de o enfoque principal destas não se originar especificamente nas obras sociais maristas, buscam também destacar o esforço realizado por estes religiosos na reprodução de um sistema de valores que se concretiza através de ações religiosas executadas em entidades educacionais. Exemplo é a pesquisa realizada num colégio marista de Porto Alegre, onde a formação é baseada nos princípios do Fundador dos Maristas. Ela demonstra que “o referencial teórico embasa a temática da educação de valores, em especial os da educação marista, fundamentada na obra de Marcelino Champagnat” (SCHNEIDER, 1997).

Na busca de elementos que demonstrem a formação, e conseqüentemente a educação como “resultado” do capital investido nestas obras, foram captadas

⁶ A problemática desta pesquisa articula-se com referenciais utilizados por DESAULNIERS; Julieta B. R. em sua Tese de Doutorado, intitulada Trabalho: A Escola do Trabalhador? Defendida na UFRGS no ano de 1993. As informações acima registradas foram extraídas entre as páginas 60 a 84 da referida tese.

contribuições importantes nas pesquisas já realizadas, apesar de não utilizarem o mesmo método. O “sistema organizacional” de uma obra social marista tem características próprias dentro do subcampo, o que não a isola das demais, e este argumento sustenta-se nas pesquisas já realizadas e que de alguma forma contribuem com o investimento social feito pelos maristas no RS, que ainda está em expansão.

Na tese de doutorado de Janette Brunstein, a problematização também foi “estruturada” a partir da formação das crianças e adolescentes e teve como objetivo

estudar e problematizar as ações ditas complementares à escola, desenvolvidas por organizações não governamentais, com a intenção de mostrar como instituições da sociedade civil vêm não só respondendo a uma necessidade de formação da criança e do adolescente, para além daquela oferecida pelas escolas, mas também vêm desenvolvendo novas formulações sobre educação (BRUNSTEIN, 2003, USP).

No momento em que se optou pelas obras sociais maristas como problemática de pesquisa, obrigatoriamente se iniciou a correlação com aspectos fundamentais destas, que as fazem “existir”. Os cidadãos atendidos nelas, no momento em que recebem formação marista, passam a interagir com o subcampo religioso marista, definido por eles de “família marista”, onde a formação até então recebida confronta-se, ou encontra-se, com aquela proposta pelas obras sociais maristas. Esta relação, propositadamente tensionada com a teoria de Bourdieu, é capaz de fazer surgir hipóteses das mais variadas, que somente poderão ser verificadas através de pesquisas. A existência de pesquisas já realizadas possibilita encurtar caminhos.

Explorar, através da pesquisa, o campo social possibilita o surgimento de variantes que geram o mesmo interesse em organizações diferentes e que procuram respostas científicas. As obras sociais maristas estão inseridas neste contexto e estão sendo “observadas” sob um novo olhar, o de ser uma organização social, não mais como centro de caridade, ou distribuição de alimentos, mas como local onde as “relações entre educação e religião são a base para um novo modelo de prática religiosa que estabelece o encontro da essência e da formação da cidadania do indivíduo” (LEAL, 2003, UCG).

Apresentamos a seguir elementos centrais de dissertações e teses realizadas nos últimos anos, que auxiliarão a pesquisa, especialmente para contextualizar o tema pesquisado e os caminhos escolhidos pelos pesquisadores:

1- Os maristas franceses vieram para o Brasil respondendo ao convite da Igreja oficial e por causa das revoluções existentes na Europa. Mesmo não tendo trazido muitos bens materiais, trouxeram experiências pessoais e culturais, já firmadas em suas personalidades, o que conseqüentemente foi reproduzido aqui. E, no ano de 2003, foi pesquisado por Kate Fabiani Rigo, numa tentativa de compreender o conflito surgido entre os maristas franceses e os conselhos escolares das regiões teuto-católicas (RIGO, 2003).

2- A pesquisa desenvolvida por Silva investiga o objetivo central dos maristas em colégios e obras sociais, ou seja, procura “provar” a tentativa incansável de realizar o que Champagnat deixou como legado, como missão para os maristas: “formar bons cristãos e virtuosos cidadãos”. A problemática foi investigada no Colégio Marista de Uberaba, que se encontrava envolvido por um contexto religioso que permitia e impulsionava a reprodução de valores e crenças capazes de intensificar a identidade católica, o que não se diferencia muito do contexto das obras sociais do Rio Grande do Sul, pois a proposta de pesquisa procura estabelecer este vínculo entre o subcampo religioso marista e a afirmação deste no espaço social (SILVA, 2004).

3- O direcionamento da pesquisa para as obras sociais maristas deduz que se está investigando uma problemática que adquiriu grande amplitude dentro do espaço social, capaz inclusive de modificar perspectivas e conceitos até então sustentados dentro dos campos. O diálogo da pesquisa com os colégios maristas, mesmo que de forma indireta, consegue traduzir a proposta de Bourdieu manifestando que os diversos campos sociais são dependentes e só conseguem permanecer como tais se reproduzirem o capital simbólico que detêm.

A mesma compreensão nos é apresentada por Janete Brunstein, que demonstra que a educação informal – base dinâmica das obras sociais maristas – cada vez mais ocupa espaços da educação formal, mesmo não sendo escolas, o que não significa que deixam de ser instituições de educação, proporcionando assim espaços

formativos alternativos. A mesma construção se faz quando procuramos, através desta pesquisa, compreender as diversas relações e a constituição das obras sociais maristas dentro de uma valorização permanente dos campos (BRUNSTEIN, 2003).

4- Pesquisar o campo religioso e mais especificamente dentro deste, o subcampo marista, é conhecer o ponto de encontro entre religião e educação, pois a característica desta entidade é reproduzir seu capital religioso no espaço social através da educação, o que não é incompatível inclusive com outras entidades e setores do espaço social, significando assim uma realidade existente. Tal realidade já foi pesquisada nas cidades de Canoas e São Leopoldo, procurando compreender e confrontar as práticas sociais religiosas e as práticas de assistência social.

A pesquisa foi desenvolvida de forma empírica, tendo presente inclusive o contato com as pessoas envolvidas neste processo, através da presença constante no “meio” pesquisado. A proposta aqui apresentada também procura envolver-se ao máximo com o “meio” pesquisado, sem deixar-se “cegar” por este, mas recolhendo o máximo possível de informações para que estas possam deixar mais profunda e científica a pesquisa (PINHEIRO, 2003).

As teses e dissertações aqui relacionadas com a pesquisa proposta estabelecem relações entre as diversas áreas acadêmicas em torno de um mesmo tema, no caso, obras sociais maristas do RS. A pesquisa proposta pretende investigar de forma dinâmica as obras sociais, interagindo com ações desenvolvidas e perspectivas de gestão do campo religioso, o que possibilitará o tensionamento entre a produção do capital simbólico (formação) e a teoria de Bourdieu (campo religioso e campo do poder)⁷, visto que as obras sociais maristas só aumentam seu poder simbólico na medida em que conseguem incorporar o *habitus religioso marista* nos cidadãos atendidos.

⁷ Ver demonstração desta construção dentro da pesquisa no quadro “Diagrama”, que se encontra abaixo, no título 4.4.1 e expressa o tensionamento proposto no corpo de texto desta citação.

3.3 SOBRE A UNIDADE DE PESQUISA

A unidade de pesquisa refere-se à investigação proposta ao Caso Exemplar – CESMAR-, que faz parte da rede de obras sociais organizada e coordenada pela Província Marista do RS através da Comissão de Assistência Social (COAS). Devido ao pouco tempo de existência destas – em torno de dez anos – é pequeno o volume de material publicado sobre elas, reduzindo-se a produções internas, apresentadas em diversas revistas, jornais e material de publicidade. Após levantamento do material a ser pesquisado e que estava à disposição, foi selecionado o que consta na listagem apresentada abaixo:

- RODRIGUES, Nadir Bonini. Assim nossos Irmãos Maristas escreveram: 1897-1941. Porto Alegre: Epecê, 1997.
- RODRIGUES, Nadir Bonini. Ação inovadora dos irmãos maristas no sul do Brasil: 1900-2000. Porto Alegre: Epecê, 2000.

- Coleção que percorre a história marista no Rio Grande do Sul, apresentando os principais acontecimentos que construíram o subcampo religioso marista. Constam nos livros trechos de atas e de anais das comunidades religiosas maristas. Foi explorado na pesquisa o “veio” da solidariedade, ou seja, das ações sociais que caracterizaram os maristas do RS, na perspectiva de compreensão do processo de implantação das obras sociais e da formação de crianças e adolescentes vulneráveis.

- Conclusões da VII Conferência Latino-Americana de Provinciais Maristas. Guadalajara, 1991.
- Conclusões da IX Conferência Latino-Americana de Provinciais Maristas. Cochabamba, 1999.

- Ambas conclusões são resultado de Conferências realizadas com Irmãos Maristas da América Latina para definir as diretrizes do subcampo na perspectiva religiosa e social. As conclusões contêm os principais passos para a reprodução do *habitus* marista, bem como a quais grupos sociais devem ser direcionadas as ações. A

opção pelos pobres é tratada com prioridade, ocupando grandes espaços das conclusões, intensificando os apelos para abertura de obras sociais.

- Revista mensagem. Refundação, herdeiros do teu espírito. Roma: Irmãos Maristas, 1998. nº 25.
- Revista Mensagem. Champagnat. Roma: Irmãos Maristas, 1999. nº 26.
- Revista Mensagem. Os novos rostos de Marcelino Roma: Irmãos Maristas, 2000. nº 28.
- Revista Mensagem. Relatório do Ir. Superior-Geral e seu conselho ao XX capítulo geral. Roma: Irmãos Maristas, 2001. nº 29.
- Revista Mensagem. Presença marista entre os pobres. Roma: Irmãos Maristas, 2001. nº 30.
- Revista Mensagem. Resultados da sondagem inicial. Roma: Irmãos Maristas, 2001.

- A revista Mensagem é uma publicação do Governo Geral dos Maristas, editorada em Roma, contendo artigos das Províncias do mundo inteiro. É um recurso estratégico e atualizado para falar das ações sociais, em favor dos empobrecidos, dos maristas. Traduz a linguagem da coordenação mundial dos maristas, orientando as ações e expondo as ações já realizadas em nível mundial. Contribui muito na pesquisa para compreensão do cenário mundial do subcampo marista, aponta pistas para o futuro.

- AZZI, Riolando. História da educação católica no Brasil – contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Loyola, 1999. Vol. 3.
- AZZI, Riolando. História da educação católica no Brasil – contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: FTD, 2005. Vol. 4.

- Azzi é um historiador que foi contratado pelos maristas para escrever a história de um século de presença marista no Brasil. Escreveu quatro volumes retratando essa história e demonstrando quais foram as trocas utilizadas para que os maristas pudessem aumentar seu capital simbólico nas negociações com os demais

campos. O historiador preocupa-se muito com o caráter educacional, com a forma de formar implantada nos diversos colégios e obras maristas. Os volumes 3 e 4 contêm vasta informação sobre os colégios e o início das obras sociais.

- Álbum do centenário da presença marista no Brasil. São Paulo: FTD. 1997.

- Contém informações particulares das comunidades, colégios e obras sociais maristas, inclusive situando o leitor com fotografias. Informa data de fundação das obras, localização, perfil, enfim traz de maneira sucinta informações úteis para comparativo e compreensão da “missão” da obra marista.

Sítios utilizados na pesquisa, relacionados diretamente à unidade de pesquisa:

- www.maristas.org.br, página oficial da Província Marista do RS. Contém informações relacionadas com as diversas atividades realizadas no subcampo. Contém notícias e matérias de divulgação das obras sociais, inclusive do CESMAR.
- www.marista.org.br, página da Província do Centro-Sul, que contém vasto material sobre obras sociais e educação marista.
- www.filantropia.org.br, página ligada a Organizações do Terceiro Setor e que se preocupam especialmente com notícias e legislação que regulamenta as Entidades Filantrópicas.
- www.fms.org.br, página oficial do Governo Geral marista, está traduzida em quatro idiomas.
- www.cnas.gov.br, página oficial do Conselho Nacional de Assistência Social. Além de dispor das mais variadas informações legais sobre a filantropia, se preocupa em articular as políticas públicas relacionadas às obras e projetos sociais do País. É o órgão máximo nas questões de Assistência Social.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

4.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Esta dissertação fundamenta-se na teoria de Bourdieu, que prioriza a fundamentação histórica⁸ na construção teórica, fazendo pesquisa de forma empirista, ou seja, acredita que a pesquisa “apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza” (BOURDIEU, 2002, p.59). É sua proposta desvendar os movimentos do espaço social escondidos dos olhares cotidianos, possibilitando pesquisar com profundidade os temas, sem necessariamente se afastar do local pesquisado. Sua proposta teórica convida o pesquisador a um “banho de realidade” na hora da pesquisa, “sem deixar o rigor científico no momento da análise, que deve ser metódica e resultado de trabalho dedicado” (DESAULNIERS, 1993, p.85).

Empreender uma pesquisa sobre as obras sociais maristas, tendo como caso exemplar o CESMAR, é analisar o campo religioso marista inserido no espaço social, um processo que considera as relações de poder entre os vários campos, como estrutura estruturante que, segundo Bourdieu, forma o *habitus* e produz capital simbólico. Perceber e investigar os caminhos, as relações que possibilitam a formação do *habitus* e conseqüentemente o capital simbólico exige do pesquisador muita atenção e disposição em aplicar métodos científicos adequados, que dêem resultado, ou como o próprio Bourdieu diz: “o método só se vê bem pelos resultados que produz e, quando é exigente, a sua aplicação requer muita inteligência e invenção e também muito trabalho”(BOURDIEU, 2002, p.60).

Utilizar a teoria de Bourdieu é procurar relativizar algumas posições dogmáticas da Sociologia tradicional e perceber que temos muito de irreal, ou “não concreto” nas

⁸ Conforme Bourdieu, Georges Canguilhem “produziu uma contribuição decisiva para a epistemologia histórica ou, mais, para a historicização da epistemologia, para a análise rigorosa da gênese dos conceitos científicos e dos obstáculos históricos à sua emergência, sobretudo por meio de descrições clínicas das patologias do pensamento científico, das falsas ciências e dos usos políticos da ciência, em especial da biologia” (BOURDIEU, 2005, p.58).

relações e trocas feitas constantemente entre os diversos campos, especialmente com o religioso que por vezes parece desconectado do espaço social, ou mesmo independente dele, talvez porque

a autonomia do campo religioso afirma-se na tendência dos especialistas de fecharem-se na referência autárquica do saber religioso já acumulado e no esoterismo de uma produção quase acumulativa [...] (BOURDIEU, 1974, p.38).

Entende-se que a pesquisa científica tem a preocupação de captar e demonstrar as relações do objeto investigado com o seu grau de inserção na realidade, mesmo que os dados contrariem a “análise visionária” do pesquisador. Desta forma, ele deve ser suficientemente astuto a ponto de construir possibilidades viáveis e que possam se opor ao convencional, ao dito como “correto” numa forma de “ruptura epistemológica, o que implica em ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do senso comum” (BOURDIEU, 1989, p.49).

A problemática desta pesquisa foi construída a partir de um problema que, tensionado pela teoria, privilegia uma categoria central de análise, ao mesmo tempo que instiga a construção de um sistema de hipóteses. Operacionalizar tal dinâmica envolve um processo de desconstrução teórica, ou seja, desencadear procedimentos metodológicos em que a problemática se transforme em instrumentos de pesquisa, tais como: dimensões, indicadores, técnicas, etc. Assim, o pesquisador dispõe de ferramentas que lhe possibilitam categorizar, observar, mensurar o fenômeno a ser investigado com base no *bom senso* (teoria) e não no *senso comum*.

Para concretizar a pesquisa importa fazê-la utilizando várias fontes e recursos, mesmo que para tanto a pesquisa tenha que se constituir através das mais diversas formas, não só pela análise do pesquisador, que contará com suas constantes vivências, considerando que o objeto de pesquisa não lhe é desconhecido e tampouco estranho. O fato de o pesquisador estar inserido na organização como um de seus agentes, possibilita-lhe o acesso mais amplo a pessoas, dados e documentos mais restritos da unidade investigada, o que não dispensa uma constante vigilância

epistemológica para lhe garantir o rigor científico necessário ao trabalho que está sendo realizado.

Em outros termos, serão fundamentais os momentos de análise do subcampo pesquisado por meio de diálogos, entrevistas, comparações e mesmo de isolamentos para compreender e fundamentar a pesquisa, como meios de objetivação da pesquisa. O que exigirá do pesquisador, igualmente, um distanciamento para observar ações e jogos existentes entre os agentes pesquisados. É importante destacar o alerta feito por Bourdieu, de que

o fato de ser ao mesmo tempo sujeito e objeto na análise, redobra uma dificuldade muitíssimo comum da análise sociológica, o perigo de as 'intenções objetivas', apreendidas pela análise, parecerem intenções deliberadas, estratégicas intencionais, projetos explícitos e, no caso particular, a intenção consciente ou quase cínica de preservar um capital simbólico ameaçado (BOURDIEU, 2005, p.96).

Bourdieu orienta o pesquisador para que sua presença seja intensa no meio pesquisado, inclusive no momento em que ele assume um determinado ponto de vista, sugerindo que se coloque:

[...] em pensamento no lugar que, escritor, pintor, operário ou empregado de escritório, cada um deles ocupava no mundo social: o sentimento de apreender uma obra e uma vida no movimento necessário de sua realização, [...] (BOURDIEU, 2005, p.134).

Uma pesquisa de “gabinete” pode tornar a análise sem sentimentos, ou mesmo sem “vida”, incapaz de perceber com profundidade o “porquê” da ação ou tomada de posição do agente.

A metodologia seguida nesta investigação privilegia a categoria central de análise: *formação* e a problemática de pesquisa, sob o foco constante da teoria de Bourdieu, através da operacionalização e sistematização da pesquisa efetuando a construção dos instrumentos de coleta de dados para o seu respectivo levantamento. Assim, espera-se dispor dos materiais necessários para a análise da problemática da pesquisa, pois “caso não se possa verificar pela experiência, verifica-se pela

multiplicação de observações. A ciência é a aventura da razão humana que tenta dialogar com os dados e os fatos” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p.147-148).

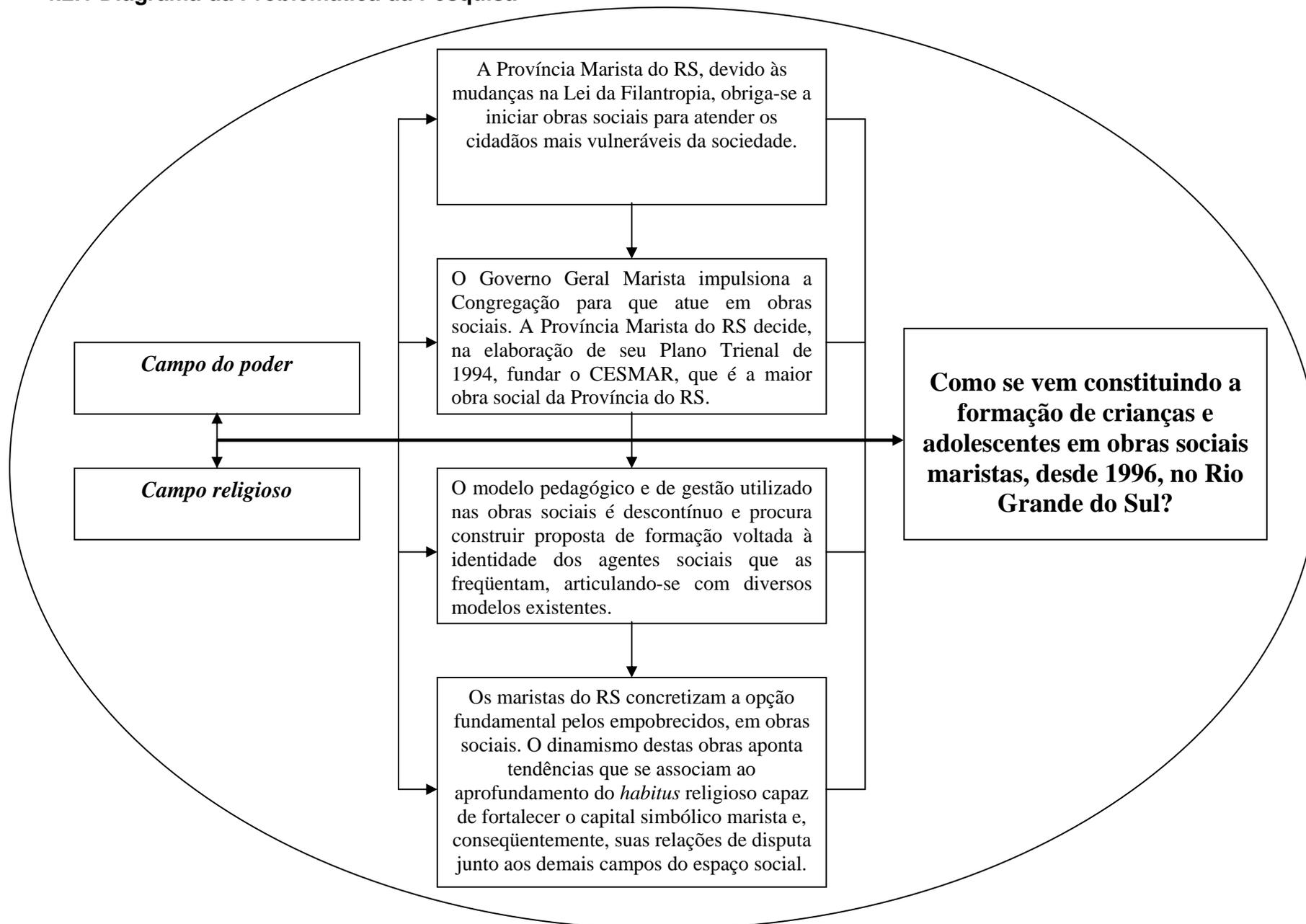
4.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

A metodologia constitui a materialização, a operacionalização da teoria. Nosso esforço em operacionalizar o referencial teórico de Pierre Bourdieu possibilitou-nos a construção da problemática da pesquisa, que consta sintetizada no diagrama exposto a seguir, incluindo o problema de pesquisa, tensionado pela referida teoria e pelo sistema de hipóteses. Podemos dizer que este é o mapa da pesquisa, “desenhado” no item 4.2.1.

Em seguida apresentamos o quadro em que se destaca outro aspecto da metodologia - a operacionalização das categorias de análise da teoria de Bourdieu, de forma que a pesquisa pudesse percorrer um caminho capaz de perceber, através de tal teoria, suas dimensões, indicadores e possíveis procedimentos (item 4.2.2).

E, no terceiro quadro, apresentamos o sistema de hipóteses, expondo a seqüência da pesquisa, bem como sua coerência e cientificidade, pois as hipóteses não podem ficar soltas na pesquisa, devem ter íntima relação com os objetivos e serem demonstradas através dos pesquisados, sejam eles elementos humanos ou outros meios de pesquisa (4.2.3).

4.2.1 Diagrama da Problemática da Pesquisa



4.2.2 Quadro de Operacionalização

CATEGORIA	CONCEITOS	DIMENSÕES	INDICADORES	PROCEDIMENTOS
CAMPO RELIGIOSO	“...a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social...”. (BOURDIEU, 1974, p.34)	Imposição dos princípios religiosos de estruturação da percepção e do pensamento do mundo.	-Práticas religiosas que minimizam a injustiça social: ternura, perdão, resignação, bondade, carinho, heroicidade, perfeição, compreensão, poder, força, trabalho... -Cultos e devoção a seres divinos: Virgem Maria e Champagnat.	-Documentos do Conselho Geral e Revistas maristas sobre: - <i>habitus</i> religioso marista nas obras sociais com suas devoções e valores; -os modelos e exemplos do virtuoso cidadão; - o tipo de catequese.
CAMPO RELIGIOSO	“...o domínio erudito de um <i>corpus</i> de normas e conhecimentos explícitos, explícita e deliberadamente sistematizados por especialistas pertencentes a uma instituição socialmente incumbida de reproduzir o capital religioso por uma ação pedagógica expressa”. (BOURDIEU, 1974, p.40)	Domínio de normas e conhecimentos sistematizados pelos religiosos maristas. Instituição incumbida de produzir o capital religioso através da ação pedagógica.	-Milhares de cidadãos já foram “catequizados” pelos maristas no Brasil, através das obras sociais e colégios. -CESMAR: maristas são os encarregados da evangelização. -As obras sociais maristas do RS estão voltadas à educação. -A proposta pedagógica é orientada por documentos próprios.	-Bibliografia da história dos maristas no Brasil. -Plano Político Pedagógico do CESMAR. -Guias e livros de orientação pedagógica e religiosa dos maristas. -Folhetos e revistas de divulgação da PMRS.
CAMPO RELIGIOSO	“...posições diferentes nas relações de produção, reprodução e distribuição de bens religiosos, tendem a reproduzir a estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, embora sob a <i>forma transfigurada e disfarçada</i> de um campo	Posições diferentes tendem a reproduzir a estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, embora sob a <i>forma transfigurada e disfarçada</i> de um campo. Luta pela manutenção ou pela subversão da ordem simbólica.	-As obras sociais e os colégios seguem planos pedagógicos diferenciados. -Filantropia: divergência dentro do subcampo. -Organização estruturada e hierárquica. -Valores organizacionais propostos: diálogo, fraternidade, partilha do	-Quantidade de irmãos trabalhando nos colégios e nas obras sociais. -Análise do organograma da PMRS. -Entrevistas destacando as disputas entre os maristas. -Análise de atas, folhetos e documentos maristas relacionados à fundação das obras sociais no RS.

	as instâncias em luta pela manutenção ou pela subversão da ordem simbólica". (BOURDIEU, 1974, p.70)		poder, simplicidade, disciplina, espírito de família... -Número de irmãos trabalhando nas obras sociais.	-Documentos maristas com orientações organizacionais: Vademécum, PPPs, Missão Educativa.
CAMPO RELIGIOSO	"Ao que tudo indica, a estrutura das relações entre o campo do poder e o campo religioso comanda a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso". (BOURDIEU, 1974, p.73)	A estrutura das relações entre o campo do poder e o campo religioso. Estrutura das relações constitutivas do campo religioso.	-Lei da Filantropia: sinônimo de interação com o campo do poder. -Grande quantidade de convênios, parcerias, participação nos diversos conselhos representativos. -Posição neutra nas disputas políticas (eleições). -Relações de troca com o Campo do poder.	-Atas dos encontros de coordenadores e entrevistas dos coordenadores da COAS. -Lista dos conselhos e participantes em nível municipal, estadual e federal. -Entrevista sobre posições políticas (funções dos agentes da COAS e suas formações profissionais).
FORMAÇÃO DO HABITUS	"Uma das funções da noção de <i>habitus</i> é dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. ...O <i>habitus</i> é este princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas."(BOURDIEU, 1996, p.22)	<i>Habitus</i> é dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. <i>Habitus</i> é um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas.	-É característica do <i>habitus</i> marista a busca da perfeição através da disciplina, do estudo, da reprodução dos valores religiosos... -Os atendidos nas obras sociais têm características próprias de grupo vulnerável. -As crianças e adolescentes têm que se adaptar às regras já existentes, caso não consigam, são "orientadas" pessoalmente. -Champagnat optou: "educar as crianças e jovens pobres".	-Averiguar o projeto de formação humano-cristã do CESMAR -Entrevistas com atendidos. -Enumerar os diversos grupos que se formam no CESMAR. -Entrevistar jovens que "não incorporaram" a proposta marista.
	"O <i>habitus</i> preenche uma função que, em uma outra	O <i>habitus</i> preenche uma função que, em uma outra	-Mudança no comportamento dos	-Entrevistas com familiares e atendidos no CESMAR.

<p>FORMAÇÃO DO HABITUS</p>	<p>filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção deste mundo como a ação nesse mundo”.(BOURDIEU, 1996, p. 144)</p>	<p>filosofia, confiamos à consciência transcendental.</p> <p>O <i>habitus</i> é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo, ou de um setor particular deste mundo.</p>	<p>atendidos: tranqüilidade, oração, estudo, ocupação, artístico...</p> <p>-Centenas de atendidos pelo CESMAR incorporaram o <i>habitus</i> marista “mudaram” o comportamento.</p> <p>-Deus é parâmetro para ações.</p>	<p>-Projeto Político Pedagógico: formação religiosa.</p> <p>-Averiguar o modelo ideal de bom cristão e virtuoso cidadão.</p> <p>-Pergunta: Quem é Deus para você?</p>
<p>FORMAÇÃO DO HABITUS</p>	<p>“o <i>habitus</i>, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um <i>haver</i>, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o <i>habitus</i>, a <i>hexis</i>, indica a disposição incorporada, quase postural”. (BOURDIEU, 2002, p. 61)</p>	<p>Conhecimento adquirido e também um <i>haver</i>, um capital.</p> <p>Algo adquirido, não inventado, um capital.</p> <p>Indica a disposição incorporada, quase postural.</p>	<p>-Crianças e adolescentes com características semelhantes: oração, disciplina, respeito, medo, fazer fila, ter orgulho de estar naquela obra, usam uniforme, aprendem a gostar do trabalho...</p> <p>-Nas orientações das obras a história dos educandos recebe destaque e é valorizada.</p> <p>-A “conversão” aos valores maristas é elogiada.</p> <p>-Número elevado de crianças com dificuldade de adaptação e problemas de disciplina.</p>	<p>-Assessorias do CESMAR: pedagógica, religiosa, política e projetos, coordenação...</p> <p>-Entrevista com agentes maristas e familiares dos educandos.</p> <p>-Pesquisar os “serviços” de orientação educacional disponíveis para os atendidos.</p> <p>-Averiguar a metodologia de seleção, recepção e relação com as famílias dos atendidos no CESMAR.</p>
	<p>“O <i>habitus</i> como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. Nada é simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom</p>	<p>O <i>habitus</i> como sentido do jogo é o jogo social incorporado, transformado em natureza.</p> <p>O <i>habitus</i> como social inscrito no corpo, no</p>	<p>-Identificação como <i>status</i>: sou marista, sou do CESMAR, estou no jogo.</p> <p>-Obrigatoriedade na participação das reuniões e eventos.</p> <p>-As normas são</p>	<p>-Averiguar o número de educandos afrodescendentes e os que têm dificuldades no aprendizado.</p> <p>-Analisar a frequência no CESMAR.</p>

<p>FORMAÇÃO DO HABITUS</p>	<p>jogador. ...O <i>habitus</i> como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas". (BOURDIEU, 1990, p. 82)</p>	<p>indivíduo permite produzir a infinidade de atos no jogo.</p>	<p>combinadas e fazem parte de acordo verbal. -Capital de jogo: pobreza, falta de higiene, tráfico de drogas, história pessoal, agressividade, afetividade, carinho, obediência, submissão, discriminação e violência.</p>	<p>-Averiguar os tipos de auxílio concedidos pelas obras sociais. -Averiguar a média da renda familiar do atendido nas obras sociais. -Conceituar o que é "vulnerável" para as obras sociais.</p>
<p>FORMAÇÃO DO HABITUS</p>	<p>"O <i>habitus</i>, que é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é o produto de toda a história individual, bem como, através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe".(BOURDIEU, 1983, p. 131)</p>	<p>O <i>habitus</i>, que é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo. O <i>habitus</i> é o produto de toda a história individual, familiar e do grupo social.</p>	<p>-O comportamento disciplinar dos atendidos e a função do auxiliar de disciplina. -Características sociais: o jeito de andar e cumprimentar, o gosto por determinados alimentos e músicas, o respeito cego aos superiores (traficantes), amizades, a justiça: "olho por olho, dente por dente". -A representação simbólica das obras sociais.</p>	<p>-Utilizar pesquisas existentes no Cesmar e também psico-diagnósticos produzidos nos estágios realizados na instituição. -Entrevistas e depoimentos com as crianças, adolescentes e educadores. -Averiguar junto aos educadores as dificuldades de adaptação dos educandos. -A presença extra-horário no CESMAR.</p>
<p>FORMAÇÃO DO HABITUS</p>	<p>"...o <i>habitus</i> é toda nossa experiência passada incorporada ao nosso ser, toda nossa história inscrita no mais profundo de nós mesmos sob a forma de predisposições a fazer, dizer, sentir, pensar isto ou aquilo, como é isto ou como é aquilo – é uma verdadeira bússola interna que permite nos orientar no espaço social".</p>	<p>O <i>habitus</i> é toda nossa experiência passada incorporada ao ser. Predisposições a fazer, dizer, sentir, pensar, isto ao aquilo. É uma bússola interna que permite nos orientar no espaço social.</p>	<p>-Adaptação para os novos educandos: horários, lanches, oficinas, estudo, intervalo, esporte, espaço físico, avaliação pedagógica e de saúde... -Existe um rígido processo para reorientar a "bússola" interna dos atendidos, ou seja, a estrutura da disciplina é bastante rígida: silêncio, fila, agenda...</p>	<p>-Averiguar metodologias pedagógicas utilizadas na adaptação das crianças e adolescentes. -Entrevista com os educadores e coordenação do CESMAR. -Analisar os planos de aula e as "memórias" anotadas. -Averiguar as "punições" que são aplicadas aos educandos indisciplinados.</p>

	(ACCARDO, 1983, p. 145)			
FORMAÇÃO DO HABITUS	“...dentre todas as ações pedagógicas a que nos submetemos, as mais decisivas são as mais precoces, são aquelas a que nos submetemos na primeira infância e que nos inculcaram o <i>habitus</i> primário”. (ACCARDO, 1983, P.145)	Dentre todas as ações pedagógicas a que nos submetemos, as mais decisivas são as mais precoces. É o <i>habitus</i> primário.	-Dezenas de crianças passam a cada ano da creche Renascer para o CESMAR. -Crianças e adolescentes provenientes das creches maristas já têm um <i>habitus</i> religioso. -As creches são vistas pelos maristas como local onde não se faz um trabalho de evangelização. -Poucas obras sociais maristas têm educação infantil	-Depoimentos dos responsáveis pelas crianças sobre a importância do atendimento. -Pesquisa bibliográfica. -Entrevista com agentes maristas sobre as creches. -Averiguar junto à coordenação do CESMAR o número de crianças advindas da creche e como foi a adaptação.
FORMAÇÃO DO HABITUS	“...o <i>habitus</i> é uma estrutura interna sempre em via de reestruturação – não se pode jamais considerar que as estruturas do <i>habitus</i> são fixadas uma vez para sempre. Mas todo <i>habitus</i> possui uma forte inércia”. (ACCARDO, 1983, p.148)	O <i>habitus</i> é uma estrutura interna sempre em via de reestruturação. O <i>habitus</i> não tem estruturas eternas, porém possui uma forte inércia.	-Mudança do <i>habitus</i> : uso da camiseta, reconhecidos como membros do Centro Social, a postura no colégio e na comunidade é vigiada. -O número e os motivos das desistências. -A mudança nas ações atinge a comunidade que começa a transformar-se e criar novas referências sociais e religiosas.	-Pesquisa bibliográfica. -Entrevistas com educadores, educandos e familiares. -Depoimentos sobre a importância do CESMAR na vida do entrevistado. -Demonstrar casos de atendidos que não mudaram. -Parcerias, convênios e negociações intermediadas pelo CESMAR no campo social e político.
	“Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores	Espaço multidimensional de posições. Os agentes distribuem-se no campo social, na primeira dimensão segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão	-Os maristas têm 21 colégios, 32 obras sociais e 1 universidade no RS. -A divulgação do capital sempre é feita partindo dos bens religiosos. -O referencial educacional é o capital social. - Os maristas intensificam	-Quadro com as obras sociais e colégios maristas no RS e número de atendidos. -Fôlderes, folhetos, página da web, reportagens, revistas... -Tipo de obras maristas no RS.

CAMPO SOCIAL	correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão segundo a composição do seu capital – quer dizer segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses”. (BOURDIEU, 2002, p. 135)	segundo a composição de seu capital.	a popularidade através das obras sociais.	-Divulgação das obras sociais, como projetos em prol da sociedade.
CAMPO SOCIAL	“A proximidade no espaço social..., predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, seus gostos) e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de mobilizar”. (BOURDIEU, 1996, p.25)	As pessoas inscritas em um setor restrito do espaço social serão ao mesmo tempo mais próximas e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de mobilizar.	-O CESMAR mobiliza centenas de pessoas nos eventos que promove. -O CESMAR mantém número expressivo de representantes da comunidade junto a órgãos públicos. -As propostas do CESMAR facilmente são apoiadas pela comunidade.	-Calendário e registro das atividades do ano. -Listagem de representantes do CESMAR nos movimentos sociais e organizações públicas. -Entrevistas com agentes da comunidade.
CAMPO SOCIAL	“...não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada...”. (BOUDIEU, 1996, p.15)	Para capturar a lógica do mundo social é necessário submergir na realidade empírica, situada historicamente.	-Os maristas “escreveram” sua história na educação do Brasil. -O CESMAR e outras obras sociais estão inseridas no seio das comunidades periféricas. -Os agentes maristas fazem parte da história das comunidades.	-Pesquisa bibliográfica sobre a história da educação marista. -Averiguar a localização das principais obras sociais. -Verificar o número de comunidades maristas inseridas no meio popular.

<p>CAMPO ECONÔMICO</p>	<p>“Tudo leva a supor que a teoria econômica, como se espera poder um dia demonstrar, em vez de ser modelo fundador, deve antes ser pensada como um caso particular da teoria dos campos que se constrói pouco a pouco, de generalização em generalização e que, ao mesmo tempo permite compreender a fecundidade e os limites de validade de transferências”. (BOURDIEU, 2002, p.69)</p>	<p>A teoria econômica, ao invés de ser modelo fundador, deve ser pensada como um caso particular da teoria dos campos. Permite compreender a fecundidade e os limites de transferências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Os maristas têm uma organização econômico-administrativa estruturada. -Modelo neoliberal e obras sociais. -Mudança de paradigmas administrativos em função das obras sociais. -O econômico está submetido hierarquicamente ao religioso. 	<ul style="list-style-type: none"> -Pesquisa bibliográfica sobre cenário econômico mundial. -Planos econômicos do Governo brasileiro desde 1994. -Conseqüências econômicas da opção neoliberal.
<p>CAMPO ECONÔMICO</p>	<p>“Assim como podemos utilizar a economia das trocas simbólicas como analisador da economia da troca econômica, também podemos, inversamente, pedir à economia da troca econômica que sirva de analisador das trocas simbólicas”. (BOURDIEU, 1996, p.168)</p>	<p>Podemos utilizar a economia das trocas simbólicas como analisador da economia da troca econômica.</p> <p>Que a economia da troca econômica possa servir de analisador das trocas simbólicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -A Lei da Filantropia modificou a forma de troca entre maristas e estado. -O investimento econômico é dirigido a outros grupos sociais. -Diminuição de alunos nos colégios e o aumento no número de atendidos nas obras sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> -Análise da Lei da Filantropia sob a ótica monetária. -Entrevistas com os agentes maristas responsáveis pela administração. -Gráficos e relatórios com dados das matrículas nos colégios e atendimentos nas obras sociais, desde 2000. -Pesquisa bibliográfica: filantropia x controle social.
<p>CAMPO ECONÔMICO</p>	<p>“A empresa religiosa é uma empresa com dimensões econômicas que não pode se confessar como tal e que funciona em uma espécie de negação permanente de sua dimensão econômica:</p>	<p>A empresa religiosa é uma empresa com dimensões econômicas que não pode se confessar como tal.</p> <p>Dizer a mim mesmo e aos outros que não se trata de um ato econômico – e os</p>	<ul style="list-style-type: none"> -O voto de pobreza e o regimento da entidade não permitem ao sócio possuir nenhuma posse. -Os maristas são uma entidade filantrópica e não uma empresa. -As “constituições 	<ul style="list-style-type: none"> -Análise do regimento da USBEE. -Análise do capítulo sobre pobreza e administração dos bens, da constituição marista. -Entrevistas com os agentes maristas.

	pratico um ato econômico, mas não quero saber o que fiz; faço-o de tal modo que posso dizer a mim mesmo e aos outros que não se trata de um ato econômico – e os outros não me acreditarão a menos que eu mesmo acredite”. (BOURDIEU, 1996, p.192)	outros não me acreditarão a menos que eu mesmo acredite.	maristas” impedem o religioso de ser um empresário, ele é um serviçal.	-Análise de documentos e propagandas que apresentam a “entidade marista”. -Averiguar o conflito: Empresa x Entidade. -Averiguar a nova ordem: “voluntariado e responsabilidade social”.
CAMPO POLÍTICO	“...o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras (como, no campo econômico, os auxílios públicos a investimentos ou, no campo cultural, os apoios a tal ou qual forma de ensino), seja através de intervenções jurídicas...”. (BOURDIEU, 1996, p.51)	O Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras ou jurídicas.	-Número e tipos de convênios e parcerias do Estado com obras sociais. -Participação nos conselhos de assistência social. -Aprovação do relatório de filantropia.	-Demonstrar os convênios mantidos com o CEMAR. -Verificar nomes dos representantes em Conselhos e comissões representativas. -Entrevistas com agentes maristas responsáveis pelo relatório da filantropia. -Agentes que representam no “Orçamento Participativo”.
CAMPO POLÍTICO	“Nas nossas sociedades, o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social”. (BOURDIEU, 1996, p.116)	Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução da realidade social.	-Leis específicas para entidades sociais e filantrópicas. -Políticas públicas que determinam tipos de ações sociais. -Agentes de fiscalização.	-Averiguar a Lei da Filantropia e a Lei Orgânica de Assistência Social. -Averiguar o método de fiscalização do Governo através de entrevistas.
	“Mediante o enquadramento imposto às práticas, o Estado institui e inculca formas simbólicas comuns de	O Estado institui e inculca formas simbólicas comuns de pensamento, contextos sociais da percepção, do entendimento ou da	-Imagem associada ao social. -Sistema único de assistência social (SUAS). -Conselho Nacional de	-Filiação à UMBRASIL (União Marista do Brasil). -Analisar as orientações do SUAS para as filantrópicas

CAMPO POLÍTICO	pensamento, contextos sociais da percepção, do entendimento ou da memória, forma estatais de classificação, ou melhor, esquemas práticos de percepção, apreciação e ação". (BOURDIEU, 2001, p.213)	memória. Forma esquemas práticos de percepção, apreciação e ação.	Assistência Social (CNAS). -Conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente (CONANDA). -Tipos de entidades sociais.	-Verificar a legislação sobre entidades sociais. -Entrevistas com agentes maristas.
CAMPO POLÍTICO	"Com isto, o Estado cria as condições de uma orquestração imediata do <i>habitus</i> que constitui, por sua vez, o fundamento de um consenso sobre este conjunto de evidências partilhadas, capazes de conformar o senso comum". (BOURDIEU, 2001, p.213)	O Estado cria as condições de uma orquestração imediata do <i>habitus</i> que constitui, capaz de conformar o senso comum.	-Políticas públicas distantes da realidade social. -Material de orientação segue padrão ideológico. -Utilização da mídia. -Utilização de verbas e convênios.	-Entrevistas com agentes sociais e políticos. -Fôlderes e folhetos de divulgação. -Portal do Governo Federal. -Termos de convênio e doação entre os maristas e o poder público.

4.2.3 Quadro de Operacionalização

- Sistema de Hipóteses -

HIPÓTESES	OBJETIVOS	FONTES / RECURSOS	TÉCNICAS
<p>1) Na última década do século XX, com a intensificação do processo de globalização, o governo brasileiro inicia uma fiscalização mais severa nas entidades filantrópicas, na sua maioria organizações religiosas. A partir desse momento, as entidades maristas vêm-se obrigadas a instaurar atividades de assistência social, aplicando, de forma direta, na filantropia, 20% dos recursos brutos, que devem ser utilizados para o atendimento de cidadãos socialmente excluídos. Disto decorre um processo de ruptura, já que aprofunda e diversifica as ações maristas voltadas à formação destes cidadãos, ao substituir as bolsas de estudos dos colégios por práticas correspondentes às exigências da Lei da Filantropia, que orienta para a criação de obras sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar as mudanças que a regulamentação da Lei da Filantropia ocasionou nas entidades Filantrópicas, em especial na Província Marista do RS; - Apontar as ações da Província Marista do RS para responder à Lei da Filantropia na aplicação dos 20%; - Evidenciar as relações de disputa entre o campo do poder e o campo religioso em decorrência da Lei da Filantropia; - Caracterizar <i>posições e tomadas de posição</i> dos principais agentes maristas quanto à implementação das obras sociais a partir da Lei da Filantropia; - Apontar as primeiras repercussões das obras sociais maristas voltadas à formação do cidadão, junto aos vários campos do espaço social em que passa a se inserir; 	<ul style="list-style-type: none"> - Cópia da Lei da Filantropia, com versões anteriores até 2006. - Irmãos: Antônio Silva, Armando Bortolini, Cláudio Rockenbach, Jorge Morás e ex-diretores do CESMAR. - Leigos: Delvino, Luciane, Denise. - Bibliografia da história dos maristas no RS. - Circulares provinciais de 1994 a 1998. - Bibliografia sobre globalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Roteiro para análise das mudanças da Lei da Filantropia. - Entrevistas qualitativas com irmãos e leigos. - Pesquisa bibliográfica sobre a história marista no Brasil e panorama econômico mundial da última década.

<p>2) Na década de 90, no XIX Capítulo Geral, os maristas definem novos rumos à sua estrutura interna, apontando como prioridade destinar mais recursos das Províncias aos mais vulneráveis e intensificar entre eles a presença dos Irmãos, sendo que cada Província deveria criar pelo menos uma obra social de bom alcance. A partir dessa orientação, os maristas do Rio Grande do Sul instalaram em 1996 a sua primeira obra social em Porto Alegre, o CESMAR, que atualmente é a maior da Província do RS. O processo de implantação de tal empreendimento envolve contínuas relações de disputa no interior do subcampo religioso marista e deste com os demais campos do espaço social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as principais orientações do XIX Capítulo Geral, que definiram novos rumos à estrutura interna das Províncias Maristas na ampliação das obras sociais; - Averiguar conquistas e desafios a enfrentar nas relações que se estabelecem entre os maristas e comunidades mais vulneráveis da sociedade, a partir da criação das obras sociais maristas; - Analisar os conflitos detectados no campo religioso marista, em especial das obras sociais, já que não significam consenso entre os Irmãos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados das entrevistas dos Irmãos e leigos. - Documentos do XIX e XX Capítulo Geral. Planos trienais da Prov. Marista do RS e VII, VIII e IX CLAP. - Ata de fundação do Cesmar e histórico da Instituição. - Envio Provincial, em que constam as primeiras nomeações de irmãos para obras sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Roteiro de análise de documentos maristas. - Roteiro de análise do histórico do Cesmar. -Pesquisar a origem das comunidades de procedência dos Irmãos fundadores das obras sociais.
<p>3) Os fundamentos da pedagogia de Champagnat constituem o ideal da formação de crianças e jovens. Tal processo se instaura nas obras sociais maristas, porém é descontínuo. No início, seguia o padrão aplicado nos colégios (voltado a segmentos sociais mais abastados); com as exigências da realidade socioeducacional dessas obras, adaptações metodológicas emergem para responder a tais demandas. E, recentemente, iniciou-se a construção de uma proposta pedagógica que procura fortalecer o <i>habitus</i> social e o <i>habitus</i> religioso das crianças e adolescentes que participam das referidas obras. Assim, tendem a se configurar os principais interesses do campo religioso, quanto à manutenção e se possível à expansão do capital religioso marista junto aos demais campos do espaço social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar, através de iniciativas e ações de Irmãos e Leigos que coordenaram e coordenam as obras sociais, que, dependendo do modelo de gestão e de planejamento adotados, pode haver insegurança e descontinuidade no processo pedagógico; - Demonstrar a descontinuidade das ações pedagógicas das obras sociais maristas e suas ambigüidades, motivadas em parte por utilizarem a metodologia dos colégios e em alguns casos também o espaço físico. - Caracterizar o <i>habitus</i> religioso que os maristas buscam instaurar no conjunto das obras sociais do RS, analisando o processo de formação religiosa desenvolvido nelas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Missão Educativa marista, Perfil do educador marista, Pedagogia do oprimido, doc. CNBB 47, Evangelizar na escola marista. - PPP do Cesmar. - Educadores, educandos e familiares. - Ex-diretores e atuais coordenadores pedagógicos. - Relatório anual do Cesmar - atividades religiosas. - Dados das entrevistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Roteiro para coletar dados em livros e documentos religiosos e Eclesiásticos. - Roteiro para análise das evidências de gestão e formação do <i>habitus</i> religioso marista. - Análise da Entrevista.

<p>4) O fortalecimento e ampliação das ações sociais da entidade marista, na condição de filantrópica, ocorrem no início da década de 90, devido à regulamentação da Lei da Filantropia e às conclusões do XIX Capítulo Geral do Instituto Marista. Nessa perspectiva, a expansão das Obras Sociais Maristas está diretamente associada a pressões internas e externas sofridas pela congregação marista, assim como ao jogo de poder decorrente das relações de disputa advindas das posições e tomadas de posição entre seus dirigentes, os educadores e os vários agentes sociais que atuam nas obras sociais maristas, e destes com os demais agentes, em especial, do campo do poder que interage com tal empreendimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Comentar a expansão das Obras Sociais Maristas e a sua relação direta com as pressões do campo do poder. - Evidenciar a formação do <i>habitus</i> nas obras sociais maristas através de processos formais e informais, significando esperança e transformação social - o sonho de Champagnat; - Analisar o impacto que a formação do <i>habitus</i> religioso produz na vida dos atendidos nas obras sociais e de seus familiares; - Apontar tendências do subcampo marista na sua relação interna e com os demais campos do espaço social; 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro com data de fundação das obras sociais com número de atendidos e tipo de atendimento. - Listagens de atendimentos do Cesmar, educandos e área da saúde. - Relação nominal dos Irmãos que trabalham e trabalharam no Cesmar, com sua função na Província nos últimos dez anos e a formação acadêmica. - PPP do Cesmar. - Plano de Pastoral da Província. - Cronograma da formação do Cesmar e os profissionais que atuam na área. - Documentos finais das Conferências e Capítulos Gerais. - Entrevistas com Irmãos. - Fôlderes e escritos divulgados sobre as obras sociais maristas - Demonstrativos financeiros da Província. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadros demonstrativos com gráficos e progressão de atendimento e aplicação de recursos nas obras sociais maristas. - Roteiro de análise das entrevistas com os Irmãos. - Roteiro de análise das atividades religiosas realizadas no CESMAR nos anos 1999 a 2006. - Roteiro de análise para demonstrativos financeiros da USBEE e da SOME desde 1996.
--	---	---	--

4.3 SELEÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA

Os maristas no Rio Grande do Sul desenvolveram suas obras a partir de um contexto social muito simples, empobrecido, pois ao chegarem no Estado submeteram-se a momentos difíceis, devido ao pouco recurso econômico à disposição. Os colégios fundados inicialmente, no Estado, eram destinados a atender a população pobre, os colonos que não recebiam educação formal. Com a expansão marista, também foram fundadas obras para atender os mais “pobres”, entre elas orfanatos e internatos, onde, além de outros aprendizados, os adolescentes e jovens eram preparados para o mundo do trabalho.

Dentro da história dos maristas no RS, encontramos um período em que as obras destinadas a atender os mais empobrecidos são substituídas por atendimento com bolsas de estudo nos colégios, o que não impediu a existência de algumas obras assistemáticas e muita ajuda assistencialista, com doações de “dinheiro” para obras e pessoas “pobres”. Essa realidade foi novamente mudada no momento em que o XIX Capítulo Geral dos maristas sugeriu a criação de obras sociais e, concomitantemente a legislação brasileira mudou, obrigando também os maristas a adequarem a forma da aplicação dos recursos da filantropia.

Atualmente as obras sociais maristas desenvolvem ações e iniciativas muito diversificadas junto à população de baixa renda, em várias regiões do estado do Rio Grande do Sul.

Os critérios utilizados para selecionar as obras sociais relacionam-se com a problemática da pesquisa que tem como público-alvo crianças e adolescentes inseridos no processo de formação. Por isto, optou-se pelas obras sociais maristas que apresentam as seguintes características: atendimento privilegiado a crianças e adolescentes; atendimento SASE, tempo de fundação, representatividade na Província Marista.

Os passos seguintes, após muito diálogo com os agentes maristas, foram: - listagem de todas as obras com suas principais características de atendimento; - seleção das obras conforme o tipo de usuário; - listagem das obras que têm atendimento privilegiado às crianças e adolescentes no modelo SASE; - seleção da

obra que tem maior representatividade e mantém o mesmo tipo de atendimentos que as demais obras.

Este foi o processo de seleção utilizado para definir a escolha da unidade de pesquisa, reforçado por conversas informais com os principais agentes maristas das obras sociais. Seguindo tal processo e respeitando os critérios, chegou-se ao quadro⁹ apresentado abaixo, em que o Centro Social Marista de Porto Alegre – CESMAR - se destaca como a principal obra social marista do RS, reunindo todas as condições necessárias para a pesquisa, incluindo o conjunto de dimensões das demais obras sociais.

4.4 PROCEDIMENTOS

A seguir apresentam-se os instrumentos de coleta de dados da pesquisa, bem como a indicação de entrevistados, o roteiro e os recursos utilizados, pois uma pesquisa exige que se antevêja o surgimento de possíveis dificuldades. Consta em anexo¹⁰ a listagem completa dos entrevistados, associando seus nomes às hipóteses, objetivos e respectivo roteiro utilizado para o levantamento de dados.

4.4.1 Técnicas

4.4.1.1 Análise documental

- Atas de reuniões do Conselho Provincial; Circulares Provinciais; Revistas Maristas; Livros; Anais; Impressos; Jornais de Circulação Interna; Projeto Político Pedagógico do CESMAR.

4.4.1.2 Análise de matérias publicadas

- Acompanhar de forma sistemática os sítios maristas, em especial o da Província Marista do RS, recolhendo o máximo possível de matérias publicadas em jornais, revistas, Internet, mídia.

4.4.1.3 Entrevistas¹¹

⁹ Apêndice C.

¹⁰ Apêndice B.

¹¹ Apêndice D.

As entrevistas colhidas seguirão dois modelos: Respondidas via e-mail; Gravadas para depois serem transcritas. A seleção dos entrevistados foi realizada seguindo o critério de proximidade e ligação com as obras sociais maristas, conforme hipóteses citadas anteriormente.

Segue listagem dos possíveis entrevistados:

- Ex-diretores do Cesmar: Jaime Biazus, Roberto Medeiros, Lédio Matias.
- Ex-coordenadores do GT Solidariedade, atual COAS: Jaime Biazus, Roberto Ramos, Pedro Ost.
- Irmãos Maristas ligados aos movimentos sociais do RS: Antonio Cechin, Cláudio Rockenbach, Laurindo Viaceli.
- Ex-provinciais: Antonio Silva, Lauro Hochscheidt.
- Irmãos Maristas: Armando Bortolini, Jorge Moras, Urbano Kel, José Bernardi, Solimar Amaro.
- Leigos (funcionários): Luciane, Elder, Denise, Delvino, Patrícia.
- Atendidos no CESMAR: Maria Deloí, Lola, Magda, Marisa, Elisabete.

4.4.2 Recursos

4.4.2.1 Humanos: pesquisador/ pesquisados/ aplicadores de pesquisa para usuários/ diretores e coordenadores das obras sociais/ educadores/ membros da COAS/ Irmãos.

4.4.2.2 Materiais: material de impressão/ gravador/ meio de transporte para deslocamentos/ internet/ correio/ máquina fotográfica/ filmadora...

II PARTE – FORMAÇÃO DO *HABITUS* RELIGIOSO & OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS.

CAPITULO 1 - FILANTROPIA: DISPUTA ENTRE CAMPO DO PODER E CAMPO RELIGIOSO

1.1 OBRAS SOCIAIS MARISTAS E A LEI DA FILANTROPIA

O espaço social é constituído por diversos campos e entre eles está o campo religioso, com os subcampos em seu interior. Um dos subcampos é o marista, iniciado no Brasil com a chegada dos primeiros Irmãos Maristas em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, chegaram em 1900, na cidade de Bom Princípio, para iniciar mais uma obra educacional (RODRIGUES, 1997, p. 139). Foram organizando-se conforme as exigências legais do Estado, o que incluiu adquirir uma personalidade jurídica e adaptar-se continuamente à legislação.

Na década de 50 houve modificações na legislação que regia as instituições religiosas, surgindo a primeira versão do que chamou-se mais tarde de “lei da filantropia”. Os maristas prontamente aderiram a esta modalidade de isenção de taxas previdenciárias, regularizando juridicamente suas instituições de ensino, tornando-se entidades beneficiadas pela isenção de taxas.

Durante as três décadas que se seguiram, a legislação que regulamentava o funcionamento das entidades religiosas e de ensino passou por diversas modificações, geralmente impostas pelo Estado como forma de pressioná-las no atendimento dos cidadãos desprovidos de recursos financeiros. Assim diversas leis e decretos foram sendo agregados à lei 3.577/1959, seguindo as modificações sociais do País, até que no início da década de 90, buscando mais clareza e eficácia na aplicação da lei de isenções, o governo resolveu regulamentar este conjunto de leis, produzidas nessas quatro décadas, reunindo-as sob o nome de “lei da filantropia”, pois uma viria a complementar a outra, numa escala ascendente¹².

¹² Conforme material apresentado em dois seminários sobre filantropia. O primeiro realizado no município de Canela, no ano de 1998 e o segundo no município de Porto Alegre, no ano 2000.

A filantropia é uma lei que prevê troca entre o Estado e a Entidade. O Estado beneficia a entidade com isenções de taxas e impostos e em contrapartida a entidade deve proporcionar atendimento à população mais vulnerável da sociedade. A opção pelos benefícios é feita pela entidade e aprovada, ou não, por órgãos governamentais. No caso dos maristas, foi uma opção e não uma imposição do Estado, apesar de que sem a filantropia a instituição provavelmente não se manteria financeiramente, o que não deixa de ser um condicionamento.

A opção dos maristas pela filantropia foi legalizada com o decreto presidencial que define que a USBEE, a SOME e a UBEA (entidades jurídicas da Província Marista do Rio Grande do Sul) são entidades filantrópicas. A opção dos maristas pela filantropia, o que também define seu perfil organizacional, respeitou a possibilidade de fazer algo a mais pelos excluídos. Um dos entrevistados demonstra convicção ao falar desta opção e de suas conseqüências, lembrando que

[...] a Província teve a possibilidade de escolher: **filantropia sim ou não**. Escolheu sim. Após esta escolha, a aplicação dos 20% no social não é mais opção e sim obrigação. Quando se fala em valores aplicados no custeio das obras, alguns Irmãos não sabem de onde vem este valor e por que ele tem este montante. São os 20% sobre a receita e isto realmente é um valor significativo¹³.

Aparentemente a opção pela filantropia é apenas uma decisão administrativa e que reflete a forma organizacional dos maristas se estruturarem e “existirem” juridicamente no espaço social. Porém o contexto que envolveu de tal decisão influenciou e vai influenciar diretamente na vida e na ação de cada marista da Província do Rio Grande do Sul, pois seu campo de atuação é o religioso, que por sua vez nem sempre se identifica e comunga com os demais campos, especialmente o social e político. Tornar-se entidade filantrópica é assumir relações de troca constantes com os demais campos, especialmente com o campo do poder. Tal opção teve, então, impacto direto na vida desses “religiosos”, que na década de 90 se viram obrigados pela Lei da Filantropia a iniciarem um processo de fundação de obras sociais, caso contrário poderiam perder o certificado de entidade filantrópica, que é emitido pelo CNAS, em consonância com o INSS¹⁴.

¹³ Entrevistado F.

¹⁴ O decreto 2536/98, no artigo 2º diz o seguinte: “VI – aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares [...]”

Assumindo-se perante o espaço social como entidade filantrópica, a organização marista tensiona-se com duas forças presentes no interior do subcampo: - os próprios Irmãos Maristas, que somam 230 sócios e todos com direito a voto nas mais diferentes decisões; - as relações de troca estabelecidas com os demais campos; adquirindo características próprias do campo religioso, pois “na empresa religiosa, as relações de produção funcionam de acordo com o modelo das relações familiares: tratar os outros como irmãos é colocar entre parênteses a dimensão econômica da relação” (BOURDIEU, 1996, p.194).

As relações nem sempre se estabelecem pacificamente, algumas vezes o *tensionamento* provoca reações e manifestações. A mudança na legislação da filantropia não foi de total aceitação e gerou manifestações totalmente contrárias a tais medidas do Governo e não só feitas pelos maristas, mas por vários membros do campo religioso que se sentiram desrespeitados pelas imposições:

Fazer filantropia não é dar gratuidades; o Estado não dá nada e até cobra caro demais, haja vista ser o país de maior número de impostos, no mundo; fazer filantropia é fazer e promover a educação, a saúde, a assistência social, em escolas, universidades, hospitais, ambulatórios, postos de saúde, creches, lares de assistência às crianças, às mães desassistidas, aos idosos, orientar cursos profissionalizantes, preparar a juventude à cidadania (POZZOBON, 2003, p.29).

As mudanças que surgem de fora, ou seja, de outros campos, sempre causam desconforto e adquirem aparência de agressão. Entre os maristas, a mudança da legislação em favor das obras sociais provocou desacordo entre os próprios Irmãos Maristas, pois enquanto alguns não aceitaram, outros viram a “opção pelos pobres” acontecendo...

Como é que o senhor analisa esta forma encontrada pelo Governo para ditar estas novas regras em relação à Filantropia?

Bom, vou dizer que é difícil, porém foi também bom para a Província, pois aí é que começaram as obras sociais...¹⁵

Mesmo com dificuldades em aceitar a imposição estabelecida pelo Governo através da legislação da filantropia, os maristas a “positivaram” e iniciaram a

¹⁵ Entrevistado A.

adaptação legal da entidade, cumprindo o que previa a lei 8.212/91, para continuar recebendo os benefícios nela previstos¹⁶.

A abertura das obras sociais e o trabalho na periferia das cidades, além de causar problemas estruturais para a entidade, também provocou críticas de alguns religiosos que percebiam o fato de trabalhar no “meio dos pobres” como uma manifestação política de esquerda, despertando sentimento de medo, vindos da década de 60 e provocados pelo comunismo. Este medo

difundido dentro da instituição católica, de alguma forma foi obstáculo para que o processo de renovação caminhasse de forma mais efetiva. O desejo de maior participação dos jovens no processo político do país era considerado, com frequência, como “subversão da ordem estabelecida” (AZZI, 2005, p.353).

A mudança na legislação, na década de 90, provocou situações adversas no subcampo marista, pois não só provocou reestruturação na parte administrativa, econômica, como também no *habitus* religioso, levando os maristas a iniciar uma nova etapa organizativa em que o espaço das obras sociais estava garantido, seja pela opção dos maristas, ou pela imposição da legislação que regula as entidades filantrópicas.

1.1.1 Vulnerabilidade Social e Atuação Marista no RS

Historicamente o Brasil tem uma dívida com a inclusão social, especialmente quando falamos na distribuição de renda. Encontramos ao longo da história diversas tentativas para amenizar esta problemática, que está permeada por situações constrangedoras, inclusive quanto à linguagem utilizada para se referir a este grupo social, pois em alguns momentos da história foram definidos simplesmente como “pobres”, em outros como “excluídos” e, mais recentemente, como “vulneráveis da sociedade”. Falar deste grupo social, que representa a maior parte da população do Brasil e conseqüentemente no Rio Grande do Sul, é comprometer-se em primeiro lugar com a linguagem e com as diferentes compreensões de “falta”, ou seja, pobre era aquele que tinha algo faltando em sua

¹⁶ Apêndice E.

vida de cidadão. No subcampo marista os alunos bolsistas eram considerados “pobres”, porém categorizados em pobres materiais ou pobres espirituais.

A lei da filantropia foi aos poucos sendo regulamentada e dentre as regulamentações, houve a definição de vulneráveis sociais, agora já não mais chamados de pobres, e definidos pelos critérios econômicos e de risco social. Para os maristas o conceito de pobre espiritual não mais cabia dentro do conceito econômico para concessão de bolsa de estudo. Nem todos os maristas resistiram a esta regulamentação, ao contrário, um dos principais agentes na implantação das obras sociais mostra-se satisfeito com tal decisão do Governo e se expressa dizendo que a decisão foi

altamente positiva, porque isto despertou um pouquinho mais o amor aos pobres nos Irmãos. E ainda hoje eu digo, bom, eu acredito que nós estamos vivendo numa riqueza demasiada [...] e que nós ainda não distribuimos suficientemente nossos bens para os pobres¹⁷.

A resposta deste agente marista octogenário, carregada de otimismo e senso de partilha, relembra uma expressão do Ir. Weibert, que foi um dos três fundadores, em 1900, da Província Marista do RS:

as dificuldades não impedem as obras de Deus, mas quando aceitas com fé e confiança, são garantia da bênção divina. Irmãos, não deveis esquecer que, quando fordes bem pobres, sempre sereis suficientemente ricos, mas no dia em que fordes ricos, começareis por desaparecer (HENZ, 1990, p.19).

Os maristas tiveram um começo difícil na chegada ao RS, pois não disponibilizavam de recursos financeiros, ficando em alguns momentos desprovidos de materiais básicos para a manutenção da casa, tendo que recorrer à comunidade, ou ao pároco, no caso, de Bom Princípio¹⁸. Essas experiências vividas foram fundamentais para que se formasse na maioria dos maristas do RS um *habitus*

¹⁷ Entrevistado A.

¹⁸ Rodrigues relata com emoção as dificuldades iniciais enfrentadas pelos três Irmãos fundadores da PMRS: “não é escondido nos anais o agradecimento aos colonos, que mostram-se perceptivos, adivinhando as necessidades dos Irmãos, ao seu “desnudamento”, levando-lhes os principais víveres durante algum tempo. O valor pago por mês pelos alunos era de 2\$000 (dois mil réis), porém muitas vezes faltava dinheiro, pois o pagamento era feito trimestralmente. É fato notório e digno de registro o seguinte: Uma vez nos faltou o dinheiro necessário para despachar uma carta para a Europa, ali ficou até o dia em que o Padre vigário a viu em cima da mesa sem selo, notou então que o problema era a falta de dinheiro e prontamente pegou a carta para despachá-la” (RODRIGUES, 1997, p. 139–146).

identificado com os cidadãos “empobrecidos”, especialmente os “colonos” que no início assumiram a “maternidade” destes três professores que mal sabiam se comunicar em português ou alemão. Tal experiência faz parte do *habitus* construído no interior do subcampo religioso marista. Segundo Bourdieu o *habitus* é conseqüência de uma construção estrutural que se concretiza a partir das experiências vividas, pois o

habitus é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas (BOURDIEU, 1996, p.22).

A história dos maristas no RS está intimamente ligada à educação, que em determinados momentos esteve mais voltada aos vulneráveis, o que não significou deixar os colégios pagos. A partir de 1996 a Província Marista do RS decidiu, pressionada pela legislação e orientada pelo XIX Capítulo Geral, investir os recursos provenientes da filantropia em locais de maior vulnerabilidade social do RS, iniciando o processo de abertura de obras sociais. Este processo foi considerado por muitos maristas como uma “volta às fontes”, ou seja, retomada de antigas ações sociais desenvolvidas no RS, como no colégio São José em Porto Alegre ou na FAG (Frente Agrária Gaúcha)¹⁹.

A forma de atuação escolhida pelos maristas, no campo social, foi a educação, dando seguimento à tradição que também os identifica perante os demais campos do espaço social. Quando os maristas decidiram fundar obras sociais, retomaram a própria história percebendo que as ações com os empobrecidos foram pouco expressivas durante quase cem anos de presença no RS. Na década de 1990, com a fundação das primeiras obras sociais, a intervenção dos maristas cresceu e possibilitou que milhares de cidadãos pudessem usufruir dos serviços oferecidos.

Os maristas são orientados pelos documentos da Instituição a partilhar com os mais “pobres” os bens materiais e espirituais. Tais documentos desvinculam os maristas de situações que os demais cidadãos enfrentam no dia-a-dia como, por

¹⁹ Cf. Rodrigues, a FAG surge com grande força e logo prolifera: “Ir. Miguel Dario iniciou suas atividades em maio de 1962, coordenando a FAG, sua ação direta atingia 35 municípios com seus 65 Departamentos Seccionais e 25 Sindicatos já criados com mais 26 em organização” (2000, p.356).

exemplo, ter posses ou reter dividendos para o próprio proveito. Organizam-se a partir de valores religiosos, respeitando a tradição do subcampo, que ensina que

por fidelidade a Cristo e ao Fundador, amamos os pobres. Prediletos de Deus, eles atraem sobre nós os favores divinos e nos evangelizam. A preocupação pelos pobres leva-nos a descobrir as causas de sua miséria e a libertar-nos de qualquer preconceito ou indiferença para com eles. Torna-nos mais responsáveis no uso dos bens que devemos partilhar com os mais necessitados²⁰.

A valorização das obras sociais, feita pelos maristas, demonstra o quanto esses religiosos sentem-se realizados e orgulhosos com os projetos que deram certo. Muitos demonstram tal satisfação nas respostas dadas, como este Irmão que estabelece a Província do Rio Grande do Sul como exemplo para as demais na opção pelos “desamparados do Reino”, assim se expressando:

Eu acho que isto (obras sociais) está sendo uma conquista muito grande e criou uma capacidade de disponibilidade em muitos irmãos, muito maior. Eu esqueci de dizer antes, isto já repercutiu nas outras duas províncias, porque antes elas não tinham obra social. Até pouco tempo as províncias tinham duas ou três obras sociais, hoje têm dezenas, repercutiu. Este aspecto social foi muito importante dentro da província e repercutiu dentro das províncias brasileiras, e também dentro da congregação [...]²¹

O doar-se aos “pobres” é parte da linguagem incorporada pelos maristas e está expressa nas orientações sobre como viver a “pobreza evangélica”, segundo os valores religiosos. Esta linguagem está presente em escritos maristas que variam de livros até folhetos de divulgação. A linguagem da grande parte do material publicado é profundamente identificada com a construção da inclusão social e com a linguagem do campo político, quando trata de políticas públicas. Alguns escritos ainda não se adaptaram a linguagem utilizada e estabelecem uma linguagem incoerente ao falar das crianças pobres²². Esta linguagem não foi registrada entre os

²⁰ Livro das Constituições Maristas, número 34.

²¹ Entrevistado A.

²² Encontramos em livros de circulação interna dos maristas, expressões como: “meninozinhos”, ou então “foi organiza a escola São José, para os pequenos vagabundos dos arredores”, ou então para engrandecer a figura de um Irmão marista, “vê-lo percorrer as estações da via-sacra na capela (o irmão), cercado de um grupo de negrinhos”, expressões essas, que no mínimo, revelam uma percepção acerca daquelas crianças e adolescentes, separando-as por condição social e cor, o que talvez seria mais aceitável se o texto fosse dos anos 50 ou 60, mas não de 1997. (RODRIGUES, 1997, p. 589) Podemos recorrer a Bourdieu na busca de uma provável explicação: “A questão ingênua do poder das palavras está logicamente implicada na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras”. (BOURDIEU, 1996, p.85)

maristas que responderam ao questionário, talvez porque estão engajados no trabalho religioso em prol das crianças e adolescentes, ou então porque houve crescimento e amadurecimento na missão estabelecida junto aos mais vulneráveis da sociedade e a própria linguagem foi sendo aprimorada, acompanhando o processo de consolidação das obras sociais.

1.1.2 Província Marista do RS: Uma Entidade Filantrópica.

Na década de 90, o Governo Federal deu seguimento às mudanças na lei da filantropia, que já vinha sendo estudada e modificada desde a década de 70. A preocupação com a aplicação dos recursos da filantropia era manifestada intensamente pelos deputados federais que exigiam maior atenção por parte do Governo na fiscalização, sugerindo que graves problemas se escondiam atrás da lei da filantropia. O Deputado Fassarella denuncia que

o financiamento de serviços públicos através da isenção da contribuição previdenciária patronal tem-se mostrado ineficiente. De um lado exige um grande controle burocrático para evitar falsificações e fraudes, dando origem às entidades ditas “pilantrópicas”. O controle burocrático prévio, acaba se transformando num obstáculo intransponível para as pequenas entidades e não conseguem barrar as “pilantrópicas”, geralmente maiores e com maior capacidade de se “ajustar” aos requisitos fixados em lei. Por outro lado acaba por reduzir os recursos da Seguridade que poderiam, se arrecadados e bem aplicados, atender melhor às ações assistenciais e à área da saúde ²³.

As críticas e interferências do poder legislativo foram criando novas regras para a aplicação da filantropia, bem como políticas públicas mais exigentes e voltadas aos vulneráveis da sociedade, inclusive definindo quais cidadãos poderiam ser beneficiados por tais recursos. Os Maristas, adaptando-se as novas regras e procurando prevenir-se para o futuro, iniciaram um processo de migração dos recursos financeiros aplicados na filantropia, até então destinados quase que exclusivamente para bolsas de estudo.

Um Irmão marista que fazia parte da coordenação da Província naquele momento manifestou-se com muita cautela e temeroso ao ter que admitir que a ida dos maristas para junto dos “mais pobres da sociedade gaúcha” fosse por causa da

²³ O trecho citado acima, foi extraído de uma circular distribuída pelo gabinete do Deputado Federal João Fassarella, no início da década de 90.

mudança na legislação da filantropia, apesar de admitir que sem ela “não teriam se molhado”. O trecho abaixo transcrito e que faz parte da entrevista demonstra a cautela e o receio de uma possível desvinculação da opção ser religiosa:

A decisão de abrir uma Obra Social significativa estar a favor dos mais necessitados não estava diretamente ligada à Lei da Filantropia... A nova Lei da Filantropia que exigia aplicação de 20% da Receita em ações a favor dos necessitados veio ajudar-nos como instituição. Eu na ocasião dizia que ela “veio empurrar-nos na água, eis que estávamos à beira da piscina com medo de jogar-nos na água”. E agora com esta Lei não tinha mais o que duvidar. Era preciso aplicar este dinheiro em favor dos mais necessitados. Eu acho que esta Lei veio em boa hora para a nossa realidade²⁴.

E, na questão seguinte, mesmo sendo um dos principais gestores da Província, se omite em responder, talvez por medo de dizer algo que comprometa a instituição, ou que demonstre que a aplicação dos valores era utilizada para outros fins...

Como era aplicada até então a filantropia? E as bolsas de estudo nos colégios?

(A essa pergunta não sei responder. Há gente mais capaz de responder a ela aí em Porto Alegre)

Na resposta dada na próxima questão, veremos que existe a confirmação da necessidade de aplicar os 20 por cento e que isto não vinha acontecendo. Tal situação leva o entrevistado a justificar uma doação realizada e capitalizá-la como patrimônio da caridade marista. Demonstra também o jogo de relações que havia entre os Irmãos que se posicionaram diferentemente em relação à doação, bem como o interesse no aumento do capital simbólico perante os demais campos:

Houve uma forte enchente na região da Fronteira Oeste do Estado. Muitos flagelados. Apoios diversos. Nossa Província em final de triênio fiscal precisava comprovar a aplicação dos 20% em favor de filantropia. Fizemos os contactos com o governo do Estado. Tivemos a garantia de todos os comprovantes fiscais de notas e faturas. O Conselho Provincial decidiu. Houve críticas internas como era de se esperar (principalmente da Direção da nossa Universidade: 1 milhão jogado fora [...]) Entretanto, além da significativa ajuda que representou para aquelas famílias que conseguiram reconstruir suas casas [...] para nós houve um ganho político e um reconhecimento do governo. Ajudou para aumentar a credibilidade e imagem dos

²⁴ Entrevistado C.

Maristas nesta nova realidade: Maristas com marca de solidariedade e não só Maristas com marca de educação formal [...].

Ao analisarmos a resposta não queremos emitir nenhum julgamento, até porque este não é o interesse da pesquisa, que nos leva a compreender a preocupação do entrevistado com a imagem dos maristas perante outros campos, uma vez que estão inseridos no campo religioso e devem aumentar seu capital simbólico através de relações sociais. Para os maristas a concessão oferecida pelo Governo é uma opção, motivada pelas vantagens e benefícios da lei²⁵. A opção conduz a um processo de comprometimento com regras e relações que se estabelecem no próprio campo religioso e com os demais. É um processo de trocas. É importante salientar que a opção dos maristas do RS foi retomada na década de 90, porém já havia sido feita na década de 50, com a promulgação da Lei de Isenções²⁶.

A Província marista do RS fez a opção por esta lei logo após sua edição, tornando-se uma Organização Filantrópica. A opção pela filantropia não foi registrada na história da Província, seja porque a maioria dos Irmãos que a protagonizaram já faleceram, ou porque os livros e relatos sobre a história marista no RS pouco descrevem assuntos relacionados a questões jurídicas ou administrativas. Demonstrando maior interesse pelas questões religiosas, salvadoras, do que propriamente com questões ligadas ao administrativo ou financeiro, o subcampo capitaliza suas ações.

1.1.3 Filantropia, Sinônimo de Compromisso Social e Político

O fato de o Estado não ter condições de executar todos os serviços públicos de que a sociedade necessita, obriga-o a contratar serviços de entidades, ou então, como no caso da Assistência Social, fazer parcerias, convênios ou concessões que

²⁵ Conforme o Artigo 1º da lei 9.790, compreende-se o processo para uma entidade tornar-se filantrópica: “Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta lei.”

²⁶ Num seminário sobre filantropia, realizado no município de Canela, no ano de 1998, a origem da filantropia foi assim descrita: “Lei 3577, de 04 de julho de 1959. Isenta da taxa de contribuição de previdência aos institutos e caixas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos reconhecidas de utilidade pública, cujos membros não recebam remuneração”.

possibilitem a execução de serviços, por parte destas entidades, aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A filantropia é uma destas concessões feitas pelo governo para que entidades possam executar, fiscalizadas pelo Estado, ações de responsabilidade do próprio governo. Esta “troca” tem regras, no caso, um conjunto de leis, que regulamentam a participação nas diversas políticas públicas ligadas às ações das entidades. A participação social, imposta pelo governo, foi destacada “positivamente” pelos entrevistados: “Como disse, as evidências do mandato do Capítulo Geral e a nova lei da Filantropia não deixavam mais dúvida de que a Província devia dar uma guinada na direção dos mais necessitados [...]”.²⁷

Outro Irmão Marista, ao ser indagado sobre como é realizada a fiscalização da Filantropia por parte do Governo, reforça o posicionamento anterior fazendo um breve e saudoso relato, em que enfatiza a seriedade do trabalho realizado nas obras sociais:

Primeiro eu vou lhe contar o seguinte: Em 97 veio aquela comissão, quase 98, ficou quatro meses na USBEE analisando tudo o que é documento. E quis saber o que significava obra social. Bom, então disse: “Queremos ver as obras sociais de vocês”. Então me deram o nome de uma comunidade de irmãos, mas eu pedi desculpa e disse que não era responsável por comunidades dos irmãos. “Sim, então o que o senhor faz?”. Eu sou responsável pelas comunidades de ação social, de obra social junto a crianças e adolescentes, e não de uma comunidade dos Irmãos de escolas. Então convidei a comissão para visitar as duas obras já existentes: “Olha, aqui já temos duas obras, lá o CESMAR, e outra aberta que é o Artesanato Santa Isabel: Foi em 98, e já tínhamos mais seis ou sete pelo estado. “Mas como é que funciona?”, perguntaram. Disse: “Vamos buscar o carro e vamos lá ver”. Então fomos lá no CESMAR. Fui mostrando: “Olhem tudo isso aqui é uma obra social”. Ficaram olhando assim meio espantados: “E o que é?”. “Bom, vejam as crianças aqui, vejam a realidade”. Depois passamos com carro no meio da vila. E ai eles ficaram, meio sem jeito, porque realmente era uma resposta social que a Província estava dando²⁸.

Optar pela filantropia é, em primeiro lugar, identificar-se com ações sociais, ou seja, prestar atendimentos que beneficiem os diferentes grupos sociais, sejam eles educacionais, de assistência social, ou de saúde. No momento em que as

²⁷ Entrevistado C.

²⁸ Entrevistado A.

entidades pedem seu certificado de filantropia (CEBAS)²⁹, estão se comprometendo socialmente a executarem serviços que estão previstos em seus estatutos sociais e ao mesmo tempo caracterizam-se como serviços públicos, sem qualquer distinção de cidadãos, independentemente da natureza da obra que executa o atendimento.

Mesmo que as entidades filantrópicas não sejam religiosas, ou não busquem nenhuma certificação de “caridade”, são obrigadas por lei a executar serviços de atendimento gratuito para cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sob pena de perderem o certificado de filantrópica³⁰, o que para algumas entidades seria condená-las à morte financeira, uma vez que dependem das isenções para se manterem.

Toda entidade filantrópica deve caracterizar-se pela defesa de direitos sociais do cidadão, que vão desde o direito à vida até à distribuição de alimentos. É uma espécie de “seguridade social”, em que o cidadão sente-se amparado pela entidade, protegido por ela. Por isto é característica destas entidades a presença nas “lutas” sociais³¹ e o relacionamento permanente com os diversos campos do espaço social, principalmente o do poder.

Uma das ações do Governo, na regularização da Lei da Filantropia, foi incumbir as entidades que atuam na defesa dos direitos a se envolverem com as políticas públicas através dos diversos conselhos que existem, seja da criança e adolescente, tutelar, de assistência social... Este modelo de participação levou as entidades a se organizar e exigir políticas públicas construídas a partir da base, da discussão dos mais diferentes grupos sociais que se fazem representar nos conselhos e que existem nos municípios, nos Estados e em nível federal. Esta também é a compreensão dos maristas que atuam junto às obras sociais: buscar as soluções através do campo político, das leis, da participação nas políticas públicas... Quando este Irmão é questionado sobre a importância da participação nas políticas públicas, ele prontamente responde que

²⁹ A sigla CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – é o nome dado ao Certificado concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social às Entidades Filantrópicas (CNAS), conf. Resolução CNAS 177/00.

³⁰ Esta afirmação está fundamentada no Decreto 2536/98, Art. 8º: O INSS, por solicitação do CNAS, realizará diligência externa [...] com visitas à adequada instrução de [...] manutenção do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos [...], o que vem sendo reestudado e poderá sofrer mudanças com um novo decreto, previsto para este ano de 2006.

³¹ Conforme “O tempo do... SUAS”. Publicação do Governo Federal, em referência à Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O texto encontra-se na íntegra no endereço eletrônico: www.desenvolvimentosocial.gov.br.

[...] sim, porque a lei está aí, muito bem feita, talvez melhor que as de origem européia, mas não respondem à nossa realidade. Temos que ter uma lei que primeiro responda a esta realidade, a este pouco que temos. E eu, falando com a promotoria, me disseram: olha, nós estamos sendo derrotados pela lei, porque nós queríamos ter creches diferentes, mais simples e mais populares [...] ³².

O compromisso social das entidades filantrópicas e seu envolvimento com as políticas públicas vão além da obrigatoriedade, tornando-se espaço de organização, construção da rede de atendimento e garantia de direitos perante os órgãos governamentais. Buscar espaço e representatividade nos diversos organismos governamentais é também aumentar o poder simbólico, o capital, junto ao campo político. Com a participação nos momentos de mudança das políticas públicas, os direitos e benefícios são garantidos para os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nas obras sociais, a participação na elaboração das políticas públicas é fundamental, a fim de garantir os direitos dos cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade.

1.1.4 Reestruturação da Província Marista e o Papel da Comissão de Assistência Social (COAS)

No processo de reestruturação do subcampo marista no Estado do Rio Grande do Sul, foi realizada a junção de duas Províncias, resultando na criação da Província Marista do Rio Grande do Sul, fundada no mês de julho de 2002, por ordem do Governo Geral Marista. O foco da reestruturação foi a dinamização da “Vida Religiosa Marista”, o que conseqüentemente levou a uma nova organização institucional, uma vez que a nova Província abriga três mantenedoras diferentes ³³. A decisão, segundo pesquisa em documentos da Província, foi tomada para que os religiosos maristas pudessem exercer com maior coerência seu papel “religioso” no espaço social.

³² Entrevistado A.

³³ Conforme o discurso do Superior-Geral, que se deslocou de Roma para a fundação da nova Província, percebemos a importância desta nova organização: “Nada está mais longe da verdade. Como membros das Províncias de Porto Alegre e Santa Maria, vocês unem histórias únicas, variadas e com diferentes tradições, com perspectivas e preocupações. Mas as diferenças são as que compõem seu caráter nacional. Os elementos que moldaram a história deste país mostram que se trata de um país com grandes diversidades. Com uma cultura que foi moldada não somente pelos nativos, como também pelos imigrantes da Europa, da África e Ásia... Sua nova Província do Rio Grande do Sul será beneficiada pelo ressurgimento de vocações maristas no Brasil. Isto tem como resultado o grande número de Irmãos no meio de vocês”. História dos atos da fundação da Província Marista do Rio Grande do Sul. Editora Pallotti, 2003, p. 31 (Publicação Interna).

Buscando soluções para problemas organizacionais, os maristas iniciaram a reestruturação visando a um futuro mais adaptado às necessidades religiosas e educacionais do Rio Grande do Sul. A reestruturação provocou, em determinados momentos, disputas por posições, no que se refere à ocupação de cargos e definição de linhas de ação, meios utilizados para agregar “poder simbólico” nas relações que existem, pois

as espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo) (BOURDIEU, 2002, p. 135).

A Comissão de Assistência Social (COAS) foi o organismo criado na Província Marista do RS para incorporar os dois GTs de solidariedade, bem como as ações de assistência social que vinham sendo realizadas nas antigas províncias. O Irmão Pedro Ost, que até então coordenava o GT de solidariedade da Província de Santa Maria, foi nomeado como coordenador da COAS, tendo como primeiro desafio organizacional concretizar ações que atingissem os objetivos propostos na “reestruturação”.

Eis os objetivos propostos pela Comissão de Reestruturação no Instrumento de Trabalho:

- a) desafiar a identidade religiosa (consagração) e apostólica (missão) dos Irmãos;
- b) renovar a vitalidade e garantir viabilidade às novas Províncias;
- c) potencializar os recursos humanos, consoante a disponibilidade e as aptidões pessoais;
- d) relançar um vigoroso desafio para a pastoral vocacional e formação inicial;
- e) redistribuir, potencializar e racionalizar a administração das obras e dos recursos materiais;
- f) ampliar a solidariedade interna perante as necessidades, as urgências e os campos de atuação dos Irmãos Maristas.

Os objetivos acima demonstram a preocupação dos maristas em fazer da reestruturação da Província do RS um processo capaz de direcionar as obras maristas para que respondam ao ideal do campo religioso que é “servir melhor o Reino de Deus”³⁴. A reestruturação é uma tentativa de antecipação a uma “crise”

³⁴ Cf. descrição apresentada no livro História dos atos da Fundação, entre as páginas 7 e 14. Livro de circulação interna dos maristas.

que atingiu as Províncias da Europa, definida no interior do subcampo marista como “crise de identidade” (SAMMON, 2003, p. 18) e temida na América Latina.

A COAS, após a unificação das Províncias, tornou-se referência dentro da organização marista, uma vez que passou a administrar diretamente todas as ações sociais maristas no RS. Isto lhe atribuiu um grande poder simbólico e de troca, uma vez que, além de outros, um grande volume financeiro é destinado às obras sociais. Nas respostas dos entrevistados há várias referências aos problemas e sucessos que aconteceram ou acontecem na área da assistência social dos maristas no RS, demonstração de que existe uma preocupação contínua com as ações que partem desta comissão, que é “um organismo de estudo, reflexão, planejamento e acompanhamento dos serviços prestados na área da assistência social da Província [...]”³⁵, além de simbolicamente representar a principal opção do campo religioso, pelos “pobres”.

1.2 POSIÇÕES E TOMADAS DE POSIÇÃO NAS OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS

O subcampo religioso marista caracteriza-se por procurar cumprir rigorosamente a obediência aos “superiores”, que são maristas eleitos ou nomeados para coordenarem as atividades religiosas e administrativas das Províncias. Assim, o jogo que se estabelece tende a mudar conforme as posições estabelecidas aos agentes, ou seja, a mudança da coordenação influencia diretamente a vida dos demais agentes, submetidos a uma regra geral do jogo: obediência aos superiores.

As obras sociais criaram um novo cenário no subcampo marista, onde as posições e tomadas de posição no “jogo das relações” mudaram completamente, pois além de novos locais para atuação, novas possibilidades de expressão política, econômica e mesmo social se tornaram permitidas, pois uma nova relação era institucionalizada, legalizada com o surgimento das obras sociais: a relação com os mais vulneráveis, o que justifica as posições e tomadas de posição no subcampo, até porque existe uma interdependência entre colégios e obras sociais, mesmo que simbólica, onde a existência de um garante a existência de outro, ambos se protegem perante os demais campos.

³⁵ Conforme descrito no Regimento interno da Província Marista do RS, na página 14.

Os entrevistados afirmaram que o subcampo marista só pode existir se houver uma interdependência entre os colégios e as obras sociais, justificando a permanência nas duas frentes como estratégia para formação do *habitus* religioso e auto-afirmação perante os demais campos. Quando um dos principais agentes maristas é questionado sobre quem seriam os preferidos de Champagnat no atendimento educacional, a resposta parece ensaiada:

Esta questão, para mim, parece muito perigosa. Penso que para Champagnat o sonho era atender crianças e jovens, educar e evangelizar, “tornar Jesus Cristo conhecido e amado”, com uma forte predileção pelos mais necessitados, mas não excluía a educação formal e paga³⁶.

O subcampo marista foi acrescido em suas atividades e funções com a fundação de obras sociais, o que gerou mudanças e, de certa forma, provocou instabilidade às tomadas de posição, pois não foram “fabricados” novos Irmãos para que coordenassem as obras sociais, eles foram redirecionados de outras funções, seja de colégios, ou de atividades pastorais, assumindo posições no subcampo marista que os diferenciava daquelas assumidas nos colégios, portanto o novo cenário que se estabeleceu com a fundação das obras sociais condicionou o jogo das relações com novas posições e tomadas de posição dos agentes maristas, especialmente os Irmãos.

1.2.1 Relações de Disputa na Fundação das Obras Sociais Maristas

As organizações religiosas estruturam-se com relações de disputa e tomadas de posição, utilizando linguagem própria do campo religioso, o que as diferencia no espaço social. A hierarquia e a obediência aos “superiores” fazem parte do “jogo” dentro do subcampo marista, condicionado às tomadas de posição e conseqüentemente às relações no campo religioso (DÍEZ, 1995, p. 221-229).

Na Província marista do RS, segundo depoimento de Irmãos entrevistados, a última década foi marcada por diversos conflitos provenientes das decisões dos “superiores” que iniciaram um processo de fundação de obras sociais, contestado por maristas que não tinham a mesma compreensão e defendiam a permanência

³⁶ Entrevistado D.

dos maristas somente nos colégios. A mudança na atuação dos maristas, indo para as obras sociais, motivou disputas no subcampo, levando muitos Irmãos a se posicionarem, como vemos na resposta deste entrevistado que acena para um enfraquecimento da resistência feita às obras sociais, lembrando que

nos anos 80 e ainda no início dos anos 90 havia muitas discussões sobre a opção pelas obras sociais e comunidades de inserção. Havia uma clara separação entre escolas pagantes, obras sociais e comunidades de inserção. Havia certa resistência por parte de muitos Irmãos não favorecendo a opção pelo social. No ano de 96 quando foi tomada a decisão de abrimos mais obras sociais, esta questão estava mais tranqüila, porém não resolvida. Alguns Irmãos questionaram, mas foi bem mais tranqüilo³⁷.

A resposta aponta para uma situação de disputa, apesar de haver uma contínua preocupação com a linguagem utilizada, na tentativa de não demonstrar “divisão” no subcampo marista, ficando no meio termo, exemplo: “estava mais tranqüilo, porém não resolvido”. Neste contexto evidenciaram-se as relações de disputa e também a opção pessoal de cada irmão, se pelas obras sociais, ou pelos colégios. A posição dos Irmãos que coordenavam a Província foi de abertura de obras sociais, porém a imposição de “idéias” parece não ser bem aceita entre os maristas. Um dos entrevistados, fundador das obras sociais, ainda se preocupa em fundamentar tal decisão e ao ser interrogado, responde buscando em documentos religiosos justificativa para sua tomada de posição:

Como foi o surgimento (idéia) das Obras sociais Maristas no RS?

[...] Como se pode ver, estava muito claro o mandato do Capítulo Geral. Era uma questão de **fidelidade**: a) às suas origens Maristas, b) às tradições solidárias dos Maristas no Rio Grande do Sul desde a fundação, c) e principalmente por fidelidade ao Evangelho: afinal a Renovação da Vida Religiosa Consagrada é antes de tudo uma volta às fontes e aos constantes apelos do seguimento de Jesus Pobre e amigo dos pobres. E a nossa Província, por questão de **fidelidade** só tinha que se comprometer com a **opção preferencial pelos pobres** através de respostas concretas de SOLIDARIEDADE³⁸.

A interferência direta de alguns maristas foi fundamental para que as obras sociais se tornassem realidade, inclusive nos momentos em que os maristas que

³⁷ Entrevistado C.

³⁸ Entrevistado C.

estavam coordenando o processo tiveram que assimilar as críticas que eram feitas por aqueles que não as queriam, talvez por isso que o Irmão Jaime, que estava na missão do Mato Grosso do Sul, foi convidado para coordenar a implantação das obras sociais, uma vez que já havia sido provincial e tinha experiência de trabalho com obras sociais, motivo que lhe dava vantagem na disputa dentro do subcampo marista, uma vez que já havia estado em diversas posições dentro do subcampo. A resposta do Provincial que convidou o Ir. Jaime demonstra o interesse dos principais agentes maristas na concretização do projeto:

[...] Faltava-nos uma pessoa para coordenar o Projeto, eis que tínhamos “boa vontade” mas tínhamos pouca experiência para atuar nesta área. Sabíamos mais sobre Escola e Educação Formal. Então fomos ao encontro do Irmão Jaime Biazus, que atuava no Mato Grosso do Sul e lá participava de Projetos sociais, trabalho com drogados e afins. Depois de muita conversa, Ir. Jaime aceitou o desafio. No ano de 1996 esteve se preparando e organizando alguns pré-projetos e no ano de 1997 foi constituída a Comunidade do CESMAR, no Bairro Rubem Berta. Primeiro foi a residência, a seguir a construção do complexo atualmente existente³⁹.

Os Irmãos coordenadores da Província buscavam estabelecer hegemonia no modo de pensar as obras sociais, até porque queriam o envolvimento dos demais Irmãos nas obras. A solução foi posicionar agentes em locais estratégicos, respeitando as características de cada um para que representassem melhor a decisão da coordenação, se mantendo coesos e capazes de agir no espaço social, onde a

[...] a ordem simbólica repousa de fato na imposição sobre o conjunto dos agentes de estruturas estruturantes que devem uma parcela de sua consistência e de sua resistência ao fato de serem, ao menos na aparência, coerentes e sistemáticas, e de se ajustarem às estruturas objetivas do mundo social (BOURDIEU, 2001, p. 214).

Com os agentes posicionados e tendo como agente principal o Ir. Jaime, foi possível iniciar a primeira obra social após a mudança na legislação da filantropia⁴⁰. O investimento financeiro foi muito alto e a comunidade local quase não se envolveu na construção, até porque é um bairro em que a população é “classificada” como vulnerável socialmente. Algo a acrescentar é que tal realidade era pouco conhecida

³⁹ Entrevistado C.

⁴⁰ Cf. lei 8.212, de 24/07/91. Lei de Organização e do Custeio da Seguridade Social. Lei esta que veio revogar o decreto 1572, de 01/09/77.

por estes homens descendentes de “italianos e alemães” que cresceram vendo seus pais e familiares dedicarem parte da vida à Igreja e na construção de benfeitorias a ela destinadas.

A lógica até então adotada era de que a Igreja deveria crescer, para que as famílias pudessem crescer também. As obras sociais maristas invertem esta compreensão, pois são os maristas que fundam obras sociais para que a população vulnerável possa ser atendida. Esta nova realidade, em que os cidadãos nada colaboravam financeiramente com as “obras da Igreja”, gerava críticas dos próprios maristas, como nos lembra um Irmão ao responder a uma questão sobre outros Irmãos que não queriam obras sociais e...

[...] quando alguns ficaram sabendo de alguns aspectos ficaram furiosos, e ainda ficam, e acham que deveríamos voltar às bolsas de estudo... A expansão não está se dando para os mais vulneráveis, por exemplo, os meninos de rua, drogados, enfim os esquecidos, os não vistos... Faltam obras para os mais abandonados, para aqueles que estão fora de tudo, para os mendigos, meninos de rua, enfim para os mais abandonados [...] ⁴¹.

A resposta leva-nos a perceber que existe algo a mais que ações voltadas ao social, quando o assunto é discutido pelos próprios Irmãos maristas e ao mesmo tempo demonstra a preocupação do Irmão com os vulneráveis, com aqueles que estão desprovidos da proteção do Estado, porém não há consenso e as disputas no jogo demonstram compreensões diferenciadas, expressas de diversas formas, entre elas a condenação verbal e escrita das obras sociais por alguns Irmãos⁴². A configuração do novo cenário do subcampo marista do Rio Grande do Sul passou pelo campo do poder, envolvendo diretamente os principais agentes maristas nas relações de disputa, que definiram as tomadas de posição.

⁴¹ Segunda parte da entrevista, colhida na Ilha dos Marinheiros em Porto Alegre, do Entrevistado A.

⁴² Bourdieu explicita em sua teoria as experiências opostas dentro dos campos, que em função do poder simbólico é, em muitos casos, camuflada: “A unidade aparente destes sistemas profundamente diferentes pode ser facilmente preservada, pois os mesmos conceitos e as mesmas práticas tendem a assumir sentidos opostos quando são usados a fim de expressar experiências sociais radicalmente opostas”. (BOURDIEU, 1974, p.54).

1.2.2 Relações, Posições e Tomadas de Posição no Campo Religioso Marista do RS

Os diversos campos se distribuem dentro do espaço social de acordo com seus interesses, ou seja, buscam relacionar-se e aproximar-se dos demais campos na tentativa de agregar capital. Assim ocorre com o campo religioso e com os subcampos. O subcampo religioso marista procura reproduzir a estrutura do campo religioso no espaço social, através da educação, que acontece nos colégios e obras sociais. O êxito na tarefa de educar agrega ao subcampo marista “poder simbólico”, que será essencial nas relações de troca, no próprio campo religioso e também com os demais campos, uma vez que a autonomia do campo religioso afirma-se na tendência dos especialistas de fecharem-se na referência autárquica ao saber religioso já acumulado e no esoterismo de uma produção quase acumulativa, de início, destinada aos produtores deste saber, mas com a expansão do campo religioso, repassado a todos que estabelecem alguma troca com o campo.

As relações no subcampo marista se estabelecem com os demais campos através dos colégios, obras sociais e universidade, reproduzindo a “missão” herdada de Champagnat: “Educação de crianças e jovens”⁴³. Os colégios e a universidade enquadram-se na educação paga, atendendo a um público específico e que tem, na sua maioria, uma situação financeira razoável, o que não ocorre com os atendidos nas obras sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

No contexto de diferenças, as relações dos maristas com os cidadãos atendidos pela organização, se estabelecem de forma bem diferenciada e de alguma forma se hierarquizam pela situação financeira dos agentes e de suas posições nos diversos campos do espaço social. Existe a preocupação dos agentes maristas em divulgar e expandir as obras sociais e suas lutas, porém sem admitir o fechamento dos colégios, pois são estes que geram os recursos da filantropia e podem manter o sonho de Champagnat vivo, é o que nos dizem os entrevistados:

Devemos estar conscientes que não poderíamos levar adiante o modelo de obra social que hoje temos sem as escolas pagas. Aqui

⁴³ Os maristas escolhem suas prioridades nos seus cem anos no RS e entre elas, três aparecem com ênfase no discurso do novo Provincial: 5- Escolas e Evangelização [...] 6- PUCRS e Hospital São Lucas [...] 7- Solidariedade e Obras Sociais [...], demonstrando assim que após um século ainda era mantida a tradição da educação (RODRIGUES, 2000, p. 654-655).

temos um grande questionamento que devemos nos fazer: que tipo de obra social queremos?⁴⁴.

A “tomada de posição” dos maristas em fundar obras sociais criou uma “nova rede de relações” (CASTELLS, 2005, p. 566) com os demais campos do espaço social. A relação com o campo político foi rapidamente estabelecida, uma vez que as obras sociais e a assistência social dependem de políticas públicas adequadas e voltadas aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Fazer a “opção pelos pobres”, além de uma demonstração religiosa, representa uma forma de “pensar”, ou melhor, de se posicionar no espaço social. A tomada de posição em favor das obras sociais e mesmo as relações estabelecidas com os demais campos nem sempre eram aceitas por todos os Irmãos e geravam algumas tensões, apesar da tentativa dos principais agentes de minimizá-las, ou mesmo de não aceitá-las, ignorando-as, como na resposta abaixo:

Por que nesse momento (fundação das obras sociais) surgiu uma divisão: Irmãos das obras sociais, irmãos dos colégios e também irmãos da PUC?

Acho que nesta altura estas tensões já se haviam esvaziado bastante. Em outros tempos estas tensões foram muito mais fortes e dolorosas. Como disse, as evidências do mandato do Capítulo Geral e a Nova Lei da Filantropia não deixavam mais dúvida de que a Província devia dar uma guinada na direção dos mais necessitados [...]⁴⁵.

Um segundo Irmão acrescenta:

Porque o seguinte, a gente trabalhava e como havia, lá dentro (do CESMAR) alguns caras do PT, mas a mim não interessava, interessava que me dessem uma resposta social, me ajudava era isto. Outra coisa que ocorria, ainda era considerado uma coisa negativa ser de esquerda, mas nós buscamos pessoas que nos ensinassem a criar uma rede de trabalho aí dentro, que depois não se continuou porque houve muita oposição. Então eram elementos da UFRGS, não fomos à PUC porque eu encaminhei o pedido de formação de educadores sociais, para obras sociais, para creche, para [...] eu tenho a cópia lá em casa do pedido e para formar alfabetizadores de adultos. Ficaram um ano brigando, arrumando encrenca com o diretor da pedagogia. Ficaram brigando, brigando....

⁴⁴ Entrevistado F.

⁴⁵ Entrevistado C.

disseram que não era trabalho para a educação, que era da sociologia [...]”⁴⁶.

No jogo existente nos campos, as posições são necessárias e importantes, especialmente para quem busca aumentar seu capital simbólico, pois essas

[...] posições diferentes nas relações de produção, reprodução e distribuição de bens religiosos, tendem a reproduzir a estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, embora sob a *forma transfigurada e disfarçada* de um campo de relações de força entre as instâncias em luta pela manutenção ou pela subversão da ordem simbólica (BOURDIEU, 1974, p.70).

Quando a estrutura é modificada no campo, no caso reestruturada, os agentes têm novas *tomadas de posição* que nem sempre os beneficia, algumas vezes os prejudica, afastando-os das decisões. Em algumas situações a simples possibilidade da mudança de posição, dentro do jogo, pode causar insegurança⁴⁷. Entre os agentes maristas, com a fundação das obras sociais, as posições e tomadas de posição se modificaram muito, deixando uma certa insatisfação entre alguns agentes que não mais desfrutariam das posições conquistadas, o que gerou medos e insegurança, expressos na resposta dada por um Irmão Marista, referindo-se ao começo das obras sociais e à possibilidade de alguns Irmãos serem transferidos para estas:

Existia uma significativa distância entre as Escolas e Universidade e as periferias pobres e carentes [...]. Foi preciso uma conversão institucional. Lembro de um depoimento que ouvi: Estou há 40 anos dando aula numa escola e morando aqui, o que vou fazer numa favela? Eu não sei como falar e como trabalhar com essa gente. Muita discussão e muito debate e até algumas ofensas e agressões nesta virada institucional [...] (Não sei se a Instituição está convertida para os pobres! Esta é uma resposta muito difícil) Entretanto, sempre defendi e continuo a pensar assim: se nós quisermos realizar um trabalho, uma educação verdadeiramente Marista esta educação deve ter a marca da solidariedade. Do contrário ela não é verdadeira. Onde estivermos atuando devemos

⁴⁶ Entrevistado A.

⁴⁷ A busca dentro da pesquisa foi justamente perceber no jogo, como reestruturou-se o subcampo marista, com o surgimento das obras sociais: “De maneira geral, portanto, Pierre Bourdieu considera as práticas como temporalmente estruturadas, mas de modo não determinista. Sendo assim, ele sugere aos pesquisadores que reconstituam as possibilidades que se oferecem aos agentes num determinado momento e que delimitem de que modo uma triagem – individual e coletiva – se estabelece entre elas para passar à realização de novas práticas” (ENCREVÉ; LAGRAVE, 2005, p. 170).

formar cidadãos solidários e comprometidos com a causa da justiça e igualdade social⁴⁸.

As novas funções surgidas com as obras sociais, dentro do subcampo religioso marista, possibilitaram novas “posições” aos agentes e conseqüentemente novas regras para o “jogo” de relações. Com novas relações estabelecidas no subcampo marista, as relações com os demais campos também foram sendo ampliadas, agregando à “marca marista” mais “poder simbólico”, demonstrado na presença em novos locais e perante a opinião pública, como expressa um dos maristas entrevistados:

A “marca” marista, fortaleceu-se com as obras sociais? Os maristas passaram a exercer influência em outros locais da sociedade?

Sim, a marca marista fortaleceu-se com as obras sociais. Começamos a ter penetração em outros tipos de público. Começamos a ser conhecidos pelas associações de bairro, pelos sindicatos, grupos de defesa dos direitos, ONG’s, partidos políticos, promotores, juizes. No início, estes grupos nos rechaçaram e nos viam como inimigos. Agora em alguns casos ainda acontece, mas em muitos locais somos reconhecidos pelo bom trabalho que realizamos em favor dos menos favorecidos⁴⁹.

A compreensão dos maristas, como vemos na resposta acima, não se reduz ao fato de simplesmente fazer a caridade por fazer, mas existe uma perspectiva de reconhecimento social, ou seja, de ter seu capital simbólico aumentado, de ver a construção do *habitus* marista, para que se construam novas relações no espaço social, suscitadas pelos agentes representantes do subcampo marista envolvidos na ação das obras sociais.

1.2.3 “Opção pelos Pobres”: Relações e Tomadas de Posição no Subcampo Marista

Com a intensificação das fiscalizações às entidades filantrópicas e as mudanças na legislação, os maristas começaram a repensar a forma de aplicação dos recursos provindos da filantropia e, buscando novos caminhos, fundaram obras sociais. Neste mesmo período o Instituto Marista iniciou uma reflexão orientando para que as Províncias iniciassem obras sociais e direcionassem suas obras para os

⁴⁸ Entrevistado C.

⁴⁹ Entrevistado F.

mais desprovidos economicamente, seguindo a orientação dos documentos que orientavam os maristas na missão de **“Amar os pobres: - avançando com maior rapidez na prática da opção preferencial por eles; - incentivando a mudança de lugar geográfico e social; - estimulando a criação de comunidades de inserção e as obras em favor dos mais desatendidos”**⁵⁰.

Os documentos maristas e as respostas dos entrevistados demonstram que neste momento de tomada de posição, a criação das obras sociais foi capitalizada entre os próprios agentes através da retomada de valores definidos como essenciais por Champagnat – fundador dos maristas. As obras sociais passam então a representar a opção radical que Jesus Cristo fez pelos pobres e que deve ser imitada pela vivência do “voto de pobreza”. Esta opção é referenciada pelo Irmão que propôs a fundação de obras sociais. Ele fundamenta tal projeto com documentos e orientações da Igreja para o campo religioso, lembrando que:

[...] os primeiros passos foram no sentido de divulgar aos Irmãos e Leigos os Apelos do Capítulo Geral. Em nossa Província como em toda a Igreja da AL e do Brasil esta reflexão sobre a Opção Preferencial pelos Pobres e suas incidências sobre a Vida Religiosa, já vinham sendo debatidas e refletidas há bastante tempo. Muitos religiosos desejavam fazer algo, mas não encontravam apoio institucional.

No ano de 1995, nas Jornadas de Formação Permanente que se realizavam na Província anualmente o tema foi A SOLIDARIEDADE, com base no Documento do Capítulo Geral⁵¹.

Era preciso, nesse momento, incorporar ao *habitus* dos maristas a opção pelas obras sociais para que aos poucos fosse reproduzido em todos os cidadãos envolvidos com os organismos do subcampo marista, para isso muitas orientações sobre pobres e pobreza eram transmitidas, como as transcritas abaixo, dadas pelo Governo Marista:

- “O pobre revela-se a nós como sacramento de Cristo. ‘Por trás de cada um destes rostos doloridos, esconde-se o rosto de Jesus. Por trás destes gritos ressoa o grito de Jesus na cruz’. Somos chamados a escutar estes clamores, a descobrir Cristo nos pobres e a deixar-nos evangelizar por eles”.

⁵⁰ Trecho extraído do documento oficial da VII Conferência Latino-Americana de Provinciais Maristas, realizada em Guadalajara, no ano de 1991, p. 11.

⁵¹ Entrevistado C.

- Os empobrecidos vivem a necessidade a insegurança, o não ter influência e carecem freqüentemente de alimento e de direitos. Situam-se na margem e dali trabalham para viver, não para armazenar, valorizando o pouco que têm e pondo-o, inclusive, em comum e compartilhando-⁵².

O discurso do campo religioso prevê um enfoque direcionado aos “pobres”, é uma opção que nasceu no Evangelho e que os religiosos procuram repetir, imitando a opção de Jesus Cristo. A “opção pelos pobres” fez nascer na Igreja da América Latina, na década de 80, um movimento muito forte que propunha reformas estruturais na Igreja, chamado de Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação logo foi contestada pela hierarquia da Igreja Católica, que apesar do esforço não conseguiu impedir seu desenvolvimento, sua produção científica, além disso influenciou os mais diferentes grupos sociais, especialmente os estabelecidos no interior do campo religioso e que teologicamente compreendem que

esta nova cristologia deve dar todo seu valor de revelação à carne de Jesus, a sua história. Hoje, mais do que nunca, é absurdo pretender construir uma cristologia na qual não conta decisivamente a realização histórica de Jesus (SOBRINO, 2000, p.56).

A Teologia da Libertação, além de um posicionamento científico, também representou a tomada de posição dos teólogos que não concordavam com o posicionamento da hierarquia da Igreja Católica. Percebe-se que na década de 80 e 90 esta tomada de posição teve um efeito “cascata”, ou seja, influenciou os demais subcampos, entre eles o marista. Tal ambiente favorável facilitou a decisão dos maristas de iniciarem as obras sociais, pois agora a decisão de “voltar aos pobres” estava inserida numa proposta de Igreja, não representava algo isolado e inaceitável.

No ano de 1983, seguindo a tendência da Igreja da América Latina, a preocupação com a educação dos cidadãos vulneráveis socialmente foi um dos temas no encontro dos diretores de colégios Maristas do Brasil, em que

⁵² Cf. livreto de circulação interna dos maristas e produzido em Roma, sob o título “Na óptica dos pobres”. Serviu para estudo e reflexão da Comissão Internacional de Solidariedade e foi distribuído às Províncias do mundo.

foi feito um questionamento sobre a vivência dos temas Pobreza e Justiça nos Colégios, com as seguintes observações: o problema do Colégio, mesmo quando se dá educação para a justiça, é que ele se tornou inadequado pela própria seleção da clientela, feita pela concentração de renda e má distribuição de vantagens. A prioridade do carisma, a favor dos marginalizados, encontra pouco espaço nas atuais formas de Escola particular (AZZI, 2005, p. 383).

A tomada de posição dos maristas no RS, favorável à fundação de obras sociais, era articulada dia a dia, com conscientização e pequenas ações solidárias voltadas aos cidadãos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Ou seja, aos poucos se organizava um novo cenário na Província Marista do RS, onde as obras sociais passam a dividir espaço, nas decisões e tomadas de posição, com os colégios.

As obras sociais maristas do Rio Grande do Sul são fundamentais na rede de relações do subcampo marista, pois têm grande poder simbólico pelo fato de estarem voltadas aos cidadãos considerados “excluídos”. As entidades consideradas de “caridade” historicamente gozam de respeito e admiração da população pelo fato de preocuparem-se com o equilíbrio social. A existência de entidades comunitárias pertencentes ao campo religioso é fundamental para que o espaço social mantenha a dinâmica de relações e trocas, pois ele é para os religiosos “a realidade primeira e última, já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (BOURDIEU, 1996, p.27).

As obras sociais maristas, neste contexto, adquirem o papel fundamental de interlocutoras, representando a população mais vulnerável e estabelecendo um novo canal de comunicação entre os maristas e os demais campos do espaço social.

Os maristas, como organização religiosa, tendem a aumentar seu capital simbólico sempre que as relações de disputa com algum outro campo lhe trouxerem benefícios. Nas trocas simbólicas, capital é agregado junto com reconhecimentos sociais que garantem representatividade no espaço social e também o rompimento de regras e normas que impedem o aumento do capital simbólico, que em muitos casos é produzido com as relações de troca entre os campos, ou subcampos, como a experiência relatada abaixo por um Irmão Marista:

[...] no começo éramos proibidos, as obras sociais eram proibidas de se manifestar, foi proibido que irmãos participassem e recebessem qualquer auxílio, seja de instituições públicas ou particulares, não

podíamos receber nada. Mas eu fui quebrando isto, porque nós [...] não é possível [...]. Eu acho que o trabalho todo tem que ser feito, por nós em sintonia com a sociedade e com o poder constituído, não importa que partido⁵³.

A resposta acima demonstra a imposição feita a este Irmão Marista por outros Irmãos, que no jogo das relações precisou se impor para garantir relações com outros campos do espaço social, relações estas vistas como perigosas, ou ameaçadoras.

As relações surgidas a partir desta nova atuação dos maristas no RS, que são as obras sociais, representam um marco de novas relações, pois estabeleceram rapidamente vínculos profundos com as mais diferentes esferas políticas e privadas. A proposta de ampliação na organização marista, além de colaborar com o governo nas ações contra a exclusão social, também possibilitou que empresas que entraram na parceria, pudessem sentir-se “responsáveis socialmente” por aquela obra social, pois

a proximidade no espaço social, ao contrário, predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, seus gostos) e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de mobilizar (BOURDIEU, 1996, p.25).

Com a fundação de obras sociais, os maristas não deixaram de pertencer ao campo religioso e nem de continuar executando sua principal tarefa, que é a educação, porém a presença dos agentes maristas em grupos que defendem os direitos humanos e sociais estabeleceu novas relações e representações. As obras sociais abriram novos espaços de relações, deram aos maristas outras representações e exigiram tomadas de posição mais audazes, como a deste Irmão entrevistado:

Quando começamos [...] veja, por exemplo, eu sei que estive no Rotary é [...] e coloquei o que significavam as obras sociais, aí pediram quando houve uma reunião de mais ou menos mil rotarianos, aqui no Rio Grande do Sul, foi em Canoas [...] na Ulbra. Eles solicitaram que eu fosse lá apresentar uma proposta às obras

⁵³ Entrevistado A.

sociais maristas. Eles queriam saber, queriam conhecer, queriam ajudar. A repercussão social foi muito grande, [...] ⁵⁴

A última década foi marcada pela valorização da solidariedade e do voluntariado num processo de globalização. Os colégios maristas também desenvolveram campanhas e atividades voltadas para este fim, numa perspectiva de

reconhecerem que seu corpo docente, técnico, discente e de funcionários, também estão engajados nesta relação de interdependência. Poderia haver esforços mais genuínos no sentido de buscarem juntos soluções para os problemas, ou mesmo de reconceitualizar situações que antes eram vistas como problemáticas [...] (SILVA, 1998, p.449).

A sensibilização de todo subcampo marista em relação aos mais vulneráveis da sociedade é extremamente importante, uma vez que as obras sociais são mantidas com recursos advindos da filantropia, ou seja, quanto maior for a renda de um colégio, maior é sua receita para a filantropia. As obras sociais são fundamentais para o capital marista e conseqüentemente para as trocas realizadas entre o subcampo marista e os demais campos. O engajamento de agentes maristas nas obras sociais gerou muita satisfação entre os Irmãos fundadores das obras sociais, especialmente pelas novas relações firmadas dentro do próprio campo religioso:

E veja, mesmo congregações religiosas, aliás, aí está uma coisa muito importante, [...] da nossa, da nossa capacidade de integrar outras congregações. Lá no CESMAR nós temos Irmãs escolares, hoje abrimos [...], a AVESOL abriu, uma obra social aqui no Colégio Navegantes: Salesianos, Irmãs filhas do Sagrado Coração, Irmãs Escolares e Maristas, são as quatro congregações trabalhando juntas. Isto é uma outra coisa que nós fizemos, de integrar é [...] integrar congregações religiosas. [...] E quando iniciaram as obras sociais, quando as Irmãs do Sagrado Coração, quando nós fomos pedir pra elas salas, estava uma conselheira geral delas, e ela disse: que maravilha, a pobreza nos uniu. Ela telefonou pra Roma e contou pro conselho geral ⁵⁵.

Novas relações deram ao subcampo marista nova vitalidade, nova movimentação que resultou em tomadas de posição. Os maristas, através das obras sociais construíram novas relações que iniciaram lá nas vilas, junto aos atendidos

⁵⁴ Entrevistado A.

⁵⁵ Entrevistado A.

nas obras sociais, passando pelos conselhos de defesa dos direitos, estendendo-se até o interior dos mais diversos campos, especialmente o político. A construção destas relações demonstra a capacidade de adaptação do subcampo marista na tarefa de educar e de agregar capital simbólico.

1.2.4 Gratuidade das Obras Sociais e Bolsas de Estudo dos Colégios: Possíveis Rupturas na Formação Marista

Estabelecer novas relações no espaço social foi apenas uma das transformações que as obras sociais provocaram na Província Marista do RS. Foi necessário remodelar, reestruturar, aplicar o capital monetário nestas obras e nomear irmãos e leigos maristas para as novas obras, que de alguma forma deveriam ter o “jeito marista”, ou seja, “reproduzir” a estrutura estruturante dos maristas, aumentando, se possível, o capital simbólico.

As mudanças organizativas da entidade marista do RS esbarraram, em alguns momentos, na discordância de alguns agentes maristas, que tinham outra compreensão sobre a filantropia, não aceitando a abertura de obras sociais e o repasse dos recursos financeiros para elas. Muitos irmãos e leigos queriam assegurar a continuidade das isenções de pagamento, através de bolsas de estudo, o que a nova legislação da filantropia⁵⁶ não permitia, pois orientava para o atendimento dos mais “vulneráveis” da sociedade.

As mudanças administrativas e sociais geralmente causam inquietações entre os agentes dos vários campos sociais, o que não foi diferente para os maristas no momento em que tiveram que diminuir as bolsas de estudo para abrir obras sociais. A forma de “formar” dos maristas estava adequada aos colégios particulares, o que na mudança de atendimento causou alguns constrangimentos, uma vez que o cerne do campo religioso era questionado pela prática dos atendidos nas obras sociais, pois muitos valores, que são “fundamentais” para grupos mais abastados financeiramente, são dispensáveis e até reprováveis em grupos de cidadãos sem condições financeiras, como por exemplo, a religião e aspectos culturais.

⁵⁶ A Lei da Filantropia de 1991, no artigo 5, inciso III, define quem são os possíveis beneficiados desta lei: “promova a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes”.

A opção pela abertura de obras sociais e pela diminuição das bolsas de estudo concedidas nos colégios pagos foi impulsionada e se concretizou por causa de duas forças muito fortes: a Lei da Filantropia e o Conselho Geral dos Maristas. Esta imposição da lei ajudou na concretização da orientação vinda dos documentos maristas, que motivavam para a “opção pelos pobres”, contrariando alguns Irmãos, lembra este marista entrevistado, quando diz que,

[...] alguns Irmãos pensam que é muito o valor destinado às obras sociais, é muito alto. Mas eles não percebem que isto é uma obrigação e necessidade. A Província teve a possibilidade de escolher: **filantropia sim ou não**. Escolheu sim. Após esta escolha, a aplicação dos 20% no social não é mais opção e sim obrigação. Quando se fala em valores aplicados no custeio das obras, alguns Irmãos não sabem de onde vem este valor e por que ele tem este montante. São os 20% sobre a receita e isto realmente é um valor significativo⁵⁷.

A organização marista no RS tem uma experiência de mais de cem anos, marcada pela superação das dificuldades e crescimento, hoje sendo reconhecida como uma das principais entidades educacionais do RS. As vivências e experiências que os Irmãos Maristas tiveram e que foram passando aos novos Irmãos que ingressavam na entidade, deram um rosto, um jeito próprio a este subcampo, formou-se um *habitus* inseguro perante os momentos de mudança. É fundamental lembrarmos que o fato da diminuição das bolsas de estudo e o início obras sociais foi uma mudança e que os maristas posicionaram-se a respeito, “filtrando” simbolicamente as informações e a própria lei da filantropia, através do *habitus* incorporado na instituição marista e compreendido como

[...] princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas (BOURDIEU, 1996, p.22).

Essa problemática envolvendo as bolsas de estudo dos colégios e o início das obras sociais ainda não foi completamente resolvida. Podemos perceber tal situação nas respostas dos vários agentes maristas, que se demonstram inconformados com a diminuição de alunos nos colégios, que, segundo alguns, se dá pela falta de descontos, ou seja, entendem que os recursos da filantropia

⁵⁷ Entrevistado F.

deveriam ser empregados nos colégios. A decisão de iniciar obras sociais não encerrou a discussão sobre as bolsas de estudo, mas possibilitou aos maristas do RS responder com empenho aos apelos feitos nos documentos maristas, que orientam para a partilha com os mais vulneráveis da sociedade, apesar de tal movimento contar igualmente com a pressão do campo do poder, através da própria lei da filantropia.

Novas formas de fazer educação surgiram com as obras sociais, e a formação aplicada até então nos colégios teve que ser adaptada e aplicada nas obras sociais com a intenção de levar os cidadãos atendidos a incorporar o *habitus religioso marista*. Para isso os próprios maristas tiveram que readequar suas estruturas organizativas no RS, buscando consolidar o processo iniciado na fundação das mesmas.

CAPÍTULO 2 - TOMADA DE POSIÇÃO NO SUBCAMPO RELIGIOSO MARISTA: OPÇÃO PELOS CIDADÃOS VULNERÁVEIS

O Instituto Marista é uma organização mundial que está presente em setenta e dois países, tendo como principal missão a evangelização de crianças e jovens, ou seja, tornar o mundo mais “cristão”, missão essa religiosa e que utiliza a educação em colégios e obras sociais como mecanismo para executar tal legado. Os maristas têm um padrão organizacional religioso, com hierarquia e funções bem definidas, é uma espécie de meio de “sobrevivência”, ou seja, seguem sempre as orientações dos superiores que foram eleitos para coordenar o Instituto, tornando essa disputa de posições um mecanismo vital para o subcampo marista em nível mundial, ou local (nas províncias), tornando a organização capaz de disputar com os demais campos sem perder as características “transcendentais”, típicas das organizações religiosas, pois o fato de ser uma organização religiosa não lhe dá imunidade nas relações com os demais campos e também sofre influências desses campos, uma vez que as

[...] posições diferentes nas relações de produção, reprodução e distribuição de bens religiosos, tende a reproduzir a estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, embora sob a *forma transfigurada e disfarçada* de um campo de relações de força entre as instâncias em luta pela manutenção ou pela subversão da ordem simbólica. (BOURDIEU, 1974, p.70)

Assim o subcampo marista também contribui com o campo religioso, produzindo capital para este, agregando, além de outros “fiéis”, adeptos ao campo, ou seja, “evangelizados”, que se identificam com o campo. Os cargos no subcampo marista, especialmente de superior Geral, são vistos como sucessão do fundador e, além de representar administrativamente, exercem a função mística, religiosa, quase divina, claro que seguindo as regras de um documento intitulado “Constituições Maristas”, que assim se expressa ao falar do Superior-Geral: “Sucessor do Fundador, o Irmão Superior-Geral reúne todos os Irmãos do Instituto em torno de Cristo. [...] Tem autoridade direta sobre todos os Irmãos, todas as casas, os Distritos e as Províncias” (Constituições Maristas, artigo 130). Este é eleito durante o Capítulo Geral (assembléia mundial de Irmãos eleitos nas Províncias) e deverá seguir as

orientações e decisões tomadas nesse encontro, escritas num documento chamado “Atas do Capítulo Geral [...]”.

No XIX Capítulo Geral, uma das principais orientações ao novo Superior Geral foi para que ele estruturasse processos de aproximação dos Irmãos Maristas com os mais “pobres” da sociedade, sendo que cada Província deveria fundar uma obra social de grande porte.

O XIX Capítulo Geral foi um marco para os maristas, pois provocou uma grande mudança organizacional em nível mundial e, enquanto mundialmente discutia-se a globalização e criação de grandes empresas multinacionais mais rentáveis financeiramente, os maristas procuravam articular-se com ações solidárias⁵⁸, buscando no resgate social de crianças e adolescentes responder concretamente à grande problemática da exclusão social. As orientações do Capítulo Geral foram sendo concretizadas e ampliadas com as reflexões produzidas nos encontros que ocorriam nas Províncias e mesmo nos documentos lançados com a intenção de concretizar as orientações e decisões do Capítulo.

As orientações dadas nesse Capítulo provocaram reestruturações organizacionais em nível de mundo marista, bem como reengenharia interna na distribuição de Irmãos em setores antes não vislumbrados como, por exemplo, a Ásia. Dizer que esse Capítulo foi um marco não é exagero, é sim a sensação atual que se tem ao analisar as atividades e ações de solidariedade da época do Capítulo e as atuais. Em algumas províncias as mudanças foram tamanhas que resultaram em crises vocacionais e de identidade organizacional, provocadas por reflexões deixadas pelo Capítulo, que foi enfático ao afirmar que a sustentabilidade do subcampo marista dependia de mudanças, afirmando que “não seria mais possível planejar os Institutos Religiosos apenas em função dos espaços e tradições costumeiras, firmados em termos de coordenadas históricas, hoje nitidamente ultrapassadas”⁵⁹.

O subcampo marista carrega uma longa história, muitas vezes passada a limpo nos Capítulos Gerais, sendo o XIX essencial para que os maristas

⁵⁸ Cf. Donaldo Macedo e Lilia Bartolomé, no livro “A escola cidadã e o contexto da Globalização”. O fenômeno da globalização que nos levou ao século XXI tem trazido consigo realidades altamente complexas e desafiadoras que são ainda pouco compreendidas, mas que têm enormes implicações para um mundo mais humanizado. (1998, p. 11).

⁵⁹ Cf. Revista Mensagem, 1993, p. 51.

retomassem sua missão junto aos mais vulneráveis, buscando uma fidelidade “transcendental e mística” às orientações de Champagnat, permitindo que o Instituto Marista possa ter estabilidade econômica sem deixar apagar suas características religiosas. Assim como a forte pressão da Lei da Filantropia sobre as entidades filantrópicas do Brasil, descrita no capítulo anterior deste trabalho, o XIX Capítulo Geral Marista pressionou as Províncias para que tivessem ações concretas junto aos mais “pobres”. Nesse momento a Província do RS foi duplamente impulsionada a posicionar-se, iniciando um processo de fundação de obras sociais.

2.1 ORIENTAÇÕES DOS DOCUMENTOS MARISTAS E DO XIX CAPÍTULO GERAL: IR PARA JUNTO DOS POBRES

O subcampo religioso marista em sua configuração prioriza o seguimento de Jesus Cristo, capitalizado através dos serviços prestados à sociedade, entre os quais a dedicação aos empobrecidos é o principal, base para a doutrina do subcampo, uma vez que Champagnat fundou os Maristas com o objetivo de evangelizar as crianças e os jovens pobres e abandonados. Essa “opção” não é patrimônio dos maristas, as congregações religiosas, salvo exceções, são fundadas para exercer atividades assistenciais, tendo como missão principal a evangelização e conversão das pessoas, utilizando-se das “lacunas” deixadas pelo Estado para realizar esta missão, por exemplo, quando na França o Governo não conseguia proporcionar educação para os cidadãos, muitas congregações religiosas foram fundadas para suprir essa demanda, o que não foi diferente com os maristas. Em alguns documentos encontramos descrita tal situação, que por sua vez motivou a fundação dos maristas:

Em todo o país (França) emergia uma sociedade burguesa, liberal e comprometida com os seus interesses, preocupada em criar uma elite capaz de fornecer lideranças militares, políticas e econômicas. Mesmo na Igreja, havia pouco interesse pelo cuidado pastoral das crianças e dos jovens do campo. Além disso, o magistério estava de tal modo desprestigiado e mal remunerado, que atraía apenas candidatos cuja competência e caráter deixavam muito a desejar.⁶⁰

Para que essa opção seja concretizada, são montadas estratégias no subcampo, sendo uma delas a demonstração pública do compromisso dos maristas

⁶⁰ Conforme Documento: Missão Educ. Marista, 2000, p.19.

com os empobrecidos, através do “voto de pobreza”, renunciando a qualquer espécie particular de bens, através do ingresso numa sociedade sem fins lucrativos, onde existem sócios, mas não donos e onde a subordinação é a possibilidade de obter as bênçãos de Deus, tornando a organização com características próprias e a possibilidade de disputar no espaço social utilizando capital religioso, uma vez que

[...] este capital religioso determina tanto a natureza, a forma e a força das estratégias que estas instâncias podem colocar a serviço da satisfação de seus interesses religiosos, como as funções que tais instâncias cumprem na divisão do trabalho religioso, e em consequência, na divisão do trabalho político (BOURDIEU, 1974, p.57).

Podemos nos reportar à primeira parte deste trabalho, quando falamos da caminhada da Igreja Católica, especialmente no que se refere à América Latina e ao engajamento da Igreja, bem como de boa parte dos teólogos na opção pelos pobres. Movimento esse que, de certa forma, interferiu nos diversos subcampos religiosos, entre os quais o marista.

Dentro do subcampo marista, iniciaram-se disputas em torno da temática “opção pelos pobres”. O auge das discussões foi estabelecido através de uma grande reflexão sobre o tema durante o XIX Capítulo Geral, que teve na sua conclusão a decisão que

cada Província entrará num processo de discernimento. Depois implantará, nos próximos quatro anos, pelo menos um projeto significativo de presença marista junto às crianças e aos jovens mais abandonados. Esse projeto será elaborado e realizado em colaboração com leigos⁶¹.

Tal decisão foi baseada em dados apresentados durante o próprio Capítulo, que demonstravam novos cenários sociais e o avanço da exclusão social. Citamos aqui dois pontos que fundamentaram a reflexão durante o XIX Capítulo Geral, para demonstrar tal tomada de posição:

- A queda do socialismo real e o desenvolvimento do neoliberalismo.
- Mecanismos de exclusão de nações e grupos humanos (a pobreza que atinge dois terços da população mundial, as estruturas econômicas ditadas pelos países mais desenvolvidos, os problemas

⁶¹ Atas do XIX capítulo Geral, 1993.

dos emigrantes e dos refugiados, a tensão contínua entre os blocos econômicos Norte e Sul [...])⁶².

Os trabalhos realizados com os mais vulneráveis já era algo realizado pelos maristas, especialmente nos países de “missão”, conturbados social e politicamente, como, por exemplo, países Africanos. O diferencial é que a partir desse Capítulo todas as Províncias deveriam ter ações entre os mais vulneráveis, motivadas pela opção religiosa e pela possibilidade de mudar o quadro social e a religiosidade dessas comunidades de periferias, uma vez que a inserção marista se daria juntamente com a evangelização e ali, não mais distante, em outros países,

Naquela época se entendia o “ad gentes”, comunidades mais distantes, e era África, depois de toda uma reflexão, porque missão não é só o “ad gentes”, missão é aqui, é o real. E o que ajudou muito foi quando se integrou nesse grupo as comunidades inseridas de Rolante, de Novo Hamburgo, sobretudo essas duas comunidades aí ajudaram a refletir e isso foi caminhando, depois veio a exigência, que já citei antes, do Capítulo Geral. [...] a Província entendia que era uma exigência do conselho geral que estava ali, então veio muito mais como uma imposição para muitos Irmãos e Leigos do que propriamente como uma reflexão.⁶³

Logo após o XIX Capítulo Geral, muitos documentos foram produzidos, devido à reflexão e às “provocações” deixadas por este às Províncias, também foram realizadas assembléias e encontros do subcampo marista, possibilitando assim que os Irmãos e Leigos maristas pudessem entrar em contato com as orientações dos superiores, ampliando a reflexão e também produzindo documentos locais. De certa forma houve um redimensionamento do subcampo marista em direção aos empobrecidos, revigorando a “alma” de muitos Irmãos que durante anos foram desacreditados, rotulados e mesmo perseguidos ou tidos como subversivos, pois os demais os identificavam, nas reivindicações, pejorativamente como sendo marxistas e comunistas, produzindo um clima muito tenso nas relações de disputa do subcampo.

⁶² Informação disponível no Atas do XIX capítulo Geral, 1993.

⁶³ Entrevistado B.

2.2 TOMADA DE POSIÇÃO NA PROVÍNCIA DO RS: FUNDAR OBRAS SOCIAIS

Os apelos e as orientações para que as Províncias maristas se voltassem mais ao trabalho com os cidadãos mais vulneráveis, aumentavam sistematicamente através dos documentos publicados e da insistência do então Superior-Geral dos Maristas. Aquele apelo feito nas conclusões do XIX Capítulo Geral não foi esquecido, ao contrário, tornou-se algo insistentemente lembrado e cobrado das Províncias. Ao realizar a visita “rotineira” à Província do RS, o Irmão Benito Arbués – Superior-Geral no início da década de 90 - foi enfático e sugeriu que se cumprisse o que o Capítulo Geral havia recomendado: fundação de pelo menos uma obra social. E que também mais Irmãos fossem trabalhar nos meios populares.

Os Irmãos da Província do RS, reunidos em Capítulo Provincial, no ano de 1994, fixaram no Plano Trienal⁶⁴ que deveria ser fundada uma obra social de destaque pela Província, significando a opção educacional e religiosa dos maristas pelos “excluídos”⁶⁵. Tal decisão gravada no plano condiciona ações da Província, direcionando capital financeiro e humano para que se concretize tal empreendimento, ou seja, como vimos no capítulo anterior, foi necessário “convencer”, através das relações de disputa, os demais maristas, para que participassem de tal processo de fundação. O desafio, como nos conta um dos entrevistados, era de tornar a adesão as obras sociais, algo coletivo, não mais de uma ou duas pessoas.

Então, sempre houve a característica, na província, de trabalhar com os pobres da época, com crianças de colégios gratuitos, junto aos colégios noturnos. Houve um Irmão que se destacou e até ficou conhecido com “o Padre das cabras” – distribuía cabras, foram obras sociais que na época eram reconhecidas, como a FAG, os sindicatos, os sindicatos rurais, isso obra do Irmão Miguel Dario enfim, essa coisa toda, mas foram ações de uma pessoa e não de uma reflexão provincial [...].⁶⁶

Conhecedores dessa realidade, os maristas do RS, no ano de 1996, durante as Jornadas de Formação Permanente⁶⁷, tiveram como tema de reflexão a

⁶⁴ Plano que define as ações que serão realizadas durante o triênio do Provincial eleito. É elaborado durante o Capítulo Provincial, que é a assembléia de autoridade suprema e deliberativa.

⁶⁵ Ver Plano Trienal 1994 - 1996, p. 93, item 4.6.6.1.

⁶⁶ Entrevistado B.

⁶⁷ Encontro de formação temática para os Irmãos, que divididos em grupos, se reuniam de sexta a domingo, para refletir e debater ações da Província e o Plano Trienal.

“pobreza”, sendo convidados para visitas de sensibilização, em obras sociais ou realidades periféricas de Porto Alegre. Uma proposta de formação empírica no intuito de agregar conteúdo para discussão sobre o tema, uma vez que a primeira obra social de “vulto” já estava sendo projetada. Um dos grupos de Irmãos era convidado a fazer a experiência na vila que contornava o terreno onde estava sendo iniciada a construção do CESMAR.

Toda a preparação anterior buscava reduzir ao máximo os tensionamentos do subcampo na fundação de obras sociais, ou seja, foi uma das estratégias utilizadas para concretizar os apelos do Capítulo Geral e do Plano Trienal.

A concretização do projeto veio após um período de um ano e meio de construção, em agosto de 1997, com a inauguração oficial do CESMAR, agora em pleno atendimento e com projetos de ampliação, visto que durante o primeiro ano funcionou parcialmente. A fundação tinha como objetivo cumprir a meta do XIX Capítulo Geral, demonstrando a opção religiosa pelos pobres. Nesse período, as incompreensões e críticas no interior do subcampo se multiplicaram, pois a obra já “nasceu grande”, e o terreno visitado dois anos antes por muitos Irmãos transformou-se em algo muito grande e capaz de causar “inveja” entre as demais instituições da região, ou mesmo deixar muitos diretores de colégios “inconformados” pelo fato de não conseguirem aprovar seus recursos para reforma e construções nos colégios, mas viam aquele grande investimento numa obra social. Havia os prós e contras, pois para a grande maioria dos Irmãos os “pobres” deveriam receber a mesma qualidade de atendimento que os mais abastados recebiam nos colégios.

É importante salientar que esses conflitos, disputas, não aparecem claramente nos escritos ou declarações da Congregação, porém estão bem presentes na memória dos Irmãos entrevistados, mesmo que de maneira muito sutil e traduzidos somente na forma de impacto no subcampo. Um dos entrevistados, após dizer que o processo de abertura de obras sociais foi pacífico, admite que quando os Irmãos viram a estrutura física do CESMAR, a perspectiva mudou. Mas o entrevistado logo justifica dizendo que era “necessário”, manifestando as relações que aí se estabeleceram

[...] quando a obra social ficou pronta houve uma espécie de espanto, porque ela era e é muito grande, então o pessoal se assustou, o pessoal que eu digo é o interno (maristas), mas todo esse mundo (construção) é necessário, porque estavam acostumados apenas com pequenas creches [...]⁶⁸

A nomeação de Irmãos que se identificavam com a área da assistência social e ao mesmo tempo representantes dos diversos grupos de Irmãos da Província (jovens, idosos...) foi outra metodologia utilizada pelo provincial, que para coordenar o Cesmar e a fundação de obras sociais nomeou um ex-provincial e, para fazer comunidade com ele, um Irmão mais idoso, que sempre morou em colégio particular e um jovem Irmão, com boa liderança entre os demais jovens.

O novo sempre surge impulsionado por algo que já está estruturado e que por sua vez é capaz de estruturar. Os maristas do RS, como organização do campo religioso, também buscam “se antecipar ao futuro” partindo da caminhada anterior já realizada, estruturam e são estruturados dentro das transformações do espaço social, ou seja, na disputa entre os diversos campos. Fato que não foi diferente na decisão de fundar obras sociais, uma vez que as decisões do campo político direcionavam-se para uma maior cobrança da Lei da Filantropia, conforme demonstrado no capítulo anterior.

A disputa no subcampo, porém, se dá em outro patamar, o da possibilidade de vir acontecer que as obras sociais possam deter grande poder simbólico e econômico, uma vez que os Maristas as estruturavam dentro do subcampo e projetavam um futuro que de certa forma era “expansionista”, audacioso. Esse poder simbólico de linguagem podemos perceber na resposta de um Irmão marista, que fala de forma empolgante sobre o grande futuro do CESMAR:

Então, praticamente em 96 eu fiquei estudando o problema e em 97 é que, depois que havia sido comprado o terreno, metade do terreno que temos lá no Cesmar, eu disse pro Antônio: - Olha, Antônio, não dá pra trabalhar com esta metade, eu quero mais, pelo ou menos quatro hectares (hum). Aí que foi comprado o resto, então, do terreno, para podermos iniciar uma obra social de vulto, como queria o Capítulo Geral e como os Irmãos do próprio Conselho e do Capítulo Provincial haviam pedido. Então ai é que nós iniciamos esta obra social⁶⁹.

⁶⁸ Entrevistado B.

⁶⁹ Entrevistado A.

O CESMAR, além de responder aos apelos do Capítulo Geral e adequar a Organização marista do RS à Lei da Filantropia, também representou um resgate histórico da opção dos maristas pelos empobrecidos, apesar de alguns agentes maristas não aceitarem tal “entendimento” e esboçarem reação contrária ao projeto, pois lhes parecia sinônimo de esbanjamento financeiro. Enfim, é demonstrada uma disputa, que aqui se materializa na construção do CESMAR:

Bem. Qual foi a reação dentro da Província? Primeiro, quando mostrei o projeto, disseram: Você é louco. Por que está fazendo isso pros pobres? Eu disse: os ricos já têm e vão correr este pessoal se eles forem aos colégios [...]. Bom, segundo aspecto que ocorreu, foi que diversos Irmãos disseram: - Onde é que se viu agora, desviar dinheiro para isto, pra aquilo, pra estes...? Afinal de contas nós somos feitos pras escolas, não somos feitos para isto aí. E eu, bom..., disse: continuem com as escolas, nós vamos começar a trabalhar com obras sociais⁷⁰.

A nova linguagem que aos poucos se impõe no subcampo marista demonstra o valor simbólico desta obra, não só para os Maristas, mas na relação com os demais campos, afirmando de certa forma que no subcampo marista o que Bourdieu já lembrava, ou seja, que

as relações de força mais brutais são, ao mesmo tempo, relações simbólicas e atos de submissão, de obediência, são atos cognitivos que, como tais, põem em prática as estruturas cognitivas, as formas e categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão [...] (BOURDIEU, 1996, p.115).

O que dentro do campo religioso é compreensível, uma vez que as relações acontecem seguindo o padrão de “hierarquia divina”, ou seja, a prestação de contas por atos de desobediência, ou de “conflitos” não só será feita ao “superior”, como também a Deus. É o juízo moral impetrado de forma divina, pelo menos simbolicamente.

A fundação do CESMAR acaba tornando-se esse marco porque, além de representar o início de um processo de aplicação de recursos financeiros em obras sociais, também modifica a estrutura do subcampo e o *habitus religioso* gerando muitas disputas e, conseqüentemente, o que é positivo, pois definiu algo que estava sendo transformado, a tomada de posição favorável à fundação das obras sociais,

⁷⁰ Entrevistado A.

respondendo positivamente aos apelos dos documentos⁷¹ maristas, tendo assim aumentado o poder simbólico da Província do RS entre os maristas das demais províncias do mundo.

2.3 CAMPO RELIGIOSO X CAMPO PODER = OBRAS SOCIAIS

Mudanças, transformações, inovações..., os processos de avanço no espaço social sempre são envolvidos por relações e geralmente complexas, capazes de provocar tensionamentos no jogo das relações sociais e nas disputas entre os diversos campos.

As “mudanças” podem resultar de um processo participativo dentro de uma organização em que o grande grupo vê a necessidade daquela opção, ou então de uma decisão de um grupo menor de representantes. Podem também ser resultado de diversos fatores combinados que formam um cenário dentro do espaço social capaz de conduzir a organização para aquela decisão. Tal construção aconteceu no momento em que o XIX Capítulo Geral propôs que cada província fundasse uma obra social, pois para os maristas do Brasil, além da orientação dentro do subcampo feita pelos superiores, existia a força da Lei da Filantropia empurrando para tal decisão, conforme vimos no capítulo anterior.

É importante percebermos que as transformações, as novas estruturações, ou as reestruturações acontecem a partir das relações, dos tensionamentos entre os campos, o que não significa necessitar de conflitos que deixem “feridas” nas relações entre os campos, ou mesmo no interior do subcampo, porém o fato de existir relações permite que se jogue, que se possa ter estruturas estruturantes, em que o próprio campo religioso ao entrar no jogo com os demais campos possa capitalizar suas ações, uma vez que “a estrutura das relações entre o campo do poder e o campo religioso comanda a configuração da estrutura das relações constitutivas do próprio campo religioso” (BOURDIEU, 1974, p.73).

No subcampo religioso marista do RS, foram as relações e a estruturação, não só do jogo entre os agentes, mas de uma nova forma de conceber a “missão”

⁷¹ Conclusão de um documento marista: “Incrementar o uso dos bens com critérios evangélicos e em favor dos mais carentes: - implementando um Plano Provincial que contemple a partilha de bens materiais e econômicos”. Trecho extraído de uma Revista Marista de circulação interna, que apresenta as conclusões da CLAP de 1991, na página 12.

marista, que levaram os maristas a iniciar um novo processo de relações entre o campo religioso e o campo do poder, promovendo um tensionamento capaz de resultar na fundação de obras sociais, que, conforme pesquisa, foi “materializado” na decisão de fundar o CESMAR, obra social que se capitaliza justamente a partir das relações entre o campo religioso e o campo do poder.

2.3.1 CESMAR e Primeiras Obras Sociais: Marco no Subcampo Marista do RS

O subcampo marista, na década de 90, capitalizou suas ações através das obras sociais que eram fundadas, estruturadas e adaptadas. A decisão dos maristas em fundar o CESMAR foi um marco histórico e impulsionador para o subcampo marista que enxergava nesta obra a grande possibilidade de “reprodução do *habitus* marista”. Como podemos ver, no objetivo escrito logo na fundação, o misto de religião com caridade, ação típica do campo religioso na busca da “salvação” das almas, é bem expresso:

O CESMAR é um espaço para formação humana e cristã, com atividades esportivas, recreativas e artísticas, técnicas agropecuárias, meios para saúde e alimentação, técnicas profissionalizantes, orientação nos estudos, supletivo de 1º grau orientação e apoio sociofamiliar (RODRIGUES, 2000, p. 565).

O que não significa nenhuma ação violenta contra os atendidos, mas demonstra a clara intenção de buscar, com as obras sociais, resolver conflitos sociais com “técnicas” religiosas, com a produção do “*habitus religioso*”, em substituição do *habitus* já incorporado anteriormente junto às famílias, se levarmos em conta que o

habitus – é essa “disposição cultivada”, que permite a cada agente criar, a partir de um pequeno número de princípios implícitos, todas as condutas conformes às regras da lógica do desafio e da resposta e apenas elas (BOURDIEU, 2003, p. 160).

Ou mesmo a resposta de um jovem que teve sua formação no CESMAR e que percebe que as “incorporações” foram importantes para ele e que agora gostaria que outros também incorporassem tais disposições, o que demonstra, mesmo que parcialmente, a concretização do objetivo inicial da obra social:

Vou tomar a minha atitude como exemplo, até pra ficar mais fácil para entender. Eu acho que a pessoa quando sai daqui tem que ter uma "cabeça", já formada, com o que se quer da vida, o que se quer pra si e conseguir pensar com a sua "cabeça" nada de ir "na pilha" dos outros. Mas uma das características mais fortes é a simplicidade, a pessoa sai bem simples daqui e também a força de vontade em querer mudar e crescer.⁷²

As Obras Sociais possibilitaram aos maristas estabelecer novas relações no espaço social, não só com instituições ou campos (no sentido mais impessoal), mas também diretamente com os agentes (pessoal). Percebendo o aumento de capital simbólico gerado pelo CESMAR, decidem ampliar a rede de atendimento nas periferias abrindo novas obras sociais, no intuito de abranger uma gama maior de cidadãos envolvidos na produção do *habitus* religioso marista. Fato que não podemos esquecer de citar é que a conjuntura sociopolítica da década de 90 foi fundamental para que a mudança de paradigmas entre os maristas, acostumados com a educação nos colégios particulares, se concretizasse. Foi estabelecido um processo de mudança estrutural, ou seja, no "*habitus religioso marista*", pois as obras sociais surgiam como nova proposta, que foi valorizada por muitos maristas no interior do subcampo, como a encontrada na resposta abaixo, dada por um Irmão Marista que vê a importância de outras Províncias se juntarem à rede de obras sociais.

Bom, veja, eu acho que isso foi uma conquista muito grande (fundação de obras sociais) e criou uma capacidade de disponibilidade em muitos Irmãos, muito maior. Eu esqueci de dizer antes, isso já repercutiu nas outras duas Províncias, porque antes as Províncias não tinham obras sociais. Hoje elas têm dezenas de obras sociais. Este aspecto social foi muito rico dentro da Província e acrescenta muito dentro da Congregação também [...], mudou, mudou. E acredito que mudou e ainda está mudando hoje [...].⁷³

A opção administrativa de responder aos apelos do Capítulo Geral e à pressão feita pelo Governo Federal levou os maristas a interagirem com diferentes grupos sociais ligados à defesa de direitos dos cidadãos, na perspectiva de solucionarem situações de vulnerabilidade social, através de ações educativas. Esta mudança de posição dos maristas no espaço social deve ser compreendida num contexto de grupo, de "*habitus institucional*", em que "constância e rotina podem ser

⁷² Entrevistado G.

⁷³ Entrevistado A.

obra de indivíduos, porém inovação e revolução constituem obra de grupos, de subgrupos, de seitas e de indivíduos agindo por e para os grupos” (BOURDIEU, 1974, p.74). Portanto, se a fundação das primeiras obras sociais maristas significa um marco na Província do RS, foi porque houve mudança significativa na ação do grupo de Irmãos, decididos a agir em prol da Instituição, ou seja, da Província do RS, colocando energia (*libido*)⁷⁴ no processo de fundação das obras sociais.

A “estrutura, estruturada e estruturante” (DESAULNIERS, 1993, p.49) da entidade marista foi envolvida por uma dinâmica “nova” impulsionada pela fundação das obras sociais e que começou a modificar o *habitus* dos maristas. As relações se ampliavam seqüencialmente, em alguns casos, eram firmadas pelo poder simbólico e fundamentadas num discurso religioso de caridade⁷⁵, que agora havia incorporado elementos fortes da assistência social e do atendimento aos cidadãos vulneráveis da sociedade. O “poder simbólico” dos maristas aumenta, mais capital é agregado à entidade com a fundação das obras sociais, possibilitando novas relações e trocas, ampliando a atuação dos maristas no espaço social, através do envolvimento nos jogos entre os campos, onde

as espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo) (BOURDIEU, 2002, p. 135),

possibilitando ao subcampo religioso marista disputas que não lhe causam perdas, ao contrário, aumentam o capital simbólico, mesmo que para isso tenha sido necessário estabelecer novas prioridades e mudanças estruturais no interior do próprio subcampo.

No momento em que os maristas iniciaram o processo de reestruturação do atendimento em prol de cidadãos mais vulneráveis, não “abriram mão” de permanecerem fazendo o que mais sabiam, ou seja, educação de crianças e adolescentes. As obras sociais, inclusive o CESMAR, tinham como característica principal a educação⁷⁶, permitindo assim que os maristas permanecessem no campo

⁷⁴ Cf. Bourdieu (1996, p. 141): “De fato, existem tantos tipos de *libido* quanto de campos: o trabalho de socialização da *libido* é, precisamente, o que transforma as pulsões em interesses específicos [...]”.

⁷⁵ Cf. Bourdieu (1974, p. 91): A legitimação do discurso acontece por ações de ordem simbólica.

⁷⁶ Apêndice A.

de atuação já “dominado” por eles e ao mesmo tempo podendo, através do *habitus religioso*, transformar o cidadão. A educação permite a incorporação do *habitus*, que depois permanecerá no cidadão, o que acaba legitimando o trabalho dos maristas que contribuem de forma sistemática com o campo religioso na produção do *habitus religioso*, utilizando-se do campo educativo para isso ao longo de mais de um século de presença no RS, até porque

as obras mais duradouras realizaram-se no campo educativo, o qual ocupava um papel de destaque, na perspectiva do catolicismo social, abrangendo desde as atividades de caráter mais lúdico, até as que envolviam uma formação profissional prolongada, às vezes feita em regime de internato fechado. Em todas estas iniciativas, a principal meta a atingir era a da formação do novo homem, baseada na ética e moral cristã (DESAULNIERS, 1993, p.115).

As obras sociais maristas no RS estabeleceram um marco na história deste subcampo, uma vez que permitiram a mudança na estrutura do mesmo e também conferiram aos maristas competência para atuarem e serem reconhecidos na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente e dos cidadãos mais vulneráveis, permitindo-lhes maior poder de barganha nas relações entre os campos e na produção do *habitus religioso marista* nas camadas menos abastadas financeiramente do RS, até então impedidas de ter acesso à educação marista nos colégios particulares devido a vários fatores de ordem institucional e financeira. Uma nova possibilidade se estabelece para os cidadãos vulneráveis, ou seja, um marco é fixado na Província Marista do RS: CESMAR.

2.4 OBRA SOCIAL MARISTA: CONQUISTA DA COMUNIDADE

Ao observar, entrevistar e conversar com cidadãos freqüentadores do CESMAR repetiram-se expressões de satisfação, de elogio à obra dos maristas. Existe uma identificação dos cidadãos atendidos pela obra, verifica-se neles a incorporação do *habitus marista*. O CESMAR detém esta representação na comunidade em que está inserido como obra social, pois surge como uma grande estrutura física e humana numa das regiões mais vulneráveis de Porto Alegre. A identificação da população, acrescida da confiança dos maristas na obra, dá respostas concretas aos mais diferentes problemas sociais da região. O CESMAR foi sonhado nessa perspectiva, ou seja, como um espaço de atendimento social

onde a formação integral, a evangelização e a identificação dos irmãos com o projeto se tornassem realidade:

O CESMAR foi a “Grande Obra da Província em favor dos Pobres”, conforme o mandato do Capítulo Geral. Foi um pouco difícil de se encontrar um local para construir e materializar este Projeto. Uma vez encontrado o local, as idéias foram surgindo e sendo discutidas. Houve consenso por parte de quem dirigia a Província na ocasião. Houve divergências quanto à grandiosidade: parecia ser uma obra suntuosa demais para aquela realidade. Hoje talvez se pense diferente [...] É assim: o novo, o diferente sempre nos assusta. Por que os pobres não podem ter uma obra bonita, com bom gosto? Por que eles devem morar sempre no “lixo”? Uma obra simples, mas bonita, o bom gosto ajudam no processo educativo de uma comunidade, de um grupo de pessoas que sempre viveu à margem da sociedade. O objetivo deste trabalho é “inclusão social”. Então os meios devem ajudar⁷⁷.

Um segundo Irmão também se expressa enaltecendo a obra vista por ele como exemplo para o Brasil:

O Cesmar [...] a creche e o Cesmar, fundamentalmente o Cesmar, porque era uma obra que a Província tinha de criar, uma que fosse de vulto, que ocorresse, que representasse dentro da realidade social da Província. [...] Então foi uma luz que se difundiu pelo Brasil. Sim, graças justamente a este trabalho que se fez aí⁷⁸.

Essa “luz”, ou a obra em favor dos cidadãos vulneráveis, reflete um discurso religioso em que a esperança surge como resposta às desigualdades socioeconômicas, as quais os maristas por dever de entidade filantrópica e especialmente por opção religiosa não podem somente observar, devem transformar, evangelizar. A expressão utilizada pelo entrevistado (luz) reflete a agonia de alguém que esperou muitos anos para ver obras sociais sendo construídas. É a concretização das propostas encontradas nos documentos maristas, entre os quais as Atas do XIX Capítulo Geral, que dão como legado a esses religiosos a educação dos mais “necessitados”,

No decorrer deste Capítulo, “a experiência Montagne”⁷⁹ concentrou nossa atenção. Para Champagnat, que já tinha o projeto de fundar

⁷⁷ Entrevistado C.

⁷⁸ Entrevistado A.

⁷⁹ A “Experiência Montagne” relembra o encontro de Champagnat com um Jovem à beira da morte. Momento esse que O levou a fundar o Instituto Marista. É o fato-referência para as ações do subcampo marista, em favor dos cidadãos vulneráveis.

os Irmãos, esse acontecimento o fez agir. Ele reconheceu aí o apelo do Espírito. Ele nos anteviu nos olhos desse jovem carente. Brota daí a fonte de nossa própria resposta aos sinais de hoje.⁸⁰

A atividade religiosa, inclusive a “caritativa”, deve ser capitalizada ao máximo, inclusive para demonstrar aos demais campos que as ações são religiosas e não administrativas, ou empresariais, assim

o trabalho religioso implica um gasto considerável de energia destinada a converter a atividade da dimensão econômica em tarefa sagrada; é preciso aceitar a perda de tempo, o esforço, até o sofrimento, para crer (e fazer crer) que se faz uma coisa diferente daquela que se faz. Há desperdício, mas a lei da conservação de energia permanece válida, porque o que se perde é recuperado em outro lugar (BOURDIEU, 1996, p.197).

A esperança depositada pelos maristas no CESMAR e assumida pela comunidade que utiliza o local se fortificou com ações práticas desenvolvidas na obra, buscando essa afirmação, ou seja, de que está sendo realizado algo que ultrapassa o perímetro assistencial e acomoda-se na condição moral, religiosa. É a construção de uma auto-afirmação que legalize e fundamente as ações sociais maristas nas obras sociais, utilizando os recursos financeiros advindos da concessão da Lei da Filantropia, conforme texto desenvolvido no capítulo anterior.

A rede de atendimento marista aos mais vulneráveis se concretiza com a fundação e consolidação do CESMAR, estabelecendo aí um espaço comunitário e de referência religiosa, caracterizado pela esperança dos cidadãos “excluídos” que buscam uma vida mais digna, justa e de qualidade. O CESMAR consolida-se, então, no subcampo marista, como local privilegiado de evangelização, onde os cidadãos têm assegurados seus direitos e a participação nas políticas públicas (AZZI, 2005, p. 311).

2.4.1 Novas Obras Sociais no RS: Conquista das Relações de Disputa no Subcampo Marista

O processo de adequação à Lei da Filantropia e de respostas concretas aos apelos do Conselho Geral dos Maristas, na busca de coerência religiosa, o que de

⁸⁰ Atas do XIX Capítulo Geral dos Maristas. Disponível em: www.champagnat.org/docmaristas. Acesso em: setembro de 2006.

certa forma é um juízo moral, levou os maristas a iniciarem no município de Santa Maria a construção de outra obra social de grande porte, o colégio Santa Marta. O fato de ser colégio de educação regular possibilitou maior aceitação por parte dos Irmãos, que já estavam “habituaados” com os colégios e este apenas se diferenciaria pelo fato de ser gratuito, porém a qualidade educacional deveria ser a mesma que a dos demais colégios.

Na região metropolitana de Porto Alegre, executando um plano de expansão, os maristas assumem obras sociais até então dirigidas por congregações femininas que já não disponibilizavam recursos para esse fim, como foi o caso da Creche e Centro Social da Ilha dos Marinheiros, ou do Artesanato Santa Isabel, na zona norte de Porto Alegre. Outra ação complementar dos maristas foi investir em obras menores, especialmente na área da saúde, uma delas junto ao CESMAR. A creche Renascer, situada ao lado do CESMAR, também foi assumida pelos maristas, visto que a Associação que a coordenava não tinha recursos financeiros para mantê-la. O CESMAR era referência, porém a creche sinalizava como possibilidade imediata para iniciar as atividades. A transição da creche para os maristas foi descrita com emoção pelo Irmão encarregado do processo, conforme podemos ver na resposta dada por ele e transcrita abaixo:

Então, fomos preparando, fazendo reuniões com eles (líderes comunitários) e colhendo informações. Bom, concomitantemente havia a Creche Renascer que estava fechada porque não havia móveis, não tinha nada, e as mães chorando com as crianças dentro do galpão de reciclagem de lixo. Então, o que que fizemos? Pedi pra Província pra iniciar a transição. Aí, durante 45 dias eu reunia o grupo. Ainda existem muitos destes educadores na obra, a secretária Maisa, a Denise, a Neuza das Águas [...]. Então durante 45 dias fui explicando o que se significava a educação marista, como se educaria a criança com amor, com carinho, etc, etc, etc. Bom, a partir daí o que ocorre: Eu disse para a província que precisava de móveis. Então o Irmão Francisco disse: pode comprar tudo que precisa pra lá dentro, vamos colocar [...].⁸¹

A experiência vivida por este marista e por outros que se empenhavam na expansão das obras sociais era bem diferente de um grande grupo do subcampo que levantava a voz e tecia críticas ao modo como se realizava tal investimento, até porque as compreensões religiosas eram diferentes dentro do próprio subcampo,

⁸¹ Entrevistado A.

formado por agentes que, dentro da estrutura estruturada e estruturante, pensam, agem e comportam-se diferentemente uns dos outros, ou seja, as relações estabelecidas entre os agentes também sofrem com tensionamentos e posicionamentos diferentes e até contrários dos estabelecidos coletivamente, ou pelos principais agentes. Esse fato não era desconhecido pelos Irmãos, ao contrário, quando questionados acerca do assunto, expressaram abertamente como aconteceu esse momento de disputa vivido ao longo da história dos maristas no RS. Um dos entrevistados se posiciona de maneira contundente ao falar sobre as ações sociais e a identificação dos maristas com elas:

[...] não havia, e eu acho que ainda, em grande número de membros da Província, não há uma reflexão, um entendimento, do que é uma ação social. Então isso leva a um saudosismo, a um fazer caridade, porque não se doa no lugar onde está montada toda a estrutura marista [...], fica mais fácil doar para um hospital de caridade, para um asilo, para uma creche e não se envolver na questão social mesmo. Me parece que falta entender o que é essa atividade social e não só a questão da destinação do dinheiro. Se a gente olhar historicamente a questão da Província, desde o seu início ela teve muitas noções de caridade, de social, de acordo com quem a coordenava naquele momento [...].⁸²

A busca de consenso é missão de quem coordena o subcampo, das lideranças que devem preocupar-se em animar os membros do subcampo, sejam eles Irmãos ou Leigos, o que acaba contribuindo para que as ações não sejam isoladas, mas carreguem todo o poder simbólico junto com a marca de quem o está fazendo, ou seja, do campo que executa a ação. As obras sociais maristas, mesmo que assumidas por um pequeno grupo dentro do subcampo, são reconhecidas no espaço social como pertencentes ao campo religioso, à Igreja, aos Maristas, não sendo compreendidas como jogo de relações e posições do subcampo, o que possibilita um acúmulo de poder simbólico ao subcampo e não somente aos agentes que desenvolvem as ações. Ações estas que serão de alguma forma julgadas e receberão conceitos variados, pois “[...] o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentador para outro, e vulgar para um terceiro” (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Comportamento esse que nas obras sociais maristas não teve como parâmetros o planejamento, ou metas a médio e longo prazo, tanto que já se

⁸² Entrevistado B.

passaram mais de dez anos desde a fundação da primeira obra iniciada depois da mudança na Lei da Filantropia e ainda não está concluído o Planejamento Pedagógico, porém novas obras são abertas a cada ano. Parece estar demonstrado pela prática dos maristas uma tendência atual, em que nem sempre a pesquisa ou o “científico” são as balizas nas tomadas de decisão⁸³, até porque no campo religioso, como vimos acima, a caridade (fazer ações boas) é mais importante que propriamente atos que buscam mudanças estruturais. Talvez por isso a fundação da primeira obra social e depois das demais tenha causado tantos desencontros no jogo de relações e tomadas de posição dentro do subcampo marista, o que porém acabou por impulsionar novas fundações e dar “certezas” aos que defendiam a aplicação de recursos financeiros em obras sociais gratuitas que atendem cidadãos em situação de vulnerabilidade.

2.5 INTERESSES CONVERGENTES: INVESTIR RECURSOS NO SOCIAL

A tomada de posição do Conselho Geral dos Maristas era o embasamento (moral, religioso) utilizado pelos Irmãos que coordenavam a Província do RS para aumentarem sistematicamente os investimentos financeiros em obras sociais, buscando demonstrar tais orientações através dos documentos produzidos durante o XIX e XX Capítulo Geral, que tinham exigência igual quando se tratava da presença dos Irmãos junto aos pobres. Encontramos tais apelos expressos com vigor e orientando para “acelerar o deslocamento de Irmãos e comunidades para junto aos pobres: - criando novas comunidades entre os pobres, que sejam referência na Província” (Atas do XIX Capítulo Geral Marista, 1993), porém sem esquecer que o caráter religioso deve estar em evidência e para que isso se torne realidade, os documentos sugerem “buscar estilo de vida e de missão mais flexíveis, inserido na realidade local e eclesial e em solidariedade com os mais pobres”⁸⁴.

Tais decisões transcritas nos documentos tiveram efeito cascata e, como vimos anteriormente, não só ficaram nos documentos, mas tomaram formas nas diversas obras sociais fundadas em diversas províncias maristas do mundo. Fator esse que foi extremamente importante na argumentação dos Irmãos encarregados pelas obras sociais no momento das tomadas de posição e mesmo para solucionar

⁸³ Ver Desaulniers, 2006, pgs. 50–52.

⁸⁴ IX CLAP – Documento Conclusivo, 1999.

os atritos advindos de tais decisões. Um dos entrevistados prontamente responde que lembra do momento em que as orientações do XIX Capítulo Geral foram estudadas no subcampo:

Sim eu lembro que na Província se falava muito deste apelo (obras sociais). Ele trouxe questionamentos e inquietações. Não foi fácil a província tomar sua decisão. Para nossa província ele se tornou concreto quando em 96 o conselho decidiu abrir a primeira obra social. E a partir daí tudo foi mais fácil.⁸⁵

Essa facilidade veio acompanhada de diversos fatores que compunham um cenário favorável à abertura de obras sociais, sendo que o principal e que foi imposto pelo campo político, foi a mudança na Lei da Filantropia, como vimos no capítulo anterior, tornando não mais só religiosa a decisão, mas também legal, ou seja, obrigação caso a Entidade Marista optasse por continuar como Filantrópica. A obrigatoriedade imposta pelo Governo Brasileiro foi rapidamente absorvida pelo subcampo marista e transformada em capital religioso com a abertura de obras sociais.

Tal situação se torna compreensível se observarmos que as obras sociais maristas fortaleceram-se num momento histórico em que a construção de uma sociedade “includente” é realizada, seja através de ações de organizações diversas, seja através de leis que se preocupam com o bem-estar mínimo dos cidadãos que estão em desvantagem, como nos sugere a PNAS⁸⁶, manifestando que:

Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.

Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível.

Num cenário social favorável e impulsionados pela Lei da Filantropia e pelas decisões do XIX Capítulo Geral, os maristas investem muito capital financeiro na

⁸⁵ Entrevistado F.

⁸⁶ Política Nacional de Assistência Social. Documento do Governo Brasileiro de 2004 e que se preocupa com o resgate das principais conquistas legislativas de inclusão social da última década, p. 11.

primeira obra social da Província, no CESMAR, bem como nas demais obras que aos poucos iam incorporando a sua administração, gerando assim alguns desconfortos e disputas, uma vez que a maioria dos Irmãos vinham de realidade familiar bastante simples, não acostumados com nada “dado”, distribuído. A mudança de mentalidade em favor da compreensão de que esse volume financeiro pertence ao Estado, mas é renunciado por Este em função da aplicação junto às comunidades vulneráveis, demorou em ser assimilada no subcampo e, antes de ser aceita, provocou muitos conflitos nas relações interpessoais no interior do subcampo.

2.6 CESMAR: UMA OBRA SOCIAL MARISTA DE REFERÊNCIA

A construção de novas relações dentro do subcampo marista e deste com os demais campos ampliou-se muito com a fundação das obras sociais e ocasionou a aproximação dos maristas com as comunidades mais vulneráveis do RS, estabelecendo com isso a possibilidade de maior acúmulo de capital simbólico. Tais relações possibilitaram aos maristas “praticar” ações que simbolicamente os identificam, como a bondade, a relação com os que a sociedade rejeita, o acolhimento..., enfim, valores considerados transcendentais, quase que “divinos”, onde a linguagem simbólica, assim como

os símbolos, são os instrumentos por excelência da «Integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração «lógica» é a condição de integração «moral». (BOURDIEU, 2002, p. 10)

O simbolismo também foi considerado no momento da construção do CESMAR, que surge como obra diferencial no estabelecer de novas relações, apresentando uma nova proposta para as comunidades do seu entorno, tornando possível o acesso a uma proposta de educação integral, em que o campo artístico se torna, junto com o religioso, o centro da proposta pedagógica, no intuito de apresentar algo novo, com a marca marista de qualidade educacional, agora disponibilizada também às comunidades vulneráveis.

Rapidamente o CESMAR, graças ao empenho dos cidadãos que faziam parte da obra, obteve reconhecimento e respaldo nos diversos setores organizacionais do Campos do Poder. E logo os Maristas conquistaram representação junto aos Conselhos municipais e estaduais de direitos, o que não significa ausência de disputas com os demais campos, ao contrário, em determinados momentos as disputas com as lideranças comunitárias foram “rudes”, causando constrangimento na direção do próprio CESMAR, uma vez que viam a organização crescendo e às vezes se afastando da comunidade, ou mesmo sendo motivo de divisão nas disputas no interior do próprio subcampo, como vemos na resposta de um ex-diretor da obra, falando sobre o início dela:

Na minha opinião, houve exagero no uso do dinheiro, poucos critérios na contratação do pessoal, principalmente quanto a serem cristãos e bons evangelizadores. Faltaram critérios sérios na definição de salários, havendo abusos principalmente nos salários das coordenações que eram extremamente altos para a realidade social e econômica de nosso país e de nossas escolas e mesmo de outras entidades assistenciais. Penso que nos últimos anos vem se fazendo um bom esforço para melhorar. Apesar do que disse, afirmo que o CESMAR é uma obra muito bonita e que responde muito bem ao sonho de Champagnat e ao nosso, de Irmãos Maristas.⁸⁷

O CESMAR, por ser a primeira obra social marista no RS, depois das alterações na Lei da Filantropia, acabou por “concentrar” simbolicamente o peso das relações de disputa do subcampo marista em relação às obras sociais, sendo em alguns momentos rejeitada por grande parte dos Irmãos, que, como vimos no início deste capítulo, não compreendiam por que tamanho investimento, porém após analisar tantos depoimentos e documentos maristas, podemos dizer que as obras sociais, além de demonstrar o investimento financeiro efetuado pelos maristas, evangelizam, propagam valores cristãos e estabelecem um determinado equilíbrio na “micro-sociedade” em que estão inseridas, permitindo que a população atendida se identifique com esta e estabeleça vínculos mais harmoniosos com os demais campos do espaço social, seja através da diminuição da violência ou da melhora na qualidade de vida, cumprindo assim sua missão, que é de atender os mais vulneráveis da sociedade e garantir, com poder simbólico, a vitalidade e o *habitus* da Província Marista do RS.

⁸⁷ Entrevistado D.

CAPÍTULO 3 - CONSTRUINDO UMA NOVA AÇÃO PEDAGÓGICA: Obras Sociais Maristas do RS

3.1 PEDAGOGIA DE CHAMPAGNAT E INSERÇÃO MARISTA NO RS: BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A fundação marista no RS, conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação, foi marcada pelo jeito “francês e alemão” de fazer educação, devido ao fato de os Fundadores Maristas serem franceses e alemães. A educação proposta por eles seguia o modelo europeu e foi reproduzida em terras brasileiras, tendo destacada a disciplina e, por ser católica, a catequese. Fato esse que não causava estranheza aos jovens estudantes do interior do RS, pois eram descendentes de europeus e cultivavam as tradições trazidas por seus “pais” ou “avós”.

A formação proposta pelos maristas ao iniciarem os colégios no Brasil tinha a marca de Champagnat, com uma estrutura religiosa bem definida e buscando “aproximar os alunos de Deus”. Porém cabe destacar que cada pessoa utiliza “suas lentes” na interpretação de doutrinas ou fatos, e que os Irmãos que vieram ao Brasil também o fizeram, até porque alguns vieram com muito pouca idade, tendo pouco conhecimento teórico para ministrar aulas, devido à falta de formação acadêmica, cultural e até mesmo religiosa, impedindo que adaptassem os métodos educacionais à realidade brasileira e, como nos conta Rodrigues, o preparo era precário e assistemático, pois

cabia ao diretor de cada escola orientar os jovens Irmãos sem muita experiência e manejo de classe, as aulas de religião deviam muitas vezes recitá-las ao diretor, como treinamento. Muitas vezes um Irmão mais experiente que assumia a orientação de um mais jovem, norteando-o nas lides escolares (RODRIGUES, 2000, p. 85).

A qualificação dos jovens candidatos a Irmão Marista foi um processo que se instituiu e se aprimorou juntamente com o crescimento técnico-administrativo da Província Marista do RS, na busca de formar os cidadãos e também ter novos candidatos para seguir a vocação marista.

Seguindo o “ciclo” histórico na década de 90, instaura-se o processo de abertura das obras sociais no subcampo marista, motivado pela Lei da Filantropia e pelo XIX Capítulo Geral, que aos poucos foi sendo assimilado pelos membros do subcampo. Conseqüentemente, as “tomadas de posição” favoráveis à manutenção e ampliação destas obras, construiu novas relações no subcampo e deste com os demais campos, fixando no CESMAR a obra por excelência, ou como vimos, estabelecendo na fundação desta um marco na “missão” marista de evangelizar e produzir capital religioso.

A expansão das obras sociais maristas representou um ganho para os Irmãos que iniciaram tal processo, mesmo sabendo que a partir desse momento se impunha o grande desafio de tornar tais obras adequadas à inclusão e aprendizado dos cidadãos que lá seriam atendidos. Do ponto de vista ideal do Instituto Marista e das suas orientações religiosas e pedagógicas, as crianças e jovens menos favorecidos devem, nas obras maristas, sentirem-se acolhidos num ambiente que demonstre a “educação como um lugar privilegiado de evangelização e promoção humana”⁸⁸.

Os entraves iniciais, conforme vimos nos capítulos anteriores, ligados às relações com o campo político e mesmo com o interior do próprio subcampo marista, passam agora por uma nova etapa, pois o processo de formação implantado nas obras sociais maristas entra em crise, uma vez que a metodologia educacional aplicada foi a mesma utilizada nos colégios maristas que atendem estudantes em situação socioeconômica e cultural quase que oposta à dos atendidos pelas obras sociais. Tal forma de formar nos colégios, aplicada nas obras sociais, acabou gerando um cenário de ambigüidades, uma vez que a compreensão de “mundo” é diferente nas duas realidades, e os valores religiosos-morais podem ser aceitos por ambos os grupos, porém a metodologia utilizada para que os cidadãos incorporem tais valores seguirá processos distintos, uma vez que

a incorporação do *habitus* ocorre por meio de “uma ação pedagógica que visa inculcar, o mais profundamente possível, o mais durável possível, através de comportamentos precisos, singulares, uma atitude. Ou seja, um certo tipo de relação global consigo mesmo e com as coisas, com a vida e com o mundo” (DESAULNIERS, 1996, p. 251).

⁸⁸ Conforme Atas do XX Capítulo Geral, 2002, p. 31.

O modelo pedagógico aplicado nas obras sociais foi o mesmo que já vinha sendo utilizado nos colégios pagos, o que gerou pequenos conflitos pedagógicos, uma vez que a metodologia mostrava-se descontextualizada, para a realidade “popular” das obras sociais. Os agentes das obras sociais procuraram uma “nova” proposta pedagógica (ou antiga, pois retoma os ensinamentos de Champagnat), conforme podemos observar na resposta dada por um dos Irmãos que coordenou o processo de implantação das obras sociais, quando nos lembra que:

A pedagogia que implantamos nas obras sociais é, na prática, “criar escolhas” e exercitar o amor. Essas práticas devem estar integradas com a Igreja, com a Prefeitura e com a Comunidade, portanto é daí que deve nascer a pedagogia:

- Comunidade local;
- Comunidade educativa (integrada) com a sociedade e com a Igreja.

Champagnat buscava os pobres, vivia na periferia, ele dava catequese, ensinava com exemplos, com amor, queria as crianças felizes, ele desenvolveu a pedagogia do amor. Essa é a pedagogia do social [...].⁸⁹

A necessidade de um processo de avaliação e implementação da Pedagogia de “Champagnat” era uma demanda emergente no processo de consolidação das obras sociais. Os educadores buscavam tal orientação nos Irmãos Maristas, por vezes desprovidos de tal informação. A consolidação das obras sociais e da implantação da Pedagogia de Champagnat passa obrigatoriamente pela formação do *habitus* religioso dos educadores, que por sua vez reproduzirão tal proposta de formação nas atividades desenvolvidas junto aos cidadãos que freqüentam as obras sociais.

⁸⁹ Entrevistado A.

3.2 GESTÃO DE PROCESSO PEDAGÓGICO: ADEQUAÇÃO NO SUBCAMPO MARISTA

3.2.1 Adaptação da Província Marista do RS em Função das Obras Sociais

O Instituto Marista, como organização mundial⁹⁰, estabelece em seus documentos os rumos que deverão ser seguidos, de acordo com as transformações que acontecem no espaço social, na tentativa de se preparar para o futuro. As Atas do XX Capítulo Geral sugerem “criar, se necessário, estruturas para ajudar as Províncias que tenham dificuldades na realização de programas de formação para Irmãos e Leigos”⁹¹, buscando no trabalho em rede⁹² mecanismos para formar o *habitus* religioso dos cidadãos atendidos.

O processo de formação é destacado nos documentos maristas lançados nos últimos 10 anos, especialmente nos que desenvolvem o tema da ação social, que procuram dar novos rumos⁹³ ao subcampo marista, na tentativa de recompor o “sonho de Champagnat”: “educar as crianças e jovens mais necessitados”⁹⁴.

Na PMRS os documentos produziram reflexões que encaminharam a fundação de obras sociais e a um maior compromisso com a “opção pelos pobres”. A ação da Província somada ao grande número de maristas que se dispuseram a trabalhar com os mais vulneráveis, foi ocupando espaços importantes no subcampo, possibilitando inclusive que as opções ligadas à Assistência Social desencadeassem um processo de modificação na Província Marista do RS, dando novos rumos à administração e criando um organismo próprio (COAS) para coordenar as ações de assistência social⁹⁵, conforme vimos no capítulo anterior, capaz de disputar internamente com os demais organismos da Província, tendo uma equipe própria e autônoma, responsável pela gestão dos recursos da filantropia.

⁹⁰ As Atas do XX Capítulo Geral de 2001 registram nessa assembléia mundial a presença de 41 nacionalidades, representando 76 países. Tal dado demonstra não só a presença mundial, como também a diversidade deste subcampo. Atas do XX capítulo Geral, p. 9, nº 3.

⁹¹ Cf Atas, p. 36

⁹² Cf. Faleiros, “A rede é uma articulação de atores em torno, de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética” (Faleiros, 2006, p. 57).

⁹³ Carta Convocatória: “Por uma liderança que gera vida”. Instituto dos Irmãos Maristas, 2004, pgs. 13-16.

⁹⁴ Cf. Constituições Maristas, artigo 2.

⁹⁵ Apêndice N.

3.2.2 Definindo a Identidade das Obras Sociais: Irmãos Responsáveis, Coordenadores Pedagógicos e Funcionários

Quando as obras sociais foram iniciadas, uma das primeiras preocupações dos Irmãos que coordenavam a Província foi de nomear Irmãos e funcionários com características próprias para o trabalho nas periferias, preferencialmente identificados ou com experiência em projetos sociais. Era preciso criar identidade. Tal afirmação foi feita por um dos Irmãos que coordenava a Província naquele período:

[...] Faltava-nos uma pessoa para coordenar o Projeto Pedagógico, eis que tínhamos “boa vontade”, mas tínhamos pouca experiência para atuar nesta área. Sabíamos mais sobre Escola e Educação Formal. Então fomos ao encontro do Irmão Jaime Biazus, que atuava no Mato Grosso do Sul e lá participava de Projetos Sociais, trabalho com drogados e outros. Depois de muita conversa, Ir. Jaime aceitou o desafio.⁹⁶

Primeiro foram nomeados os Irmãos para o CESMAR e depois foi iniciado o processo de seleção de funcionários, que seguiu critérios diversos, uma vez que o CESMAR estava iniciando, e no bairro não havia profissionais qualificados para dar as oficinas pedagógicas. Por conta disso a formação desses educadores foi intensificada na fundação das obras, conforme acompanhamos no relato do coordenador de então: “Aí, durante 45 dias, eu reuni o grupo de educadores, [...] e fui explicando o que significava a educação marista, como se deveria educar a criança com amor, com carinho[...]”.⁹⁷

Conforme relatos dos entrevistados, o processo de formação intensa para os educadores foi necessária, porque muitos funcionários foram contratados por indicação de funcionários de outros estabelecimentos maristas, ou mesmo porque já trabalhavam em outra obra marista, ou porque eram amigos de irmãos, ex-alunos, enfim, o que se pode concluir é que poucos realmente foram selecionados pelas “competências” adequadas ao trabalho de educação integral, ou mesmo popular.

Muitos currículos foram deixados na Sede Provincial e selecionados por um funcionário que acompanhava a fundação das obras sociais, não necessariamente de acordo com o pretendido pelos Irmãos fundadores das obras, que sentiam uma

⁹⁶ Entrevistado C.

⁹⁷ Entrevistado A.

espécie de invasão por parte de funcionários nomeados pelo conselho superior da Província e destinados a controlar administrativamente as obras:

Havia irmãos, naquele momento, que não aceitaram as obras e daí, a parte administrativa se “meteu”[...]. (ele, o Vilmar) [...] e atrapalhou, pois o coordenador (ele) era de “direita” (PSDB). O Silva (provincial) nomeou uma equipe para administrar, porém o administrador da obra não estava junto [...]. (aahhh) Não compreendiam a lógica das obras, porque era só dinheiro que saía da Província, não entrava igual aos colégios, e ainda decidiam quem poderia trabalhar nelas [...].⁹⁸

Segundo os relatos, apesar de ter havido, durante esse período inicial, certa ingerência do setor administrativo, aos poucos foram sendo contratados educadores da própria comunidade, formados no próprio CESMAR, sendo considerado para tal o fato da experiência profissional como “educadores sociais”. Na resposta de um dos entrevistados percebemos a identificação com a obra na qual foi formado, provavelmente o que motivou a contratação deste como educador:

Na verdade comecei como educando de percussão no CESMAR. Fiz apenas o curso musical aqui no CESMAR, antes de o Irmão Lédio me chamar para ser educador, e eu penso muito nisso até já conversei com o Miguel sobre isso, em relação a estudos, a me interessar mais pela música, a buscar aquilo que eu quero. Então eu acho que eu cresci muito também no sentido religioso, no sentido de despertar para liderança. Acho que foi um crescimento mútuo notável.⁹⁹

Outra situação, talvez não tão complexa quanto a de protagonizar o atendimento marista para cidadãos vulneráveis, foi a das obras sociais “assumidas”, ou seja, entregues aos maristas para serem administradas. Elas já tinham um quadro de funcionários e uma organização com características próprias, algumas religiosas, outras não, o problema foi equalizar a pedagogia marista com a aplicada, até então, na obra.

Exemplo é o Artesanato Marista Santa Isabel, obra administrada por Irmãs de uma congregação religiosa, em que a Coordenação Pastoral da Igreja interagia na administração do local, deixando a obra com mais características de espaço paroquial, do que obra social. Com a administração assumida pelos maristas, foram dadas novas “formas” à obra, limitando inclusive a ação do Conselho da Igreja, o

⁹⁸ Entrevistado A.

⁹⁹ Entrevistado H.

que gerou pequenos atritos nas relações, pois a presença foi notada como dominação de um espaço anteriormente gestado de forma mais comunitária, onde o administrativo estava em segundo plano, bem como a assistência social. O principal era o assistencialismo, ou seja, a doação de “roupas e alimentos para os pobres”.

Outro exemplo é a obra social Irmão Donato, que, antes de ser integrada ao subcampo marista, era um espaço físico para reuniões da associação de moradores, não sendo a questão religiosa preocupação principal dos cidadãos que freqüentavam o local. A parceria firmada com os maristas criou um espaço de intersecção entre o campo religioso (maristas) e o campo social (associação de moradores), permitindo que surgisse mais uma obra social marista em Porto Alegre. É uma obra social marista que não se expandiu e continua com características adquiridas na sua fundação, pois tem alguns fatores que a limitam, como o pouco espaço físico e o fato de não haver Irmãos maristas atuantes no local.

O aumento nas contratações de funcionários e o remanejamento dos que já estavam nas obras levou o subcampo marista a desenvolver técnicas pedagógicas para formar melhor seus educadores. Segundo os Irmãos, devem, como educadores, incorporar no seu *habitus* o conteúdo religioso, pois esta é a identidade do subcampo e tal conteúdo deve ser repassado às crianças e adolescentes para que também seja incorporado. O início das obras sociais maristas foi de aprendizado, de retomada da Pedagogia de Champagnat, aquela da fundação dos maristas na França: “voltada às crianças e adolescentes mais vulneráveis [...]”.¹⁰⁰

No livreto “Envio Marista”¹⁰¹ podemos fazer um resgate de como se estabeleceu o processo de deslocamento de Irmãos para as obras sociais, através da abertura e fortalecimento de comunidades inseridas nos meios populares, junto às obras sociais. Podemos acompanhar tal processo através do CESMAR, que na fundação contava com um Irmão mais jovem e dois com idade superior aos 70 anos. Aos poucos tal realidade foi se modificando e nos últimos anos se mantém como uma comunidade marista bastante jovem, com cinco Irmãos.

¹⁰⁰ Missão Educativa Marista, p. 31.

¹⁰¹ O livreto “Envio” é publicado a cada início de ano, pela Província Marista do RS. Nele são colocados os endereços das comunidades maristas e a nomeação dos Irmãos destinados àquela comunidade, bem como suas funções.

Outro dado importante é que no decorrer dos anos cada obra social passou a ter um Irmão Responsável e em alguns casos a própria coordenação é desempenhada por Irmãos.

Para alguns Irmãos, estar nas obras sociais significou a possibilidade de retomarem a presença junto às crianças e jovens, uma vez que nos colégios já não tinham espaço para atuação, devido à idade, ou mesmo por estarem desatualizados nas atividades que até então desenvolviam. Outros, porém, viam nas obras sociais, especialmente os mais jovens, a possibilidade de retomarem a proposta de Champagnat, em que os Irmãos deveriam “[...] ouvir o coro imenso de tantas crianças e jovens desamparados que gritavam em todo o mundo”.¹⁰²

Nesta década (1996-2006) de fundação das obras sociais, a presença de Irmãos além de ter sido intensificada, também foi aprimorada, visto que os Irmãos nomeados para as obras sociais passaram a se envolver diretamente na administração delas, bem como nas relações estabelecidas com o campo do poder, exercendo uma presença “religiosa e administrativa”, passando de uma presença passiva para um envolvimento ativo, o que conseqüentemente fez aumentar o capital religioso do subcampo. Um dos entrevistados fala com vigor da importância da presença dos Irmãos nas obras sociais, independente da idade, pois “fazem a diferença”:

[...] porque eu estou numa obra social, graças a Deus. [...] Os Irmãos mais velhos são disponíveis e não são exigentes, porque às vezes nem têm uma sala para trabalhar, amontoando as “coisas” no quarto deles [...], mas mesmo assim esta fazendo um trabalho bonito com aqueles jovens, entusiasmando as crianças, que estão na obra social pra ver como é que se faz, porque querem aprender também. Então eu acho que esse entusiasmo, essa vivência pelo pobre e com o pobre é muito importante. Lá, por exemplo, no CESMAR, se os irmãos não estivessem lá [...] não sei!? Têm que estar no meio, mesmo que pouco tempo, mas o Irmão está lá, independente da idade, ele aparece, ele é conhecido, sabe o que está acontecendo [...].¹⁰³

A problemática da organização das obras sociais, como vimos acima, se fez acompanhar por uma certa indefinição inicial na nomeação de coordenações e na seleção de funcionários, uma vez que no subcampo marista não havia a experiência

¹⁰² Cf. Revista Mensagem, 2000, p. 39.

¹⁰³ Entrevistado A.

com obras sociais. O não-atendimento das periferias foi um processo que se solidificou com o passar dos anos, através da privatização da educação, que conseqüentemente direcionou o atendimento dos maristas às elites gaúchas. Outra problemática é que não havia uma política de Recursos Humanos e nem uma definição de perfil para os agentes que viessem a fazer parte do quadro de funcionários ou coordenação das obras sociais. A definição do subcampo em buscar educadores e nomear Irmãos com perfil adequado para as obras sociais modificou-se após alguns anos, com o aumento de experiência na área social.

3.2.3 Projeto Político Pedagógico (PPP) e um Novo Modelo de Gestão: O Caso CESMAR

O CESMAR, como primeira obra social de vulto dos maristas no RS¹⁰⁴, se tornou um modelo “laboratorial” quanto à gestão, ou seja, não existia um modelo administrativo, no subcampo marista, para as obras sociais. Ele precisou ser criado, ou melhor, adaptado a partir do modelo já utilizado nos colégios maristas. Não vamos nos ater em julgar a eficácia ou não do modelo de gestão utilizado nos colégios, mas averiguar como foi se configurando tal modelo nas obras sociais, partindo de um pressuposto de diferença organizacional. É objetivo averiguar se o modelo de gestão dos colégios, implantado nas obras sociais, foi adequado ou não. Um dos entrevistados observa que a experiência anterior, com os colégios, foi fundamental na implantação das obras sociais:

Penso que ter um jeito de fazer gestão (nos colégios) pode ter colaborado mais do que ter atrapalhado na organização inicial das obras sociais. Começar do nada, não ter experiência e nem história, no meu ponto de vista, sempre é mais difícil.¹⁰⁵

Outra resposta, mais ponderada, aponta para as coordenações, lembrando que o aprendizado em gestão é contínuo e não está completo.

Olha, penso que cada caso é um caso. Em alguns lugares (o modelo de gestão dos colégios) ajudou, em outros atrapalhou. Dependeu e depende de quem esteve ou está na coordenação. Penso que ainda devemos aprender muito no social, temos uma

¹⁰⁴ No sítio www.maristas.org.br/solidariedade, encontramos o histórico das obras sociais do RS, e o CESMAR é identificado como primeira obra social marista de vulto do RS.

¹⁰⁵ Entrevistado D.

caminhada a ser feita e se soubermos utilizar a experiência em gestão educacional de forma positiva ela nos ajudará, mas do contrário, também poderá tornar-se um obstáculo.¹⁰⁶

As respostas apontam para a configuração da gestão do subcampo marista do RS, onde o modelo de gestão dos colégios, mesmo depois da fundação de grande parte das obras sociais, prosseguiu num caminho diferenciado. Fato que demonstra tal situação é que no ano 2000 foi iniciado o Planejamento Estratégico no subcampo marista, porém com um detalhe muito intrigante, contemplando somente os colégios, as obras sociais seguiriam outro caminho.

A gestão proposta para as obras sociais estava sendo construída, contando inclusive com a participação de agentes do campo do poder, como encontramos na apresentação do PPP¹⁰⁷ do CESMAR, feita por um funcionário da Secretaria de Educação do município de Porto Alegre:

[...] o CESMAR já nasceu com uma intencionalidade muito clara, afirmando, na prática, estar a serviço do desenvolvimento da cultura da solidariedade, proporcionando uma formação integral a partir de princípios cristãos, a fim de contribuir na preparação de agentes de transformação social.

A gestão da PMRS não estava sendo planejada como subcampo, mantinha-se dividida em três, de acordo com as mantenedoras jurídicas¹⁰⁸. Cada mantenedora tem, para produzir capital religioso, ações diversas e diferentes entre si. É intrigante o fato do capital produzido pelas mantenedoras do subcampo ser utilizado separadamente nas diversas relações com os demais campos, uma vez que tal forma de gestão diminui o poder de barganha do próprio subcampo. As obras sociais, durante o período de fundação, foram vistas como algo separado do restante do subcampo, seja em função de discordâncias entre os próprios Irmãos, seja porque não havia compreensão, no subcampo, da importância destas para o aumento do capital religioso. No entanto, era perceptível o fortalecimento da “marca” marista com a fundação das obras sociais:

¹⁰⁶ Entrevistado F.

¹⁰⁷ O PPP (2002) do CESMAR é um documento de circulação interna da Obra e está disponibilizado para os educadores na biblioteca do Centro. Não existe uma publicação editorial do documento.

¹⁰⁸ Cf. Envio Marista – 2007, quando apresenta o subcampo marista do RS, dividido em três mantenedoras: União Sulbrasileira de Educação e Ensino (USBEE), União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA) e Sociedade Meridional de Educação (SOME).

[...] a marca marista se fortaleceu com as obras sociais. Começamos a ter penetração em outros tipos de público. Começamos a ser conhecidos pelas associações de bairro, pelos sindicatos, pelos grupos de defesa dos direitos, pelas ONG's, partidos políticos, promotores e juizes. No início esses grupos nos rejeitaram e nos viam como inimigos. Agora, em alguns casos ainda acontece, mas na maioria dos locais somos reconhecidos pelo bom trabalho que realizamos em favor dos menos favorecidos.¹⁰⁹

O CESMAR, buscando responder à organização do subcampo marista e criar um modelo de gestão adequado à realidade social, responsabiliza-se por ser pioneiro, “exemplar”, na gestão da educação social. Sua proposta de gestão educacional está resumida na introdução do PPP:

A proposta educativa da instituição percebe-se inserida na macro-articulação das entidades sociais que objetivam a educação integral das crianças e adolescentes, primando pela garantia dos direitos, enquanto sujeitos em condição especial de desenvolvimento. Intenciona mobilizar ações abrangentes, estabelecendo parcerias para potencializar recursos na perspectiva da transformação social. [...] A estrutura de gerenciamento do CESMAR fundamenta-se no princípio da gestão participativa. [...] A equipe de gestores é composta pela direção, vice-direção, coordenação administrativa, coordenação pedagógica e representantes das áreas.

O pioneirismo na gestão do CESMAR é demonstrado na elaboração do PPP. Também se caracterizou como tal pelo fato de, nos primeiros seis anos de existência, ter como diretor o Irmão que simultaneamente coordenava a Comissão de Assistência Social da Província, imputando ao CESMAR a característica de “laboratório”, para que o subcampo construísse uma proposta de gestão para as demais obras sociais. O fato de ser “modelo” para as demais causava certo embaraço entre as obras, especialmente as menores, que não conseguiam adaptar o modelo para uma estrutura física tão diferente.

[...] então, entre os próprios educadores das obras sociais, havia um clima de: se no CESMAR se faz, nós podemos fazer, ou devemos nos espelhar no CESMAR. Havia dentro da província muito disso, pois Ele era “de ponta” e ainda é, mas o que não há é o entendimento de que não se pode fazer o CESMAR em cada obra, internamente não havia esse entendimento, era um pouco complicado naquele momento de fundação das demais obras.¹¹⁰

¹⁰⁹ Entrevistado F.

¹¹⁰ Entrevistado B.

Tal realidade é retratada na elaboração do PPP do CESMAR, intencionalmente ou não. O PPP é apresentado como modelo e propõe que se aplique na obra uma gestão em que a participação e a realidade local balizem a organização interna, para melhor prestar o serviço educacional e social à comunidade que se beneficia do atendimento. Encontramos entre a página 4 e 12 do PPP orientações sobre a gestão do CESMAR, orientada pelo tripé “participação, comunidade educativa e deveres”¹¹¹. Tais orientações estão carregadas de uma linguagem simbólica que retrata a preocupação com um modelo social de organização, em que as equipes são o centro das decisões e as tomadas de posição resultado da reflexão destas equipes. Nota-se uma preocupação excessiva com a centralização do poder de decisão, seja da direção, ou dos Irmãos.

Tal concepção, apesar de estar no PPP e ter sido construída coletivamente pelos educadores do CESMAR, não é assimilada pelos cidadãos que o freqüentam, pois encontram no Irmão diretor a concentração de simbolismo religioso¹¹², tornando-o centro do “poder”, da possível “decisão”, pois é visto como a possibilidade da realização da bondade, da compreensão..., contrapondo assim alguns propósitos de gestão baseados na decisão coletiva, ideologicamente contrários a qualquer tipo de centralização e estabelecidos no PPP do CESMAR como processo metodológico a seguir, onde a compreensão é de que “A capacidade de planejar e trabalhar coletivamente é uma das principais exigências da atualidade, a fim de garantir a identidade da instituição”¹¹³.

Construir um modelo de gestão a partir de elementos próprios, característicos da realidade social na qual a organização está inserida pode gerar um aprendizado capaz de agregar um grande capital, pois “cabe a cada organização saber claramente quem ela é, aonde deseja chegar e quais são seus valores” (DESAULNIERS, 2006, p. 150).

Os gestores do CESMAR, conforme vemos no PPP, sabiam aonde queriam chegar, porém o modelo de gestão já existente na Província também se impunha,

¹¹¹ Comentário realizado a partir do PPP do CESMAR, que nas páginas iniciais discorre sobre o tema “Estrutura e Gerenciamento”. Ver Apêndice F.

¹¹² Cf. Bourdieu, “O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social) percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”. Tal poder é verificado com grande intensidade nas relações existentes entre os Irmãos e os cidadãos atendidos no Cesmar. (Razões Práticas, 1996, p.107).

¹¹³ Cf. PPP – CESMAR, 2002, p. 21.

causando pequenos conflitos administrativos, muitas vezes percebidos somente pela coordenação da obra, influentes, no entanto, nas “*tomadas de decisão*” da obra. No CESMAR existia um “sonho” de gestão proposto no PPP e muito presente na “memória” e documentos guardados pelo Irmão Jaime, primeiro diretor do CESMAR. O grupo de educadores trabalhou na elaboração do PPP buscando construir um modelo de gestão adequado às obras sociais, que previa a “participação da comunidade dentro da metodologia de educação, sem estabelecimento de “certo e errado”.¹¹⁴

O fato de o PPP do CESMAR ter sido iniciado no ano de 1999 e concluído no início de 2002, demonstra que o processo foi sendo construído com muita participação e prevendo uma organização voltada a atender a comunidade. A linha “pedagógica” escolhida para orientar o PPP foi a “Libertadora”, de Paulo Freire, numa adaptação a pedagogia de Champagnat, visto que a proposta de Freire não prevê uma orientação religiosa capaz de identificar o subcampo marista, ao contrário da proposta por Champagnat. Atualmente um novo PPP, para todas as obras sociais do RS, está em fase de elaboração, tendo como modelo o PPP do CESMAR.

3.3 RELAÇÃO COLÉGIOS X OBRAS SOCIAIS: DESCONTINUIDADES NAS AÇÕES PEDAGÓGICAS

3.3.1 Pedagogia Marista: Orientação para Colégios e Obras Sociais

A Pedagogia Marista, como vimos acima, foi implantada nos colégios maristas do RS tendo presente as orientações de Champagnat e dos Irmãos fundadores. Tal processo se iniciou com a chegada dos Irmãos no RS, em 1900, e se estendeu até a década de 90, quando surgiram as obras sociais maristas. Os maristas não tinham experiência em obras sociais, cuja base do atendimento é nas áreas da Assistência Social e da Saúde, diferentemente dos colégios, nos quais a principal atividade é a educação acadêmica.

A Pedagogia Marista, por falta de experiência dos agentes do subcampo, foi aplicada de forma equivocada nas obras sociais. Houve uma adaptação do que vinha sendo realizado nos colégios, sem mesmo respeitar determinadas situações,

¹¹⁴ Cf. PPP – CESMAR, 2002, p. 23.

como, por exemplo, a diferença econômica dos atendidos. A forma equivocada da aplicação desta pedagogia desencadeou um processo de descontinuidade, gerando descontentamentos e pequenos conflitos no interior do subcampo e mesmo com os demais segmentos sociais encarregados da formação de cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

A proposta pedagógica de Champagnat, transcrita nos documentos maristas, tende a se identificar mais facilmente com as obras sociais, devido à proposta fundacional de educar especialmente as “crianças e jovens mais necessitados”. Tal compreensão não é consenso entre os maristas, porém existe no subcampo um posicionamento bem definido de agentes, entre os quais o entrevistado abaixo. Para ele está evidente que a coerência com a doutrina de Champagnat passa pelos colégios, responsáveis pelas “entradas” que garantem a manutenção das obras sociais.

[...] se formos seguir à risca o sonho de Champagnat, claro que é atender as classes menos favorecidas e estas hoje estão mais nas obras sociais. Devemos também estar conscientes que não poderíamos levar adiante o modelo de obra social que hoje temos, sem as escolas pagas. Aqui temos um grande questionamento que devemos nos fazer: que tipo de obra social queremos? É este modelo ou queremos outro? Se escolhermos outro modelo, o que devemos fazer? E por que optamos pelos pobres?¹¹⁵

O encontro das orientações dos documentos maristas com outras tantas propostas pedagógicas levaram as obras sociais a profundos questionamentos quanto à linha pedagógica que desenvolviam e mesmo em relação ao processo de gestão, uma vez que até então apenas “bebiam” de uma pedagogia “construída” para os colégios maristas. Os educadores percebem que tal processo precisaria ser constantemente estudado e repensado, como expresso por esta educadora social, que lembra que existem

[...] interpretações e interpretações, alguns educadores interpretam de uma forma, outros de outra, eu acho que precisaria de um estudo coletivo dos educadores maior. Um tempo atrás, havia pouca profundidade nas jornadas pedagógicas de fim de ano, mas agora, há alguns anos, existe uma exigência que deve ter em qualquer instituição, seja ela obra social ou escola, mas muito mais definida pontual, sistemática, clara, para obras sociais. [...] Champagnat era um homem visionário e o que ele via naquela época é atual mesmo

¹¹⁵ Entrevistado F.

os tempos sendo outros [...] Eu por enquanto penso que tem que ser mais fortificado isso (estudo da pedagogia de Champagnat)¹¹⁶.

A forma simples, porém explícita dessa educadora manifestar a importância da pedagogia marista nas obras sociais, através do estudo e vivência das orientações dadas por Champagnat, demonstra que a busca por uma pedagogia própria para as obras sociais é uma necessidade dos próprios educadores, que buscam se identificar com o trabalho desenvolvido nas obras sociais, pois como nos lembra Bourdieu, “[...] o discurso religioso que acompanha a prática é parte integrante da economia das práticas como economia de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1996, p.191).

A Pedagogia Marista prevê dois caminhos inseparáveis na sua execução: o “AMOR” e a “PRESENÇA”, numa espécie de resumo das orientações de Champagnat em relação à formação das crianças e adolescentes, numa perspectiva de alcançar a disciplina “da alma e do corpo”¹¹⁷, que aos poucos foi se tornando objetivo dos colégios e também das obras sociais maristas, mantendo vivas as orientações do Fundador, que previam utilizar a disciplina para criar “um ambiente estimulador e fraterno, de calma e ordem, em que os educandos possam estudar e aprender, em que se possam prevenir os problemas antes que ocorram”¹¹⁸.

Champagnat utilizou linguagem simbólica para “divinizar” a educação, ou seja, a missão de educar passou a ser algo religioso, intrínseco à vida dos maristas, em que os Irmãos eram comparados a “anjos da guarda” e deveriam ser presença junto às crianças e adolescentes, na tentativa de tornar a pedagogia um meio para estabelecer laços “familiares” entre os membros das obras maristas. Champagnat procurou evitar que se repetissem com os educandos dos colégios dirigidos pelos Irmãos as experiências negativas que ele vivenciou na “sala de aula”.

3.3.2 Espaço Físico das Obras Sociais como Local de Construção Pedagógica

As obras sociais maristas do RS atendem públicos com características próprias e se distinguem na estrutura física, pois, com exceção do CESMAR e do

¹¹⁶ Entrevistada I.

¹¹⁷ Cf. Rodrigues, a pedagogia marista procura formar o cidadão integralmente, como alguém “responsável”. (2002, p. 91 e 92).

¹¹⁸ Cf. Missão Educativa Marista, 2000, p. 59.

colégio Santa Marta, as demais já existiam nas diversas vilas do RS e eram mantidas por organizações que não tinham mais condições financeiras para mantê-las. Algumas nem puderam ser ampliadas fisicamente, pois estavam espremidas em meio aos “casebres” das diferentes vilas. Outras foram instaladas nos próprios colégios, tendo que se adaptar a grandes estruturas, construídas há mais de 50 anos. Atualmente algumas obras foram instaladas em espaços cedidos pela Província em estruturas utilizadas anteriormente para formação de novos Irmãos, ou em espaços alugados, como na PUC-RS, ou ainda, respondendo de forma “versátil” à problemática do espaço físico, em ônibus itinerantes¹¹⁹.

Sendo o CESMAR nosso caso exemplar, devemos salientar que é uma obra moderna, espaçosa e adequada fisicamente para oficinas previstas para formação integral e o resgate do cidadão vulnerável. Isto leva as demais obras a olharem o CESMAR com admiração. O CESMAR se destaca como obra social justamente pelo grande investimento que faz no resgate dos cidadãos que se encontram fora da lógica do “Mercado” e já não conseguem mais participar de disputas no campo social. Tal concepção é partilhada por todos os entrevistados e talvez resumida nas frases deste Irmão entrevistado:

[...] o CESMAR foi evoluindo, crescendo [...] (fisicamente e pedagogicamente) foi se reconhecendo como uma obra social e a partir desse momento começou a se tornar importante na região. Importante, não porque atende a pessoas carentes, mas porque está com elas, nas suas alegrias e dores. Nas suas lutas e conquistas. E penso que esta evolução será contínua¹²⁰.

A Pedagogia Marista prevê, como em muitas correntes pedagógicas, a importância do espaço físico na concretização da proposta pedagógica, pois a falta de local adequado pode gerar desgaste pedagógico e conflitos. Algumas obras sociais utilizam, já em menor número, espaços dos colégios pagos, para diminuir gastos e aproveitar estrutura ociosa, por exemplo, no turno da noite, quando os EJAS (Educação de Jovens e Adultos) utilizam o espaço físico de três colégios.

A experiência feita em alguns colégios, de dividir o espaço com um projeto social, no mesmo turno, aos poucos foi sendo descartada, devido a conflitos e não aceitação de tal situação por grande número de pais de alunos pagantes. Não há

¹¹⁹ Folder da Província Marista, com a localização e fotografias das obras sociais. Anexo E.

¹²⁰ Entrevistado A.

concordância com o sectarismo, mas os maristas, respeitando as diferenças de costumes e de valores, demonstram reconhecer a existência de “*habitus* diferente”, incorporado devido às experiências inerentes à condição financeira.

Essa questão se apresenta como problema para os maristas, visto que a proposta é justamente “incluir” e “educar para a solidariedade, apresentando-a com a virtude cristã dos tempos, como imperativo moral para toda a humanidade, no quadro da atual interdependência global e das penetrantes ‘estruturas de pecado’”¹²¹. A proposta é resgatar os valores deixados por Champagnat, valores para “pobres e ricos”, para educandos pagantes, ou que recebem gratuidades. Existe uma pretensão, mesmo que velada, de unir cidadãos de grupos sociais financeiramente distintos.

A questão do espaço físico está intrinsecamente relacionada com a proposta da formação marista, que prevê um atendimento de qualidade e “humanizador” aos cidadãos, independente da realidade econômica, disponibilizando tais “espaços para que possam ser desenvolvidos projetos de convivência e de solidariedade, comum entre os jovens de diferentes classes sociais, culturas e estilos de vida”¹²².

Fica evidenciado, pelas experiências equivocadas e pelas respostas dadas nas entrevistas, que o espaço físico da obra social é extremamente importante no processo pedagógico, influenciando diretamente nos resultados projetados para a obra social, ou seja, o espaço pedagógico é capaz de ser decisivo no resultado das incorporações do “*habitus* religioso”, no caso das obras sociais maristas.

3.3.3 Projeto Político Pedagógico das Obras Sociais: Busca por uma Identidade Própria

Com o aumento do poder de disputa capitalizado pela Comissão de Assistência Social (COAS), novas ações pedagógicas foram implantadas nas obras sociais, buscando dar orientação para que elas ampliassem as relações de disputa com os demais campos¹²³.

¹²¹ Cf. Missão Educativa Marista, 2000, p. 61.

¹²² Cf. Missão Educativa Marista, 2000, p. 67.

¹²³ Ver Vade-Mecum da PMRS, capítulo VII – Assistência Social, 2005.

Buscando consolidar as ações das obras sociais, especialmente no que se refere ao pedagógico e às representações junto aos conselhos de direito, a COAS inicia a construção do plano pedagógico, visto que até então dependiam da mesma orientação educacional dada aos colégios pagos. Esta decisão estabelece uma divisão necessária: Pedagogia Marista das obras sociais e Pedagogia Marista dos colégios..., possibilitando que sejam “visualizadas” como duas pedagogias, apesar de serem a mesma, com as mesmas orientações, e seguindo o mesmo mentor (Champagnat).

É uma mesma pedagogia adaptada a duas realidades economicamente diferentes, em que os valores religiosos são os mesmos, porém aplicados de forma adequada ao público-alvo. Muitos teóricos da educação são contrários a uma mesma pedagogia para classes economicamente diferentes, especialmente os que propagam a educação libertadora, identificada como educação para os “pobres”¹²⁴.

Apesar de ter sido iniciado em 2000, no CESMAR, o PPP para as obras sociais ainda não está concluído. Foi ampliado para as demais obras e está sob a responsabilidade de uma equipe que se reúne periodicamente para estudar e sistematizar o material produzido até então¹²⁵. A elaboração do PPP demonstra que a COAS entra num processo de disputa no interior do próprio subcampo, buscando firmar-se como organismo capaz de traçar as próprias políticas de ação. Tal projeto é almejado pelos próprios educadores, que sentem liberdade e, no caso da educadora entrevistada, até alegria em poder falar sobre ele, em poder contribuir no plano. Quando perguntada sobre a construção do projeto, a resposta vem acompanhada de contribuições e dicas:

[...] talvez eu esteja pensando num projeto político pedagógico para todas as obras sociais, pois o projeto pedagógico é levar informação ao educador sobre as necessidades das políticas públicas, [...] é conhecer o estatuto da criança e do adolescente. [...] e não só o estatuto, mas os direitos do homem, os direitos humanos, a LOAS que é a questão da assistência social, e não só a questão das obras sociais maristas, tem que conhecer todas essas redes, o público, a

¹²⁴ Ponce, já em 1937, observava que a “neutralidade escolar tinha como finalidade subtrair a criança da verdadeira realidade social: a realidade das lutas de classe e da exploração capitalista, pois a neutralidade é o mesmo mecanismo que a “burguesia” utilizou durante anos para explorar e garantir a formação de cidadãos que apenas servirão para dar continuidade ao sistema burguês” (PONCE, 2001, p.178).

¹²⁵ Cf calendário disponível no sitio marista, a última reunião da equipe foi em março de 2007.

assistência social, isso eu acredito que é projeto pedagógico nas obras sociais [...].¹²⁶

O Projeto Pedagógico nas obras sociais da PMRS está se consolidando e, como vimos acima, alcançando certa independência no próprio subcampo, através do avanço na gestão social¹²⁷. Tal situação é, no entanto, passível de análises e críticas, pois a “independência” organizacional acaba sendo apenas parcial, ou seja, apenas pedagógica, uma vez que da mesma forma que os colégios maristas particulares se beneficiam com a isenção de impostos proporcionados pela filantropia, as obras sociais maristas dependem da saúde financeira dos colégios para sobreviverem, uma vez que a receita que as mantêm é originária das anuidades pagas nos colégios e das demais entradas contábeis da Província, como aluguéis, vendas de imóveis¹²⁸.

Configura-se assim, uma dependência financeira entre os colégios e obras sociais, motivando disputas no interior do subcampo. A sobrevivência do subcampo depende do aumento do capital religioso, que é produzido pelas diferentes ações dos maristas, seja nos colégios, ou nas obras sociais. A fundação das obras sociais desencadeou um processo de aumento de capital simbólico reconhecido por este Irmão marista, que lembra o fortalecimento da marca marista:

Não tenho dúvida do fortalecimento da marca marista, com a chegada das obras sociais. E, inclusive conheci e vivenciei experiências concretas de consideração de pessoas e meios de comunicação. Os Irmãos deixaram de ser os que só atendiam os "ricos" e passaram a se ocupar também dos mais pobres, dos necessitados... e isso fortaleceu e deu mais reconhecimento à missão marista em nossa província, ficamos mais reconhecidos.¹²⁹

O fortalecimento da marca não significa que esta não possa vir a se descapitalizar. A possibilidade de o subcampo marista ter uma pedagogia dividida, que negue a outra realidade educacional (colégios x obras sociais) é fator prejudicial nas relações, pois acaba opondo duas frentes que existem no seu interior, ou seja, dividir a Pedagogia de Champagnat em duas, para colégios e para obras sociais,

¹²⁶ Entrevistada I.

¹²⁷ Cf. Ata da reunião dos coordenadores das obras sociais, do mês de setembro de 2006, em que um tema discutido e estudado foi “Gestão das Obras Sociais”, coordenado pela Prof^a. Terezinha, da PUCRS. Anexo G.

¹²⁸ Tais considerações foram feitas a partir da análise de balancetes financeiros, pesquisados para elaboração deste trabalho e disponibilizados pelo Setor Contábil da PMRS.

¹²⁹ Entrevistado F.

pode vir a ser uma forma equivocada de manutenção do capital religioso. Segundo a análise das entrevistas, os Irmãos são unânimes em perceber a diferença que existe na aplicação da pedagogia de Champagnat, e ao mesmo tempo manifestam que a formação marista não deveria ser negada a ninguém:

Penso que o sonho de Champagnat era atender crianças e jovens, educar e evangelizar, 'Tornar Jesus Cristo conhecido e amado', com uma forte predileção pelos mais necessitados, mas não excluía a educação formal e paga.¹³⁰

Outro Irmão é mais radical na resposta quando indagado sobre quem estava mais perto da opção de Champagnat, se as obras sociais, ou os colégios pagos:

As obras sociais, pois Cristo disse: o cego, o coxo, o exausto, [...] o excluído, foi a caminhada de Cristo e que Champagnat seguiu. Existe muito rico, porém triste, acabado interiormente, só que ele tem como buscar ajuda, o pobre não, ele não tem saída, pois as pessoas chegam a ter medo dele, do pobre [...] é nossa missão [...].¹³¹

A construção de um plano pedagógico para as obras sociais, segundo os articuladores da proposta e os escritos até então construídos, busca marcar definitivamente a tomada de posição em favor das obras sociais, bem como a possibilidade de uma “gestão partilhada”¹³². Tal construção projeta um tempo mais “tranquilo” e capaz de visualizar o futuro das obras sociais:

[...] o desafio é muito grande no tocante à formação do pessoal (educadores). Precisamos repensar algumas obras, principalmente nos famosos ônibus de atendimento, buscar parcerias, se abrir para o voluntariado, aprender a trabalhar com pouco dinheiro, etc. etc.¹³³

No tocante às obras sociais da Província do RS é praticamente impossível, pelo menos no modelo atual, separar a questão pedagógica da financeira, pois sem recursos fica praticamente impossível manter a estrutura de formação. Temos diversos exemplos no campo da educação, de escolas, especialmente públicas, que não exercem sua função social devido à falta de recursos. Tal imperativo se

¹³⁰ Entrevistado D.

¹³¹ Entrevistado A.

¹³² No livro *Missão Educativa Marista*, é lembrada a “Responsabilidade Partilhada”, como possibilidade de êxito nas tomadas de decisão. 2000, p. 29.

¹³³ Entrevistado D.

estabelece como parâmetro nas relações obras sociais X colégios maristas, uma vez que a interdependência entre ambos é inevitável. A proposta de um PPP para as obras sociais retrata a busca por independência, por identidade, visto que a estrutura estruturante da PMRS esteve, por mais de noventa anos, voltada a atender às necessidades dos colégios pagos.

3.4 FORMAÇÃO DO *HABITUS* RELIGIOSO: UM PROCESSO PEDAGÓGICO

3.4.1 Obras Sociais Maristas do RS: Resgatando a Pedagogia de Champagnat

Os maristas, como nos demais campos, realizam seu trabalho educacional tendo em vista metas, buscando resultados, procurando alcançar os objetivos, inclusive de aumentar o capital simbólico para melhor se posicionar nas disputas entre os campos¹³⁴. Nos colégios o processo pedagógico, depois de quase cem anos de fundação, já está incorporado, consolidado, faz parte da identidade dos Irmãos. Vemos tal posicionamento na resposta abaixo:

Para alguns Irmãos a missão marista só pode ser realizada dentro de um colégio, e ir para uma obra social é uma grande contradição. Dizem, nós fomos fundados para as escolas e não para as obras sociais. Neste caso estaríamos fugindo da nossa missão de educar. Isto mostra que para eles a educação somente acontece dentro de escolas formais. Uma visão que precisa ser superada.¹³⁵

O desafio imposto ao subcampo é obter resultados positivos nas obras sociais, por isso é incompreensível aos maristas o fato de muitas crianças, adolescentes e jovens passarem pelas obras sociais, receberem a “formação marista” e acabarem permanecendo na periferia, no mundo do crime, ou então dependentes do Estado pelo resto de suas vidas, sem autonomia. Com a formação recebida estes jovens deveriam estabelecer novas relações, ou seja, alcançar um novo patamar econômico e “enxergarem” o mundo com o “filtro” religioso. Percepção unânime entre os entrevistados, mesmo para os “ex-educandos”. Um deles ensaia uma fala totalmente identificada com o subcampo, ao expressar como deve ser o resultado da formação do cidadão que vai “sair” da obra social:

¹³⁴ Azzi, 2005, p. 403.

¹³⁵ Entrevistado F.

O educando deve sair (do CESMAR) tendo voz ativa, sabendo reclamar os seus direitos, sabendo o que ele deve procurar nas suas maiores dificuldades, isso já envolve a personalidade dele, ou seja, dele ter a voz ativa. Eu acho que os maristas ajudam bastante nesta questão.¹³⁶

Algo importante a ser observado é que os cidadãos formados nas obras sociais maristas não têm as mesmas condições que um cidadão estudante dos colégios particulares, pois além da situação econômica diferente, também a motivação, as competências. Enfim são adolescentes e jovens que tiveram formação integral diferenciada, foram preparados para situações diferentes dentro do espaço social (DICK, 2005).

Não é o foco deste trabalho aprofundar as características dos jovens que se encontram em situações de vulnerabilidade, ou mesmo excluídos do mercado de trabalho, porém é extremamente importante ter presente as diferenças de “vantagens” que existem entre os cidadãos atendidos nos colégios maristas e nas obras sociais. O desconhecimento destas diferenças dificulta a compreensão das conclusões obtidas na pesquisa, que demonstram que o papel das obras sociais e os resultados obtidos por elas dependem de investimentos financeiros, na tentativa de quebrar o “processo” de exclusão no qual os cidadãos estão imersos, porém não impedem que cidadãos, mesmo recebendo a formação marista, façam outras opções de vida, inclusive religiosas.

Durante quase um século o padrão de formação dos colégios maristas foi um só, inclusive com metas bem específicas, pelos menos conceitualmente, de como o cidadão deveria estar “formado” no final do processo educativo, ou seja, como deveriam ser os contornos do “*habitus*” desse cidadão¹³⁷.

Com o surgimento das obras sociais, como vimos no capítulo anterior, os maristas buscaram novas formas de formar, novas estruturas para atender os cidadãos vulneráveis socialmente, pois, com outras características, necessitam de outros meios educacionais para “transformá-los”, para torná-los cidadãos “cristianizados”, líderes íntegros e capazes de escolher, de optar pela moral religiosa seguida no subcampo e assim, ser um cidadão que também produz capital religioso.

¹³⁶ Entrevistado H.

¹³⁷ Cf Revista Semana da Educação Marista, 1997. Publicação da Província Marista de Porto Alegre.

No momento em que as obras sociais demonstram, através de resultados divulgados que estão “dando certo”, que promovem a formação das crianças e adolescentes, modificando o ambiente social em que estão inseridas, dando nova vida àquele local, iniciam um processo de aproximação dos “maristas” que não concordavam com o direcionamento de recursos para este fim.

A medida utilizada no subcampo marista para “medir” os resultados das obras sociais e mesmo dos colégios sempre foi “mercadológica”, ou seja, o objetivo é atingido se os cidadãos conseguiram um emprego ou passaram no vestibular¹³⁸. Porém não se pode ignorar a importância dada no subcampo à formação religiosa desses cidadãos, uma vez que a religião é extremamente valorizada e vista como identidade. Tal diagnóstico pode ser feito no CESMAR e conseqüentemente na manifestação do Irmão entrevistado:

Quem vai ao CESMAR deve saber que se trata de uma Instituição Católica. Jamais o CESMAR poderá renunciar a sua identidade. Entretanto na proposta evangelizadora deve-se insistir no respeito aos demais credos, no diálogo inter-religioso, na convivência pacífica, criativa e participativa. Contudo, aos católicos, em consonância com a Igreja local, é conveniente oportunizar um trabalho evangelizador mais profundo, uma proposta catequética e momentos celebrativos, com vistas à educação e amadurecimento da fé.¹³⁹

A resposta demonstra que a formação do *habitus* religioso é “priorizada” pelos maristas e que o subcampo busca inserir os cidadãos no “mundo” da fé, do religioso, do transcendente. A convicção da necessidade de formação religiosa nas obras sociais foi intensificada na medida em que as obras eram fundadas e consolidadas.

A certeza “religiosa” de que a pedagogia de Champagnat daria certo, que era advinda de um “Santo”¹⁴⁰, que contava com as “forças divinas” e a experiência dos Irmãos protagonistas, motivou os maristas e fundamentou o posicionamento favorável às obras sociais, impulsionando a “forma de formar” marista, bem como a formação das competências que aos poucos foi sendo incorporada pelos cidadãos vulneráveis das periferias e, num processo de troca, o jeito de ser da “periferia”

¹³⁸ Ver www.maristas.org.br/educação/enem - Resultados do ano 2006.

¹³⁹ Entrevistado C.

¹⁴⁰ Champagnat foi canonizado pela Igreja Católica no dia 18 de abril de 1999.

também foi sendo “apreendido” pelos educadores, que primeiro, como nos lembra esta educadora entrevistada, precisaram conhecer o *habitus* religioso dos “maristas”:

[...] Eu tenho a experiência da creche Renascer na época de 1996, quando atendíamos aquelas crianças. Nessa época eu ainda não tinha visto crianças fazerem orações na hora do lanche, eu não tinha este hábito em casa e adquiri a partir do trabalho com as crianças, porque nós tínhamos que fazer as orações nas salas de aula e conversar com essas crianças. E esse momento da roda da conversa isso sim era considerado, eram momentos primordiais para passar alguns valores. (Os maristas) Evangelizam sim, formam religiosamente. Eu estou focando a criança porque foi a minha primeira experiência que realmente deu frutos, conheço crianças que foram evangelizadas mesmo, que dizem: ah eu lembro da musiquinha, lembro da oração; eu vejo que hoje na adolescência lembram todo o processo que passaram conosco¹⁴¹.

O processo pedagógico foi avançando graças à incorporação do *habitus* religioso pelos educadores e educandos maristas. Existia a necessidade da consolidação de tal processo, uma vez que a metodologia pedagógica utilizada até então, a dos colégios pagos, criava uma descontinuidade nas ações. A formação do *habitus* está sendo decisiva no avanço da implantação da pedagogia de Champagnat nas obras sociais.

Detectada a descontinuidade do processo pedagógico e tendo um aumento significativo no número de obras sociais¹⁴², iniciou-se um rompimento com o processo pedagógico até então copiado dos colégios e, aos poucos, com a contratação de profissionais conhecedores da educação integral¹⁴³ de cidadãos em situação de vulnerabilidade social, novos métodos e conceitos começaram a ser aplicados, numa mescla com os valores propostos pela pedagogia de Champagnat.

A proposta pedagógica para as obras sociais é voltada à formação de cidadãos vulneráveis, não se trata de algo totalmente novo ou desconectado do subcampo marista, ao contrário, a incorporação do “*habitus religioso*”, (valores e experiências vividas ao longo da história) permitirá aproximar a realidade do sonho de Champagnat: “Os Irmãos de Maria, que têm por objetivo principal a educação dos pobres, ensinarão a leitura, a escrita, o cálculo, os rudimentos da Gramática e, sobretudo a prática da Religião. Suas escolas serão

¹⁴¹ Entrevistada I.

¹⁴² Ver tabela das obras sociais e data de fundação. É visível o aumento em dez anos. Uma em 1996, mais de 30 em 2006. Apêndice A.

¹⁴³ “Toda educação sonha uma pessoa. Sonha mesmo um tipo de mundo realizado através de diferentes categorias de interações entre pessoas [...]” (BRANDÃO, 2002, p. 55).

gratuitas e acordarão com os municípios os meios de lhes garantir uma existência honesta e pouco onerosa.¹⁴⁴

Portanto, mais do que uma inovação, é um resgate da história e da identidade marista, buscando aumentar o capital religioso perante os demais campos, formando cidadãos “maristas” capazes de transformar o espaço social.

3.4.2 Propósito da Pedagogia Marista: Fortalecer o *Habitus* Religioso

A pedagogia, conforme o dicionário Aurélio, é um conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e instrução que tendem a um objetivo prático. O subcampo marista tem uma pedagogia com características próprias, tendo como objetivo “a educação integral, elaborada a partir de uma visão cristã da pessoa humana e do seu desenvolvimento”¹⁴⁵. Champagnat, ao propor uma “pedagogia” para os alunos maristas, não retirou os conceitos do nada, até porque

[...] não escreveu obras de pedagogia, mas fundou uma família religiosa de educadores e consagrou a vida a prepará-los para a missão e aperfeiçoá-los no apostolado da educação (COTTA, 1991, p. 14).

Com muito esforço buscou em outros religiosos da época, como Lassale, inspiração e fundamentação para implantar uma pedagogia que fosse transformadora, com novos conceitos e adequada à proposta da Igreja católica¹⁴⁶.

A proposta de Champagnat contém muito de sua vivência, pois ele foi alfabetizado tardiamente e passou por experiências “dolorosas” na vida educativa, que marcaram seu *habitus* profundamente. As marcas “negativas” vividas por ele na alfabetização, ou no aprendizado do latim no seminário, transformaram-se em metas, em objetivos. Na vida de qualquer educando marista jamais poderiam repetir-se tais experiências (MASSON, 2003. p. 21). Os cidadãos (crianças e adolescentes) deveriam ser bem acolhidos e educados com amor, “por isso proibiu qualquer punição aflitiva, pois semelhantes recursos ofendem a dignidade da criança [...]” (COTTA, 1991, p. 31). A pedagogia proposta por Champagnat foi baseada no

¹⁴⁴ Cf. Missão Educativa Marista, 2000, p. 104

¹⁴⁵ Cf. Missão Educativa Marista, 1998, p. 47.

¹⁴⁶ Cf. Cotta (1991, p. 39), “Se quiséssemos pesquisar fontes externas de seu pensamento pedagógico, deveríamos citar necessariamente a obra “Conduite” dos Irmãos das Escolas Cristãs”.

“amor”, na bondade e nas virtudes religiosas, tendo “como modelo Maria, a serva de Deus e educadora de Jesus de Nazaré. Da mesma forma, foi empreendedor, ao implementar e adaptar as mais eficazes abordagens pedagógicas de sua época”¹⁴⁷.

Champagnat deixou instituído um “*habitus*” que deveria ser incorporado por todos os Irmãos “educadores”. *Habitus* esse

que hoje se apresenta como evidente, adquirido, estabelecido de uma vez por todas, fora de discussão, mas que nem sempre foi assim e somente se impôs como tal pouco a pouco: é a evolução histórica que tende a abolir a história, sobretudo devolvendo ao passado, ou seja, ao inconsciente, os laterais possíveis que se viram descartados [...] (BOURDIEU, 2001, p. 211).

A pedagogia do subcampo marista é fruto da caminhada histórica e carrega um grande poder simbólico perante educadores dos colégios e obras sociais maristas, que sistematicamente buscam no passado do subcampo marista, subsídios e fundamentação para aprimorar seus trabalhos (RODRIGUES, 2002, p. 3).

Tal pedagogia se estabelece no subcampo religioso marista como meio de formação do *habitus* dos educandos, uma vez que a proposta de Champagnat deve ser praticada, para transformar os cidadãos em “novos cidadãos”. E o educador marista deve ter

[...] características próprias, que podem ser as inatas, e as mesmas podem ser comuns a muitas pessoas. Também deve apresentar qualidades de caráter adquiridas, tanto pelo processo educativo em sua família, como pelo aprimoramento de seus dons naturais [...] (RODRIGUES, 2002, p. 11).

Champagnat captou os valores religiosos de seu tempo, e possibilitou aos Irmãos experiências que viessem a fortalecer neles o *habitus* religioso. Tal “forma de formar” foi sendo aprimorada e reproduzida nas centenas de fundações maristas do mundo¹⁴⁸.

Os Irmãos, através da prática pedagógica do subcampo marista, numa espécie de “*habitus* coletivo”¹⁴⁹, continuam reproduzindo o “jeito marista de formar”

¹⁴⁷ Cf. Missão Educativa Marista, p. 26.

¹⁴⁸ Ver sítio www.champagnat.org.

¹⁴⁹ Cf. Bourdieu (1974, p. 74).

(RODRIGUES, p. 11/12), levando os cidadãos a identificarem-se com a proposta pedagógica do subcampo. Tal identificação, incorporação de *habitus*, pode ser percebida na resposta dada por um ex-educando do CESMAR, agora educador social, ao manifestar a diferença que o CESMAR fez em sua vida:

Sem dúvida nenhuma, falando em nível mundial, desde que surgiram os maristas, grandes apoios, grandes mudanças surgiram. Vou dar um exemplo mais concreto: Aqui na Vila Timbaúva, desde que eles vieram para cá, montaram uma casa ali em cima, só quem viu pode estar falando estas coisas, pois a comunidade começou a crescer. Onde você vai e fala dos maristas é conhecido. E por que isso? Ah porque os maristas fizeram isso; fizeram aquilo e estão fazendo uma obra lá pra apoiar não sei quem [...] participam de encontros; promovem isso, promovem aquilo [...] Eu acho que nessa parte os maristas estão em alta com o povo brasileiro. Eu tenho orgulho de ser marista.¹⁵⁰

A pedagogia marista foi sendo construída através de experiências e desejos que Champagnat propunha para “formar” as crianças e jovens na doutrina cristã, utilizando para isso a sala de aula e uma pedagogia própria, com valores cristãos, diferentes dos propostos pela Revolução Francesa (COTTA, 1991, p. 25/26). A proposta da pedagogia marista é justamente construir adesões como a do entrevistado acima, que demonstram a incorporação e “defesa” da proposta religiosa: “Eu tenho orgulho de ser marista”.

Alcançar tal resultado na formação do *habitus* religioso é o ideal (utópico) citado em diversos documentos maristas, principalmente nos que descrevem a Pedagogia de Champagnat como ideal para as obras sociais, pois as orientações educacionais deixadas por Champagnat contêm explicitamente o desejo de que os mais “necessitados financeiramente” sejam o centro da opção dos maristas¹⁵¹, sendo assim coerentes com a proposta da Igreja Católica, que traduz tais orientações nos seus documentos¹⁵². No subcampo marista, reinterpretar tais ideais e aplicá-los nas obras sociais que são fundadas, numa perspectiva de tornar

¹⁵⁰ Entrevistado H.

¹⁵¹ No livro “Vida de São Marcelino Champagnat”, encontramos a seguinte orientação de Champagnat aos primeiros Irmãos: “Já que desejam consagrar-se à instrução das crianças – finalidade de sua vocação – o que eu aprovo totalmente, gostaria de que vocês dedicassem os primeiros passos de seu zelo às crianças mais ignorantes e mais abandonadas [...]” p. 69.

¹⁵² Ver Compêndio Vaticano II, Documento *Gravissimum Educationis*, que orienta e exorta o povo cristão para uma educação inclusiva e que é direito de todos (nº 1503).

coerente o “desejo” de Champagnat, é possibilitar a produção do *habitus* religioso e aumentar o capital religioso¹⁵³ (BOURDIEU, 2002, p. 135)¹⁵⁴.

3.4.3 Incorporar o *Habitus* Religioso pelos Cidadãos = Aumentar o Poder Simbólico da Instituição

A pedagogia de Champagnat, ou “Pedagogia Marista” que, como vimos acima, contém um conjunto de objetivos, propostas e regras de conduta, prevendo a formação¹⁵⁵ dos cidadãos atendidos pelo subcampo marista, tem em seu núcleo a produção do *habitus* religioso, alicerçada na perspectiva da salvação, de acordo com a proposta da Igreja Católica, que prevê uma educação na qual “em primeiro lugar esteja a formação catequética, que ilumina e fortifica a fé, nutre a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa no mistério litúrgico”.¹⁵⁶

A linguagem “religiosa” é ativa na pedagogia marista, fundamentando teoricamente as ações propostas e garantindo a produção de capital religioso, até porque o subcampo marista é parte do campo religioso.

A formação marista prevê conteúdos que devem ser aplicados pedagogicamente nas turmas de crianças, para que se obtenha uma conduta posterior baseada em valores católicos, tais como a fé, a amizade, a solidariedade, a resignação a Deus, a liderança,... existe atenção especial em pequenas ações de formação religiosa, como no

que diz respeito a imagens, orações diárias e espaços para o sagrado. Encorajamos expressões da nossa visão cristã do homem, do mundo e de Deus, mediante a linguagem e os símbolos contemporâneos, especialmente criações artísticas.¹⁵⁷

¹⁵³ Na última reforma curricular feita nos colégios maristas, no ano de 2005, o período semanal de aulas de ensino religioso foi diminuído, no intuito de deixar espaço para novas disciplinas, como “robótica”. Tais informações foram coletadas nos Parâmetros Curriculares dos colégios maristas do RS.

¹⁵⁴ Cf. Bourdieu (2002, p. 135), “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado”. No caso dos maristas seu capital é o religioso, e a retirada de ações voltadas ao religioso implicam diretamente na manutenção e produção desse capital.

¹⁵⁵ Cf. o documento Missão Educativa Marista, número 145, a educação marista deve contemplar a formação religiosa e estar de acordo com as orientações da Igreja Católica.

¹⁵⁶ Cf. Compêndio Vaticano II, 1998, p. 587.

¹⁵⁷ Cf. Missão Educativa Marista, 2000, p. 60.

Nas obras sociais maristas, tal conduta é buscada diariamente, é meta transformar o espaço social, fazê-lo mais “cristão”. Os próprios educadores são levados a se identificar com tal proposta, uma vez que se não houver a estruturação do *habitus* religioso, este será modificado por outras experiências. Existe uma preocupação contínua com o “formato” da criança ou adolescente que deixa o subcampo marista, tal “opinião” está manifestada nos documentos maristas e nas respostas dos entrevistados. É manifestado que as crianças e adolescentes deveriam dar o exemplo, ser cidadãos “exemplares”, continuar vivendo o que foi proposto enquanto freqüentaram as obras maristas. Na resposta abaixo, um Irmão, ao ser indagado sobre quais resultados a formação marista deveria deixar nos cidadãos atendidos, assegura:

(O Educando) Deveria se transformar numa pessoa que acredita em si mesma; uma pessoa que tem e alimenta sonhos; uma pessoa que tem vontade de caminhar; uma pessoa envolvida com sua comunidade, ou seja, com suas lutas; uma pessoa que acredita num Ser Superior e que saiba amar a si e aos outros¹⁵⁸.

Um jovem entrevistado, que foi “formado” no CESMAR, demonstra ser o exemplo desse processo. Ele sugere que outros façam a mesma experiência que ele. Sua manifestação é de quem incorporou o *habitus* religioso marista e propõe como modelo a outros jovens.

Vou tomar a minha atitude como exemplo, até pra ficar mais fácil para eu responder. Eu acho que a pessoa quando sai daqui (do CESMAR) deve ter uma "cabeça" já formada. Saber o que quer da vida, o que quer para si e conseguir pensar com a sua "cabeça" nada de ir "na pilha" dos outros. Uma das características mais fortes que a gente adquire é a simplicidade, a pessoa sai bem simples daqui e também com uma força de vontade pra querer mudar e crescer. Não só sua vida material e espiritual, mas também de quem a pessoa gosta. Eu comecei a freqüentar o CESMAR através do JUMAR (grupo de jovens), mas antes eu freqüentava o grupo de jovens de uma igreja, só que lá não era a mesma coisa para mim, era muito cinismo, algumas coisas eles inventavam demais e aqui no CESMAR, o JUMAR é uma coisa decidida¹⁵⁹.

Percebe-se que nas obras sociais alguns valores são destacados, frisados, pois existe a compreensão de que o cidadão desprovido financeiramente deve receber uma formação que quebre a lógica de exclusão, levando-o a ter atitudes

¹⁵⁸ Entrevistado F.

¹⁵⁹ Entrevistado G.

sociais adequadas e que possibilitem estabelecer relações com os demais agentes do espaço social. Champagnat, segundo os entrevistados, foi quem ensinou tais princípios, motivando os Irmãos a instruir as crianças “sobre seus deveres, ensiná-las a praticá-los, infundir-lhes o espírito e os sentimentos do cristianismo, os hábitos religiosos, as virtudes do cristão e do bom cidadão” (COTTA, 1991, p. 44).

Tais experiências vividas e incorporadas pelas crianças e adolescentes das obras sociais maristas são fundamentais para que haja aumento de capital simbólico no subcampo marista. É uma espécie de reprodução de posturas, de posicionamentos apreendidos na formação, pois

[...] por meio do sistema de preferências que ela¹⁶⁰ produz, encoraja-os (alunos) a se orientar, em suas escolhas escolares e sociais, em direção a um ou outro pólo do campo do poder, o pólo intelectual ou o pólo dos negócios e adotar as práticas e as opiniões correspondentes (BOURDIEU, 1996, p.43).

Um dos aspectos detectados na pesquisa e que se destaca pela intensidade na formação do *habitus* religioso marista, são os momentos de “espiritualidade” propostos aos cidadãos, através de experiências devocionais, (como missas especiais, orações no início das refeições, homenagens aos santos, especialmente Champagnat e Maria¹⁶¹), ou seja, são pequenas doses de “jeito marista” que vão levando os cidadãos a se identificarem com o subcampo¹⁶², valorizando-o e aumentando seu poder simbólico no campo religioso e nas relações de disputa com os demais campos do espaço social.

¹⁶⁰ Aqui Bourdieu se reporta especificamente à escola como local de formação, de produção do *habitus* e conseqüentemente de poder simbólico, o que segundo entendimento aqui proposto, as obras sociais maristas também são espaços de formação e produção de práticas e opiniões.

¹⁶¹ Podemos acompanhar tais atividades através do cronograma de atividades do CESMAR, que prevê além das orações diárias antes das atividades, momentos especiais nas datas religiosas e na semana que antecede o dia de Champagnat vários momentos são destacados, com gincanas e lanches especiais. Apêndice L.

¹⁶² Cf. Cotta, a Pedagogia de Champagnat previa passos (uma metodologia) para a formação integral, assim distribuídos: -Educação do Corpo; -Educação da Inteligência; -Educação da Consciência; -Educação da Vontade; -Educação Religiosa. (1991, p. 81-162).

CAPÍTULO 4 - OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS: POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO DE CAPITAL RELIGIOSO

4.1 TRAJETÓRIA DAS OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS: 1996 – 2006

No ano de 1994, quando os maristas, reunidos na cidade de Veranópolis, decidiram que no triênio seguinte seria fundada uma obra social de vulto no RS, certamente não imaginaram que esta decisão alcançaria proporções grandiosas e que em menos de dez anos estaria formada uma rede de obras sociais capaz de atender 28.000 cidadãos em situação de vulnerabilidade social. A expansão das obras sociais leva os cidadãos atendidos a tecer comentários favoráveis ao subcampo marista, especialmente quando a memória é despertada e o início das obras sociais é relembrado:

[...] no início nós não imaginávamos que seria tão grande (CESMAR). Porque no início era só a casa dos maristas, era só a casinha deles que não era deste tamanho era bem menor e nós achávamos que seria somente aquilo ali: poucas crianças, aquele grupinho e de repente ele foi evoluindo e está crescendo. Eu vejo hoje como está o CESMAR para nós, nós não sabemos para em que vai, pois está tomando um rumo onde cada dia aparecem novas coisas. Me pergunto: afinal de contas aonde é que ele (CESMAR) vai parar? Está crescendo, está crescendo, como tudo tem que crescer. Uma visão global de mundo que está girando.¹⁶³

As obras sociais modificaram completamente o subcampo marista e, a partir de 1996, quando o CESMAR iniciou, novas perspectivas, relações e trocas se instauraram, incentivando investimentos em obras sociais. Foi um início marcado pela pressão da Lei da Filantropia e pelo Conselho Geral dos Maristas em prol das obras sociais. Tal cenário favorável às obras sociais era esperado por um grupo de Irmãos há alguns anos, na expectativa de direcionar o trabalho marista para comunidades periféricas e responder de forma mais “coerente” à proposta feita por Champagnat ao fundar os maristas na França. As obras sociais provocaram transformações na “estrutura, estruturada, estruturante” do subcampo marista, reconhecidas pelos entrevistados, que afirmam ter havido uma mudança profunda no “jeito marista”:

¹⁶³ Entrevistada J.

Mudou (o Jeito Marista). No momento mais crises, mais separações, mas hoje, por exemplo, os Irmãos pedem pra trabalhar e morar nas obras sociais [...]. Saber que é possível uma mudança social e religiosa. A partir desse tipo de trabalho mudou a visão de social, dos pobres, nos colégios. Algo muito importante que eu acho que mudou foi a caminhada, as prioridades. E quem está na obra social não é mais visto como um coitadinho, ele é merecedor, essa questão dá cidadania e essa visão vai entrando, vai entrando até nos próprios colégios, na própria reflexão e nas comunidades de Irmãos.¹⁶⁴

O ano de 1998 na trajetória de fundação das obras sociais fica marcado como sendo o momento em que a expansão delas atingiu o ponto alto, pois foi nesse ano que a maioria das obras foram fundadas ou entregues por outras Congregações Religiosas para que os maristas administrassem.

A expansão das obras sociais era problematizada no interior do subcampo, devido ao aumento de gastos, e pela proximidade que estas tinham com os movimentos sociais, cuja linha política era predominantemente de “esquerda”. É um conflito nas relações que não aparece explícito na história do subcampo, nem mesmo nas entrevistas, uma vez que os Irmãos que não concordam com a fundação de obras sociais preferem zelar pela “Instituição” e sua aparência hegemônica.

Houve reações, mas poucas e bastante surdas. As evidências eram tão grandes que não tinha como fugir, principalmente com a nova Lei da Filantropia [...] Houve também os que só apoiavam com palavras, para não ficar mal diante da Instituição [...].¹⁶⁵

Como vemos, o impacto causado pela expansão das obras sociais no interior do subcampo marista provocou reações de adesão e repúdio, visto que os Irmãos e demais agentes do próprio subcampo não conheciam a dinâmica de funcionamento das obras sociais e a tomada de posição, ou era favorável, ou contrária, como nos lembra este entrevistado, falando da pouca compreensão dos agentes maristas em relação à expansão das obras sociais:

[...] o pessoal ficou um pouco assustado, (o pessoal que digo são os maristas, Irmãos e Leigos), mas todo esse mundo é necessário porque estavam acostumados com pequenas creches [...]. As

¹⁶⁴ Entrevistado B.

¹⁶⁵ Entrevistado C.

atividades realizadas nas obras eram, como eu digo, bem pensadas, excelentes, mas talvez pouco explicadas internamente.¹⁶⁶

Não só entre os maristas, mas mundialmente, a proximidade do ano 2000 foi marcada socialmente por grandes investimentos humanos e financeiros em prol da solidariedade. Houve, no Brasil, um aumento considerável de voluntariado, motivado pelo Governo Federal e por grandes empresas, como a Globo e Gerdau, na perspectiva da inclusão social, enquanto críticos afirmavam que tal situação compactuava com a globalização e retirava do Estado suas responsabilidades, enfraquecendo-o.

Este foi um período de aumento da mobilização da sociedade civil em prol das políticas públicas e atendimento dos cidadãos vulneráveis socialmente. Exemplo é a elaboração do ECA e a readaptação da Lei da Filantropia. Enfim, um conjunto de situações sociais e religiosas levou o subcampo marista aos excluídos, à expansão das obras sociais.

Com tais condicionamentos externos, os maristas aos poucos vão expandindo as obras sociais, e o que era apenas uma obra, com a aquisição de novos espaços físicos, ou mesmo com parcerias, aos poucos se torna algo de destaque no espaço social. Foram incorporadas ao subcampo marista mais de uma dezena de obras em apenas quatro anos, o que dificultou o acompanhamento administrativo, pois não havia irmãos preparados para tal função.

Este foi o principal motivo para os maristas buscarem parceria com outras congregações religiosas, visto que existia um déficit de Irmãos e a necessidade de novas comunidades maristas serem abertas. Em Porto Alegre, três Irmãos Maristas foram nomeados para iniciar uma nova comunidade na Ilha dos Marinheiros e, em abril de 2001¹⁶⁷, após conclusão da reforma da casa, iniciaram os trabalhos, representando uma conquista para os que buscavam expandir e “capitalizar” as obras sociais.

Nesse período, o modelo organizacional era questionado no interior do subcampo, porém já existia uma perspectiva de consenso sobre a importância das obras sociais, o que não impedia um certo desconforto em relação à expansão, pois

¹⁶⁶ Entrevistado B.

¹⁶⁷ Dados extraídos da “Circular Provincial” de dezembro de 2000. É uma publicação da PMRS, de circulação interna.

com a diminuição de alunos nos colégios pagos e a diminuição de novos maristas no subcampo, havia um temor de que se perderia o “controle” financeiro e religioso das obras sociais. A resposta abaixo, de um dos principais incentivadores das obras sociais, também revela tal “preocupação” ao falar da expansão das obras...

Pode haver desvios, exageros aqui e ali, pode. A quantidade de obras, no meu modo de ver, talvez seja exagerada, poderiam ser obras mais concentradas, porque a Província não está obrigada a salvar todo o mundo, então para mim é isso. Vamos atender especificamente quem, a criança, o adulto e de que maneira? Precisa ser definido [...], essa questão tem que ser bem refletida.¹⁶⁸

A trajetória das obras sociais maristas do RS está marcada por uma permanente tensão entre a expansão e a perspectiva de outro grupo de Irmãos que acredita ser mais conveniente e viável aplicar os recursos da filantropia no próprio colégio, em bolsas de estudo. Porém, a *tomada de posição* em favor das obras sociais, permitiu a continuidade da expansão e, no ano de 2006, três novas obras foram fundadas. Uma em Bom Princípio, outra em Bento Gonçalves e a terceira, “Projeto Show de Bola”, no Parque Esportivo da PUCRS, atendendo 560 crianças e adolescentes. A presença de Irmãos favoráveis à expansão das obras sociais entre os maristas com “poder de decisão” permite tal expansão, como reflete um dos entrevistados:

Penso que o aumento das obras sociais se dá porque realmente estamos aplicando “bem” os recursos da filantropia, apesar de alguns Irmãos não concordarem. Não concordam, porque não entendem o motivo pelo qual temos que gastar este montante. Não fazem relação com os valores arrecadados na Província. Outros porque não conhecem as leis que regem a filantropia. Outros não concordam porque realmente pensam que não deveríamos “gastar” com os pobres [...].¹⁶⁹

A decisão dos maristas do RS de investirem em obras sociais permitiu que 32 fossem incorporadas ao subcampo num período de dez anos (1996 – 2006). As relações estabelecidas no subcampo aos poucos foram adquirindo novos formatos e concretizando a proposta dos Irmãos que buscavam expandir as obras sociais, numa tentativa de coerência religiosa e resposta às exigências da Lei da Filantropia.

¹⁶⁸ Entrevistado B.

¹⁶⁹ Entrevistado F.

Com as novas fundações, a estrutura do subcampo é transformada, ampliando seu capital simbólico e incorporando novos elementos ao “*habitus religioso*”.

4.2 OBRAS SOCIAIS MARISTAS E RELAÇÕES COM O CAMPO DO PODER

O início das obras sociais maristas em Porto Alegre foi marcado por uma reaproximação do subcampo marista com o campo do poder. A decisão de fundar o CESMAR foi o “marco” dessa reaproximação, pois exigiu diversas negociações com o Poder Público de Porto Alegre, para que o processo de liberação da área e aprovação do Projeto Educacional fosse concretizado. A negociação política efetuada por agentes maristas foi fundamental para que o campo Político identificasse no Projeto do CESMAR as próprias pretensões de proporcionar educação integral e serviço de Assistência Social àquela região.

A “relação de troca” estabelecida com o campo político buscava diminuir tensões surgidas nas disputas de cunho ideológico e, mesmo religioso, pois a organização do CESMAR com a participação da comunidade permitia que as lideranças fizessem oposição a decisões políticas contrárias aos seus interesses, comprometendo a imagem dos políticos envolvidos.

O CESMAR é considerado “capital” pelas lideranças comunitárias, peça essencial nas *relações de troca*, como nos relata o depoimento desta agente comunitária:

A minha influência (no CESMAR) é como conselheira comunitária. Todo projeto que vem à região nordeste de Porto Alegre se faz em parceria com o CESMAR, junto com a Direção e o Orçamento Participativo. [...] Conheço o CESMAR desde o início. O CESMAR veio como uma “tábua de salvação”, ele veio para dar uma solução à população. E hoje continua contribuindo e expandindo cada vez mais os seus atendimentos e ajudando na conquista dos direitos.¹⁷⁰

A história política do Brasil teve momentos marcados pelo conflito direto com a Igreja Católica, inibindo, especialmente durante a ditadura, as relações entre o Campo religioso e o Campo político.

Alguns membros do subcampo marista, ainda “receosos” dessa experiência, não aceitavam tais relações de disputa com o campo do poder, visto que a

¹⁷⁰ Entrevistada L

separação entre religião e política induzia os maristas a um afastamento cauteloso do campo político, restringindo sua atuação às tarefas educacionais e religiosas. A percepção no subcampo marista era de que o campo político, especialmente o grupo considerado “esquerda política”, era “negativo”.

A questão política [...], é o seguinte: a gente trabalhava procurando se integrar com os órgãos públicos, e como tinha lá dentro (da prefeitura) “alguns caras” do PT [...] era considerado uma coisa negativa, esquerda demais. Nós buscamos elementos que nos ensinassem a criar uma rede de trabalho dentro do CESMAR e que depois não continuou porque houve oposição demais, feita pelos maristas.¹⁷¹

As relações do subcampo marista com o campo do poder sempre foram exercidas com cautela, e a “independência” religiosa considerada pressuposto para a retidão ético-moral que legitima a Igreja Católica como “divina”. As relações entre os campos se dá através de pessoas, a do campo religioso, segundo a concepção religiosa, deve ser diferente, deve seguir princípios divinos, mesmo sendo realizada entre agentes sociais (que são humanos).

As relações deveriam se estabelecer com os mais diferentes campos, numa iniciativa de desenvolver projetos em parceria com outras organizações. Esta tomada de posição significou a participação dos maristas em espaços antes não freqüentados por eles, como, por exemplo, os Fóruns de defesa dos direitos dos cidadãos. No início, a participação dos agentes maristas era interpretada como “intromissão”, pois não conheciam o trabalho social que estava sendo iniciado pelos maristas do RS, somente o trabalho nos colégios pagos.

Um marista, que durante quase quatro anos esteve na equipe de coordenação das obras sociais, assim se expressa, ao ser questionado sobre como os maristas eram percebidos pelas demais entidades sociais de Porto Alegre:

A expressão que se ouve na sociedade que mostra uma certa rejeição, ao meu ver é o seguinte: os Maristas estão no social ou os Maristas têm essa obra? Os Maristas fazem isso, ou pagam pra fazer?

Os Maristas estão morando na Ilha dos Marinheiros, isto mostra uma relação diferente com a sociedade, porque até então Marista e escola paga era a mesma coisa, infelizmente [...] As obras sociais

¹⁷¹ Entrevistado A.

ainda são pouco conhecidas, é um trabalho pouco divulgado que os Maristas fazem.¹⁷²

Aos poucos os maristas foram se aproximando das comunidades periféricas e especialmente das entidades organizadas que coordenavam as ações sociais nos municípios, mudando o cenário desfavorável existente.

Um fato que marcou a relação dos maristas com o campo político do RS foi a doação de “Um Milhão de Reais”, durante o Governo Britto¹⁷³, para solucionar problemas de reforma das moradias destruídas pela enchente do Rio Uruguai. O valor foi repassado pelos maristas ao Governo do Estado do RS, garantindo a cota de filantropia daquele ano. Tal doação gerou “desconfortos” no interior do subcampo, pois muitos Irmãos acreditavam que ao invés de repassar valores financeiros ao Governo, os próprios maristas deveriam ter suas obras e investir os recursos nelas. Esta posição está implícita nas respostas dos Irmãos entrevistados e que executaram o processo de doação:

[...] em fins de novembro percebemos que havia um milhão de reais que deveria ser empregado na Assistência Social, pra não perdermos a filantropia. [...] no conselho provincial começamos a debater isso. Bom, o Silva estava contra isso, não queria fazer a doação, queria aplicar em nossas obras [...] Então alguém disse: esse dinheiro não é nosso, deve ser empregado corretamente. O Vilmar (administrador) nos abriu o caminho com o Governo e disse: olha, as enchentes demoliram, destruíram muita casa [...], então fomos atrás do Governo do Estado [...]¹⁷⁴

Outro entrevistado é enfático ao afirmar que houve oposição no interior do subcampo em relação à doação, porém o “bem” realizado foi “maior” e o capital religioso foi ampliado:

[...] fizemos os contactos com o governo do Estado. Tivemos a garantia de todos os comprovantes fiscais de notas e faturas. O Conselho Provincial decidiu. Houve críticas internas como era de se esperar, principalmente da Direção da nossa Universidade: “um milhão jogado fora”. Entretanto, além de significativa ajuda que representou para aquelas famílias que conseguiram reconstruir suas casas [...], para nós houve um ganho político e um reconhecimento do governo. Ajudou para aumentar a credibilidade e imagem dos

¹⁷² Entrevistado B.

¹⁷³ O Governo de Antonio Britto, no Estado do RS, ocorreu no período de 1995 a 1999, período inicial da fundação das Obras Sociais Maristas.

¹⁷⁴ Entrevistado A.

Maristas nesta nova realidade: Maristas com marca de solidariedade e não só Maristas com marca de educação formal¹⁷⁵.

Esta ação em prol da manutenção do Certificado de Entidade Filantrópica possibilitou ao subcampo marista estabelecer relações de troca mais constantes com o Campo do Político. As obras sociais desencadearam esse movimento de troca por assumirem um papel de interlocutoras na relação da população vulnerável com o campo do poder, o que também contribui para o aumento de capital religioso no subcampo marista.

Nas relações com o campo do poder, o subcampo religioso marista aumentou as trocas, especialmente no que se refere aos setores sociais. As relações do subcampo marista, estabelecidas com o campo do poder na fundação das obras sociais, provocaram transformações na estrutura do subcampo marista, possibilitando a expansão do capital religioso.

4.3 RELAÇÕES DE DISPUTA: SUBCAMPO DIMENSIONA SEU PODER SIMBÓLICO

As relações estabelecidas no subcampo marista foram ampliadas significativamente com a fundação das obras sociais, inaugurando um novo canal de comunicação com os demais campos. Uma das formas encontradas para estabelecer estas relações foi a divulgação das ações realizadas nas obras sociais. As obras sociais são a resposta dos maristas na aplicação da Lei da Filantropia e também a um anseio que é intrínseco ao ser humano: fazer caridade, ser bom..., valores “cultivados” de maneira especial pelos diversos grupos religiosos nas relações com as comunidades e apresentados como símbolos que possibilitam a identificação entre os diversos grupos, pois

[...] os símbolos são os instrumentos por excelência da «Integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui funda«»mentalmente para a reprodução da ordem social: a integração «lógica» é a condição de integração «moral» (BOURDIEU, 2002, p. 10).

¹⁷⁵ Entrevistado B.

As obras sociais maristas exercem grande influência sobre as comunidades onde estão inseridas, reunindo grande quantidade de cidadãos, que nas ações possibilitam a ampliação do capital simbólico do subcampo marista, que adere às “[...] lutas das comunidades, para também se tornar comunidade. Viver como as pessoas das comunidades e buscar com elas atingir novos ideais, melhorias e respeitar seus direitos”.¹⁷⁶

O capital produzido pelas obras sociais no subcampo marista é “novo” e acresce ao existente. Tal situação impõe ao subcampo dificuldade de mensurar o capital produzido e as possibilidades de barganha provenientes deste, limitando a atuação, nem sempre por causa do “poder de barganha”, mas também por desconhecer a dimensão de capital do subcampo.

O aumento de capital não significou “tranqüilidade” para o subcampo marista. Os maristas se depararam com uma situação incômoda no momento em que expandiam as obras sociais, pois enquanto atendiam parte da comunidade e eram reconhecidos por ela, a outra parte da comunidade (não atendida), fazia duras críticas quanto à forma de seleção e cedência de vagas nas obras, ou seja, os “não” contemplados acabavam por produzir um contrafluxo na produção de capital religioso marista junto à comunidade.

O subcampo precisava equalizar o capital produzido com a real dimensão do mesmo, pois havia uma grande expectativa em relação às obras, talvez ainda haja, como na resposta abaixo, em que apresenta o CESMAR como “salvação”:

[...] as obras sociais onde quer que estejam são de grande valia. O CESMAR quando veio, veio como uma “tábua de salvação” para dar uma solução aos problemas da população. Hoje continua contribuindo e expandindo cada vez mais os atendimentos¹⁷⁷.

As obras sociais maristas foram se tornando consenso no subcampo marista, porém existe preocupação em relação à expansão, pois podem ocorrer mudanças em relação à aplicação da Filantropia que independem do subcampo, são feitas pelo campo político, comprometendo a sustentabilidade das obras. Outra questão relevante é a situação econômica do País que pode oscilar e comprometer a quantidade de alunos dos colégios, implicando nas receitas do subcampo.

¹⁷⁶ Entrevistado F.

¹⁷⁷ Entrevistada L.

As limitações do subcampo devem ser conhecidas para que “ferramentas adequadas de gestão” possam ser utilizadas a fim de evitar crises e projetar a atuação e as relações que podem ser mantidas com os demais campos. Um dos entrevistados demonstra insegurança ao falar da expansão das obras, ou seja, das novas fundações.

A resposta demonstra a vastidão de atendimentos realizados pelas obras sociais. Talvez seja resultado do momento em que a abertura das obras sociais foi uma exigência do Governo, momento esse na década de noventa, quando os maristas rapidamente expandiram o número de obras pelo RS. O entrevistado continua a reflexão demonstrando que a “insegurança” está sendo ocasionada pela falta de participação:

Falta participação nas decisões [...], as novas obras sociais aparecem de surpresa. A gente ouve das próprias pessoas: Ah! Agora têm mais esse projeto, ou têm mais essa obra [...], me parece que algo está falhando. Não estou acusando ninguém, estou dizendo que o processo de decisão é falho, alguns fazem, nem sabem se vai dar certo. Falta a participação e a reflexão.

Outro entrevistado, conhecedor das obras sociais maristas, questiona o “tipo” de obras, sugerindo que não se identificam com o “jeito marista”, por isso pouco acrescentam ao capital do subcampo:

Considero a expansão das obras um perigo, devido à falta de sonhos dos envolvidos na condução delas. Existe uma falta de formação e preparação de educadores com “perfil social”, conseqüência da rapidez na tomada de decisão para abertura de uma obra social, etc. etc.¹⁷⁸

Mensurar o capital religioso¹⁷⁹ do subcampo marista tornou-se mais difícil após a abertura das obras sociais, até porque o capital aumentou muito, reordenando as fronteiras do subcampo nas relações do espaço social, antes definidas pelos colégios maristas pagos.

¹⁷⁸ Entrevistado D.

¹⁷⁹ Conforme Bourdieu, (1996, p. 107) “O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social, religioso) percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”.

A intranqüilidade era ocasionada, ao mesmo tempo, pelo temor do “novo” e pela grandiosidade do que se apresentava, pois como descreve o entrevistado abaixo, a Província se transformou, foi um “choque”:

[...] na província foi um choque psicológico, em termos de proporção financeira e moral, [...] chamou a atenção e causou curiosidade. Se nacionalizou a Província, foi um choque. Foi um choque. Alguns se apavoraram, acharam que isso acabaria com tudo, que as obras sociais destruiriam a Província, não viam o impacto positivo que estava sendo gerado [...].¹⁸⁰

Entre as principais ações adotadas no subcampo para tranqüilizar os Irmãos, podemos citar a troca parcial das coordenações das obras e a nomeação de um Irmão Responsável por cada obra social. Criaram-se reuniões das quais somente participavam os Irmãos que trabalhavam nas obras e a coordenação da COAS. Foram transferidas obras que funcionavam dentro dos colégios para Sedes próprias. Firmou-se parceria com Ongs para o acompanhamento de grupos de Economia Popular Solidária, apoiados pelas obras sociais maristas¹⁸¹.

Os maristas, através de reuniões, eventos e avaliações, buscaram detectar os limites do subcampo, ou seja, mensurar o capital religioso marista disponível para as relações de troca no espaço social. A abertura de discussões e a formação de equipes no interior do subcampo para tratar de assuntos referentes às obras sociais foram ações decisivas na expansão das obras sociais maristas no RS, o que fortaleceu o subcampo e possibilitou a união destas contra as possíveis ameaças ao subcampo, especialmente no que diz respeito à Assistência Social. A busca para mensurar e garantir o capital religioso do subcampo é feita através do fortalecimento da rede marista do RS, colégios e obras sociais, nas suas diversas relações com os demais campos.

4.4 FORMAÇÃO DO *HABITUS* E AÇÕES COMUNITÁRIAS

Uma das principais características detectadas nas obras sociais maristas do RS, especialmente no CESMAR, são as ações comunitárias realizadas, sejam elas

¹⁸⁰ Entrevistado A.

¹⁸¹ As atas da Comissão de Assistência Social e do Conselho Provincial da PMRS foram pesquisadas no arquivo, situado na Sede dos Maristas em Porto Alegre. Foram pesquisadas Atas entre os anos de 1994 e 2006.

religiosas, eventos comemorativos, formativos, sociais ou políticos. Eventos que formam o *habitus* dos cidadãos da comunidade, como nos lembra uma liderança comunitária falando do CESMAR:

[...] muitas pessoas não estão preparadas na hora da participação, então não dão a resposta que eles (maristas) estão esperando. Eu venho nas caminhadas, nas procissões, nas apresentações, nos shows, ouço as músicas, pois observo muito isto, o que estão cantando, o que as crianças estão falando [...]. É um desafio que estão lançando na comunidade, pena que as pessoas nem sempre compreendem a proposta.¹⁸²

Essa resposta demonstra a preocupação dos maristas em atingir o maior número possível de cidadãos, na perspectiva de formá-los no “jeito marista”, o que, segundo Bourdieu, é a formação do *habitus* religioso configurada nos eventos realizados, o que também capitaliza o subcampo religioso. As obras e a “religião” são compreendidas como possibilidade de mudança por este entrevistado, que ao mesmo tempo demonstra preocupação com a mudança na vivência de valores religiosos pelos cidadãos, opondo-se à proposta de Champagnat:

[...] porque Champagnat, eu acredito muito nele, lembrou de todos, não excluiu. [...] então para mim Champagnat é essencial dentro da realidade da comunidade. Só que, às vezes, as coisas não acontecem, porque o pessoal não acredita mais como acreditava antigamente. Antigamente participavam de uma missa, de uma novena, participavam de uma festa junina, hoje em dia, o ser humano, não está mais unido.¹⁸³

Como vemos, a formação do *habitus* religioso se realiza de forma intensa nos momentos de ação comunitária, ou seja, através de passeatas, shows, eventos artísticos, missas, torneios esportivos, festas, romarias, caminhadas reivindicativas, visitas às famílias, abertura da obra (CESMAR) nos finais de semana para recreação, cinemas, participação em movimentos políticos... O relatório de 2006 do CESMAR apresenta tais ações em quantidade tão grande que são necessárias dezenas de páginas para descrevê-las, o que demonstra a preocupação dos maristas com a formação do *habitus* nas ações comunitárias.

As ações comunitárias do CESMAR foram sendo qualificadas e, aos poucos, houve maior adesão da comunidade. Podemos dizer que a proposta foi

¹⁸² Entrevistada J.

¹⁸³ Entrevistada M.

aceita primeiro individualmente para depois ser manifestada nas ações comunitárias organizadas pelo Centro, houve uma preparação para a participação através das atividades internas, que formavam as competências dos atendidos, como podemos observar na resposta de um jovem formado no CESMAR, que fala da motivação dada aos cidadãos:

O CESMAR provoca grandes reações na comunidade, existiam pessoas com baixa auto-estima e hoje sei que estão bem. Foram provocados pelo CESMAR, pelos próprios diretores que passaram por aqui e falaram: “Ah, mas tu estás só sentado, vai, levanta e vai atrás [...], ninguém vai bater na tua porta pra te levar presentes”. Isso é muito importante, motivar, chamar a atenção, brigar mesmo, preparar o cara para ir à luta, pra participar [...].¹⁸⁴

A resposta acima demonstra que a formação do *habitus* religioso nas obras sociais maristas não se limita aos momentos de atividades dentro da sala de aula, ou mesmo no espaço físico da obra, transcende tais esquemas conservadores de formação educacional. O “interesse”¹⁸⁵ despertado no cidadão é que vai garantir sua permanência no jogo, mesmo quando as dificuldades aparecem.

A formação do *habitus* religioso pode acontecer naqueles momentos mais “insignificantes”¹⁸⁶ aos olhos dos educadores, ou seja, na acolhida, no pátio, no relacionamento horizontal entre educadores e educandos, nos momentos de reuniões de pais, nas pequenas ações de assistência feitas em prol das famílias, na repetição de orações e cantos próprios do subcampo, e até mesmo no momento em que a comunidade utiliza a camiseta da obra como vestimenta, se identificando como alguém do CESMAR. O *habitus* religioso adquirido é considerado mudança de vida e, mesmo que o cidadão não se dê conta de tal “incorporação”, ele a expressa nas manifestações, como a deste educador:

[...] me encaixo legal como educador, porque eu faço com amor, e ele (Champagnat) zela muito por isso. Para bem educar é preciso antes de tudo amar o educando. Eu gosto muito dos educandos, antes de chegar aqui de manhã, se venho com problemas de casa,

¹⁸⁴ Entrevistado H.

¹⁸⁵ Bourdieu (1996, p.138) nos lembra que o “*Interesse* é ‘estar em’, participar, admitir que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos”.

¹⁸⁶ Para Bourdieu (1996, p. 197), “o trabalho religioso implica um gasto considerável de energia destinada a converter a atividade da dimensão econômica em tarefa sagrada; é preciso aceitar a perda de tempo, o esforço, até o sofrimento, para crer (e fazer crer) que se faz uma coisa diferente daquela que se faz”.

tento deixar tudo lá fora. Eu me encaixei legal na estrutura marista.¹⁸⁷

O *habitus* religioso é incorporado com maior facilidade pelas crianças e adolescentes, até porque quanto mais estruturado for o *habitus* do cidadão, maior dificuldade ele terá para incorporar novas experiências.

No decorrer da pesquisa foi possível detectar a importância das ações comunitárias realizadas nas obras sociais como uma das formas mais eficazes na formação do *habitus* religioso. Também ficou evidenciado que os educadores, em sua maioria, não desfrutam de tal percepção, uma vez que visualizam estes momentos apenas como atividades complementares. Se houver consciência de que são momentos de formação, poderá haver um direcionamento mais eficaz da atividade e conseqüentemente o *habitus* poderá ser “marcado” com maior intensidade.

4.5 REALIZANDO O SONHO DE CHAMPAGNAT: EDUCAR E ACOLHER A TODOS

A Pedagogia Marista traduz a visão educacional de Champagnat, que identifica no “AMOR” o limite para as ações realizadas nos colégios e obras sociais. Os parâmetros da Pedagogia Marista são os valores religiosos, por isso a acolhida, a presença, o perdão, a justiça, o espírito de família...¹⁸⁸ são signos deixados na Pedagogia de Champagnat.

As obras sociais maristas do RS buscam repicar a experiência educacional proposta pela Pedagogia Marista: “Educar com Amor”. No CESMAR, um dos diretores buscou inspiração nesta orientação e propôs que os educadores recebessem, todos os dias, as crianças com um abraço e um beijo. E assim relembra sua tomada de posição favorável à acolhida: “[...] precisamos desenvolver a pedagogia do encontro com o excluído, é preciso abraçá-lo, andar com ele [...] Na teoria tudo está certo, alguns até fingem que fazem, mas..., não, ainda não [...]”.

¹⁸⁷ Entrevistado H.

¹⁸⁸ Missão Educativa Marista, p. 26.

“[...] a educação estava muito fria, distante, as obras sociais precisavam de humanização, então, voltamos ao antigo educar com amor [...]”.¹⁸⁹

No próprio subcampo, os Irmãos divergem sobre a compreensão da Pedagogia de Champagnat, alguns não a percebem como algo influente no fazer educação, somente a percebem como algo que já passou, que teve seu tempo e que agora precisa ser substituída por uma mais moderna, como nos sugere a resposta dada por um dos principais gestores das obras sociais do RS:

Penso que Champagnat utilizou uma pedagogia que foi boa para sua época e que não funciona mais. Creio que a pedagogia atual está se utilizando de novos conhecimentos para o fazer pedagógico atual. Por isto eu penso que devemos aplicar uma pedagogia mais adequada para a nossa época, apenas seguindo princípios que Champagnat nos deixou.¹⁹⁰

A resposta demonstra que existe uma busca por novas técnicas e que o entrevistado não compreende a pedagogia de Champagnat como capital religioso do subcampo marista. As compreensões pedagógicas, entre os maristas, também dependem da formação acadêmica e religiosa que tiveram.

A aplicação da pedagogia de Champagnat nas obras sociais, proposta no PPP do CESMAR, indica que a preocupação também é com o futuro, em que a

Instituição social se insere no âmbito do movimento e, como tal, é desafiada a readaptar-se às situações emergentes. A situação das crianças e jovens de periferia traz múltiplas situações de instabilidade, e a própria metodologia de trabalho predispõe à inovação.¹⁹¹

Vemos que a preocupação com os valores cristãos também se dá com a inovação e o futuro, ou seja, a pedagogia de Champagnat proposta no PPP orienta que “a vivência dos valores cristãos proporciona avanço no processo de humanização, que não é virtude inata, mas sim construção nas relações e conhecimentos adquiridos”¹⁹², o que impulsiona as obras sociais a destacarem-se no acolhimento de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como defenderem seus direitos. Champagnat previa tal situação na sua

¹⁸⁹ Entrevistado A.

¹⁹⁰ Entrevistado F.

¹⁹¹ PPP do CESMAR, 2002, p. 20.

¹⁹² PPP do CESMAR, 2002, p. 20.

proposta Pedagógica¹⁹³ quando tomava decisões favoráveis ao acolhimento “dos pobres”, “como na vez em que doou o seu próprio colchão para um cidadão vítima da guerra, contentando-se em dormir sobre feno espalhado no chão”¹⁹⁴ .

No “caso exemplar”, aqui investigado - CESMAR -, detectamos diversas ações que buscam concretizar a proposta de Champagnat: jamais deixar alguém sem atendimento, o educando não pode ser “expulso”, os serviços são prestados sem discriminação, a direção mantém horários de atendimento à comunidade, a população da comunidade é contratada para trabalhar na obra..., são inúmeras ações que buscam tornar o modelo de educação popular, baseado no serviço à comunidade, “a fim de viabilizar possibilidades para que as famílias voltem ao seu auto-sustento, conseguido através do trabalho”¹⁹⁵ .

Existe uma tentativa permanente nas obras sociais maristas de viabilizar o que os maristas chamam de “sonho de Champagnat”, ou seja, que a educação seja apenas uma ferramenta a serviço da religião. A linguagem utilizada constantemente pelos entrevistados e no subcampo, demonstra tal pretensão, mesmo que de forma velada. Retomar a proposta de Champagnat é uma forma explícita de manifestar a adesão a uma proposta e a rejeição das que se opõem a ela.

4.6 OBRAS SOCIAIS MARISTAS DO RS E SEUS IMPACTOS: O CASO CESMAR

O CESMAR, como caso exemplar desta dissertação, tem a seu favor o fato de concentrar características das demais obras sociais maristas do RS, uma vez que foi a primeira obra social fundada e a que concentra maior número de atendidos. O CESMAR “representou um marco, eu tenho certeza, não é um marco só interno da Província, [...] porque ele trouxe uma concepção de como realmente deveria ser o atendimento à criança e ao adolescente e suas famílias”.¹⁹⁶

O CESMAR amplia suas atividades seqüencialmente, aumentando a capacidade de atendimento e as relações com a comunidade local e com o Campo do Poder. O impacto social motivado pelo CESMAR não se reduz a “trocas” favoráveis à própria obra, mas também nas “trocas” mediadas pela obra, como, por

¹⁹³ Missão Educativa Marista, p. 31.

¹⁹⁴ PPP – CESMAR, 2002, p. 17.

¹⁹⁵ PPP – CESMAR, 2002, p. 149.

¹⁹⁶ Entrevistado B.

exemplo, a conquista de escolas e a garantia da infra-estrutura básica (asfalto, água, luz, esgoto, calçadas, praças...) para as vilas do bairro.

Essas mediações proporcionam o aumento de capital religioso da obra e levam os moradores da região a se identificar com ela. A obra assume o papel do Estado, protegendo e criando mecanismos de organização social. A identificação chega a tal ponto que pode gerar uma certa dependência, como vemos na resposta abaixo:

Eu ouço muito a seguinte expressão: “sem CESMAR eu não sou nada”; ou então: “sem os Irmãos Maristas eu não sou nada”. Ouço isso da comunidade, das lideranças, é forte, né? Isso já soava assim em 96, hoje as obras sociais significam mais ainda, são um caminho, uma forma de fortalecer quem está vivendo na vulnerabilidade social [...].¹⁹⁷

Analisando a forma “exagerada” utilizada nas manifestações (“sem o CESMAR eu não sou nada [...]”), percebemos que esses cidadãos tiveram experiências profundas na obra, ou seja, capazes de modificar a “estrutura” do *habitus*, o que dificilmente será apagado, ou esquecido. Essas experiências é que possibilitam aumento de capital religioso, que confirmam o impacto “positivo” na comunidade.

O impacto produzido pelo CESMAR na comunidade desperta o interesse do campo do poder. Os empresários, por exemplo, não hesitam em investir numa obra social que lhes dá retorno, visibilidade e que desponta como modelo no município de Porto Alegre. Tal capital também interessa aos políticos, pois mesmo que o CESMAR se mantenha isento politicamente, as relações que alguns políticos mantêm com a obra são capitalizadas e se transformam em “votos” nas eleições. Um dos entrevistados busca dar um panorama das obras sociais ao falar das relações e o impacto que podem gerar:

Penso que em alguns casos as nossas obras sociais estão despertando a atenção do poder público, dos políticos, dos empresários e de setores da Igreja, porém outras ainda não fazem a diferença que deveriam fazer. Quando elas estão envolvidas com as

¹⁹⁷ Entrevistada I.

lutas da comunidade seu papel se torna importante e têm um impacto positivo [...].¹⁹⁸

Na pesquisa foi possível verificar alguns casos em que a comunidade não é informada sobre as relações e trocas estabelecidas pela obra social no espaço social. O CESMAR tem relações de troca estabelecidas, que produziram grande impacto na comunidade, sem que a maioria dos cidadãos soubesse de tais trocas, mas que beneficiaram imensamente os moradores, como, por exemplo, a garantia de financiamento das casas próprias junto aos órgãos públicos.

Existe um fator religioso que orienta a obra a fazer o “bem” em silêncio, porém tal decisão pode impedir o aumento do capital religioso da própria obra.

No CESMAR, no ano de 2006, um projeto envolvendo diversas parcerias, foi iniciado: o CRC (Centro de Reciclagem de Computadores). Este projeto é um exemplo de impacto e marketing, pois proporcionou o aumento de renda a 85 famílias, através da contratação de “Jovens Aprendizizes”¹⁹⁹ e também rendeu ao CESMAR 48 inserções espontâneas na mídia nacional²⁰⁰.

A certeza de estar gerando impacto positivo na comunidade também é importante para a própria obra, pois dá um retorno de investimento seguro e capaz de produzir capital religioso. As obras sociais não se mantêm nas comunidades sem gerar impacto, sem relações com os cidadãos atendidos, pois o crescimento, a ampliação destas, depende do reconhecimento social, como deste entrevistado, morador da comunidade e que vê no CESMAR “a grande revolução da comunidade, [...] pois provocou grandes mudanças, capazes de assustar os antigos moradores da comunidade, pois modificou tudo [...]”²⁰¹.

Ficou evidenciado na pesquisa que o volume de capital produzido pelas obras sociais dependerá das ações realizadas nas comunidades, da capacidade de produzir impacto e das relações estabelecidas com os principais agentes comunitários, bem como da divulgação das ações e da capacidade da obra em agregar adesões a sua proposta.

¹⁹⁸ Entrevistado F.

¹⁹⁹ O “Jovem Aprendiz” é um programa do Governo Federal em parceria com Empresas e Entidades Filantrópicas.

²⁰⁰ Este dado foi colhido no Relatório 2006 do CESMAR.

²⁰¹ Entrevistado H.

4.7 PERFIL DO JOVEM FORMADO EM OBRA SOCIAL MARISTA

A transformação social, através do acolhimento de cidadãos vulneráveis e a mudança no perfil da comunidade do entorno do CESMAR, passa obrigatoriamente, como vimos ao longo desta dissertação, pela incorporação de novos valores no *habitus* dos atendidos, especialmente das crianças e adolescentes. O “Relatório 2006” do CESMAR aponta para este caminho, ao afirmar que tem como objetivo

Oportunizar aos atendidos um espaço criativo de desenvolvimento integral do ser humano e a promoção da dignidade humana, impulsionando vida. Alicerçado no Evangelho e no carisma Marista, visando à transformação e inclusão social²⁰².

Tal processo de formação não acontece espontaneamente, ou por acaso, mas, como vimos no capítulo anterior, é necessário que diversas áreas dialoguem entre si, como a Pedagogia, o Serviço Social, a Sociologia, a Psicologia... e planejem ações. É o conjunto de “competências” que possibilitará mudanças no *habitus* dos cidadãos, como está sugerido no PPP do CESMAR:

educar as crianças e jovens de modo abrangente, isto é, instruí-las sobre seus deveres, ensinar-lhes a praticá-los, infundir-lhes o espírito e os sentimentos do cristianismo, os hábitos religiosos, as virtudes do cristão e do bom cidadão [...]²⁰³.

A formação proposta nas obras sociais se fortalece nas relações de troca, em que algumas exigências de “retorno” são feitas pelos maristas, como, por exemplo, a disciplina, o comparecimento dos responsáveis nas reuniões, nos diversos eventos, especialmente os religiosos, a participação nos esportes... existe um movimento de troca bastante intenso entre o cidadão atendido e a obra social, na busca de um cidadão “formado”, pois assim como os educadores,

o pai e a mãe esperam que a criança saia bem diferente (do CESMAR), com uma formação religiosa e principalmente vendo o mundo de forma diferente. Se uma criança entrou com boa formação, que saia com essa redobrada, se entrou pouca que possa sair um educando com boa educação, dando bom exemplo.²⁰⁴

²⁰² Cf. Relatório 2006 do CESMAR.

²⁰³ Cf. PPP – CESMAR, 2002, p. 16.

²⁰⁴ Entrevistada L.

A busca por um “novo perfil”, por “novas noções de *habitus* incorporado” é o desejo dos maristas e como vimos acima, dos responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos no CESMAR. Desejo este que se justifica mediante a situação de abandono social vivida pelos filhos destes cidadãos, muitas vezes vítimas do consumo de drogas, de abusos, de violência doméstica, da baixa qualidade de ensino, da falta de moradia e de alimentação. A dependência das instituições sociais é percebida no CESMAR, pois para muitas famílias a obra representa o último recurso social “alcançável”.

As obras sociais existem em função desta problemática, ou seja, se não houvesse cidadãos nessa situação, as obras sociais também teriam outras características. Tal situação está explicitada no PPP do CESMAR indicando que a obra adota

medidas para atender às necessidades físicas e materiais mais imediatas dessas crianças e jovens, por meio de ação preventiva e assistência direta. [...] buscamos desenvolver a sua autoconfiança e a restaurar a auto-estima, para que se tornem independentes da pressão dos colegas, e para a necessidade de assumirem responsabilidades na vida.²⁰⁵

Os jovens formados no CESMAR são orientados, formados, para que mantenham uma posição socialmente aceita, que corresponda com a perspectiva de mercado e da Igreja Católica, ou seja, a formação marista busca “colaborar” com a sociedade devolvendo-lhe jovens com um perfil que esteja adequado ao proposto nos documentos de defesa dos direitos e nos documentos maristas.

Uma das entrevistadas, mãe de atendidos no CESMAR, assim se expressa ao ser questionada sobre como deve ser o perfil dos jovens que aí se formam:

O objetivo dos Irmãos Maristas é transformador, é transformar o ser humano para a autonomia intelectual e social. Essa é uma identidade própria dos maristas, como educadores. Nós sentimos essa possibilidade, há uma transformação. Ela é gradativa, porque trabalhar com o ser humano não é trabalhar com madeira [...] e transformar crianças que vêm de um meio comprometido é um pouco complicadinho, mas estamos percebendo o resultado a cada dia.²⁰⁶

²⁰⁵ Cf. PPP – CESMAR, p. 17.

²⁰⁶ Entrevistada J.

Existe uma espécie de concordância coletiva sobre como deveria ser o perfil dos jovens que são egressos do CESMAR, porém cada um absorve a formação de maneira diferente, até porque o *habitus* de cada cidadão também é diferente, alguns assim se expressam “[...] a pessoa sai bem simples daqui (CESMAR) e com uma força de vontade muito grande, de querer mudar e crescer. Não só sua vida material, mas também a espiritual [...]”.²⁰⁷

O perfil do jovem egresso das obras sociais maristas dependerá essencialmente das experiências incorporadas durante o processo de formação. Se tais experiências marcaram o cidadão, com mais facilidade ele reproduzirá o *habitus* religioso na sua convivência dentro do espaço social, colaborando no aumento de capital religioso no subcampo marista. A transformação social proposta nas obras sociais, citada pela entrevistada “J”, quer expandir o subcampo marista numa perspectiva de capitalização do campo religioso e conseqüentemente maior identificação religiosa da população com tal proposta. Portanto, o perfil do jovem formado nas obras sociais está intimamente relacionado com a proposta de formação religiosa proposta nas obras.

4.8 TENDÊNCIAS NO SUBCAMPO MARISTA DO RS

4.8.1 Tendências Legislativas

A Lei da Filantropia, como vimos no primeiro capítulo, sofreu alterações significativas em menos de duas décadas, modificando profundamente a forma de aplicação dos recursos da filantropia pelas entidades. Na década de 90, foi definido pelo Legislativo Federal que o recurso da filantropia deveria ser feito em assistência social e deveriam ser beneficiados cidadãos que se encontrassem em situação de vulnerabilidade social, com renda máxima de um salário mínimo por membro da família.

As modificações foram tantas que acabaram provocando conflitos entre os campos político e social, pois as novas regras comprometeram a execução da filantropia em dezenas de entidades do País, algumas delas conhecidas nacionalmente, como a ASCAR (EMATER – RS), que teve seu Certificado de

²⁰⁷ Entrevistado G.

Assistência Social cassado em 2003, e cujo recurso judiciário ainda tramita na justiça.

A Província Marista do RS fundou dezenas de obras sociais na perspectiva de adequar-se à legislação, porém no início de 2006 o Governo Federal propôs um novo decreto Presidencial para regulamentar a Lei da Filantropia e exigir mais das entidades que não cumpriam as orientações. A sociedade civil reagiu e o decreto está em discussão até então, quase um ano depois.

Com tal quadro estampado, podemos perceber que a Lei da Filantropia tende a ser mais rígida na sua aplicação e a promulgação do decreto dependerá de mais algum tempo, até haver entendimento entre Entidades Filantrópicas, Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério da Previdência.

Se a legislação for modificada, conforme a pretensão governamental, os maristas do RS deverão readaptar algumas obras sociais, adequando-as ao Sistema Único de Assistência Social e atendendo cidadãos com maior vulnerabilidade e menor renda familiar, o que poderá comprometer as bolsas de estudo concedidas nos colégios e conseqüentemente a “saúde financeira” da Província, obrigando os maristas a buscarem na justiça o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que garante a aplicação da cota filantrópica.

4.8.2 Tendências Religiosas

O Campo Religioso passa por transformações profundas, com diversas crises, sejam elas relacionadas a proliferação das pequenas Igrejas, ou mesmo ao crescimento do Islamismo. Aos poucos novas matrizes religiosas se formam no espaço social, adequadas às transformações sociais que se estabelecem, algumas “conservadoras” resgatam antigas doutrinas, outras “futurísticas”, utilizam ferramentas modernas, como Internet e videoconferências.

O subcampo religioso marista, como parte do campo religioso, também sofre as conseqüências destas transformações, exemplo é a descentralização da Congregação Marista, que agora volta-se a América do Sul e Ásia, abandonando aos poucos a Europa, devido a falta de vocações e o envelhecimento absoluto dos Irmãos.

Até o início do ano 2000, a Província do RS gozava de grande número de “vocacionados” à vida marista, porém atualmente existe um esvaziamento e muitos Irmãos Jovens estão deixando a Província por incompatibilidade com a proposta. Outro problema que afeta diretamente as obras sociais é que existe uma geração de vocações, fruto dos movimentos sociais, que lutou pela abertura de obras sociais e para desempenhar sua vocação trabalhando nestas, que não encontra a mesma disposição nos Irmãos que iniciam a vida marista.

4.8.3 Tendências Pedagógicas

O *habitus* religioso marista configura-se no subcampo como possibilidade de garantia da realização do “sonho de Champagnat”: Educar as crianças e jovens, particularmente os mais necessitados. Esta é a justificativa religiosa que legitima a missão marista e, como nos sugere Bourdieu, aumenta o capital religioso e a força de disputa perante os demais campos do espaço social.

As obras sociais, devido à descontinuidade pedagógica, organizaram-se para adequar a Pedagogia de Champagnat e garantir que a formação do *habitus* religioso dos atendidos seja mais qualificada e impulse a transformação social da realidade em que estão inseridas.

Existe uma perspectiva de avanço pedagógico com a construção do Plano Político Pedagógico para as obras sociais, pois além de estar sendo elaborado por um grupo de coordenadores das obras sociais, será discutido, num segundo momento, por todos os educadores sociais, gerando assim uma perspectiva de participação e motivação laboral. O PPP foi citado como uma ferramenta extremamente necessária, por todos entrevistados e contatados durante a pesquisa. É visto como solução para sanar a descontinuidade pedagógica existente nas obras sociais, apesar da dificuldade teórica encontrada, visto que existe uma literatura muito limitada sobre as obras sociais e sobre formação integral.

Ao que tudo indica, num curto espaço de tempo, as obras sociais terão um maior número de profissionais com formação acadêmica, visto que existe uma preocupação crescente com o “resultado” a ser obtido nas obras sociais, na formação do *habitus* dos cidadãos atendidos.

Outro dado importante é a crescente preocupação com a “formação religiosa” e com a evolução do processo pedagógico, quanto sua aplicação nas obras sociais, apontando para uma intensificação da difusão de valores religiosos, para educandos e educadores deste subcampo marista.

4.8.4 Tendência na Relação com o Campo do Poder

Conforme detectamos na pesquisa, os maristas junto com a fundação das obras sociais intensificaram as relações com o campo do poder na perspectiva de receber investimentos e garantirem o certificado de entidade filantrópica, o que lhes garante também a ampliação do capital religioso perante os demais campos do espaço social.

O relatado nas entrevistas demonstra a dificuldade inicial dos principais agentes em estabelecer tal tipo de relação, uma vez que a própria “ideologia” partidária, especialmente do campo político, precisava ser contornada, especialmente no município de Porto Alegre, onde as relações do poder público com o campo religioso eram bastante tensas.

As obras sociais, no RS, adquiriram muito respaldo depois que a legislação brasileira sobre assistência social foi modificada, em meados da década de 90, criando os conselhos de direito, que são paritários (metade dos representantes sociedade civil e outra metade governo), o que desencadeou um processo de descentralização das decisões, onde é possível empodeirar as entidades que desenvolvem suas atividades junto aos cidadãos vulneráveis da sociedade.

Foi nesse período que surgiu, com maior intensidade, o conceito de “responsabilidade social”, imputando às empresas que visam lucro, co-responsabilidade social, seja através de ações desencadeadas nas empresas, ou mesmo através de investimento em entidades beneficentes.

O subcampo marista do RS, ao mesmo tempo que sofre com a perda de alunos nos colégios particulares, vê crescer a admiração e as relações estabelecidas através das obras sociais. Atualmente, em todos os municípios em que os maristas têm obras sociais, existe a possibilidade de ampliação das atividades, inclusive com apoio do poder público. Podemos citar alguns exemplos: Porto Alegre, Passo Fundo,

Santa Cruz do Sul, Vacaria, Gravataí... São diversas as possibilidades de parceria e trocas estabelecidas com o campo do poder.

A possível diminuição de recursos financeiros do subcampo marista do RS conseqüentemente atingirá a administração das obras sociais, que estão previamente buscando conveniar-se com o poder público e empresas privadas, através das diferentes leis de incentivo. Isso demonstra a necessidade de o subcampo contar com profissionais especializados em captação de recursos, conhecedores das realidades sociais e hábeis nas relações políticas, capazes de, neste jogo de relações, aumentar o capital simbólico do subcampo religioso – o marista, no caso.

4.8.5 Tendência do Subcampo Marista e suas Relações Internas

A Província Marista do RS passa por um processo de reestruturação administrativa, onde a gestão de todas as unidades do subcampo está sendo feita em Porto Alegre numa sede única, buscando dar maior visibilidade e agilidade às tomadas de posição no interior do subcampo.

Um dos fatores influentes no jogo das relações do subcampo marista é a questão etária dos irmãos maristas, pois muitas tensões advêm dessa problemática e interferem diretamente nas tomadas de posição. Existe uma pirâmide invertida quando o dado analisado é idade, pois mais de setenta por cento dos irmãos têm idade superior a 65 anos, restando apenas quinze por cento com menos de 40 anos. A diferença de “compreensões” provoca tensionamentos, gerando disputas no interior do subcampo, às vezes marcadas pela intransigência e rompimento de relações “familiares”, entre os próprios irmãos ou com colaboradores.

Existe uma grande possibilidade de abertura do subcampo para uma relação mais próxima e de partilha com os leigos, ou seja, os colaboradores que conseguirem desenvolver um perfil que se aproxime ao dos irmãos, inclusive na linguagem, na postura, ou seja, que incorporarem o *habitus* religioso marista, terão mais chances de serem promovidos profissionalmente e disputar com os demais colegas.

As relações de disputa entre colégios e obras sociais estão sistematicamente sendo reduzidas, devido a diversos fatores, entre eles a nomeação de coordenações “sintonizadas” nas Comissões da Província. Outro fator é que existe um trabalho sistemático dos educadores dos colégios e obras sociais na tentativa de aproximação dos cidadãos atendidos em ambas.

O quadro que se configura no subcampo não prevê somente disputas amenizando-se, ou mesmo que colaborem somente para o aumento do capital religioso, ao contrário, algumas disputas que estão se configurando apontam para divergências profundas, motivadas por diversos fatores, entre eles o legal (leis), o religioso (cristão, ou não), as competências e mesmo por disputas de “cargos”.

Devido ao processo transitório vivido pela educação católica do Brasil e a adequação do subcampo marista ao novo modelo administrativo da Província Marista do RS, as relações de disputa entre Irmãos e Leigos maristas tendem a aumentar no interior do subcampo, inclusive no que diz respeito à manutenção ou não das obras sociais, podendo enfraquecê-las num futuro próximo.

4.8.6 Obras Sociais Maristas do RS e Perspectivas de Futuro

O futuro das obras sociais vem sendo gestado através de políticas públicas e no interior da Província Marista do RS com a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Existe a previsão de num segundo momento haver um planejamento participativo, onde os educadores, irmãos e atendidos nas obras sociais poderão traçar as metas de futuro para as obras sociais do RS.

É importante destacar a influência que a UMBRASIL (União Marista do Brasil) exercerá sobre as obras sociais, visto que é a entidade criada para gerir os processos comuns dos maristas do Brasil, procurando concentrar esforços no aumento do capital religioso. Foi criada uma comissão de irmãos e leigos para coordenar as ações de solidariedade na UMBRASIL e possibilitar as trocas com os demais campos, especialmente o do poder, por isso está localizada estrategicamente em Brasília.

A probabilidade de algumas obras de pequeno porte serem fechadas é bastante grande, seja pela dificuldade de acompanhamento ou porque existe uma

tendência de prestação de serviços integrais às famílias, o que é dificultado em pequenas obras onde não existem profissionais para acompanhar os cidadãos atendidos nas suas “múltiplas” necessidades. Realidade reforçada se levarmos em conta a diminuição do número de irmãos no subcampo marista do RS.

As respostas das entrevistas com os agentes responsáveis pela coordenação das obras sociais no subcampo evidenciaram a decisão de estabelecer convênios entre o setor público e os maristas na perspectiva de abertura de novas obras sociais, ou mesmo, a ampliação das já existentes. A configuração de relações permanentes com os demais campos, buscando sustentabilidade das obras sociais, demonstra que as disputas no interior do subcampo, favoráveis às obras sociais, tendem a aumentar, inclusive no que se refere à presença de irmãos atuando nelas.

Ficou evidenciada, durante a pesquisa, uma forte tendência nas obras sociais de voltarem-se para ações de inclusão digital e novas tecnologias, numa tentativa de dar respostas à crescente exclusão dos cidadãos do mercado de trabalho. A informatização das obras sociais é um dos projetos que já vem sendo desenvolvido no interior do subcampo e também revela outra disputa, entre os que defendem a utilização de Software Livre e os que acreditam ser melhor permanecer com Windows. Junto com a profissionalização e a busca por novos caminhos no combate à exclusão, se fortalecem as disputas em prol das obras sociais, numa tentativa de fortalecer o subcampo marista e responder de forma mais arrojada (justificada) à missão marista.

A tensão criada entre os campos do Poder e o Religioso, com a possibilidade de promulgação do decreto que regulamenta a filantropia, deixa as obras sociais numa posição de alerta, visto que o decreto poderá modificar o público atendido e as ações realizadas. Conforme vimos na pesquisa, já existem adaptações sendo realizadas no subcampo marista do RS, buscando antever o futuro que aos poucos se estabelece e modifica a atuação de entidades filantrópicas.

As obras sociais maristas do RS passam de uma fase inicial, de “fundação”, para uma segunda fase, onde já se iniciam comemorações pelos dez anos de início. A estabilidade e consolidação das obras tende a levar os coordenadores a investir mais nas relações com os demais campos, numa perspectiva de garantia de futuro e aumento de capital religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esta dissertação não significa apenas encerrar a análise da coleta de dados, mas concluir parte de um processo de imersão acadêmico, onde o mestrando teve seu “*habitus*” científico modificado, seja pela busca de evidências em relação ao fenômeno pesquisado no contato com as pessoas, ou no decorrer da análise dos dados.

Investigar as obras sociais, situadas no subcampo marista e construídas através das relações de disputa entre seus agentes, representou um desafio, exigindo uma vigilância constante por parte do pesquisador para não investir no objeto de pesquisa, já que é integrante de tal subcampo. Nessa situação, de acordo com Bourdieu, como proceder para garantir o rigor científico, indispensável à pesquisa?

Em sua obra intitulada *Auto-análise* menciona:

[...] O fato de que eu seja, aqui, ao mesmo tempo sujeito e objeto na análise, redobra uma dificuldade muitíssimo comum, da análise sociológica, o perigo de as "intenções objetivas", depreendidas pela análise, parecerem intenções deliberadas, estratégicas intencionais, projetos explícitos e, no caso particular, a intenção consciente ou quase cínica de preservar um capital simbólico ameaçado (BOURDIEU, 2005, p. 96).

A pesquisa sobre as obras sociais no RS não foi mero passa tempo. Essa atividade envolveu muito empenho e dedicação, que foram aplicados no desenvolvimento do projeto construído para a investigação, com o propósito de averiguar como se vem constituindo a formação de crianças e adolescentes em obras sociais maristas do RS. As conclusões apresentadas a seguir, resultam de

possíveis explicações referentes a tal questionamento tensionado especialmente pelo referencial teórico apresentado por Pierre Bourdieu.

As mudanças na Lei da Filantropia levaram os maristas a readequar a aplicação dos recursos da filantropia, até então direcionados às bolsas de estudo nos colégios particulares. A nova prática volta-se a atender cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social através de atividades desenvolvidas nas obras sociais, com o intuito de incluí-los na dinâmica social, para se tornarem independentes financeiramente e terem os seus direitos sociais básicos assegurados. A tensão gerada pela lei da filantropia motivou a tomada de posição dos maristas, que favoreceu a abertura de obras sociais, ao aplicar vinte por cento da renda bruta em Assistência Social.

O grande volume de capital financeiro investido nas primeiras obras sociais maristas do RS gerou alguns desconfortos devido às disputas no interior do subcampo, produzindo opiniões divergentes quanto à manutenção das obras sociais. Foi necessário passar alguns anos para que os Irmãos compreendessem que os recursos advindos da Filantropia deveriam ser revertidos às obras sociais.

O CESMAR, por ser a primeira obra social marista no RS, depois das mudanças na Lei da Filantropia, acabou por concentrar, talvez pelo volume de investimentos, as críticas feitas pelos Irmãos descontentes com a fundação das obras sociais. As críticas feitas ao CESMAR eram indiretamente direcionadas aos Irmãos fundadores das obras sociais, ou seja, foi uma forma de “manifestação” utilizada no jogo das relações estabelecido no interior do subcampo marista. Assim se estabelecem novas relações de disputa no subcampo marista do RS.

Mediante descontentamentos e críticas, novas coordenações foram nomeadas para as obras sociais na tentativa de adequá-las ao propósito marista de propagar os valores cristãos, estabelecendo equilíbrio na “micro-sociedade” em que estão inseridas, ou seja, construindo entre a população atendida meios capazes de levá-la a uma identificação com as obras sociais maristas, na busca por uma melhor qualidade de vida.

As decisões do XIX Capítulo Geral dos maristas provocaram mudanças que impactaram no subcampo marista do RS de forma decisiva, motivando a fundação de obras sociais. Esta tomada de posição dos principais agentes maristas provocou

mudanças no jogo disputado, estabelecendo novas relações com os demais campos e redimensionando as ações e a estrutura do subcampo, inclusive no que se refere às funções dos Irmãos.

Nas obras sociais da Província Marista do RS é praticamente impossível, pelo menos no modelo atual, separar a questão pedagógica da financeira, pois sem recursos da filantropia a estrutura de formação torna-se inviável. Temos diversos exemplos, no campo da educação, de escolas, especialmente públicas, que não exercem sua função social devido à falta de recursos. Tal imperativo se estabelece como parâmetro nas relações obras sociais X colégios maristas, uma vez que a interdependência entre ambos é inevitável.

A proposta pedagógica para as obras sociais é voltada à formação de cidadãos vulneráveis, não se trata de algo totalmente novo ou desconectado do subcampo marista, ao contrário, a incorporação do *“habitus religioso”* (valores e experiências vividas ao longo da história) permitirá aproximar a realidade e o sonho de Champagnat de educar as crianças e jovens empobrecidos. Portanto, mais do que uma inovação, é um resgate da história e da identidade marista, buscando aumentar o capital religioso perante os demais campos, formando cidadãos “maristas” capazes de transformar o espaço social.

As obras sociais maristas, após vivenciarem um processo de descontinuidade nas ações pedagógicas, devido à aplicação do padrão estabelecido nos colégios, buscam retomar ações próprias e identificadas com a realidade social em que estão inseridas, fortificando o *habitus religioso* marista nos momentos de formação e “espiritualidade” através das experiências religiosas (como missas especiais, orações no início das refeições, homenagens aos santos, especialmente Champagnat e Maria). A Pedagogia de Champagnat é resgatada através do PPP, numa perspectiva de ampliar o capital religioso do subcampo perante os demais campos do espaço social e fortalecer a identidade das obras sociais.

Existe uma ação permanente nas obras sociais maristas de viabilizar o que os maristas chamam de “Sonho de Champagnat”, ou seja, utilizar a educação como uma ferramenta a serviço da religião. A linguagem utilizada constantemente pelos entrevistados e no subcampo demonstra tal preocupação, visto que todas as obras devem estabelecer em suas atividades momentos de “evangelização” e

espiritualidade. Retomar a proposta de Champagnat é uma forma explícita para manifestar a adesão a uma proposta e a rejeição das que se opõe a esta.

É impossível, para as obras sociais permanecerem ativas se não forem capazes de gerar impacto social, se não mantiverem relações de confiança com os cidadãos atendidos, pois o crescimento e a ampliação do capital religioso dependem do reconhecimento social e da adesão da comunidade à proposta.

Os resultados das ações realizadas nas obras possibilitarão a formação do *habitus* religioso marista dos cidadãos atendidos, pois só haverá produção de capital religioso se houver “incorporação do *habitus*” em um número cada vez maior de “formados” nas obras sociais. Tal formação define o perfil do cidadão egresso das obras sociais maristas, pois instauram experiências no cidadão, com mais facilidade vivenciará o *habitus* religioso na sua convivência dentro do espaço social, colaborando com o aumento do capital religioso, especialmente o marista. A transformação que vem ocorrendo no subcampo marista, através de suas obras sociais, implica em capitalização do campo religioso como um todo.

O papel que as obras sociais desempenham no subcampo marista é fundamental na sua capitalização, pois ampliam a possibilidade de formação dos cidadãos, através da educação, principal “moeda de troca” dos maristas, diferentemente dos Padres, por exemplo, que utilizam a “missa” para tal. Ficou demonstrado que as obras sociais fazem parte do “negócio” de capitalização dos maristas e são necessárias na manutenção e ampliação do poder de barganha do subcampo marista.

Optar pela manutenção e ampliação do subcampo religioso implica em optar pela formação do *habitus* religioso das crianças e adolescentes e conseqüentemente pela continuidade das obras sociais. A partir das “descobertas” feitas nesta pesquisa, apresento a seguir, algumas possíveis tendências em relação à formação do *habitus* religioso através de obras sociais maristas:

- solidificar as relações do subcampo marista com o campo do poder como meio de ampliar o seu capital religioso e, assim, fortalecer-se na disputa que estabelece com as demais organizações da rede de educação particular do RS;

- beneficiar cidadãos mais vulneráveis, os mais “pobres”, a partir das modificações da Lei de Filantropia;

- estabelecer uma rede de parceria com entidades sociais similares, órgãos representativos da sociedade civil e adequação ao público atendido são as ações mais adequadas para impedir que o Governo, em nome de maior arrecadação tributária, prejudique as entidades filantrópicas.

- estabelecer estratégias - em especial, a UMBRASIL (União Marista do Brasil) - visando o aumento de capital religioso junto ao campo. Para isso, é importante utilizar o capital religioso que dispõe, distribuindo seus representantes de forma adequada no subcampo, para que possam assumir “tomadas de posição” que não se oponham à Pedagogia de Champagnat e aos “valores” do campo religioso. Talvez este seja o grande desafio que se configura: aumentar o capital religioso do subcampo, já não mais como “Províncias”, mas como Brasil Marista;

- ampliar o subcampo marista implica aumento de poder de barganha do subcampo marista perante os demais campos do espaço social. Implica, por exemplo, compreender e aceitar que o dinheiro não é única moeda de troca, dessa congregação religiosa. A utilização do capital religioso deve ser explorada como moeda de troca, inclusive na captação de alunos e de recursos para a manutenção financeira do subcampo marista;

- formar o *habitus* religioso dos cidadãos é a principal maneira de produzir capital simbólico, pois quanto maior o número de cidadãos que incorporam o *habitus* religioso marista, maior será a “representatividade” do subcampo no espaço social. Portanto, se a formação dos cidadãos dos colégios e obras sociais for descontínua, descontínua será também a produção de capital religioso no subcampo marista. Existe aí uma necessidade de avaliação contínua da produção deste capital, na perspectiva de garantia de uma continuidade mínima do subcampo religioso marista, é claro que, serão necessárias ações adequadas visando à manutenção, e se possível, a expansão da produção deste capital.

- investir na construção do Plano Político Pedagógico para as obras sociais constitui-se uma das principais ações da Comissão de Assistência Social, pois além de organizar a linha pedagógica e de formação marista, tende a impulsionar a construção de planos locais para as obras sociais, com perspectivas de futuro, ou seja, adequando as ações das obras para enfrentar possíveis ameaças futuras;

- definir a ação Pedagógica voltada à formação do *habitus* religioso dos cidadãos atendidos e dos próprios educadores. Formar os educadores e os educandos das obras sociais utilizando a Pedagogia de Champagnat articulada às novas tecnologias, é apostar na ampliação do capital religioso do subcampo marista.

REFERÊNCIAS

- ACCARDO, Alain. **Iniciation à la sociologie**. Paris: Macaret, 1983.
- ALMEIDA NETO, Honor de. **Trabalho infantil – Formação da criança jornaleira de Porto Alegre**. Canoas: Editora da ULBRA, 2004.
- ALVES, Rubem. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1987.
- _____. **Aprendiz de mim: um bairro que virou escola**. Campinas: Papyrus, 2004.
- _____. **Por uma educação romântica**. Campinas: Papyrus, 2002.
- ASSMAN, Hugo; SUNG, lung Mo. **Competência e sensibilidade solidária – Educar para a esperança**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**. V. 1,2,3,4. São Paulo: Loyola, 1996.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BERMAM, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORNSTEIN, David. **Como mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BRUNSTEIN, Janete. **ONG's e Educação: novas possibilidades educativas?** São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Educação), 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- _____. **Réponses – pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.
- _____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996a.
- _____. **As regras da Arte – gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- _____. **A miséria do mundo**. Vozes: Rio de Janeiro. 1997.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2005a.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8069/90. Belo Horizonte: VL&P, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2005.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darci de; OLIVEIRA, Rosika Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUSC, 2001.

COTTA, Gildo. **Princípios Educativos de Marcelino Champagnat**. São Paulo: FTD, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

DESAULNIERS; Julieta B. R. **Trabalho: A Escola do Trabalhador?** Porto Alegre: UFRGS. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), 1993.

_____. Formação, ou qualificação, ou competência... **VERITAS**, Porto Alegre, v. 38, p. 95-103, 1993.

_____. A dinâmica estrutural do campo religioso: alguns dados empíricos. **VERITAS**, Porto Alegre, v. 41, p. 249-260, 1996.

_____. Solidariedade, formação do cidadão e seus agentes sociais. **VERITAS**, Porto Alegre, v. 43, p. 83-89, 1998.

_____. Impresso: Do folheto ao computador. **VERITAS**, Porto Alegre, v. 43, p. 141-150, 1998.

_____. **Responsabilidade Social & universidade**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

DIAS, Cláudia Augusto. **Informação e Sociedade: Estudos**. v. 10, n. 2. Paraíba: Inf. & Soc: Est., 2000, pp. 141-158.

DICK, Hilário. **No mar ligeiro dos adolescentes das instituições maristas do Brasil**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2005.

DÍEZ, Felicíssimo Martinez. **Vida Religiosa – carisma e missão profética**. São Paulo: Paulus, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto; ALVES, Rubem. **Fomos maus alunos**. Campinas: Papirus, 2004.

ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano – uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Tecendo redes para educação integral**. São Paulo: Prol editora gráfica, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LEAL, Alane de Lucene. **Cidadania mediada pela formação religiosa**. Goiás: Universidade Católica de Goiás. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), 2003.

LEÓN, Irene. **La otra américa en debate**. Ecuador: Artes Gráficas Silva, 2006.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Victor Civita, 1984.

MAQUIAVEL. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARMILICZ, André. **Relação educativa. A comunicação interpessoal entre o educador e educando**. Curitiba: Editora Vicentina, 1999.

MASSON, Robert. **São Marcelino Champagnat – não seria possível sem Deus**. São Paulo: Loyola, 2000.

MORIN; E. & LE MOIGNE. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal. Contextos, percursos e sujeitos**. São Paulo: Editora Setembro, 2005.

PINHEIRO, Adevair Aparecida. **Identidade e participação: um estudo das práticas sociais em duas realidades religiosas**. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), 2003.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

POZZOBON, Eugênio Antônio. **A filantropia**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

PROVÍNCIA MARISTA DO RS. **Guia Administrativo**. Porto Alegre: CAF, 2005.

_____. **Álbum do centenário da presença dos irmãos maristas no Brasil: 1897 – 1997**. São Paulo: EMIR, 1997.

_____. **Fidelidade à missão em situações de crises sociais**. Roma: FMS, 1998.

_____. **Caminhar em Paz mas Depressa**. Roma: FMS, 1997.

_____. **A propósito de nossos bens**. Roma: FMS, 2000.

PROAME. **Pesquisa: Crianças e adolescentes em situação de rua**. São Leopoldo: Vallup Artes Gráficas, 2004.

RIGO, Kate Fabiani. **Maristas franceses em redutos alemães: reação germanista frente à pedagogia francesa aplicada pelos Irmãos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação (Mestrado em Educação), 2003.

RODRIGUES, Nadir Bonini. **Assim nossos irmãos maristas escreveram (1897-1941)**. Porto Alegre: USBEE, 1997.

_____. **Assim nossos Irmãos Maristas escreveram: 1897 - 1941**. Porto Alegre: EPECÊ, 1997.

_____. **Educador Marista, um jeito de ser**. Porto Alegre: CMC Editora, 2002.

_____. **Ação Inovadora dos Irmãos Maristas no sul do Brasil: 1900 – 2000**. Porto Alegre: EPECÊ, 2000.

SAMMON, Seán. **Uma revolução do coração**. C.S.C. Gráfica: Roma, 2003. v. XXXI.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação Popular**. Paraíba: Cortez Editora, 2001.

SILVA, Luis Heron da. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Washington Abadio da. **A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na princesa do sertão: o colégio marista diocesano de Uberaba (1903 – 1916)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação (Mestrado em Educação), 2004.

SIMAR - Serviço interprovincial marista. **Guia da formação**. Roma: Loyola, 1993.

_____. **MISSÃO educativa marista: um projeto para o nosso tempo/** Comissão Interprovincial de Educação Marista. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Atas do XX Capítulo Geral.** Roma: Gráfica C.S.C., 2002.

TEIXEIRA, Evilázio F. Borges. **A educação do homem segundo Platão.** São Paulo: Paulus, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 254-298.

VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações.** Petrópolis: Vozes, 1998.

VV. Autores. **Crianças e adolescentes em situação de rua.** São Leopoldo: Vallup Artes Gráficas, 2004.

_____. **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

_____. **Análise institucional na vida religiosa consagrada.** Belo Horizonte: CRB, 2005.

APÊNDICE A – Quadro de Seleção da Unidade de Pesquisa

– QUADRO DE SELEÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA

	OBRA	CIDADE	FUNDAÇÃO	ATIVIDADES	ATENDIDOS Nº	TIPO
1-	CESMAR – Centro Social Marista de Porto Alegre	Porto Alegre	20/11/96	SASE, EDUCATIVO, A. SOCIAL, SAÚDE, CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1400/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
2-	Centro Marista Aparecida das Águas	Porto Alegre	01/03/99	SASE, EDUCATIVO, EDUCAÇÃO INFANTIL	224/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
3-	Escola Marista Santa Marta	Santa Maria	08/03/98	ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL, SASE	890/DIA	EDUCAÇÃO
4-	Centro Educacional Marista de Viamão	Viamão	15/08/2004	SASE	150/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
5-	Centro Marista Boa Esperança	Santa Cruz do Sul	14/09/98	SASE	40/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
6-	Artesanato Marista Santa Isabel	Porto Alegre	01/10/97	CURSOS PROFISSIONALIZANTES, SASE	150/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
7-	Centro Marista Irmão Getúlio	Vacaria	03/03/98	SASE	120/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
8-	Colégio Marista São Pedro	Porto Alegre	20/08/2002	SASE	55/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
9-	Colégio Marista Santo Ângelo	Santo Ângelo	05/05/2002	SASE	50/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
10-	Colégio Marista Roque Gonçalves	Cachoeira	10/10/2001	SASE	70/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
11-	Centro Marista Irmão Emílio	Lajeado	14/08/1997	SASE	80/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
12-	Colégio Marista Conceição	Passo Fundo	14/05/2003	SASE	80/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE B – Quadro de Operacionalização das Entrevistas

QUADRO DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS:

Conforme o quadro abaixo, as entrevistas foram realizadas seguindo a relação apresentada entre as questões (primeira coluna) e os entrevistados (segunda coluna), respeitando as hipóteses apresentadas na primeira coluna. Este quadro permite que todas as hipóteses sejam contempladas no levantamento de dados junto às diversas fontes, entre elas os agentes do subcampo religioso marista:

H 1	OBJETIVOS	ROTEIRO 1	ENTREVISTADOS
	<p>- Demonstrar as mudanças que a regulamentação da Lei da Filantropia ocasionou nas entidades Filantrópicas, em especial na Província Marista do RS;</p> <p>- Apontar as ações da Província Marista do RS para responder à Lei da Filantropia na aplicação dos 20%;</p> <p>- Evidenciar as relações de disputa entre o campo do poder e o campo religioso em decorrência da Lei da Filantropia;</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como era aplicada a filantropia na Província até o período de mudança na legislação? (bolsas de estudos, doações, outros?) Como aconteceu o processo de adaptação? 2. A implementação da lei da Filantropia teve que conseqüências na Província? Quais? 3. Como você percebe esta decisão do Governo Federal de "ditar" novas regras para as Entidades Filantrópicas? 4. A iniciativa das obras sociais, partiu de quem? Como tudo iniciou? 5. E a fiscalização do Governo é séria? Ela acontece? Poderia dar algum exemplo? 6. E aquele um milhão doado às vítimas da enchente, via governo Britto, você lembra? Teve alguma importância na decisão de iniciar obras sociais? 7. E as comunidades de inserção e as missões, você as considera opção da província, ou de um determinado grupo de maristas? 8. O aporte financeiro para as obras sociais gerou que reações na província? Existia uma divisão nas opiniões? 9. Esta participação social, não é muita política e pouco religiosa? 	<p>1º- Ir. Jaime</p> <p>2º- Roberto</p> <p>3º- Ir. Silva</p> <p>4º- Ir. Pedro Ost</p> <p>5º- Ir. Armando</p> <p>6º- Delvino</p>

	<p>- Caracterizar <i>posições e tomadas de posição</i> dos principais agentes maristas quanto à implementação das obras sociais a partir da Lei da Filantropia;</p> <p>- Apontar as primeiras repercussões das obras sociais maristas voltadas à formação do cidadão, junto aos vários campos dos espaço social em que passa a se inserir;</p>	<p>10. Quando foi anunciada a construção da primeira obra social, como foi a reação dos Irmãos?</p> <p>11. Qual foi sua participação na fundação das obras sociais? Como você se posicionou? Você sabia o que estava acontecendo em relação à Filantropia?</p> <p>12. Qual sua opinião quanto à participação nos diversos Conselhos (CMDCA, CEDICA, CEAS,...)? É função dos Maristas?</p> <p>13. A opção pelos pobres que Champagnat fez, ainda é válida? Atualmente, não é apenas uma obrigação?</p> <p>14. Você lembra quais foram as repercussões que a fundação das obras sociais produziu na sociedade?</p> <p>15. O início das Obras Sociais representou mudança no “jeito Marista”? Trouxe conquistas ou prejuízos à Província?</p>	
H 2			
	<p>- Analisar as principais orientações do XIX Capítulo Geral, que definiram novos rumos à estrutura interna das Províncias Maristas na ampliação das obras sociais;</p>	<p>16. O XIX Capítulo Geral, em suas conclusões, orientou os maristas para que fossem aos “pobres” e iniciassem obras sociais. A Província do Rio Grande do Sul respondeu com propostas concretas no plano trienal de 1994. Você lembra dessa discussão entre os Irmãos e da decisão do início da primeira obra social?</p> <p>17. Qual foi? Como você retrataria esta fundação?</p> <p>18. Os Maristas tinham experiência para trabalhar com os mais vulneráveis da sociedade?</p> <p>19. Como foi esta adaptação, esta mudança no perfil dos atendidos?</p>	<p>1º- Ir. Jaime</p> <p>2º- Roberto</p> <p>3º- Ir. Silva</p> <p>4º- Ir. Pedro Ost</p>

	<p>- Averiguar conquistas e desafios a enfrentar nas relações que se estabelecem entre os maristas e comunidades mais vulneráveis da sociedade, a partir da criação das obras sociais maristas;</p> <p>- Analisar os conflitos detectados no campo religioso marista, em especial das obras sociais, já que não significam consenso entre os irmãos;</p>		<p>20. Certamente, a decisão de manter obras sociais levou os maristas a iniciarem novas relações com a sociedade. O que de novo surgiu?</p> <p>21. Na sua concepção, a opção dos maristas é pela filantropia, ou pelos pobres?</p> <p>22. Neste contexto de obras sociais, o que a fundação do CESMAR representou (positivo, negativo...)?</p> <p>23. Os maristas têm tradição na educação católica do Rio Grande do Sul (Colégios, Universidades), as Obras Sociais, por acaso, não conflitam esta tradição?</p> <p>24. Houve predisposição dos Irmãos para serem transferidos para as obras sociais?</p> <p>25. Você já esteve no CESMAR? Como você avalia o desenvolvimento desta obra?</p> <p>26. E as obras sociais iniciadas, ou assumidas pelos maristas a partir da década de 90, você lembra como foi o início?</p> <p>27. Como foi resolvido o problema da falta de consenso dos irmãos em relação às obras sociais?</p>	<p>5º- Ir. Armando</p> <p>6º- Delvino</p> <p>7º- Ir. Cláudio</p>
H 3	<p>Demonstrar, através de iniciativas e ações de Irmãos e Leigos que coordenaram e coordenam as obras sociais, o tipo de modelo de gestão e de planejamento, que pode ocasionar insegurança e até constrangimento nos momentos de troca de coordenação;</p>		<p>28. Qual o modelo de gestão exercido nas obras sociais, como são coordenadas?</p> <p>29. Os maristas têm um jeito de fazer educação. Esta experiência educacional, colaborou ou atrapalhou na organização inicial das obras sociais?</p> <p>30. Atualmente, já existe um processo (estrutura) para formar os educadores sociais maristas? Quais você salienta?</p> <p>31. A pedagogia aplicada nas obras sociais, corresponde à</p>	<p>1º- Ir. Jaime</p>

	<p>- Caracterizar o <i>habitus</i> religioso que os maristas buscam instaurar no conjunto das obras sociais do RS, analisando a linguagem utilizada nos depoimentos que relatam o processo de formação religiosa desenvolvido nestas;</p> <p>- Demonstrar a descontinuidade das ações pedagógicas das obras sociais maristas e suas ambigüidades, motivadas em parte por utilizarem a metodologia dos colégios e em alguns casos utilizarem também suas dependências;</p>	<p>proposta pelos maristas, por Champagnat?</p> <p>32. Os maristas foram fundados por Champagnat para evangelizar através das ações que realizam, certo? E as obras sociais, evangelizam? Existe uma formação religiosa?</p> <p>33. A "marca" marista, fortaleceu-se com as obras sociais? Os maristas passaram exercer influência em outros locais da sociedade?</p> <p>34. Como é sonhada a evangelização para as obras sociais?</p> <p>35. Existe um projeto pedagógico para as obras sociais?</p> <p>36. O fato de a larga experiência pedagógica nos colégios, com os mais abastados da sociedade, atrapalha na condução das obras sociais? Existe uma predisposição para reproduzir aquela forma de fazer educação?</p> <p>37. Quais as principais características pedagógicas das obras sociais maristas?</p> <p>38. Existe uma pedagogia marista voltada para os vulneráveis da sociedade?</p> <p>39. O fato de a maioria das obras desenvolverem educação informal é um problema?</p>	<p>2º- Roberto</p> <p>3º- Ir. Lédio</p> <p>4º- Ir. Pedro Ost</p> <p>5º- Denise</p> <p>6º- Ir. Cláudio</p> <p>7º- Ir. Antonio Cechin</p>
H 4	<p>- Comentar a expansão das Obras Sociais Maristas e a sua relação direta com as pressões do campo do poder</p> <p>- Evidenciar que a formação do <i>habitus</i> nas obras sociais maristas instaura-se através de processos formais e informais, significando esperança e transformação social - o sonho de Champagnat;</p>	<p>40. Como foi a relação entre o econômico e a assistência social da província neste momento? As compreensões sobre o assunto eram as mesmas?</p> <p>41. Houve momentos que as obras sociais foram responsabilizadas por situações como a perda de alunos, crise financeira, ou mesmo exagero de gastos na província?</p> <p>42. Como avalia a expansão das obras sociais? Existe oposição a esta expansão? Por quê?</p> <p>43. Qual deve ser o resultado formativo do atendido que passa pelo Cesmar? Em outras palavras, como ele deve sair? Quais as transformações devem acontecer na sua personalidade?</p>	<p>1º- Ir. Jaime</p> <p>2º- Roberto</p> <p>3º- Ir. A. Cechin</p> <p>4º- Ir. Pedro Ost</p>

<p>- Analisar o impacto da formação do <i>habitus</i> religioso instaurada junto às obras sociais maristas na vida dos atendidos e de seus familiares</p>	44. Na sua opinião, o que se aproxima mais do sonho de Champagnat, atender as crianças e adolescentes das obras sociais, ou dos colégios?	5º- Ir. Armando
	45. O CESMAR foi um marco na questão Obras Sociais, como você avalia o início desta obra? E atualmente?	6º- Maria Deloi
		7º- Rosa
		8º- Marisa
		9º- Denise
	46. Qual deve ser o resultado formativo do atendido que passa pela obra social? Em outras palavras, como ele deve sair? Quais as transformações devem acontecer na personalidade cidadão?	10º Marcos
	47. A questão da evangelização, de mostrar-se como instituição católica, deve ser mantida ou os maristas devem ser mais ecumênicos e manterem-se como ecumênicos?	
48. Qual o impacto que as obras sociais provocam na comunidade em que estão inseridas?		
49. Você poderia falar um pouco sobre como você percebe as obras sociais atualmente? E o CESMAR?		

ALGUMAS QUESTÕES COMPLEMENTARES:

<p>50. Como você percebe o Cesmar? Era o sonhado, quando a obra começou?</p> <p>51. A obra cumpre o papel social? E o papel religioso, de Evangelização?</p> <p>52. Sua experiência no Cesmar, como descreve?</p> <p>53. Você conhece outras obras sociais? E como as percebe?</p> <p>54. E no Cesmar? Qual a influência, a função?</p> <p>55. O que pensa sobre Maristas e Pobreza?</p> <p>56. Você se considera marista? Por quê?</p> <p>57. Vale continuar investindo no CESMAR? Oportunizar seu crescimento?</p> <p>58. Qual deve ser o resultado formativo do atendido que passa pelo Cesmar? Em outras palavras, como ele deve sair? Quais as transformações devem acontecer na personalidade do cidadão?</p> <p>59. A questão da evangelização, de mostrar-se como instituição católica, deve ser mantida, ou os maristas devem ser neutros religiosamente?</p>	<p>1- Denise</p> <p>2- Maria Deloi</p> <p>3- Elisabete</p> <p>4- Marcos</p> <p>5- Educando 1</p> <p>6- Educando 2</p> <p>Obs: Creio que estas questões podem auxiliar no momento em que a pesquisa se centralizar no CESMAR e na influência que este tem na comunidade.</p>
--	---

APÊNDICE C – Quadro de Seleção da Unidade de Pesquisa

	OBRA	CIDADE	FUNDAÇÃO	ATIVIDADES	ATENDIDOS Nº	TIPO
1-	CESMAR – Centro Social Marista de Porto Alegre	Porto Alegre	20/11/96	SASE, EDUCATIVO, A. SOCIAL, SAÚDE, CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1400/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
2-	Centro Marista Aparecida das Águas	Porto Alegre	01/03/99	SASE, EDUCATIVO, EDUCAÇÃO INFANTIL	224/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
3-	Escola Marista Santa Marta	Santa Maria	08/03/98	ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL, SASE	890/DIA	EDUCAÇÃO
4-	Centro Educacional Marista de Viamão	Viamão	15/08/2004	SASE	150/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
5-	Centro Marista Boa Esperança	Santa Cruz do Sul	14/09/98	SASE	40/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
6-	Artesanato Marista Santa Isabel	Porto Alegre	01/10/97	CURSOS PROFISSIONALIZANTES, SASE	150/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
7-	Centro Marista Irmão Getúlio	Vacaria	03/03/98	SASE	120/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
8-	Colégio Marista São Pedro	Porto Alegre	20/08/2002	SASE	55/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
9-	Colégio Marista Santo Ângelo	Santo Ângelo	05/05/2002	SASE	50/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
10-	Colégio Marista Roque Gonçalves	Cachoeira	10/10/2001	SASE	70/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
11-	Centro Marista Irmão Emílio	Lajeado	14/08/1997	SASE	80/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
12-	Colégio Marista Conceição	Passo Fundo	14/05/2003	SASE	80/DIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE D – Roteiro Geral para Entrevistas

ROTEIRO GERAL PARA ENTREVISTAS

1. Como era aplicada a filantropia na Província até o período de mudança na legislação? (bolsas de estudos, doações, outros?) Como aconteceu o processo de adaptação?
2. A implementação da lei da Filantropia teve quais conseqüências na Província?
3. Como você analisa a decisão do Governo Federal de “ditar” novas regras para as Entidades Filantrópicas?
4. Quais foram os idealizadores das obras sociais? Descreva este início.
5. A fiscalização às Entidades filantrópicas, por parte do Governo Federal, é séria? Ela acontece? Poderias citar algum exemplo?
6. E aquele um milhão doado às vítimas da enchente, via governo Britto, você lembra? Teve alguma importância na decisão de fundar as obras sociais?
7. Você considera as comunidades de inserção e as missões uma opção da província, ou de apenas grupo de maristas?
8. O aporte financeiro destinado às obras sociais, gerou que reações na província? Existia uma divisão nas opiniões?
9. A participação social, não é muito política e pouco religiosa?
10. Quando foi anunciada a construção da primeira obra social, qual foi a reação dos Irmãos?
11. Qual foi sua participação na fundação das obras sociais? Como você se posicionou? Você sabia o que estava acontecendo em relação à Filantropia?
12. Qual sua opinião quanto à participação nos diversos Conselhos (CMDCA, CEDICA, CEAS,...)? É função dos Maristas?
13. A opção pelos pobres que Champagnat fez, ainda é válida? Atualmente, não é apenas uma obrigação?
14. A fundação das obras sociais produziu que tipo de repercussões na sociedade?
15. O início das Obras Sociais representou mudança no “jeito Marista”? Trouxe conquistas ou prejuízos à Província?
16. O XIX Capítulo Geral, em suas conclusões, orientou os maristas para que fossem aos “pobres” e iniciassem obras sociais. A Província do Rio Grande

- do Sul respondeu com propostas concretas no plano trienal de 1994. Você lembra desse momento, da decisão do início da primeira obra social?
17. Qual foi a primeira obra? Como você retrataria esta fundação?
 18. Antes das obras sociais, os maristas eram preparados, tinham experiência no trabalho com os mais vulneráveis da sociedade?
 19. Como foi essa adaptação, essa mudança no perfil dos atendidos?
 20. A opção pelas obras sociais levou os maristas a iniciarem novas relações com a sociedade, certo? E quais foram essas relações?
 21. Na sua concepção, a opção dos maristas é pela filantropia, ou pelos pobres?
 22. Nesse contexto de obras sociais, o que a fundação do CESMAR representou (positivo, negativo...)?
 23. Os maristas têm tradição na educação católica do Rio Grande do Sul (Colégios, Universidades), as Obras Sociais, por acaso, não conflitam esta tradição?
 24. As transferências de Irmãos para as obras sociais contaram com a pré-disposição destes? Como foi esse processo?
 25. Você já esteve no CESMAR? Como você avalia o desenvolvimento desta obra?
 26. E as obras sociais iniciadas, ou assumidas pelos maristas a partir da década de 90, você lembra como foi esse início?
 27. Como foi resolvido o problema da falta de consenso dos irmãos em relação às obras sociais?
 28. Qual o modelo de gestão exercido nas obras sociais, como são coordenadas?
 29. Os maristas têm um jeito de fazer educação. Essa experiência educacional colaborou ou atrapalhou na organização inicial das obras sociais?
 30. Atualmente, já existe um processo (estrutura) para formar os educadores sociais maristas? Você poderia descrevê-lo?
 31. A pedagogia aplicada nas obras sociais, corresponde à proposta pelos maristas, por Champagnat?
 32. Os maristas foram fundados por Champagnat para que evangelizem através das ações que realizam, certo? E as obras sociais, evangelizam? Formam religiosamente?
 33. A “marca” marista fortaleceu-se com as obras sociais? Os maristas passaram a exercer influência em outros locais da sociedade?

34. Como é sonhada a evangelização para as obras sociais?
35. Existe um projeto pedagógico para as obras sociais?
36. O fato da larga experiência pedagógica nos colégios, com os mais abastados da sociedade, atrapalha na condução das obras sociais? Existe uma pré-disposição para reproduzir aquela forma de fazer educação?
37. Quais as principais características pedagógicas das obras sociais maristas?
38. Existe uma pedagogia marista voltada para os vulneráveis da sociedade?
39. A maioria das obras sociais trabalha com educação informal, isso representa um problema?
40. Como foi a relação entre o econômico e a assistência social da província no momento da implantação das obras sociais? As compreensões da situação eram as mesmas?
41. Houve momentos que as obras sociais foram responsabilizadas por situações como a perda de alunos, crise financeira, ou mesmo exagero de gastos na província?
42. Como você avalia a expansão das obras sociais? E os Irmãos, concordam com a expansão? Por quê?
43. Qual deve ser o resultado formativo do atendido que passa pelo CESMAR? Em outras palavras, como ele deve sair? Quais as transformações devem acontecer na sua personalidade?
44. Na sua opinião, o que se aproxima mais do sonho de Champagnat, atender as crianças e adolescentes das obras sociais, ou dos colégios particulares?
45. O CESMAR foi um marco na questão Obras Sociais, como você avalia o início desta obra? E atualmente?
46. A evangelização, o assumir-se como instituição católica, deve ser preservado, ou os maristas devem ser ecumênicos no evangelizar?
47. Qual o impacto que as obras sociais provocam na comunidade em que estão inseridas?
48. Como você percebe as obras sociais atualmente? E o CESMAR?

APÊNDICE E – Quadro da História da Filantropia

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 195 - § 7º São **isentas de contribuição para a seguridade social** as entidades beneficentes de assistência social que atendam às **exigências estabelecidas em lei**.

LEI 8.212, de 24/07/91

Art. 55 - Fica **isenta** das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade beneficente de assistência social que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I - seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;

II - seja **portadora do Certificado ou do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social, renovado a cada três anos;**

III - promova a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes;

IV - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;

V - aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, apresentando anualmente ao Conselho Nacional da Seguridade Social relatório consubstanciado de suas atividades.

DECRETO Nº 752, de 16/02/93

Art. 2º - IV - **aplicar anualmente pelo menos vinte por cento da receita bruta** proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, bem como das contribuições operacionais, em gratuidade, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições previdenciárias usufruída;

ORDEM DE SERVIÇO nº 150, de 26/11/96 - INSS

2.1 - Para atender ao disposto na alínea "d", a entidade em gozo da isenção está obrigada a partir de março de 1993 a aplicar em gratuidade, nas atividades descritas no item 1, pelo menos o equivalente à isenção das contribuições previdenciárias por ela usufruída.

Alínea "d" - promover a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, portadores de deficiência ou pessoas carentes;

item 1 - Considera-se entidade beneficente de assistência social aquela que presta assistência social gratuita, inclusive assistência educacional e de saúde na área de atuação da Seguridade Social, a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência ou pessoas carentes.

2.5 - A prestação de serviços gratuitos a seus funcionários e/ou seus dependentes, eventualmente ou de forma habitual, não poderá ser computada para efeitos do disposto no item 2.1.

RESOLUÇÃO Nº 96, de 30/08/95 - CNAS

Publicada no Diário Oficial da União em 20/09/95

INDEFERIU O PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE DE FINS FILANTRÓPICOS.

OUTUBRO/95

Enviada comunicação aos pais, esclarecendo porque foi indeferida renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e a razão do aumento de 16% nas mensalidades escolas, para cobrir o recolhimento ao INSS de 23% sobre a folha de pagamento.

IMPORTANTE: Naquela comunicação não foi prometida a retirada do aumento caso o Certificado fosse renovado.

MOBILIZAÇÃO ATRAVÉS DA FEDERAPAMES e APMs, bem como a contratação de advogado para reconquistar o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

RESOLUÇÃO Nº 116, de 05/07/96 - CNAS

Publicada no Diário Oficial da União em 15/07/96

DEFERIU O PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE DE FINS FILANTRÓPICOS.

JULHO/96

Enviadas comunicações aos Diretores das Escolas em 26/07 e 29/07/96, comunicando da renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e alertando que não haveria devolução de valores aos pais de alunos.

SITUAÇÃO ATUAL

Dada à consagração do Decreto 752/93, que exige a aplicação de no mínimo 20% da receita em gratuidades, não podemos retirar os 16% das mensalidades porque precisamos para cumprir à risca as determinações legais, sob pena de perdermos novamente o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e, conseqüentemente, comprometermos não somente a cota patronal ao INSS como também outras isenções e imunidades.

A tendência do Governo é de "amarrar" todas as isenções e imunidades ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

Importante enfatizar que a renovação do Certificado ocorre a cada três anos, conforme a Lei 8.212/91:

- a primeira, em 1994, referente aos anos de 1991, 1992, 1993, quando tivemos indeferida a renovação do Certificado;
- a segunda, neste ano, referente aos anos de 1994, 1995 e 1996;
- assim, sucessivamente

ANEXO A – PPP DO CESMAR, P. 4 A 14

1 MARCO INSTITUCIONAL

1.1 NOME DA ENTIDADE

CENTRO SOCIAL MARISTA DE PORTO ALEGRE - CESMAR

1.2 OBJETIVO GERAL

Proporcionar condições para o desenvolvimento da cultura da solidariedade, oportunizando uma formação integral a partir de princípios humano-cristãos, a fim de preparar agentes de transformação social.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Prestar o serviço de apoio sócio-educativo;
- b) Construir estruturas de auto-gerenciamento, como cooperativas;
- c) Capacitar pelo trabalho educativo;
- d) Contribuir para inserção do (a) educando (a) no mundo do trabalho;
- e) Colaborar na construção da identidade autônoma e vivência dos valores humano-cristãos, segundo Champagnat;
- f) Criar espaços para diversificar a comunicação interna e externa;
- g) Oferecer atendimento diversificado na área de saúde;
- h) Acompanhar e auxiliar o desenvolvimento escolar;
- i) Capacitar lideranças;
- j) Atender e orientar as famílias dos educandos;
- l) Participar de espaços de interação junto à comunidade e a outras instâncias sociais (públicas e privadas), estabelecendo parcerias;
- m) Assegurar a operacionalização dos princípios do ECA.

1.4 REGIME DE ATENDIMENTO

Sócio educativo em meio aberto (conforme legislação vigente - E.C.A.)

Diurno: complementação no processo de desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Noturno: atendimento de jovens e adultos no processo de formação integral: escolarização, iniciação pré-profissionalizante, formação humano-cristã e capacitação para a cidadania .

1.4 FAIXA ETÁRIA

Diurno: 5 a 18 anos

Noturno: a partir dos 16 anos

1.5 NOME DA MANTENEDORA

União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE, com sede na Rua Ir. José Otão, 11 - Porto Alegre/RS

1.6 REGISTROS

Conselho Administrativo da União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE, 02 de dezembro de 1996 - Porto Alegre - RS.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Fórum das Entidades sobre Trabalho Educativo - FORTE

1.7 ESTRUTURA E GERENCIAMENTO

A estrutura e gerenciamento do CESMAR fundamenta-se no princípio da gestão participativa. A Instituição é mantida pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE.

1.8 DO ESTABELECIMENTO, DA FILOSOFIA, DE SEUS FINS E OBJETIVOS

1.8.1 Do estabelecimento

O Centro Social Marista - CESMAR - localizado na Estrada Antônio Severino, n.º 1493, Bairro Rubem Berta, Porto Alegre, é uma entidade não governamental, mantida pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE, criada pelo Conselho Administrativo da USBEE, em 02 de dezembro de 1996.

Do regime de atendimento: Diurno e noturno

Horários de atendimento:	Manhã:	Das 7 h 45 min	às	11 h 45 min
	Tarde:	Das 13 h 30 min	às	17 h 30 min
	Noite:	Das 18 h 30 min	às	22 h 30 min

1.8.2 Da filosofia do CESMAR (conforme Marco Referencial, pág. 12 e seguintes)

1.8.3 Dos fins

- a) Regime sócio-educativo em meio aberto
 - SASE (Serviço de Apoio Sócio-Educativo)
 - Trabalho Educativo
- b) Ensino Supletivo
- c) Programas comunitários
 - Cursos de profissionalização
 - Centro Cultural
 - Serviço de apoio familiar

1.9 DA ORGANIZAÇÃO

1.9.1 Equipe de gestores

A equipe de gestores é composta pela direção, vice-direção, coordenação administrativa, coordenação pedagógica e representantes das áreas.

1.9.2 Direção

- a) Dirigir o CESMAR assessorado pela equipe de gestores;
- b) Responder, em nome da instituição, perante órgãos públicos, privados e à mantenedora a partir da aprovação do Conselho Administrativo;
- c) Autorizar projetos e orçamentos discutidos com a equipe de gestores, dentro do orçamento aprovado pela administração da USBEE;
- d) Admitir, empossar e dispensar funcionários segundo princípios legais;
- e) Assinar documentos representando o CESMAR;
- f) Zelar pelo patrimônio;
- g) Convocar reuniões;
- h) Delegar representante (s) para participar de reuniões.

1.9.3 Vice-direção

- a) Assessorar o diretor em todas as suas funções;
- b) Substituir o diretor em seus impedimentos;
- c) Acompanhar sistematicamente as reuniões;

1.9.4 Coordenação administrativa

- a) Efetivar a documentação de contratação e demissão de funcionários;
- b) Manter atualizada a documentação de funcionários;
- c) Cumprir orientações administrativas da mantenedora;
- d) Receber solicitação de material das diversas áreas e realizar orçamentos;
- e) Efetivar compras já aprovadas, prestando contas à entidade mantenedora;
- f) Entrevistar pessoal para seleção de funcionários;
- g) Coordenar a equipe de apoio.

1.9.5 Coordenação pedagógica

- a) Orientar, acompanhar e coordenar a equipe educativa;
- b) Elaborar e analisar projetos de cursos e oficinas para o CESMAR junto com os (as) educadores (as);
- c) Elaborar projetos para formação integral dos funcionários (as);
- d) Orientar e acompanhar a elaboração e execução de projetos dos(as) instrutores(as);
- e) Elaborar e assinar documentos relativos aos educandos (as) e atividades pedagógicas realizadas no CESMAR;
- f) Organizar relatórios internos, mantendo registro dos projetos realizados, folhas de chamada, fichas de entrevistas e avaliações atualizadas;
- g) Intermediar situações que envolvam instrutores e educandos (as) junto à equipe de gestores;
- h) Convocar e presidir reuniões com pais e/ou responsáveis e equipe educativa;
- i) Orientar o processo de seleção e inscrição de crianças e adolescentes;
- j) Acompanhar projetos de catequese e formação humano-cristã desenvolvidos no CESMAR.

1.9.6 Da equipe de apoio

A equipe de apoio compõe-se dos diversos serviços do CESMAR que estão à disposição de todas as áreas.

1.9.7 Serviço de secretaria

Cargo: Secretária (o) (auxiliar de administração).

- a) Receber e repassar comunicados, convenientemente e em tempo hábil;
- b) Recepcionar e encaminhar pessoas;
- c) Enviar correspondências e manter atualizados os arquivos dos diversos documentos;
- d) Preparar e manter arquivados os documentos solicitados pela direção e coordenação.

1.9.8 Serviço de alimentação

Cargo: Cozinheira (s) o (s) e auxiliares

Cumprir orientações do serviço de nutrição.

1.9.9 Serviços gerais

Cargo: Serviços gerais

- a) Zelar pela organização e limpeza das dependências do CESMAR;
- b) Prestar serviços diversos cumprindo orientações da equipe de gestores;
- c) Preservar equipamentos e instalações do CESMAR;
- d) Adotar atitudes de prevenção a situações de risco a pessoas e ao patrimônio;
- e) Auxiliar no acompanhamento das crianças e adolescentes durante os recreios.

1.9.10 Serviço de biblioteca

Cargo: Bibliotecária (o)

- a) Organizar e informatizar o acervo da biblioteca;
- b) Receber e orientar educandos e instrutores para utilizar adequadamente a biblioteca;
- c) Realizar restauração no acervo, quando necessário deixando-os em condições de uso;
- d) Encaminhar à coordenação pedagógica a solicitação de livros e outros materiais;
- e) Zelar pelo material disponível na biblioteca.

1.9.13 Profissionais da área de saúde

- a) Atendimento prioritário a educandos (as) e funcionários (as) do CESMAR;
- b) Encaminhar ao representante da área as situações relevantes e solicitação de materiais;
- c) Prestar atendimento à comunidade segundo critérios estabelecidos pela direção.

1.10 DAS ESTRUTURAS DE ARTICULAÇÃO

1.10.1 Conselho dos (as) educandos (as)

- a) Representar participativamente todos (a) os educandos (a) do CESMAR junto ao Conselho do CESMAR;
- b) Participar de reunião mensal com caráter formativo e deliberativo com a assessoria;
- c) Responsabilizar-se por eventos coletivos relacionados aos educandos (as) no que se refere à articulação, organização e execução;
- d) Discutir e encaminhar os eventuais problemas surgidos no CESMAR;
- e) Criar propostas para melhoria do CESMAR;
- f) Respeitar regimento próprio em consonância com o regimento do CESMAR.

1.10.2 Cooperativa escola

- a) Construir um espaço teórico-prático de formação para o gerenciamento e exercício de liderança;
- b) Obedecer a princípios do estatuto próprio, inspirado no regimento do CESMAR;
- c) Contar com a assessoria do conselho gestor;
- d) Estabelecer convênios com empresas e órgãos governamentais para intermediar parcerias para inserção no mundo do trabalho. (Cf. Art. 68 do ECA).

1.10.3 Clube cultural

- a) Servir à comunidade como espaço de promoção cultural;
- b) Resgatar raízes sócio-culturais das famílias da comunidade, explorando as culturas que tenham influência na formação do povo gaúcho;
- c) Cumprir a função de aproximar as famílias do CESMAR, integrando os (as) educandos (as), familiares e comunidade;
- d) Contar com famílias na direção do Clube Cultural, eleitos pela comunidade educativa do CESMAR, composta pela equipe de gestores, instrutores de aprendizagem, funcionários, educandos e familiares, segundo critérios estabelecidos em estatuto próprio;
- e) Coordenado por um Conselho Comunitário e área artística do CESMAR.

1.11 DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E DISCIPLINAR

O projeto pedagógico atenderá às disposições da filosofia da entidade comprometendo-se com os seguintes princípios:

- a) Todos os segmentos do CESMAR (Irmãos, diretor, vice-diretor, coordenações, áreas, funcionários, educandos (as) e familiares) integram a comunidade educativa, sendo por excelência educadores (as);
- b) O planejamento será elaborado, de forma participativa sendo avaliado e alterado conforme as necessidades;
- c) Serão realizadas reuniões sistemáticas e periódicas para reflexão, planejamento e avaliação das atividades conforme calendário;
- d) Haverá articulação de jornadas pedagógicas para a formação e capacitação de todos os educadores da Instituição;

- e) Serão organizados espaços de integração e articulação entre CESMAR, famílias e entidades da comunidade;
- f) O projeto pedagógico geral constará de documento específico.

1.11.1 Das oficinas e cursos

- a) As atividades estão estruturadas em oficinas e cursos desenvolvidos ao longo do ano;
- b) As oficinas e cursos serão criados ou substituídos conforme necessidades apresentadas;
- c) Cada oficina e curso contará com instrutor (a) especializado (a) e efetivo (a) do CESMAR, exceto em cursos extra-programa;
- d) Os (as) educandos (as) cumprirão programa conforme matrícula e sua faixa etária;
- e) Todas as oficinas e cursos, além dos conteúdos e práticas específicos, deverão veicular, no fazer educativo, os princípios filosóficos do presente regimento e seus objetivos;
- f) Todo o processo educativo das oficinas e cursos será acompanhado pela coordenação pedagógica e representantes das áreas;
- g) A proposta pedagógica interna segue princípios pedagógicos do GT das Entidades Sociais Maristas.

1.11.2 Projetos com instituições parceiras:

- a) Grupos de jovens;
- b) Formação catequética;
- c) Cooperativa escola;
- d) Férias no CESMAR;
- e) Projetos conveniados com Governo Municipal, Estadual e Federal.

1.11.3 Da matrícula

- a) O (a) educando (a) deverá enquadrar-se nos critérios estabelecidos;
- b) O número anual de vagas será determinado pela equipe de gestores;
- c) As inscrições serão efetivadas mediante preenchimento de ficha de inscrição, entrega da documentação exigida e entrevista com a assistente social;
- d) A matrícula, feita pela família e educando(a), implica na aceitação das orientações do CESMAR.

1.11.4 Dos critérios de seleção

Os pais e/ou responsáveis devem:

- a) Comprovar renda mínima conforme índice de carência
- b) Apresentar atestado de matrícula e frequência em escola regular do educando;
- c) Possuir a documentação exigida;
- d) Residir, preferencialmente, na área compreendida pelas vilas: Wenceslau Fontoura, Batista Flores e Loteamento Timbaúva I e II;
- e) O (a) educado (a) ter idade entre 5 a 12 anos;
- f) Assinar documento que permita atendimento pela equipe da área de saúde do CESMAR;
- g) Renovar a matrícula, anualmente, apresentando a avaliação escolar.

1.11.5 Da documentação exigida

- a) Cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade;
- b) Cópia de comprovante de residência;
- c) 02 fotos 3 x 4;
- d) Atestado de matrícula e frequência escolar em escola regular;
- e) Cópia da carteira de registro das vacinas (até 10 anos), devidamente preenchida.

1.11.6 Dos direitos dos (as) educandos (as)

- a) Usufruir de todos os serviços disponíveis no CESMAR.
- b) Receber alimentação de boa qualidade, durante seu turno no CESMAR.
- c) Utilizar materiais disponíveis nas oficinas e cursos.
- d) Solicitar ajuda e orientação dos (as) educadores (as).
- e) Expressar suas opiniões e apresentar sugestões.
- f) Receber atendimento clínico disponível.
- g) Receber orientação para o pleno desenvolvimento saudável.
- h) Ter respeitada sua crença ou religião.
- i) Receber uniforme.
- j) Contar com a intervenção e intermediação do CESMAR no pleno cumprimento de seus direitos estabelecidos nas legislações pertinentes.

1.11.7 Dos deveres dos (as) educandos (as)

- a) Apresentar sua identificação e com uniforme exigido, para entrar no CESMAR.
- b) Manter assiduidade e pontualidade na escola, e no turno inverso, no CESMAR.
- c) Conviver demonstrando respeito, cooperando em todas as atividades.
- d) Manter a família informada sobre sua participação no CESMAR.
- e) Abster-se do uso ou envolvimento com drogas ou quaisquer outras substâncias nocivas à saúde, inclusive o cigarro, nas dependências do CESMAR.
- f) Abster-se do porte e uso de objetos que ofereçam riscos às pessoas ou ao meio ambiente.
- g) Permanecer nas dependências do CESMAR durante o período de atividades.
- h) Estar sujeito às medidas de proteção, em parceria com o Conselho Tutelar, no que tange ao descumprimento deste documento.

1.11.8 Das medidas de proteção

- a) As situações de conflitos serão atendidas pela coordenação pedagógica e representantes das áreas, estabelecendo um processo de diálogo com o (a) educando (a);
- b) Será solicitada a presença dos responsáveis para discutir alternativas em conjunto;
- c) Não sendo encontrada solução nesta instância, será discutida a situação com a direção;
- d) Encaminhar, se necessário, para atendimento clínico com a aquiescência da família;
- e) Acompanhar sistematicamente seu envolvimento e adesão à proposta do CESMAR no período acordado com o (a) educando (a) e família;
- f) Estudar junto ao Conselho Tutelar encaminhamentos para situações específicas de crianças e adolescentes.

1.11.9 Dos direitos da família

- a) Procurar o auxílio da coordenação pedagógica e/ou representantes das áreas, solicitando informações sobre aproveitamento do (a) educando (a) no CESMAR ou em qualquer outra situação relacionada ao mesmo;
- b) Participar de atividades que envolvam toda a comunidade educativa;
- c) Receber gratuitamente os atendimentos do CESMAR para seus (as) filhos (as) matriculados (as) no CESMAR;
- d) Receber a informação quanto aos direitos da criança e do adolescente, segundo o ECA e auxílio no cumprimento do mesmo.

1.11.10 Dos deveres da família

- a) Cumprir orientações do regimento;
- b) Responsabilizar-se pelo educando (a) antes e após a saída dele do CESMAR;
- c) Comparecer no CESMAR sempre que convocada;

1.13.2 Área central

- a) Salas;
- b) Sanitários.

1.13.3 Área lateral

- a) Recepção;
- b) Gabinetes para atendimentos: médico, odontológico e psicológico.

1.13.4 Da estrutura externa

- a) Dois (02) pavilhões com equipamentos e salas de cursos profissionalizantes;
- b) Caixas de água;
- c) Residência Marista;
- d) Quadras poliesportivas;
- e) Praça de brinquedos;
- f) Lago;
- g) Viveiro com animais domésticos;
- h) Horta comunitária;
- i) Guarita;
- j) Centro cultural - C.T.G;
- l) Estufa.

- d) Comunicar a coordenação pedagógica qualquer situação relevante ao contexto familiar que interfira na participação do (a) educando (a) no CESMAR;
- e) Buscar auxílio clínico, sempre que orientado pelo CESMAR;
- f) Aceitar a integração do CESMAR, Conselho Tutelar e de outras entidades, no que diz respeito à defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- g) Manter o CESMAR informado sobre o aproveitamento escolar dos (as) filhos (as) através da avaliação escolar.

1.12 DA SELEÇÃO E DOS DIREITOS E DEVERES DOS FUNCIONÁRIOS**1.12.1 Da seleção**

- a) Responder à entrevista;
- b) Preencher ficha de inscrição apresentando Curriculum Vitae e comprovantes;
- c) Preencher os critérios abaixo:
 - Comprovar capacitação técnica compatível com a vaga oferecida;
 - Comprovar equilíbrio psíquico, após avaliação psico-pedagógica pela equipe do CESMAR
 - Disposição para conhecer e vivenciar a proposta educativa Marista;
 - Aceitação e inserção na realidade da criança e adolescente de periferia;
 - Capacidade de integração na equipe de trabalho, nas famílias e comunidades dos (as) educandos (as);
 - Disposição a conhecer e cumprir documentos que normatizam o funcionamento do CESMAR;
 - Apresentar atestado de bons antecedentes.

1.12.2 Dos direitos

- a) Usufruir dos direitos, na forma da lei;
- b) Utilizar os serviços do posto de saúde do CESMAR;
- c) Optar pelo serviço de refeitório, segundo critérios estabelecidos pela administração, observada a lei vigente;

1.14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente regimento fundamenta-se no projeto pedagógico das entidades sociais Maristas, nos princípios educativos de Champagnat e submete-se às Leis vigentes e às orientações da mantenedora.

O CESMAR somente ministra medicamentos às crianças e adolescentes com autorização da família e mediante receita médica.

O nome e logotipo do CESMAR não poderão ser usados sem a devida autorização da direção.

Este Regimento poderá ser modificado sempre que houver necessidade de atualização, pela direção, vice-direção, coordenação pedagógica e administrativa, instrutores de aprendizagem, profissionais da saúde, equipe de apoio e representantes das famílias e dos (as) educandos (as), reunidos em assembléia específica, sendo dado a conhecer a toda comunidade educativa do CESMAR e homologado pela USBEE.

O presente regimento entrará em vigor após aprovação em assembléia constituída pela comunidade educativa.

2 MARCO REFERENCIAL

2.1 MARCO SITUACIONAL

O Brasil, neste novo milênio, carrega para um novo tempo da história, velhos problemas no que se refere à negligência dos direitos sociais. Tratando-se de direitos sociais, a criança e o adolescente são as principais vítimas, sem consciência e compromisso com o futuro.

Há que se avaliar os dados das pesquisas recentes: 700 mil meninas, de 10 a 19 anos foram atendidas em procedimentos de parto, no país. Dos 79,5 mil casos de HIV, notificados, segundo o Min. da Saúde, 6.668 são crianças com menos de 13 anos de idade e 4.057, adolescentes de 13 a 19 anos.

Apesar da elevação do índice de escolarização, ainda há 10 milhões de crianças, de 7 a 14 anos, fora da escola, excluídas de qualquer oportunidade de ingresso e/ou permanência nas instituições de ensino público do país.

As estatísticas apontam para 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando como adultos, em condição de escravidão. Só nos lixões, vivem e trabalham cerca de 50 mil crianças e adolescentes.

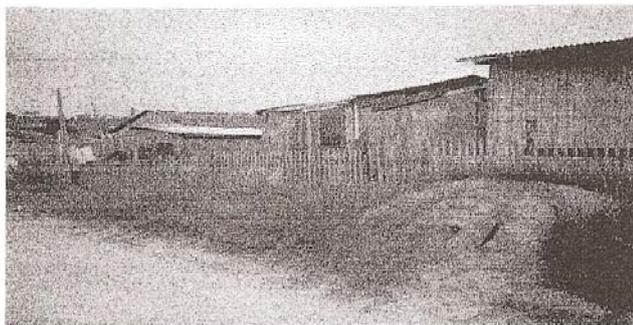
Estes e outros indicadores da condição da criança e do adolescente no Brasil sinalizam um quadro social marcado pela injustiça e exclusão. A disparidade abismal na distribuição de renda, a massificação, desemprego, desqualificação profissional e, principalmente, a deficiência de políticas públicas que mobilizem estratégias de enfrentamento à avalanche da globalização.

Apesar do Brasil protagonizar a criação da Lei 8.069/90, afirmando para o mundo a opção pela proteção integral e absoluta à criança e ao adolescente, através do E.C.A., ainda há muito por fazer.

As conclusões do encontro dos 10 anos do E.C.A., em Belo Horizonte, nos dias 27 a 31 de outubro de 2000 apontam para a emergência de criar uma rede de atendimentos e situá-la dentro da nossa macro estrutura social, mobilizando recursos humanos e materiais, públicos e privados para articular estratégias de mudança da situação de 40 milhões de brasileiros e brasileiras que recebem menos de dois reais por dia de trabalho, estando abaixo da linha da pobreza. Com a mesma urgência, reordenar a distribuição de terras a partir de uma política agrária que regulamente a condição de 4 milhões e meio de famílias sem terra, enquanto apenas 1 por cento dos proprietários de terra dominam 46 por cento de todas as terras do país.

Outros clamores emergem desta conjuntura: genocídio dos povos indígenas, o etnocentrismo, a violência contra a mulher e outras situações que tecem o quadro de legitimação da exclusão social dos considerados "improdutivos" para o pensamento neoliberal.

O Centro Social Marista – CESMAR localiza-se na região Nordeste (Plano Diretor). No planejamento da cidade esta região concentra os vazios urbanos para os reassentamentos. A primeira remoção de famílias ocorreu em 1992, com um projeto do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB – da Prefeitura Municipal de POA, quando surgiu a necessidade de reassentar as famílias que moravam ao longo da calçada, junto ao muro da INFRAERO. Por sua extensão e largura, era chamada de Vila Tripa, com um total de 140 precárias moradias. Originou-se a Vila Wenceslau Fontoura, que recebeu este nome em homenagem ao líder comunitário que morreu no auditório, Araújo Viana em discurso sobre o movimento comunitário – "Direito à moradia". Logo a vila cresceu com a vinda de alguns moradores despejados de outras áreas.



Em 1997 a terceira vila a se formar foi a Timbaúva com 400 famílias, de remoção de áreas impróprias para moradia. Em 2000 mais 360 famílias foram assentadas ao lado da Vila Timbaúva II, formando a Vila Timbaúva III, chamado Jardim das Colinas.

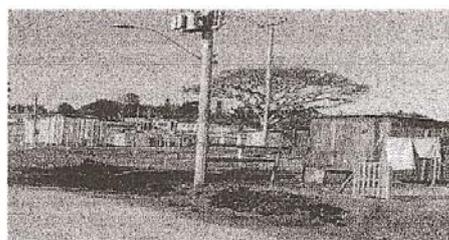
No início do ano de 2001 ocorre uma ocupação irregular no limite dos municípios de Porto Alegre e Alvorada, às margens do Arroio Feijó. As 520 famílias que se instalaram, sem condição alguma, procedem das mais diversas realidades da região metropolitana e de outras regiões do Estado.

Há diferentes ações do poder público e iniciativa privada para assessorar as aglomerações da região a constituírem comunidades que, uma vez organizadas, participem das instâncias legítimas de reivindicações.

O entorno do CESMAR conta com duas creches comunitárias, associação de reciclagem, duas sedes de associações comunitárias, igrejas e um posto de saúde comunitário. Essas instituições articulam um fórum para potencializar ações na perspectiva da promoção de direitos, participação no orçamento do município, via Orçamento Participativo, e resolução de problemas locais.

Estes desafios incidem diretamente no contexto sócio-político-cultural onde se insere o CESMAR, que presta o serviço de atendimento à criança e adolescente.

A realidade econômica reflete o perfil social, através de dados informativos adquiridos por meio de uma vida política de ação conjunta entre comunidade, funcionários e educadores do CESMAR, onde explicitam-se demandas que impulsionam atividades sociais e educativas junto às comunidades.



Diante desta realidade, cresce cada vez mais o contingente de crianças e adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos fundamentais em função da desagregação familiar, falta de qualificação dos pais para o trabalho, alcoolismo, conflitos com a escola e vivência de todos os tipos de privações, além das crianças e adolescentes em situação de rua, há também os que estão envolvidos com drogas e atos infracionais. Estas são algumas das demandas que impulsionam atividades sociais educativas a continuarem na certeza de combater a este desnível social, criando e recriando maneiras e ações que explicitem sua importância junto às mesmas.

ANEXO B – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2006 – CESMAR – PARTE 1

OBJETIVO GERAL

Oportunizar um espaço criativo de desenvolvimento integral do ser humano e a promoção da dignidade humana, impulsionando vida, alicerçado no Evangelho e no Carisma Marista, visando à transformação e inclusão social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Prestando serviço qualificado de atendimento;
- Capacitando e qualificando o Serviço de Apoio Sócio – Educativo, Trabalho Educativo e de Cursos Profissionalizantes dos educandos;
- Contribuindo para a Inserção do educando no Mundo do Trabalho;
- Colaborando na construção da identidade autônoma e vivência dos valores humano – cristãos;
- Criando canais de comunicação interna e externa de promoção da vida;
- Acompanhando e auxiliando no processo de ensino e aprendizagem escolar;
- Capacitando lideranças;
- Atendendo, acompanhando e orientando as famílias dos educandos;
- Participando de espaços de interação junto à comunidade e a outras instâncias sociais, públicas e privadas na defesa dos direitos sociais;
- Assegurando a operacionalização dos princípios do ECA;
- Contribuindo na formatação, desenvolvimento de projetos de geração e renda e trabalho;
- Proporcionando aos educandos a ampliação de suas capacidades e potencialidades;
- Estimulando a participação dos educandos no protagonismo de sua história pessoal e coletiva;
- Apoiando a comunidade na luta por mais dignidade e justiça social.

- Reunião Mensal envolvendo todos os educadores e funcionários;
- Reunião Trimestral com os pais do SASE e do Trabalho Educativo;
- Reunião Semanal do Conselho Técnico Pedagógico (Direção, Coordenação Pedagógica, de Turno e Administrativa);
- Reunião Ampliada com encontros mensais da Direção, Coordenação Pedagógica, de Turno e da Formação, Serviço Social e Psicologia.

ENCONTROS DE FORMAÇÃO

- Encontros de formação com as turmas do SASE, Trabalho Educativo e dos cursos do Noturno;
- Retiros com os educadores e funcionários;
- Seminários e Congressos de Educadores Sociais.

REGIME DE ATENDIMENTO:

- Sócio – Educativo em meio aberto

DIURNO: complementação no processo de desenvolvimento integral das crianças e adolescentes (reforço escolar, criatividade, trabalho com as famílias com a Área da Assistência Social).

NOTURNO: atendimento de jovens e adultos no processo de formação integral: escolarização, iniciação pré- profissionalizante, formação humano – cristã e capacitação para a cidadania, além do atendimento odontológico, psicológico e da assistente social.

FAIXA ETÁRIA: a partir dos 06 anos de idade

HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:

- **MANHÃ:** Das 7h45min às 11h45min
- **TARDE:** Das 13h30min às 17h30min
- **NOITE:** Das 18h30min às 21h30min

O CESMAR organiza a rede de Assistência Social Educacional em quatro áreas: SASE, Trabalho Educativo, Formação e Assistência Social.

Cada área realiza reuniões com as oficinas afins para construção de planejamento e socialização das vivências do cotidiano. As crianças e adolescentes são agrupadas segundo a faixa etária e, para cada um destes grupos, o CESMAR organiza um programa anual de oficinas.

Oficinas do SASE: (crianças de 06 a 14 anos)

- Oficina de Estudos;
- Oficina de Informática;
- Hora do Conto: Literatura Infante – Juvenil;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Educação Artística;
- Oficina de Percussão;
- Oficina de Capoeira;
- Oficina de Dança;
- Oficina de Danças Folclóricas;
- Oficina de Música – Coral Infantil
- Oficina de Teatro;
- Oficina de Atividades Esportivas;
- Escolinha de Futebol Mirim, Pré – Mirim, Infantil e Futsal Feminino.

Oficinas do Trabalho Educativo: (adolescentes entre 14 a 19 anos)

- Oficina de Arte em Madeira;
- Oficina de Corte e Cabelo;
- Oficina de Educação Ambiental;
- Oficina de Embelezamento de Pés e Mãos;
- Oficina de Informática;
- Oficina de Técnicas e Noções de Secretariado;
- Oficina de Reciclagem de Computadores.

Área da Formação :

- Encontros de Formação;
- Celebrações;
- Conselho de Educandos;
- Conselho de Pais.

Área da Assistência Social :

Profissionais nas áreas de:

- Nutrição;
- Odontologia;
- Pediatria;
- Psicologia;
- Enfermaria.

Serviço Social:

- Atendimento as Famílias da Comunidade;
- Visitas domiciliares;
- Acompanhamento aos Programas PETI, PEMSE, PSC;
- Seleção dos educandos que irão concluir os seus estudos no Supletivo Professora Ivone Vettorello e acompanhamento dos mesmos em encontros mensais com a coordenação do Supletivo.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO SASE

O SASE funciona de segunda a sexta-feiras nos turnos da manhã e da tarde.

Manhã: 7h45 às 11h45

Tarde: 13h30min às 17h30min

ATENDIMENTO

Manhã:	Das 7 h 45 min	às	11 h 30 min
Café da Manhã	Das 8h	às	8 h 30 min
Oficina de Estudos	Das 8 h 30 min	às	9 h 40 min
Intervalo	Das 9 h 40 min	às	10 h 10 min
Oficinas Específicas	Das 10 h 10 min	às	11 h 35 min
Tarde:	Das 13 h 30 min	às	17 h 20 min
Oficina de Estudos	Das 13 h 30 min	às	15 h 10 min
Lanche da Tarde e	Das 15 h	às	15 h 50 min
Intervalo			
Oficinas	Das 15 h 50 min	às	17 h 20 min

NÚMERO DE EDUCANDOS POR TURMA DO SASE

TURMA	No. DE EDUCANDOS	TURMA	No. DE EDUCANDOS
A	27	T	30
AA	19	TT	32
A1	31	T1	30
A2	24	T2	28
A3	23	T3	30
A4	19	T4	24
A5	32	T5	27
A6	26	T6	23
A7	23	T7	21
TOTAL MANHA:	224	TOTAL TARDE:	245
TOTAL GERAL: 469			

OFICINA	EDUCADOR	No. DE EDUCANDOS
Mirim	Marcio	30
Pré – Mirim	André	90
Infantil	Marcio	30
Futsal Feminino	André e Marcio	40
TOTAL GERAL: 190		

Observação:

Horários:

- **Mirim: Educador Marcio das 8h às 10h**
- **Pré – Mirim: Educador André das 8h às 10h**
- **Infantil: Educador Marcio das 10h às 12h**
- **Futsal Feminino: Educador André e Marcio das 13h às 15h**

IV EMATEC – 04/01;

Inauguração Telecentro Bandeirão Popular Gaúcho – 15/02;

Encontro de Orientação para Seleção de Jovens do Consórcio Social da Juventude – 06/03;

Inauguração do Observatório da Cidade de Porto Alegre – 09/03;

Participação da Gincana PUCRS Integração 2006 com a Oficina de Percussão – 15/03;

Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia convida para os atos comemorativos dos 75 anos da Faculdade – 15/03;

I Seminário de Promoção à Igualdade Étnico – Racial – 21/03;

Seminário Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Social – GRANPAL – 22/03;

Seminário de Integração do Governo/Fundação de Assistência Social e Cidadania com as Entidades Conveniadas – 22/03;

Fórum Regional de Planejamento – 22/03;

Participação da IX Gincana da Escola São Francisco com a Oficina de Percussão – 24/03;

Apresentação da Oficina de Percussão na Escola Municipal Grande Oriente – 25/03;

Participação da Oficina “O Desprezo do Luxo” na PUCRS – 27/03;

I Seminário Estadual de Violência e Escola – Construindo alternativas de enfrentamento – 28, 29 e 30/03;

Um dia para todos na Escola Municipal Timbaúva – 08/04;

Inauguração do Centro de Recondicionamento e Reciclagem de Computadores – CRC – CESMAR – 17/03;

Assinatura do Termo de Convênio do Programa Família, Apoio e Proteção – NASF/PETI – 25/04;

Seminário Ato Infracional! O que o Conselho Tutelar tem a ver com isto? com apresentação da Oficina de Dança – 11/05;

- Ação Global na Escola Estadual Júlio Brunelli, com a oficina de Corte e Cabelo e Manicure – 20/05;
- IV Romaria de Nossa Senhora de Fátima – 21/05;
- Apresentação da Oficina de Dança na Escola José Feijó – 29/05;
- Seminário Reeducando para uma nova cultura sem Trabalho Infantil – 23 e 24/05;
- I Conferência Estadual de Economia Solidária “ Projeto Cadeia Produtiva do Skate” – 02/06;
- Convite para a Formação da nova Diretoria do Clube de Mães da Vila Unido – 03/06;
- Inauguração do Telecentro Luiz César Cozzatti – 05/06;
- Formatura Geral do 20º Batalhão de Polícia Militar – 08/06;
- Convite para o Aniversário da Fundação da Associação dos Moradores do Loteamento Timbaúva – 16/06;
- Festa Junina no SASE Recanto Infantil – 23/06;
- Show de Talentos em comemoração ao Aniversário da Escola Wenceslau Fontoura – 01/07;
- Celebração de Lançamento Oficial das Diretrizes Nacionais da Juventude Marista (JUMAR) – 01/07;
- Apresentação do Grupo Vocal no Parque Chico Mendes – 02/07;
- Palestra com Marcos Frota - Projeto Ação Marista de responsabilidade social – EU, o Marista e Você: Um outro mundo é possível – 14/07;
- Comemoração dos 50 anos do Serviço de Orientação Educacional do Colégio Marista Rosário – 18/07;
- Formatura de Conclusão do Ensino Médio do 1º semestre do Colégio Marista Professora Ivone Vettorello – 21/07;
- Apresentação do Grupo Vocal e Capoeira em Comemoração ao ano Jubilar;
- VI Feira do Livro na Escola São Francisco – 24, 25 e 26/08;
- Lançamento do Projeto Cultural “Um Brasileiro chamado Brizola” – 28/08;

2º Encontro de HIP HOP - compartilhando com outras culturas, no Centro Social Marista Santa Isabel – 06/09;

II Exposição de Arte da Educação Infantil e SASE do Centro Infantil Madre Teresa – 12 a 19/09;

Apresentação do Grupo de Teatro na Feira do Livro da Escola Wenceslau Fontoura – 14 a 16/09;

Convite para o Acampamento Farroupilha da Associação Jardim Wenceslau Fontoura – SASE Recanto Infantil – 18 a 29/09;

Lançamento do Projeto Marista Show de Bola – 27/09;

Apresentação do Grupo de Dança em comemoração ao Dia Mundial da Literatura e do Folclore Brasileiro na Escola Estadual Padre Léo – 28/10;

Apresentação da Oficina de HIP HOP no evento do Dia da Cidadania na Escola Municipal Grande Oriente – 11/11;

Inauguração da Escola Infantil Crescer com Lazer da Associação dos Moradores do Loteamento Timbaúva – 14/12;

Formatura de Conclusão do Ensino Médio do 2º semestre do Colégio Marista Professora Ivone Vettorello – 22/12.

Grupos de Estudos Um Coração uma Missão – Assembléia da Missão Marista – de abril a outubro;

Participação do Seminário Visão de Futuro da Região Nordeste – evento integrante do Programa da UNESCO – Prefeitura Municipal de Porto Alegre – 20/05;

Participação em Oficinas da XII Semana da Solidariedade da PUCRS Zona Norte – 27/05;

Participação de atendimentos da comunidade na área da saúde com médicos do Hospital da PUCRS com especialidades em Medicina Interna e Pediatria – de maio a dezembro;

Retiro dos Educadores na Casa das Irmãs Bernadinas – 10/06;

Retiro da Equipe de Liturgia da Paróquia Santa Rosa de Porto Alegre (empréstimo de espaço) – 23/07;

Participação da comunidade Timbaúva em um dia de ação social – promovido pela Prefeitura de Porto Alegre e o DMAE – 15/07;

Recebimento do relatório da pesquisa Experiências Exitosas de Prevenção de Violência, realizada pelo CLAVES, com o apoio do Ministério da Saúde – 27/07;

Participação do Fórum SASE – Capacitação de Educadores e Coordenadores de SASE – 23/08;

Segundo Concurso Causos do ECA – Histórias em Retrato – O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano – 30/08;

Participação do Chá em Benefício a Diaconia Santa Isabel – 16/09;

6º INTERSASE no CESMAR – 20/10;

Participação do II Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira – II JUBRA – ECOS na América Latina – 07 a 10/11na PUCRS;

Apresentação do Grupo de Percussão e Vocal no evento Marista na Praça – 09/12;

REUNIÕES

- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 10/01;
- Consórcio Social da Juventude – 09/03;
- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 07/03;
- Audiência para votação para isenção da taxa de lixo – 14/03;
- Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – 31/03;
- Reunião na Cáritas Arquidiocesana – 28/03;
- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 04/04;
- Reunião com a Escola Wenceslau Fontoura – 04/04;
- Reunião com a Escola Timbaúva – 12/04;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 19/04;
- Reunião do Consórcio Social da Juventude – 20/04;
- Encontro de Coordenadores das Obras Sociais Maristas – 24 e 25/04;
- Reunião na Cáritas Arquidiocesana – 25/04;
- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 02/05;
- Fórum SASE – 18/05;
- Reunião na Cáritas Arquidiocesana – 23/05;
- Reunião da Comissão de Avaliação de Projetos da Fundação Pensamento Digital – 05/06;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 14/06;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 12/07;
- Fórum SASE – 20/07;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 11/08;
- Reunião na Cáritas Arquidiocesana – 22/08;
- Reunião das Entidades com Gerência e Supervisão Regional – 24/08;
- Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – 25/08;
- Seminário “Plano Municipal de Educação – Debate, Encaminhamentos e Aprovação” – 29 e 30/08;

- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 05/09;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 13/09;
- Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – 29/09;
- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 03/10;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 11/10;
- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 07/11;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 08/11;
- Fórum SASE – 16/11;
- Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – 24/11;
- Reunião de Regionalização da Coordenação de SASE – 08/12;
- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 12/12.

REPORTAGENS

- Avenida na Zona Norte será alargada e ganhara nove estações – Zero Hora 20 de janeiro;
- Reciclagem de PC – Jornal O SUL 17 de abril;
- Capital renovará computadores – Zero Hora 18 de abril;
- Centro reciclará computadores – Correio do Povo 18 de abril;
- Maristas na mídia – Relatório de divulgação
- Parcerias viabilizam Centro de Reciclagem no Timbaúva – Jornal Região Nordeste mês de maio;
- Um lugar para o seu velho PC – Zero Hora Caderno Digital 24 de maio;
- Profissão sai da reciclagem de computadores – Correio do Povo 20 de junho;
- PUCRS concentra cursos da Zona Norte no Campus Central – PUCRS Noticias de 04 a 10 de outubro;
- 66% do Brasil esta longe da Internet – Zero Hora 09 de novembro.

VISITAS

- Visita do Prefeito Jose Fogaça na Região Nordeste, com café da manhã no CESMAR – 10/03;
- Visita do Colégio Marista Santa Maria – 25/04;
- Visita do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Murialdo – 13/07.